

Organizadores  
Francisco Dênis Melo  
Edvanir Maia da Silveira

# Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política do Ceará Volume 7

Editora  
**SER  
TÃO  
CULT**



## ORGANIZADORES



**Francisco Dênis Melo** possui Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1996) e Mestrado em História do Brasil - pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Doutor em História, na Linha de Pesquisa Cultura e Memória, da Universidade Federal de Pernambuco (2013). cursou Pós-Doutorado junto ao PACC - Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, em 2017.



**Edvanir Maia da Silveira** é Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (1997), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Pós-Doutora pela Universidade Federal do Ceará (2018). É professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

Organizadores

Francisco Dênis Melo

Edvanir Maia da Silveira

# Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política do Ceará

Volume 7



Sobral - CE  
2022

Editora  
**SER  
TÃO  
CULT**



Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política do Ceará - Volume 7.  
© 2022 copyright by: Francisco Dênis Melo, Edvanir Maia da Silveira (Orgs).  
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Editora  
**SERTÃO CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaocult.com  
sertaocult@gmail.com  
www.editorasertaocult.com

**Coordenação Editorial e Projeto Gráfico**  
Marco Antonio Machado

**Coordenação do Conselho Editorial**  
Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### Conselho Editorial

Andreia Rodrigues de Andrade  
Antonio Iramar Miranda Barros  
Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Geranilde Costa e Silva  
Gilberto Gilvan Souza Oliveira  
Raul Max Lucas da Costa  
Regina Celi Fonseca Raick  
Telma Bessa Sales  
Valéria Aparecida Alves  
Viviane de Souza Lima

#### Revisão

Danilo Ribeiro Barahuna

#### Diagramação e capa

João Batista Rodrigues Neto

#### Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral-CE  
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613  
Filiada à



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

#### Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

#### Vice-Reitor

Francisco Carvalho de Arruda Coelho

#### Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

#### Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)	Maria Amélia Carneiro Bezerra
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque	Maria José Araújo Souza
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo	Maria Somália Sales Viana
Ana Iris Tomás Vasconcelos	Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos	Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Claudia Goulart de Abreu	Simone Ferreira Diniz
Eneas Rei Leite	Renata Albuquerque Lima
Francisco Helder Almeida Rodrigues	Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Israel Rocha Brandão	Virginia Célia Cavalcanti de Holanda
Maria Adelane Monteiro da Silva	

#### Catálogo

Neto Ramos CRB 3/1374

T829 Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política do Ceará. / Francisco Dênis Melo, Edvanir Maia da Silveira. (Org.). Sobral CE: Sertão Cult, Edições UVA, 2022.

270p.  
v.7

ISBN: 978-65-5421-016-4 - papel ISBN: 978-65-5421-015-7 - e-book em pdf  
ISBN: 978-65-87115-31-3 - papel ISBN: 978-65-87115-32-0 - e-book em pdf  
Doi: 10.35260/54210157-2022

1. Ceará- Cultura e política. 2. Sertão, CE- Contextos políticos. 3. História- Ceará. 4. Sertão, CE- Política e Cultura. I. Melo, Francisco Dênis. II. Silveira, Edvanir Maia da. III. Título.

CDD 981.31



Este e-book está licenciado por Creative Commons  
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

## Sumário

Apresentação.....5

### 1ª PARTE

#### HISTÓRIA, MEMÓRIA, AUTORITARISMO E MILITÂNCIA POLÍTICA NO SÉCULO XX

Da construção à celebração do golpe de 1964 no Ceará: usos políticos de elementos neomedievalizantes.....15

*Jucelio Regis da Costa*

Os partidos políticos e a *experiência democrática* na Zona Norte cearense (1945-64).....37

*Edvanir Maia da Silveira*

“Quando a mulher sai do mundo da cozinha dela e começa a participar das coisas, então ela começa a ver o mundo diferente”: trabalho pastoral e atuação política das camponesas no Movimento do Dia do Senhor (1970-1990).....61

*Viviane Prado Bezerra*

Cem anos de comunismo no Brasil: onde Camocim entra nessa história? .....83

*Carlos Augusto Pereira dos Santos*

## 2ª PARTE

### EXPERIÊNCIAS CIDADINAS E SERTANEJAS, ORALIDADE E TRADIÇÃO NOS SERTÕES DO CEÁRA NOS SÉCULOS XIX E XX

Sobral e os seus altares: imaginária urbana e heróis civilizadores.....97

*Francisco Dênis Melo*

“Sobral como cidade progressista”: entre planos, projetos e representações...127

*Thiago Braga Teles da Rocha*

Imagens no espelho: mulher depravada e mulher ideal em Ipu-CE no início do século XX.....139

*Antonio Vitorino Farias Filho*

“Isso é atestado de seu progresso. Sí Sobral, Camocim e outras cidades sertanejas têm o seu jornal, porque não poderíamos ter?”: a elite escritora e o ideário de controle e modernidade em Ipu-CE (1900-1920).....155

*Antonio Iramar Miranda Barros*

*Alexandre Almeida Barbalho*

O campo de concentração do Ipu no contexto da Revolução de 1930.....169

*Raimundo Alves de Araújo*

*Emmanuel Teófilo Furtado Filho*

“Os teus filhos, cidade encantada, escondidos no seu coração”: a vida e a morte do Centro Social Morrinhense (1952–1963).....195

*Cid Morais Silveira*

“Nas porteiras” de outros mundos: a Pedra Branca na tradição oral.....231

*Joaquim dos Santos*

Vamos falar sobre um sertão? Do sertão dos párias incultos ao culto à pátria .....251

*Reginaldo Alves de Araújo*





## Apresentação

COMO é o lugar  
quando ninguém passa por ele?  
Existem coisas  
sem ser vistas? [...]  
Existe, existe o mundo  
apenas pelo olhar  
que o cria e lhe confere  
espacialidade? [...]

Carlos Drummond de Andrade, *A suposta existência*, em *A Paixão Medida* (1980).

Como será o lugar quando ninguém passa por ele? – pergunta o poeta. Será que “Existem coisas sem ser vistas?” E o mundo, mundo grande, como escreveu, pode existir “apenas pelo olhar que cria e lhe confere espacialidade?” O poeta parece querer nos dizer que “Aquilo que vemos vale – vive – apenas por aquilo que nos olha”,<sup>1</sup> que ver é experimentar ser visto, que ser visto é existir, e ainda que haja uma “cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha”,<sup>2</sup> as coisas, os acontecimentos só têm existência na medida mesma de nossa presença, de nossa potência visual, de nosso corpo que toma e encorpa o espaço, o tempo e gera existência e resistência, presença e ausência, o antes e o depois, a perda e a insistência.

Dois dimensões importantes de parte significativa da poética de Carlos Drummond de Andrade são a memória e a questão da finitude, que se manifestam em resíduos de memórias e de espaços familiares. A dimensão da

---

1 DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 29.

2 *Idem*.

finitude, em especial, faz com que o poeta some inúmeras questões em forma de perguntas à sua poética, como lemos na passagem do poema supracitado. Esse dado é importante porque denota a provisoriedade e a fragilidade das respostas possíveis elaboradas no corpo dos próprios poemas. O poeta não tem respostas para todas as perguntas que faz. Os historiadores também não têm respostas para todas as questões que levantam em suas pesquisas, em suas aulas, cursos, intervenções. Por isso, com relação a Drummond, parte de sua poesia é metapoesia. Nesse sentido, somos levados a nos perguntar se a escrita do Historiador não seria meta-história, ou seja, o “estudo referente à história enquanto historiografia; por exemplo, o estudo da linguagem, ou linguagens, da historiografia”?<sup>3</sup> Assim, dessa forma, elaboramos histórias que ajudam na construção de outras histórias?

Cada um dos autores desta coletânea conhece o lugar por onde *passam*, porque sua prática é constituída por um *demorar-se* em suas temáticas, pela identificação e reflexão sobre problemas e questões, portanto, o desejo é que nada permaneça fora do alcance de sua vista, o que garante para cada um a criação e configuração de certa espacialidade e temporalidade fundamentais com relação às pesquisas abordadas. Evidentemente que *demorar-se* e conhecer-se, nas temáticas levantadas, não isenta todos, todas e cada um de certa estranheza e inquietação marcadas exatamente pelas respostas impossíveis de serem encontradas, assim é que a familiaridade com a temática não garante, e jamais garantirá, a tranquilidade de um “sentir-se em casa”, o que até certo ponto é bom, na medida em que nos coloca sempre em estado de alerta para o que até então não foi visto, alcançado, sentido como *presença* em variados tempos e espaços, e que esperam de nós inteligibilidade na busca, a um só tempo, pelo todo e as partes, como assevera Antoine Proust.

Portanto, nada é suposto na existência, isso porque, como escreve o poeta, “Ou tudo vige planturosamente, à revelia/ de nossa judicial inquirição / e esta apenas existe consentida/ pelos elementos inquiridos?”, posto que o que vigora na existência, mesmo à revelia de nossa mais cuidadosa inquirição, o que garante as nossas questões, são as próprias questões, e não o que está fora, o que não faz parte das problemáticas levantadas, e é exatamente nessa “espantosa batalha/ entre o ser inventado/e o mundo inventor” que nos colocamos e nos *demoramos*. Somos “ficção rebelada/ contra a mente universa”, levantando a alvenaria de nosso lugar, de nosso estranho lugar, de nossa morada, lugar de uma certa permanência que nos ampara e nos sacode ao mesmo tempo.

---

3 FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. tomo III (K-P), São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 1956.

Assim, abrimos nossas trilhas em seu sétimo volume. Trilhas são caminhos ou estradas, existentes ou estabelecidos, com dimensões e formas, comprimento e largura diferentes, aptos a aproximar, juntar, estabelecer espaços de interação, indicar, duvidar, marcar, apontar direções, ligar, sinalizar, abrir passagens. Entre as inúmeras trilhas abertas sertões afora e cidades adentro, nós abrimos as nossas, dispomos nossos passos, medimos as dificuldades do terreno e nos lançamos nessa caminhada que já dura tantos anos, deixando fincados nas terras por onde passamos, marcos e marcas, impressões e signos, sinais e símbolos, partes de cada de um nós, como um olhar lançado, que confere e configura tempos e espacialidades.

O presente volume divide-se em duas partes, respectivamente: “História, memória, autoritarismo e militância política no século XX” e “Experiências cidadinas e sertanejas, oralidade e tradição nos sertões do Ceará nos séculos XIX e XX”. Na primeira parte do livro, abrimos nossos trabalhos com o capítulo de Jucelio Regis da Costa, “Da construção a celebração do golpe de 1964 no Ceará: usos políticos de elementos neomedievalizantes”, que faz uma análise de acontecimentos nacionais da década de 1960, com profundas repercussões no Ceará, como as Cruzadas do Rosário em Família, a Missa congratulatória às Forças Armadas e as Marchas da Vitória, com ampla mobilização política de grupos conservadores do estado, com a finalidade de combater o comunismo, servindo assim “na pavimentação do caminho ao golpe civil-militar de 1964”. O autor elege como objeto central de sua análise elementos neomedievalizantes, quando sentidos positivos foram atribuídos à Idade Média e os acontecimentos em questão foram medievalizados.

Edvanir Maia da Silveira, em “Os partidos políticos e a experiência democrática na Zona Norte Cearense (1945-64)”, discute como as décadas de 1945 a 1964 consagraram-se na historiografia como *tempo da experiência democrática*, em que vigorava uma Constituição, partidos, eleições e participações sociais no debate político, sem, no entanto, descurar do fato de que muitas práticas autoritárias estavam presentes e ativas no cenário político, de modo que essas experiências e conflitos foram vivenciados e ressignificados pelas lideranças da Zona Norte do Ceará.

O capítulo assinado por Viviane Prado Bezerra, “‘Quando a mulher sai do mundo da cozinha dela e começa a participar das coisas, então ela começa a ver o mundo diferente’: trabalho pastoral e atuação política das camponesas no Movimento do Dia do Senhor (1970-1990)”, aborda a militância religiosa e política de mulheres camponesas no Movimento do Dia do Senhor, uma

iniciativa católica que tinha relação com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e que teve intensa atuação entre as décadas de 1960 e 1990 alimentada pela dimensão da “fé e vida”, modificando “a visão de mundo e atuação dessas mulheres em suas comunidades”, tornando-as “protagonistas na luta pela libertação, posse da terra e pela igualdade de gênero”.

No último capítulo da primeira parte, “Cem anos de comunismo no Brasil: onde Camocim entra nessa história?”, de Carlos Augusto Pereira dos Santos, o autor discute, dentro das comemorações dos cem anos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), agora em 2022, a participação da cidade de Camocim nessa longa história, utilizando como documento uma entrevista realizada com o “Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira, comunista histórico em Camocim, filho de Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino), um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Camocim em 25 de março de 1928”.

Voltando à trilha poética aberta por Carlos Drummond de Andrade, tomando o caminho da *suposta existência*, pensamos se “A guerra sem mercê, indefinida, prossegue, feita de negação, armas de dúvida [...] teima interrogante de saber/ se existe o inimigo, se existimos/ ou somos todos uma hipótese/ de luta/ ao sol do dia curto em que lutamos”, e se a nossa luta se faz e se refaz em cada página escrita, em cada aula debatida, em cada projeto realizado, uma vez que, se a pressa existe, é porque sabemos que um dia é muito curto para quem luta. Por isso a soma de todos nós, a multiplicação de nossas pesquisas, a publicização tão importante de nossas inquietações.

Na segunda parte do livro, Francisco Dênis Melo, a partir do capítulo “Sobral e os seus altares: imaginária urbana e heróis civilizadores”, tem como objetivo “pensar a cidade de Sobral-CE a partir de alguns de seus *habitantes* de pedras, ou melhor, de sua imaginária urbana, no caso bustos, estátuas e monumentos destacados em variados espaços, notadamente em suas praças”, que funcionaram e ainda funcionam como anteparo para os campos políticos e religiosos na cidade, constituindo assim um poderoso mecanismo simbólico de construção do poder em Sobral.

Thiago Braga Teles da Rocha, em “*Sobral como cidade progressista*”: entre planos, projetos e representações”, discute o processo de eletrificação em Sobral, estabelecendo uma relação com o conceito de *progresso*. O texto nos mostra que foi organizada uma “campanha em prol da eletrificação da cidade, realizada por setores da elite política da cidade, com destaque para a Igreja Católica a partir do jornal *Correio da Semana*”. Para isso, foi utilizado o “Projeto das Redes Primárias e Secundárias de Distribuição de Energia Elétrica da Cidade de Sobral”, documento resguardado no Núcleo de Documentação

Histórica (NEDHIS), ligado ao curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

O capítulo assinado por Antônio Vitorino Farias Filho, “Imagens no espelho: mulher depravada e mulher ideal em Ipu-CE no início do século XX”, discute a questão da prostituição e sua relação tensa com a chamada Modernidade e com os valores do progresso, de modo que a prostituta no espaço público representou “uma imagem invertida da mulher ideal, buscada pelos grupos dominantes”. Chama atenção o autor para o importante fato de que “É somente no início do século XX, mais ainda na década de 1920, na cidade de Ipu, que a prostituta e a prostituição aparecem explicitamente nas fontes”.

No capítulo “‘Isso é atestado de seu progresso. Sí Sobral, Camocim e outras cidades sertanejas têm o seu jornal, porque não poderíamos ter?’ a elite escritora e o ideário de controle e modernidade em Ipu-CE (1900-1920)”, Antonio Iramar Miranda Barros e Alexandre Almeida Barbalho discutem a questão da Modernização sob a ótica das lides jornalísticas, a partir das experiências e do “pensamento de três sujeitos, a partir dos grupos aos quais pertenciam: Abílio Martins, Herculano Rodrigues e Leonardo Mota”, entendendo que os jornais eram encarados como sinais claros de progresso, desenvolvimento e inovação.

Raimundo Alves de Araújo e Emmanuel Teófilo Furtado Filho assinam o capítulo “O campo de concentração do Ipu no contexto da Revolução de 1930”. Os autores analisam a constituição do campo de concentração na cidade do Ipu no ano de 1932, no contexto de criação de outros campos, em cidades como Quixeramobim, Crato, Cariús, Senador Pompeu e Fortaleza. Os autores refletem que tal acontecimento não tem o reconhecimento e importância para os poderes locais, lamentando “que não haja um marco histórico identificando o local exato do campo de concentração do Ipu, nem um memorial preservando a memória e a história de tão trágico e lamentável acontecimento!” O campo de concentração da cidade do Ipu fazia parte de um projeto maior, que, entre outros objetivos, pretendia “fazer dele uma ‘parede de contenção’ para poupar a cidade de Sobral do assédio dos retirantes”. Nesse sentido, afirmam os autores que “Ignorar este passado horrível é o mesmo que ‘assassinar novamente’ aquelas vítimas”.

Na sequência, Cid Morais Silveira, em “‘Os teus filhos, cidade encantada, escondidos no seu coração’: a vida e a morte do Centro Social Morrinhense (1952 – 1963)”, analisa a criação e o fim de uma instituição chamada Centro Social Morrinhense, em 1952, na cidade de Fortaleza, num contexto em que seus fundadores acreditavam que Morrinhos, “uma pequena vila encravada entre o lito-

ral e o sertão, no interior cearense, composta de oito ruas, dois grandes quadri-láteros que os moradores chamavam de ‘praça’ e com aproximadamente 1.097 habitantes”, estava “desamparada e abandonada pelo poder público”, objetivando “1º) proporcionar as melhores ocasiões de progresso àquela vila; 2º) levantar o nível social de seus habitantes; 3º) auxiliar os estudantes pobres do distrito; 4º) promover campanha sobre assuntos dos mais variados: educação, cultura, escolas, alfabetização de adultos, agricultura e outros problemas locais”.

Joaquim dos Santos, no capítulo “‘Nas porteiras’ de outros mundos: a Pedra Branca na tradição oral”, encontrou uma pedra em seu caminho. Por isso reflete “sobre o lugar da Pedra Branca na tradição oral sobre os mortos na região do Cariri, dando destaque às memórias sobre a grande rocha e os significados que lhe são atribuídos pelos moradores das áreas próximas ao rochedo”. Aponta o autor que “a Pedra Branca está localizada no sítio Jatobá, na encosta da Chapada do Araripe, zona rural do município de Porteiras”. Ele enfatiza ainda que na “relação entre as pedras e as almas nos interiores do Brasil, é notório como seus laços são estreitos e porosos, tanto no que diz respeito às pedrinhas, quanto aos grandes rochedos”.

Fechando a segunda parte e a obra, temos o capítulo de Reginaldo Alves de Araújo, “Vamos falar sobre um sertão? Do sertão dos párias incultos ao culto à pátria”, no qual o autor analisa “algumas variações de sentido da palavra sertão em diferentes momentos históricos”, atentando para o fato de que vai deixar “de lado a ideia de sertão como sinônimo de seca e de fome [...] para nos concentrarmos em outras duas imagens: a de um espaço não civilizado no contexto colonial, ao sertão enquanto reservatório das raízes culturais da nacionalidade brasileira”. Entende o autor o sertão como um espaço plural e simbólico, material e sensível, sendo entendido também como um espaço de resistência renhida ao colonialismo.

Voltando à trilha aberta por Carlos Drummond, no poema *A suposta existência*, nos diz o poeta: “[...] e tento construir-me de novo a cada instante, a cada cólica, na faina de traçar meu início [...]”. O ser do poeta é parte remontada, refeita, ressignificada com a matéria da vida, com o espanto de todo dia. Ser reconstrução é sonhar ser outro a cada instante, apesar da cólica, do gemido. O que há, de fato, para se construir novo a cada instante, é uma multiplicidade de caminhos, de trilhas, de sendas abertas. O poeta nos mostra novos caminhos, assim como historiadores e historiadoras também apontam em seus trabalhos para o múltiplo das coisas, da vida, dos acontecimentos. E se uma

das características da obra poética de Drummond é o “princípio-corrosão”, nas palavras de Luiz Costa Lima, nas obras dos historiadores temos, certamente, o “princípio-reflexão”, quem sabe, de forma mais ousada, o “princípio-coração”...

Boa caminhada!

Boa leitura!

Francisco Dênis Melo





**1ª PARTE**  
HISTÓRIA, MEMÓRIA,  
AUTORITARISMO E  
MILITÂNCIA POLÍTICA  
NO SÉCULO XX





# Da construção à celebração do golpe de 1964 no Ceará: usos políticos de elementos neomedievalizantes

*Jucelio Regis da Costa*<sup>1</sup>

## Introdução

As mobilizações conservadoras e políticas que organizaram, programaram e realizaram atos públicos nas principais capitais brasileiras e em suas diferentes cidades interioranas, visando à demonstração do reconhecimento popular à intervenção militar, a qual resultou de um tencionado processo de desgaste e desmobilização do governo João Goulart (1961-1964), conseguiram mobilizar um conjunto de símbolos neomedievalizantes com profunda carga política e religiosa.

Neste artigo, abordaremos como centralidade os usos político-religiosos de elementos neomedievais, em que os seus mobilizadores pretenderam construir e legitimar o golpe de 31 de março de 1964 por meio de realizações públicas, como as eleições de 1962, as Cruzadas do Rosário em Família, a Missa congratatória às Forças Armadas e as Marchas da Vitória. Estes acontecimentos serviram para os grupos conservadores, partidos políticos, instituições e algumas autoridades como espaço de demonstração pública ou aceno aos militares, bem como instrumento de arregimentação de ampla parcela da sociedade, atribuindo o sentido de clamor popular.

---

1 Professor do curso de Licenciatura em História, pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, *campus* da Universidade Estadual do Ceará – UECE; Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); [regis.costa@uece.br](mailto:regis.costa@uece.br).

Dividimos este artigo em duas partes, procurando estabelecer a compreensão dos usos que determinados grupos políticos e organizações conservadoras desempenharam na função de definição de identidades e colaboradores ao projeto de base militar em torno do golpe de 1964, respectivamente: em primeiro lugar realizamos a delimitação da perspectiva de usos políticos neomedievais para se pensar os acontecimentos atrelados ao golpe de 1964; na segunda parte, buscamos identificar os grupos que realizaram os usos políticos neomedievais em torno dos acontecimentos mencionados acima e os sentidos atribuídos.

O desenvolvimento das partes que compõem este artigo buscou como diretrizes alguns questionamentos no intuito de encontrar respostas para reflexão histórica desse passado: Como homens e mulheres se apropriaram desses elementos neomedievais? Quais foram esses elementos? Como eles apareceram em torno dos acontecimentos citados?

## **Identificação do campo temático**

Leslie Workman, em 1979, mediante a revista de *Studies in Medievalism* (SIM), volume 01, contribuiu para os estudos medievais com uma nova percepção, a qual trazia consigo uma diferenciação entre Idade Média histórica e o medievalismo. De acordo com Leslie, a idade média histórica correspondia a uma temporalidade finalizada, cuja cronologia histórica abrangia dois acontecimentos principais: da queda de Roma até o período reconhecido como o Renascimento. Já o medievalismo, segundo Leslie, apontava para o sentido da percepção pelos sujeitos históricos de que a idade média era um aspecto situado no passado, o qual era mobilizado diante das demandas do presente como possibilidade de resgate, revivência e imitação.

Porém, a definição proposta por Leslie possuía limitações, sobretudo, porque no processo de constituição da disciplina de medievalismo o autor não havia reconhecido uma aproximação analítica entre o medievalismo e o classicismo, em que este último fora responsável por um movimento “de criação do passado greco-romano, paralelo ao medievalismo como um processo de criação da Idade Média”.<sup>2</sup>

Como possibilidade de resolução desse impasse conceitual e de pensar as produções de pesquisas no bojo das tradições pós-coloniais em torno da temática em questão, desenvolveu-se o termo neomedievalismo, por influência de

---

2 ALTSCHUL, Nadia R.; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em busca dos dragões: a Idade Média no Brasil. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 13, nº 25, jan.-jun., 2020, p. 28.

Humberto Eco, diante do uso da expressão *Travels in Hyperreality* em sua produção acadêmica. Deste modo, concluiu-se que “o medievalismo entraria em diálogo com a Idade Média cronológica e seus elementos históricos, enquanto o neomedievalismo” desempenharia papel significativo em torno das produções que constituem sentidos e sensações do medieval.<sup>3</sup> Além disso, é preciso compreender, segundo a perspectiva de Marcelo Berriel, que estas terminologias não representam apenas mudanças nas conceituações, mas em especial, entendê-las como movimento de constituição de campos de estudos específicos, alicerçados ao campo geral dos estudos medievais.<sup>4</sup> Assim, compreende-se que cada campo de estudo se constitui tomando objetos distintos, percursos distintos, porém com uma complexa dissociação dos estudos medievais.

Outro aspecto fundamental de notoriedade para o referido campo de estudos e pesquisas são as assumidas abordagens pós-coloniais/decoloniais com o sentido de rupturas de arcaísmos euro-referenciados, assim como possibilidade de descolonização do pensamento latino americano.<sup>5</sup> Estes aspectos são indispensáveis, uma vez que os estudiosos medievais brasileiros, ao se deslocarem geograficamente para construir os seus próprios referenciais teóricos de análises, poderão obter melhores explicações acerca dos usos e das funções que o medieval desempenha nos processos de articulação política de grupos conservadores no Brasil.<sup>6</sup>

Para que isso seja possível, torna-se necessário a adoção do viés do perspectivismo e do empirismo, em que, respectivamente, exige o reconhecimento dos próprios sujeitos observados como sendo o centro de referências de interpretação, relacional e móvel, assim como também posicionar as análises empíricas das fontes num patamar de demonstração das possibilidades de explicações próprias da realidade, atentando-se para as formas de representações, usos e recriações específicas do medieval no Brasil.<sup>7</sup>

Neste sentido é que propusemos analisar os usos de elementos neomedievais a partir das perspectivas produzidas no contexto de guerra fria, em especial, aquelas vinculadas à conjuntura política brasileira (1961-1964), a partir do enga-

3 ALTSCHUL, Nadia R.; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em busca dos dragões: a Idade Média no Brasil. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 13, nº 25, jan.-jun., 2020, p. 29.

4 BERRIEL, Marcelo Santiago. Pour un autre moyen age au Brésil: a perspectiva decolonial na busca de uma episteme para a compreensão dos medievalismos brasileiros. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 13, nº 26, jul.-dez., 2020, p. 71.

5 *Idem*, p. 77.

6 ALTSCHUL, Nadia R.; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em busca dos dragões: a Idade Média no Brasil. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 13, nº 25, jan.-jun., 2020, p. 27.

7 BERRIEL, Marcelo Santiago. Pour un autre moyen age au Brésil: a perspectiva decolonial na busca de uma episteme para a compreensão dos medievalismos brasileiros. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 13, nº 26, jul.-dez., 2020, p. 86.

jamento de amplas parcelas conservadoras da sociedade brasileira na construção de acontecimentos que visavam à deposição do presidente João Goulart, assim como também pretendiam a conservação dos elementos que compunham a cosmovisão religiosa cristã.

Torna-se indispensável tomar a realidade do Ceará para se refletir como algumas autoridades políticas, religiosas e grupos conservadores, ao se apropriarem de aspectos medievalizantes, mobilizados dentro do espectro da cena política e da ritualização religiosa, conseguiram fazer com que alguns acontecimentos como as Cruzadas do Rosário, as eleições de 1962, Marchas da Vitória, Missa Congratulatória se transformassem em peças da engrenagem de recuperação do tempo divino, da consagração das autoridades e da recuperação de modelos de papéis sociais. Por outro lado, serviram como eventos explicativos de rejeição a todas as formas de rupturas das tradições religiosas, condenando ao suposto perigo comunista, as reformas modernizadoras nas estruturas de bases e qualquer tipo de agenda nacionalista.

## **Conjunto de acontecimentos políticos mobilizados**

Durante a conjuntura de Guerra Fria, o mundo esteve geopoliticamente dividido em dois blocos ou forças de modelos socioeconômicos. Prevaleram nesse momento duas concepções de sociedade, representadas de um lado pelo capitalismo norte-americano e, do outro, pelo conjunto de países ligados ao socialismo soviético. Nesta conjuntura tensionada, tanto as relações políticas quanto as econômicas faziam parte da agenda de debates internos em cada país, dentro da movimentação da geopolítica, fazendo com que as suas relações exteriores e programas de propostas econômicas fossem estabelecidos a partir de um dos blocos referenciados em rejeição ao outro.

A conjuntura de Guerra Fria também possibilitou o desenvolvimento do imaginário anticomunista, o qual recebeu diferentes formas de utilização por aqueles que se colocaram como combatentes do comunismo. O anticomunismo possibilitou o desempenho de diferentes papéis e usos no conjunto de ações articuladas durante a conjuntura de 1961 a 1964, fazendo com que os diferentes grupos se apropriassem do anticomunismo no atendimento de seus interesses, demarcando espaço de atuação política, aparelhamento do Estado, em especial, servindo de mobilização em torno das disputas políticas e de desgaste de agenda governamental, como foi o caso do presidente João Goulart.<sup>8</sup>

8 RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 19.

Em termos de definição, Carla Simone Rodeghero entende o anticomunismo como sendo “uma postura de oposição sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”.<sup>9</sup> Neste sentido, o anticomunismo se constitui como um conjunto de ideias, pensamentos, imagens, imaginários e representações, possibilitando a percepção de elementos diferenciados de identidades e de papéis.

Segundo Rodeghero, o anticomunismo tem sido analisado historicamente a partir de facetas interdependentes, como as representações, as ações e os grupos. Entende-se representações como sendo uma ferramenta explicativa globalizante da situação vivida, mobilizando definições diferenciais de identidades entre “nós” e os “outros”, operando elementos perceptivos, emotivos, evocação do medo, etc. Já em relação às ações e aos grupos, as representações anteriores serviram com que diferentes grupos, instituições, partidos e entidades desempenhassem atividades de “produção de propaganda, controle e ação policial, atividades educativas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo”.<sup>10</sup>

Como o anticomunismo serviu a diferentes propósitos e grupos, percebemos historicamente que existiram diferentes anticomunismos situados na conjuntura política brasileira (1961-1964), destacando-se pelo menos três vertentes: o anticomunismo militar, composto pela adesão de ampla participação de soldados do Exército, sobretudo, pela mobilização política do passado em torno da Intentona Comunista; o anticomunismo político, mais especificamente vinculado ao movimento político lacerdista<sup>11</sup> e de caracterização partidária udenista,<sup>12</sup> que em diferentes estados serviu como possibilidade de conquista ou recuperação de importantíssimos cargos políticos eletivos; e o anticomunismo católico, o qual desempenhou ações de combate ao comunismo por meio de ampla participação das lideranças religiosas, da alta cúpula Católica, interferindo nas discussões ligadas à sindicalização dos trabalhadores rurais, ao estatuto do trabalhador rural, à reforma agrária, às mobilizações dos camponeses no nordeste brasileiro, formação de grupos católicos efêmeros, que na linha de frente articularam ações políticas de desgastes ao governo de João Goulart, na participação de mobilizações conspiradoras do golpe de

---

9 *Idem*, p. 21.

10 RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 22.

11 Ver DELGADO, Márcio de Paiva. *O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. (Dissertação de mestrado em História, UFJF, 2006).

12 Para melhor compreensão do fenômeno político e partidário, ver BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *UDN e o Udenismo: a ambiguidade do liberal*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

1964, assim como também na realização de eventos públicos que buscaram a sua legitimação e a implantação da ditadura militar (1964-1985).

Durante o processo de mobilização anticomunista é que reapareceram múltiplos discursos, imagens, ideias e comportamentos políticos, os quais remetiam a uma cosmovisão sistêmica medievalizadora, ou seja, o anticomunismo disseminado na época ganhava especificidade em relação a períodos anteriores, justamente porque se apropriava de elementos medievais e os reutilizavam, estendendo-os para o momento vivido, usando como fonte explicadora e orientadora do processo político enfrentado naquele momento. O anticomunismo desenvolvido internamente no Brasil, mais ainda, nos diferentes estados, teve como fonte principal a medievalização do enfrentamento político entre as esquerdas e as direitas no debate público, seja nos jornais ou nas avenidas e praças.

Neste processo de medievalização é que se constituía a disseminação de visões, a atuação de instituições e desempenhos de ações, que convergiam no propósito de consagração religiosa do tempo vivido e do espaço geográfico. Por outro lado, a medievalização religiosa e política contribuíram no sentido de buscar estratégias para a harmonização dos conflitos políticos enfrentados entre partidos, classes sociais e entre a Igreja e o Estado. Deste modo, a medievalização dos elementos utilizados para manutenção do *status quo* social ganhou sentido de positividade dentro do sistema de concepção de sociedade, política, gênero e na relação público/privado.

## **Medievalização da Revolução Russa e da Guerra Fria**

Com relação à conjuntura de Guerra Fria, algumas instituições, como por exemplo, a Igreja Católica sediada no Ceará, fez uso de seu próprio periódico impresso, o jornal *O Nordeste*, para combater o suposto perigo comunista no Brasil, na região Nordeste e no estado. A partir desse jornal católico, tanto os acontecimentos internacionais e nacionais quanto os acontecimentos regionais eram viabilizados em forma de matérias, notícias e reportagens, caracterizados por uma visão religiosa atemporal e resistente a todas as formas de transformações.

No que diz respeito à conjuntura mundial, a direção da Igreja Católica no Ceará, via publicação do jornal *O Nordeste*, interpretava a União Soviética como modelo de governo satânico e destruidor dos valores e princípios cristãos ocidentais. Semelhantemente, atribuía à Rússia a culpabilização em pro-

mover os conflitos políticos, os quais resultaram na independência de colônias (latino-americanas, africanas e asiáticas) das dominações de países europeus.

Na edição de 03 de setembro de 1959, o jornal *O Nordeste* trazia em sua capa, no formato de caixa de texto a informação de que a Rússia causava conflitos nas relações diplomáticas entre os países europeus, assim como às suas colônias. Segundo *O Nordeste*, “as relações de amizade entre os governos da França e da Inglaterra acham-se um pouco tensas, pois a França desaprova as atitudes inglesas de amaciamento diante da Rússia e de ajuda aos rebeldes das colônias” francesas no continente africano. De modo claro e objetivo, as lideranças religiosas católicas, pelo menos no Ceará, durante a propagação de seus ideais combativos ao comunismo, interpretaram o processo de descolonização das antigas colônias europeias como uma sinalização da comunização nesses lugares assim como também como um reflexo ou o enfraquecimento dos referenciais ocidentais cristãos.

Em outra matéria, anterior a essa, no dia 01 de setembro de 1959, na página 02, o jornal *O Nordeste* trazia uma cronologia temporal, de autoria de Suzana Marques, a qual buscou estabelecer uma relação entre o aparecimento de Fátima a algumas jovens em Portugal à forma de atuação política da Rússia. Após Fátima ter se apresentado à Lúcia, esta última escreveu um manuscrito em 1941, narrando algumas das revelações recebidas:

A primeira trata da visão do inferno, visto pelos três pastorinhos a 13 de julho de 1917, tão comovidos ficando, que elevaram desde então orações constantes e fizeram penitência pela conversão dos pecadores. Refere-se a segunda, à devoção ao Imaculado Coração de Maria. A Virgem pediu então que a Rússia fosse consagrada ao seu coração e a comunhão reparadora no primeiro sábado de cada mês. Essa segunda parte prediz a guerra e as perseguições, mas termina com uma nota alentadora: “Triunfará seu Coração Imaculado... A Rússia se converterá e o mundo desfrutará um período de paz”. A conversão final da Rússia vem na mensagem desde a aparição de 13 de julho de 1937, quando ainda era coisa do futuro a revolução bolchevista em novembro daquele ano.<sup>13</sup> (Grifo nosso).

Na passagem mencionada acima, dividida em duas partes, a Igreja propôs evidenciar uma narrativa profética colocando a atuação política da Rússia no cenário internacional de Guerra Fria como elemento pré-anunciado divinamente. De modo semelhante, o fim da Rússia aparece na narrativa como

---

13 *Jornal O Nordeste*. Fortaleza-CE, 01 de setembro de 1959, p. 03.

fato conhecido e evidente. Nota-se que ambas as temporalidades (Revolução Russa e Guerra Fria) lidam com a intervenção religiosa como explicação da realidade social, fazendo uso de representações voltadas à guerra, ao inferno e às perseguições. Na primeira, tem-se a construção de uma narrativa que expressa a cosmovisão religiosa diante do processo de revolução sócio-política da Rússia, enquanto que na segunda, em plena Guerra Fria, ocorrem as apropriações dos elementos anteriores para legitimar as ações da instituição na nova realidade social.

O pedido de consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria, demonstrando um ato de obediência e, posteriormente, como resposta divina que interviria no projeto político soviético, também serviu de inspiração para as mobilizações políticas, tanto de instituições e entidades religiosas como de grupos de partidos políticos no Brasil e no Ceará. No dia 25 de outubro de 1959, durante a ocasião da celebração de Cristo Rei, decidiu-se que o Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro celebraria “cerimônia magnífica de doação do Brasil, ao Senhor do Universo”. Da mesma forma, na referida ocasião era celebrado “o ato solene de consagração oficial do Ceará ao Coração Amabilíssimo de Jesus”. O editorial do jornal, ao apropriar-se do passado colonial brasileiro, enfatizava que “nascemos e vivemos no ambiente da comunhão católica, à luz dos ensinamentos que Anchieta e Nóbrega disseminaram na catequese dos habitantes das selvas virgens, neste largo trecho da América”<sup>14</sup>

No dia seguinte, 23 de setembro de 1959, o jornal *O Nordeste* visibilizava a movimentação do Arcebispo Metropolitano de Fortaleza em torno da Confederação das Associações Católicas da Arquidiocese para estabelecer a consagração do estado do Ceará simultaneamente à festa de Cristo Rei, cujo ato seria realizado “pelo governo do estado estadual do Ceará ao Sacratíssimo Coração de Jesus, no dia 25, também do próximo mês, festa de Cristo Rei”. Percebe-se que, a partir desses eventos religiosos, que contavam com a presença de autoridades políticas e militares, vão ganhando organicidade para posteriormente desempenharem ações contrárias ao governo João Goulart, adesão ao golpe e legitimação ao regime militar. A festa de Cristo Rei foi instituída pelo Papa Pio XI, em solenidade no ano de 1925, com o intuito de mobilizar os fiéis católicos contra as ideias de movimento laico e de rompimento aos ideais cristãos.

O jornal católico *O Nordeste* não era o único meio de articulação da Arquidiocese de Fortaleza no desempenho das ações de enfrentamento às questões políticas brasileiras. O estado Ceará, até o momento do golpe de

---

14 *Jornal O Nordeste*. Fortaleza-CE, 22 de setembro de 1959, p. 03.

1964, contava com cinco dioceses, fundadas em cidades interioranas, pertencentes a diferentes regiões locais. As dioceses de Crato (1914), Sobral (1915), Limoeiro do Norte (1938), Iguatu (1963) e Crateús (1963) foram muito atuante na defesa dos ideais cristãos e no combate às ideias modernizadoras, progressistas e laicas. Em conjunto, as dioceses cearenses desempenharam ações religiosas e políticas no combate ao comunismo nas pequenas cidades que faziam parte das suas administrações, interferindo na formação dos grupos políticos locais, no processo de educação via escolas normais e diocesanas, pelo controle do sistema radiofônico em algumas cidades e por cartas circulares. No instante em que a Arquidiocese fortaleceu atuava em determinadas questões políticas, certamente havia replicações dessas ações nas dioceses no interior do Ceará, inclusive recebendo todo tipo de ajuda através destas.

## Medievalização das eleições de 1962

Foi no plano da disputa política majoritária de 1962 que a Igreja Católica no Ceará desempenhou um profundo comportamento de combate ao suposto perigo do comunismo, embora as eleições para prefeitos em algumas cidades brasileiras já viessem chamando a atenção da Arquidiocese de Fortaleza-CE, como a eleição na cidade de Recife-PE, “tendo sido eleito prefeito o sr. Miguel Arraes, cearense e comunista fichado”.<sup>15</sup>

A medievalização religiosa sobre a conjuntura política brasileira (1961-1964), além de ter se apropriado dos aspectos de consagração temporal e espacial sobre os acontecimentos contemporâneos, também inseriu nesse repertório o aspecto do anátema e do inimigo externo. Os novos inimigos externos da Igreja eram os comunistas, enquanto que o anátema agora eram os membros simpatizantes ou adeptos das ideologias combatidas pela instituição. É neste sentido de definição de identidades (cristãos, anátema, inimigo externo) que se realizaram as novas “guerras santas”, mediante a realização das Cruzadas dos Rosários em Família e a orientação da agenda política nas eleições de 1962. O ano em questão possibilitou aos grupos conservadores a atuação nessas duas linhas de frente para a propagação do anticomunismo. Ambos os acontecimentos serviram também como elementos de reivindicação do poder de decisão da Igreja Católica, em especial, objetivando contornar os conflitos existentes entre o poder espiritual e o poder político.<sup>16</sup>

15 *Jornal O Nordeste*. Fortaleza-CE, 01 de setembro de 1959.

16 GUISSOLPHI, Anderson José. *As Cruzadas do Rosário em família do padre Patrick Peyton e o anticomunismo no Brasil (1962-1964)*. (Dissertação em História, Universidade de Passo Fundo – UPF), 2013, p. 90-91.

No Ceará, as eleições de 1962 ficaram conhecidas historicamente pela formação de um grupo político robusto, de caráter conservador e anticomunista, denominado de “União pelo Ceará”. O referido grupo integrou os diferentes grupos políticos (políticos, classes produtoras, religiosos e militares) e desenvolveu uma engenhosa campanha anticomunista, sob a orientação do Armando Falcão nos diferentes espaços (imprensa escrita, televisão e rádios), tendo à frente o candidato udenista Virgílio Távora.<sup>17</sup> Como candidato, Virgílio Távora aparecia nas matérias jornalísticas como candidato da democracia, cristão, administrador equilibrado, etc., em contraposição ao candidato representado pelas esquerdas cearenses, Adahil Barreto, apresentado como alguém sem escrúpulo, oportunista e simpatizante do comunismo. Estes são alguns dos aspectos apresentados nas campanhas políticas anticomunistas de 1962, como bem demonstra o jornal *Gazeta de Notícias* na matéria abaixo:

#### VIRGÍLIO: CANDIDATO DO BEM COMUM E NÃO DO COMUNISMO INTERNACIONAL

Não estamos aqui para atacar ninguém. Mas esclarecer, comentar, debater com elevação e patriotismo os temas da sucessão no Ceará. Jamais poderíamos negar ao Partido Democrata Cristão, liderado por jovens idealistas, como os srs. Gentil Nogueira e Aderbal Freire, o direito de ter candidato próprio, contrariando uma tendência generalizada do eleitorado cearense, que inegavelmente deseja Virgílio Távora e não Adail Barreto. Concordamos mesmo com a técnica adotada pelo PDC, de crescer por um gesto de rebeldia, aproveitando contrariar um ponto de vista unânime. Politicamente, o “golpe” caracteristicamente eleitoreiro do PDC é, até certo ponto, justificável. O que não se justifica, o que não se entende, o que se condena é a aliança de um Partido Democrata Cristão, que luta pelo Bem Comum, com os remanescentes do extinto Partido Comunista do Brasil, que luta pela Ditadura do Proletariado, pelo Totalitarismo, pelo Esmagamento do Povo, pelo Trucidamento da Liberdade: Hungria, Polônia, Alemanha Oriental, Iugoslávia, Tchecoslováquia, România, Albânia, China, a metade do mundo escravizada à brutalidade dos métodos soviéticos. Isso nós não entendemos. Homens que integram um partido democrático e cristão, em nome de um candidato “soi-disant” NACIONALISTA, como o sr. Adahil, de braços dados, de mãos dadas com os comunistas que, em perseguições bestiais, ergueram o Muro da Vergonha em Berlim, massacram a Hungria e a Polônia Católicas, condenam os chefes da Igreja do Silêncio à prisão perpétua, ao fuzilamento e ao enforcamento — para que no Ceará o sr. Gentil, o sr. Adail estendam a cândida mãozinha aos representantes de Carlos Prestes. Virgílio Távora, candidato da União pelo Ceará, não é um reacionário. Não é um

---

17 COSTA, 2020, p. 262.

político profissional, desses que vivem unicamente da política. É um administrador honrado. Capaz. Eficiente. Dinâmico. Um democrata, um cristão. Claro, nunca foi comunista. Também nunca foi um “anticomunista” profissional. Um fanático do “anticomunismo” como existem tantos no mundo, como uma reação normal ao fanatismo bolchevista de outros. Pelo contrário: não sendo comunista, nunca tendo sido comunista, sabe perfeitamente que a melhor maneira de evitar o comunismo é lutar, dentro da democracia, dentro do clima de liberdade, pela emancipação econômica do povo, pela melhoria das condições de vida do operariado, criando novas condições de riqueza para o Ceará e para o Brasil, abrindo perspectivas verdadeiras a um melhor nível de vida às classes menos favorecidas. Que fez o sr. Virgílio Távora no Ministério da Viação? Precisamente isso. Deu trabalho e progresso ao Ceará. Velou incessantemente pelos seus interesses, o seu porto, a sua eletrificação, as suas estradas, as gentes dos seus lagamares e arraiais empobrecidos. Onde o reacionário? Onde o político distanciado do povo? Dos trabalhadores, do campo e da cidade? Porventura não é um homem dessa estirpe, dessa linha, o primeiro a merecer o apoio do Partido Democrata Cristão? Ou o PDC cearense prefere ser “vedeta” — e “vedeta” escandalosa! — para aumentar os seus pingues recursos eleitorais às custas de uma aliança nefanda com os remanescentes do Partido Comunista do Brasil? Onde a responsabilidade DEMOCRÁTICA E CRISTÃ neste episódio da sucessão cearense? Longe dos extremos políticos, que produziram Hitler e Stálin, mas atento, profundamente atendo ao desenvolvimento da comunidade, do elemento social, do povo que trabalha e produz, citou-se o sr. Virgílio Távora, política e ideologicamente. O seu antagonista foi buscar nos subterrâneos do comunismo nativo — voraz e demagogo — os seus instrumentos de agitação e confusão do espírito popular. A uma união política, de grande envergadura, de um sentido enorme para um Estado sub-desenvolvido, aplicou-se a pecha infamante, tipicamente do vocabulário bolchevista: “cambalacho de cúpulas”, “acordos de reacionários”, “poderio econômico”, “classes dominantes” e baboseiras tais.<sup>18</sup>

A nota produzida da “União pelo Ceará” direcionava um conjunto de críticas, destacando-se aquelas dirigidas ao Gentil Nogueira e Aderbal Freire, que, como líderes do Partido Democrata Cristão, foram intitulados como “rebeldes” por propor o “golpe” de candidatura própria. A crítica se tornou mais contundente ainda quando a nota afirmava que o PDC estabelecia aliança com membros do extinto Partido Comunista do Brasil, incorporando-se ao grupo dos que lutam pela “ditadura do proletário”, mencionando uma lista de países supostamente engajados na comunização internacional.

18 *Jornal Gazeta de Notícias*. Fortaleza-CE, 11 de setembro de 1962.

Por outro lado, a nota objetivava realçar as qualidades do seu candidato (Virgílio Távora), caracterizando-o como um candidato cristão, democrático, eficiente, capaz e administrador, buscando adesão expressiva de eleitores religiosos nas diferentes regiões do estado do Ceará.<sup>19</sup> A Aliança Eleitoral pela Família – ALEF representava nesse momento um instrumento organizativo de intervenção de setores conservadores católicos na orientação dos fiéis em votar nos candidatos representantes dos ideais cristãos e e na defesa das instituições como a Igreja, a família e a pátria.<sup>20</sup>

O embate político também ocorreu nas principais Igrejas Católicas onde residiam as cinco dioceses interioranas, em que os bispos locais escreviam cartas, realizavam ensinamentos doutrinários nas missas, concediam entrevistas em rádios ou enviavam notas aos principais jornais cearenses como *O Povo*, *Unitário*, *Gazeta de notícias* e *O Nordeste*. Como exemplo disso, temos o bispo da Diocese de Limoeiro do Norte, que escreveu uma carta ao jornal *Gazeta de Notícias* orientando o eleitor jaguaribano que, “ao penetrar na cabine para votar, lembre-se cada um que vai influir definitivamente, com o seu voto, nos destinos da Pátria e quiçá da Igreja”.<sup>21</sup>

## **A medievalização das Cruzadas do Rosário e das organizações femininas**

Com relação à realização das famosas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina, em especial no Brasil, foram realizadas sob a liderança do Padre Patrick Peyton, contando com o apoio de Peter J. Grace, de empresários norte-americanos e da CIA. A participação deles em promover movimento religioso de caráter popular dizia respeito à convergência de interesses, o temor de que “o avanço do comunismo latino-americano colocasse em risco seus empreendimentos”, em especial, na América do Sul.<sup>22</sup> Deste modo, as cruzadas serviram estrategicamente para o desempenho de ações combativas ao comunismo, e mais ainda, pavimentaram um dos diversos caminhos que culminou com a realização do golpe de 1964 e para a instalação do regime civil-militar (1964-1985).

19 COSTA, Jucelio Regis da. “União pelo Ceará”: articulação anticomunista na/pela imprensa cearense de 1962. In: OLIVEIRA, Claudia Freitas de (Org.). *História da saúde e das religiões*. Sobral: Editora SertãoCult, 2020, p. 272. (Coleção História e Historiografia, v. 10).

20 COSTA, Jucelio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. São Paulo: Clube de Autores, 2016, p. 65.

21 *Jornal Gazeta de Notícias*. Fortaleza-CE, 25 de julho de 1962.

22 GUISSOLPHI, Anderson José. *As Cruzadas do Rosário em família do padre Patrick Peyton e o anticomunismo no Brasil (1962-1964)*. (Dissertação em História, Universidade de Passo Fundo – UPF), 2013, p. 87.

A nova guerra espiritual consistiu no atendimento de demandas de evangelização na América Latina, buscando suprir a aberturas de seminários e formação de padres, implicando no crescimento da influência católica na região. Esse projeto contou com o apoio de outros programas norte-americanos, como a Aliança para o Progresso, que promoveu incentivo financeiro para governadores e deputados em obras públicas que se identificavam com o pensamento anticomunista. As cruzadas foram realizadas no Brasil entre os anos de 1962 a 1964, nas principais cidades como Rio de Janeiro (1962), Recife (1962), Salvador (1963), Belo Horizonte (1963), Porto Alegre (1963), Curitiba (1964) e São Paulo (1964).<sup>23</sup> Confirmou-se que as mobilizações anticomunistas das cruzadas promovidas nos países sul-americanos pelo padre Patrick tiveram a implantação de regimes militares: Paraguai (1954), Colômbia (1953-1957), Venezuela (1953-1958), Brasil (1964), Argentina (1976), Bolívia (1966), Chile (1973) Uruguai (1973).<sup>24</sup>

Poucos meses anteriores à realização da primeira Cruzada no Rio de Janeiro, surge nessa cidade uma organização de mulheres conservadoras como grupo de pressão política contra a agenda governamental de João Goulart. É nesse processo de polarização política entre diferentes grupos, partidos e instituições que surge a entidade Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE. A entidade foi constituída inicialmente a partir de uma reunião na casa de Amélia Molina Bastos, no bairro Ipanema, contando com a presença do general Antônio Molina Bastos, do engenheiro Glycon Paiva, do frei Basteri e famílias próximas à residência.<sup>25</sup>

A CAMDE, assim como as demais entidades conservadoras, era composta de mulheres religiosas de classes sociais médias e altas e contou com a colaboração de homens, além de seus esposos, de membros vinculados ao IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Entre 1962 e 1964, a entidade feminina ganhou uma expressiva adesão de mulheres católicas no estado do Rio de Janeiro e em diversos estados brasileiros, cotando com secretarias, diretorias, tesourarias e outros departamentos internos, mediante contatos telefônicos, cartas, reuniões, etc. Após a realização da Cruzada do Rosário em Família, passaram a atuar publicamente com notas em jornais sobre o suposto perigo comunista e a aproximação do presidente com as entidades e partidos de esquerdas.

---

23 *Idem*, p. 96.

24 *Idem*, p. 139.

25 Ocorrida em 12 jun. 1962.

Em 1964, com os desdobramentos dos acontecimentos nacionais e o avanço do projeto conspiratório com o apoio das Forças Armadas, dos Estados Unidos e dos institutos IPES/IBAD, a Camde iniciou os seus preparativos para a realização de uma manifestação pública, solicitando às Forças Armadas brasileiras a intervenção militar. Simultaneamente aos passos da Camde, a União Cívica Feminina - UCF, de São Paulo, também passou “a coordenar e gerenciar as entidades que foram sendo formadas nos demais estados brasileiros”.<sup>26</sup> A organização inicial desta entidade foi na SEI – Sociedade de Estados Interamericanos, onde as mulheres paulistas conservadoras, receberam também apoio de militares, políticos e empresários ligados aos institutos IPES/IBAD.

Como ambas as entidades, CAMDE e UCF, já vinham se mobilizando contra o governo do presidente João Goulart, elas já aguardavam uma ocasião específica para realização de uma demonstração pública nas principais avenidas das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Surge então, na ótica das diretorias dessas entidades, a oportunidade de reação, no 12 de março de 1964, quando da realização do Comício da Central do Brasil (RJ), promovido pelo presidente João Goulart, anunciando o projeto de reformas de bases, apoiado pelos movimentos sindicais, do campo e dos partidos de esquerdas. O referido evento foi interpretado pelas entidades femininas conservadoras da época como sinalização da inclinação do presidente às ideias comunistas e traição aos princípios cristãos. Inclusive, algumas mulheres pertencentes à Camde, que residiam próximo ao local do comício do dia 13, protestaram de suas janelas com lenços brancos e terços nas mãos contra o discurso de João Goulart, afirmando que este teria dito que “os terços e macumbaria da Zona Sul não teria poder sobre ele”. Estes símbolos eram os mesmos utilizados na Cruzada do Rosário em Família em dezembro de 1962, demonstrando que o curso de formação anticomunista, promovido pelo padre Patrick Payton vinha adquirindo mobilização política em cena pública de grupos conservadores católicos.

Em reação ao comício, as mulheres paulistas da entidade UCF, uma semana depois, em especial, no dia 19 de março (São José), realizaram a famosa Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade na avenida paulista. Um dos principais oradores do ato foi Plínio Salgado, inimigo declarado de João Goulart, o qual indagava que “bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, anarquia, o comu-

---

26 GUISOLPHI, Anderson José. *As Cruzadas do Rosário em família do padre Patrick Peyton e o anticomunismo no Brasil (1962-1964)*. (Dissertação em História, Universidade de Passo Fundo – UPF), 2013, p. 101.

nismo?”<sup>27</sup> O ato simbolizou uma espécie de petição pública medievalizando a intervenção militar, a atuação da instituição católica e suas organizações em torno da realização da marcha. No final do mês março de 1964, no dia 31, ocorre a deposição do presidente João Goulart, fazendo com que as mulheres cariocas, organizadoras da CAMDE, modificassem o sentido da marcha no Rio de Janeiro, ganhando o sentido de celebração do golpe pela intervenção militar de 31 de março 1964.

É neste movimento político de profundo acirramento de ações na cena pública entre as esquerdas e as direitas que surge em Fortaleza a entidade Movimento Cívico da Mulher Cearense – MCMC. A entidade tinha como principal diretora a esposa do governador cearense Virgílio Távora, Luiza Távora. A entidade cearense surge efemeramente, como muitas outras, nesse breve intervalo entre o comício da central do Brasil e o golpe de 1964. Devido a isso, as ações desempenhadas pela diretoria da entidade feminina no Ceará, assim como seu tempo de existência, deu-se em função de celebração religiosa ao golpe de 1964 e à legitimação do marechal cearense Humberto Castelo Branco como presidente da ditadura militar, ainda em processo de formação. De acordo o jornal *O Povo*, o Movimento Cívico da Mulher Cearense se apresentava como sendo uma entidade de “caráter cívico, aconfessional e apolítico”, cujo objetivo era defender a democracia, a liberdade, a família e a pátria. A identidade do grupo recorria a apelos emocionais contra o suposto perigo comunista e visava colaborar para a consolidação do golpe de 1964, com base no *saneamento das instituições*, cassação dos inimigos, controle da carestia e, em especial, delegando o poder político às forças militares na condução do país.<sup>28</sup>

## Missa medievalizadora do golpe de 1964

Agindo em torno da lógica de uma guerra religiosa, em que se afirmava haver uma batalha do “Bem” contra o “Mal”, combatendo o maior inimigo da igreja (o comunismo), Luiza Távora recorre ao jornal católico *O Nordeste*, da Arquidiocese de Fortaleza, solicitando ao referido periódico a publicação de um convite, o qual buscou promover uma “missa em Ação de Graças e homenagem às Forças Armadas Brasileiras representadas pela guarnição local, por sua patriótica atuação em prol da preservação das instituições e liberdades democráticas”. A missa congratulatória às Forças Armadas foi celebrada por

27 COSTA, Jucelio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. São Paulo: Clube de Autores, 2016, p. 28.

28 *Jornal O Povo*. Fortaleza-CE, 10 de abril de 1964.

Dom José de Medeiros Delgado, na catedral Metropolitana, às 17h30 do dia 05 de abril de 1964, tendo a participação do governador Virgílio Távora, vice-governador, autoridades políticas, religiosas e militares.<sup>29</sup>

Neste sentido, a missa atribuiu um sentido medievalizante à conjuntura política vivida, concebendo a intervenção militar como uma providência divina no espectro da batalha espiritual da Igreja naquele momento. Por outro lado, a missa legitimava os militares como sendo escolhidos por Deus pela condução do país e seu sistema político, cujo processo fornecia a instituição católica elementos de recuperação de um status medieval com poderes decisórios, outrora abalados com a chegada do republicanismo no Brasil e com as transformações modernas. Ao longo do século XX no Brasil, Plínio de Oliveira<sup>30</sup> influenciou, em diferentes frentes institucionais, entidades e organizações religiosas, uma idealização pela Idade Média, assim como também o seu resgate e apropriações, servindo como fonte inspiradora para muitos grupos conspiradores do golpe de 1964.<sup>31</sup>

## **Marcha medievalizadora da comemoração ao golpe de 1964**

Uma semana depois, a entidade Movimento Cívico da Mulher Cearense inicia a segunda etapa de atuação religiosa medievalizante, promovendo a confecção de convites e a divulgação do cronograma da marcha celebrativa ao golpe de 31 de março de 1964 em Fortaleza, conhecida agora como “Marcha da Vitória”.

Os convites da marcha fortalezense circularam em diferentes jornais cearenses como *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, *O Nordeste*, *O Povo* e *Unitário*, sempre atribuindo a direção da entidade feminina a Luiza Távora, que aparecia nos convites com a terminologia “a primeira Dama convidada”. No convite abaixo, o jornal informava outro elemento medievalizante que seria parte integrante da promoção da marcha em Fortaleza, que foi o cântico “*Te Deum*”, como instrumento religioso de consagração ao golpe de 1964, dos militares e recuperação de um tempo glorioso medieval católico.

---

29 Jornal *O Nordeste*. Fortaleza-CE, 05 de abril de 1964.

30 Plínio Correia de Oliveira: Foi líder da Ação Católica entre 1940-1948; deputado estadual pela Liga Eleitoral Católica entre 1934-1937; líder da organização Tradição, Família e Propriedade.

31 RANGEL, João Guilherme Lisboa. Política, religião e neomedievalismo: as diferentes Idade Média da Tradição, Família e Propriedade (TPF) e os arautos do evangelho. *Revista Signum*, v. 22, nº 01, 2021, p. 211-214.

“Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, Quinta-feira, em Fortaleza” A exemplo de outras cidades deverá realizar-se, na próxima quinta-feira, em Fortaleza a “MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS, PELA LIBERDADE”, em prol da preservação da Democracia. Em Fortaleza, este movimento cívico, vem sendo organizado por um grupo de senhoras da sociedade fortalezense, sob, o comando da primeira DAMA DO ESTADO, sra. Luiza Távora. ROTEIRO Segundo informações ao O Nordeste, a marcha deverá sair da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, obedecendo o seguinte itinerário: Sena Madureira, Conde D’eu, Praça da Sé (onde será cantado o TE DEUM, rumando logo após para o quartel General da 10ª. R.M., local da grande concentração cívica.<sup>32</sup> (Grifo nosso).

Como havíamos afirmado no início deste artigo, a Igreja Sagrado Coração de Jesus em Fortaleza havia sido escolhida, desde o final dos anos de 1950, como fonte de santificação que emana sobre todo o Ceará, diante das inquietações com o contexto de Guerra Fria enfrentada pela instituição católica brasileira. Agora na marcha da vitória em Fortaleza, mais uma vez, a igreja referida volta a ser palco de agitação político-religioso, como ponto inicial de concentração em consagração, realizando o desfecho da guerra espiritual, em atos de gratidão.

Além dos convites sobre a programação da marcha em Fortaleza e das matérias alusivas à visibilidade da entidade organizadora, o Movimento Cívico da Mulher Cearense buscou outras formas de arregimentação política para a consagração do golpe de 1964 e da legitimação do novo governo, de caráter militar: construindo diálogos com autoridades políticas, com os representantes das classes produtoras do comércio, indústria, portos, ferrovias, lojistas etc., com autoridades de instituições públicas e da imprensa cearense.

Como a marcha fortalezense continha dois sentidos atribuídos (celebração ao golpe e legitimação de Castelo Branco como líder do movimento militar), Luíza Távora, como representante do MCMC, envia um presente ao presidente empossado, Castelo Branco, um dia antes da realização da manifestação na capital cearense. Vejamos o modo como o jornal noticiou esse tipo de articulação às vésperas do ato público no Ceará:

O Governador Virgílio Távora, que foi portador da caneta de ouro enviada pela primeira dama do Estado, senhora Luiza Moraes Correia Távora, ao presidente Humberto Castelo Branco, como Lembrança do MOVIMENTO CÍVICO DA MULHER

---

32 *Jornal O Nordeste*, Fortaleza-CE, 13 de abril de 1964.

CEARENSE, para que o ilustre conterrâneo assinasse, ontem, o seu termo de posse, enviou à sua esposa o seguinte despacho: “Conforme seu cabograma, acabo de desincumbir-me da missão honrosa, entregando em mãos do presidente Castelo Branco a caneta de ouro, com S. Excia. assinará o termo de posse. Pediu-me o Presidente ser o intérprete dos seus melhores agradecimentos pela sugestiva oferta e da garantia de que todos os seus atos de chefe de governo serão assinados com aquela caneta. Estiveram presentes ao ato de entrega o deputado Paulo Sarasate e esposa. Abs., Virgílio.<sup>33</sup> (Grifo nosso).

O ato da posse de Castelo Branco, além do presente do Movimento Cívico da Mulher Cearense, contou com a presença do governador cearense Virgílio Távora, portador da caneta de ouro, e de alguns deputados federais, como o Paulo Sarasate, que também detinha a direção do jornal *O Povo*.

A manifestação da vitória do golpe de 1964 em Fortaleza, ao sair da Igreja Sagrado Coração de Jesus, percorreu as principais avenidas e ruas da capital (Duque de Caxias, Sena Madureira, Conde D’Eu, alusivas ao movimento militar), deslocando-se em direção à Igreja Metropolitana de Fortaleza, onde a multidão, composta entre 50 a 70 mil pessoas, presenciaram dois momentos expressivo para o ato realizado naquele momento: o primeiro dizia respeito ao discurso da Luiza Távora, diretora do Movimento Cívico da Mulher Cearense – MCMC, e o segundo, o ato medievalizante de entoação do *Te Deum*. Neste momento, focalizamos o discurso proferido pela Luiza Távora:

POVO CEARENSE! Na verdade, em momento como este, de tão grande significação, qualquer outra voz feminina, que não a nossa, bem melhor poderia expressar os sentimentos de alegria e íntima satisfação que invadem a alma da coletividade do Ceará, por sentirmos todos que já está afastada do horizonte da Pátria a terrível ameaça que ensombrecia os nossos corações, até bem pouco tempo. Aceitamos porem, nesta hora tão grata, a delegação que nos foi dada, de dirigir algumas palavras, em nome da mulher cearense, agora jubilosa e tranqüila, para uma homenagem mais do que justa e oportuna às classes armadas, que construíram a vitória final das forças do Bem contra as ameaçadoras forças da desordem. A Pátria estava a correr um grande perigo. Disto se apercebeu, desde longa data, a mulher brasileira, ela que tem o recesso do lar como miniatura da Pátria, que se quer uma e indissociável, tal como a família. Agora, quando Exército, Marinha e Aeronáutica, unidos num só pensamento e numa mesma ação, afastaram para bem longe, enérgica e lealmente, os

---

33 Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza-CE, 16 de abril de 1964.

desleais e solertes inimigos do Brasil, da família e dos mais sagrados sentimentos de patriotismo do nosso povo, exulta a alma da mulher cearense, essa mulher intemorata que tem lições aprendidas na História da sua Terra, através dos exemplos de Bárbara de Alencar e de Elvira Pinho. Em nome dessa mulher cearense, amante dos filhos, temente a Deus e em Deus permanentemente fortalecida que, nesta hora, levantamos a nossa voz, pedindo a esse Deus, cujo amor ensinamos aos nossos descendente e que é bondade mas também é Justiça, inspiração e força para os que libertaram o Brasil da desordem e da escravidão – soldados, marujos e aeronautas – irmanados sempre às reservas sadias da nacionalidade, ergam bem alto a bandeira auri-verde, até colocá-la, como símbolo legítimo da terra que tanto amamos, no lugar sobranceiro que merece, entre as bandeiras das maiores e mais respeitadas nações do mundo! Às Forças Armadas do Brasil, o nosso coração ufano e agradecido da Mulher Cearense!<sup>34</sup>

Mediante o discurso, Luiza Távora procurou visibilizar uma representação de mulher religiosa, cuidadora da família, capaz de agir publicamente por meio da transferência e extensão da casa para o espaço público com o objetivo de defender os seus objetivos cristianizados. Esse era o tom de emoção/comoção instrumentalizado por ela no ato, “em nome dessa mulher cearense, amante dos filhos, temente a Deus e em Deus permanentemente fortalecida”. Luiza recorreu também a outros aspectos em sua fala, como o discurso anticomunista, ao afirmar que já estava afastado o mal que ameaçava o horizonte da Pátria. Por outro lado, ela legitimava pela ótica religiosa, a atribuição de providência divina, a atuação dos militares ao intervirem na conjuntura, aparecendo como salvadores enviados por Deus.

Com relação ao *Te Deum*, o jornal *O Povo* informava que os participantes da marcha, ao chegarem à Catedral Metropolitana, presenciaram a realização de um comovente “*Te Deum*”, celebrado por Dom Raimundo de Castro e Silva, cuja cerimônia consagrava religiosamente o golpe de 1964, recorrendo a atos de agradecimentos e ações de graças pela intervenção militar. Abaixo temos a menção do *Te Deum* entoado na Catedral de Fortaleza:

A Vós, ó Deus, louvamos e por Senhor nosso Vos confessamos. A Vós, ó Eterno Pai, reverencia e adora toda a Terra. A Vós, todos os Anjos, a Vós, os Céus e todas as Potestades; A Vós, os Querubins e Serafins com incessantes vozes proclamam: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus dos Exércitos! Os Céus e a Terra estão cheios da vossa glória e majestade. A Vós, o glorioso coro dos Apóstolos,

---

34 Jornal *O Povo*. Fortaleza-CE, 17 de abril de 1964.

A Vós, a respeitável assembléia dos Profetas, A Vós, o brilhante exército dos mártires engrandece com louvores! A Vós, Eterno Pai, Deus de imensa majestade, Ao Vosso verdadeiro e único Filho, digno objecto das nossa a adorações, Do mesmo modo ao Espírito Santo, nosso consolador e advogado. Vós sois o Rei da Glória, ó meu Senhor Jesus Cristo! Vós sois Filho sempiterno do vosso Pai Omnipotente! Vós, para vos unirdes ao homem e o resgatares Não Vos dignastes de entrar no casto seio duma Virgem! Vós, vencedor do estímulo da morte, Abristes aos fiéis o Reino dos Céus, Vós estais sentado à direita de Deus, No glorioso trono do vosso Pai! Nós cremos e confessamos firmemente Que de lá haveis de vir a julgar no fim do mundo. A Vós portanto rogamos que socorrais os vossos servos A quem remistes com o Vosso preciosíssimo Sangue. Fazei que sejamos contados na eterna glória, Entre o número dos Vossos Santos. Salvai, Senhor, o vosso povo e abençoai a vossa herança, E regei-os e exaltai-os eternamente para maior glória vossa. Todos os dias Vos bendizemos E esperamos glorificar o vosso nome agora e por todos os séculos. Dignai-Vos, Senhor, conservar-nos neste dia e sempre sem pecado. Tende compaixão de nós, Senhor, Compadecei-Vos de nós, miseráveis. Derramai sobre nós, Senhor, a vossa misericórdia, Pois em Vós colocamos toda a nossa esperança. Em Vós, Senhor, esperei, não serei confundido.<sup>35</sup>

O cântico mencionado acima tem origem na Idade Média, inspirada na ação de Santo Ambrósio ao realizar o batismo de Santo Agostinho, em forma de uma oração improvisada. Desde este momento, o *Te Deum* sofreu algumas adaptações e usos medievalizantes em diferentes países e legitimações de tomadas de decisões políticas ou religiosas por diferentes grupos sociais. O *Te Deum* possui essa função religiosa e instrumentalizada para momentos específicos, como o ato de celebração ao golpe de 1964 e o reconhecimento da ditadura e dos militares. Porém, ainda no Brasil, no período colonial e imperial, o *Te Deum* foi instrumentalizado para celebração de casamentos, aniversários e coroamento de personalidades ligadas à família real.<sup>36</sup>

Para a ocasião da Marcha da Vitória em Fortaleza, o *Te Deum* fora oficiado como cerimônia de ação de graças, sendo entoado em um intervalo de tempo anterior ao sermão religioso, possibilitando tempo para que o orador “se encaimhasse ao centro do púlpito da igreja para fazer o uso da palavra aos fies”.<sup>37</sup> O *Te Deum* acima é composto por três partes: exaltação à trindade dominado-

35 Jornal *O Povo*. Fortaleza-CE, 17 de abril de 1964.

36 GUTJAHR, Simone e HOLLER, Marcos. Um *Te Deum* em Desterro no século XIX. *Revista Música Hodie*, v. 13, Goiânia, 2013, p. 67-68.

37 COSTA, Jucelio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. São Paulo: Clube de Autores, 2016, p. 148.

ra dos seres racionais; exaltação a Jesus Cristo como juiz das nações; e a última parte, a súplica veemente.

A exemplo de Fortaleza, muitas cidades interioranas cearenses também promoveram as suas mobilizações em comemoração ao golpe de 1964 ao realizarem as Marchas da Vitória em suas localidades, contando com o apoio das dioceses, dos partidos políticos, das entidades e instituições locais. Dezenas de cidades cearenses realizaram as suas manifestações, mas apenas parte delas foram registradas pelos jornais. Algumas não visibilizadas pela imprensa devido a muitas delas terem encontrado dificuldades de realização por conta das enchentes e chuvas no estado, assim como coincidência de datas, trazendo dificuldades para os correspondentes jornalísticos acompanharem detalhadamente algumas delas. De modo geral, temos as principais cidades em que a Igreja Católica foi muito atuante: Limoeiro do Norte (01 de maio de 1964), Juazeiro do Norte (abril de 1964), Aurora (01 de maio de 1964), Pentecoste (01 de maio de 1964), Acopiara, Iguatu e Jaguaruana (16 de abril de 1964), Morada Nova (01 de maio de 1964), Pacoti e Ipaumirim (30 de abril de 1964).

## Conclusão

Compreendemos que a conjuntura de Guerra Fria, que dividiu geopoliticamente os países em blocos, socialistas ou capitalistas, serviu para que no Brasil as instituições, entidades e grupos políticos e militares instrumentalizassem os discursos anticomunistas, adaptando-os com as especificidades nacionais e regionais para o atendimento de seus interesses políticos, econômicos e religiosos, uma vez que a heterogeneidade dos sujeitos que se engajaram, tanto no médio quanto no curto tempo, transformaram-se em “união de forças consagradas”<sup>38</sup>, tendo em comum muitos interesses e objetivos.

Semelhantemente, o encadeamento de eventos ou acontecimentos apontados aqui neste artigo foram interpretados por seus atores históricos como campo de possibilidade de ação política na defesa de seus valores, crenças e interesses, recorrendo à mobilização de elementos ou simbologias medievais, atribuindo à conjuntura política brasileira vivida por eles aspecto de positividade. Isto significa que os mobilizadores desses acontecimentos, com a ajuda da imprensa nacional ou local, viam a Idade Média como algo bom, e mais ainda, com uma perspectiva de restauração desse passado, cujos valores morais e cristãos defendidos no presente tinham nesse passado em recuperação as suas origens.

38 Para melhor compreensão sobre a heterogeneidade de grupos e sujeitos, unificados na conspiração e celebração do golpe de 1964, ler MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2 Ed., Niterói – RJ, 2020.





# Os partidos políticos e a *experiência democrática* na Zona Norte cearense (1945-64)

Edvanir Maia da Silveira<sup>1</sup>

## Introdução

Falar de cidadania e democracia no Brasil sempre suscita questionamentos, dadas as recorrentes tentativas de golpes e ditaduras consumadas que marcaram a história da nossa República. É consenso na historiografia que o período entre 1945 e 1964 pode ser identificado como república liberal democrática, mesmo que caracterizado por mudanças e permanências.

De acordo com a historiadora Lucília Delgado, partidos políticos, sistemas e frentes partidárias, pensados como sujeitos institucionais e coletivos da História, são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regimes democráticos, portanto, suas ausências tolhem as liberdades de pensamento e organização, prejudicando, entre outras coisas, a representação da sociedade civil junto ao Estado. Mesmo reconhecendo as inúmeras contradições que caracterizaram o período, essas décadas, para a autora, encontraram na efervescência da vida partidária uma efetiva contribuição para a ampliação da prática da democracia política no Brasil.<sup>2</sup>

O período foi, sem dúvidas, um marco na história dos partidos políticos no Brasil, o qual se caracterizou, entre outras coisas, pelas campanhas eleitorais. A

---

1 Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: edvanirms@gmail.com.

2 DELGADO, Lucília. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). *Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 132.

exclusividade dos partidos políticos na apresentação das candidaturas, somada à obrigatoriedade do voto em sufrágio universal, levaram ao estabelecimento de novas relações entre candidatos e eleitores, daí as campanhas ganharem cada vez mais importância. O código de 1945 – Lei Agamenon – determinava a exclusividade das candidaturas por meio dos partidos políticos e a exigência de que os partidos tivessem caráter nacional. Os panfletos de propaganda, os comícios microfônados, a distribuição de sorrisos e apertos de mãos passaram a compor o cenário urbano. Era preciso convencer a sociedade de que todos precisavam participar do jogo político necessário à construção de um país democrático. Eleitor e cidadão se uniam numa única identidade, levando as eleições a constituir a principal prática cidadã.<sup>3</sup>

As eleições passaram a ser tratadas com mais rigor, visando à garantia do exercício democrático. Houve ampliação do eleitorado, que passou de 21 anos para 18, e a imposição da obrigatoriedade do voto. Mesmo assim, o número de votantes continuou pequeno, talvez pela negação do voto analfabeto.<sup>4</sup>

O sistema partidário naquele período era composto por partidos nacionais em número de treze, sendo três predominantes: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD foi o maior partido do Brasil ao longo desse período, elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional em todos os pleitos que disputou. Foi o único partido que conseguiu se organizar em todas as unidades da federação para as eleições de 1945. Fruto da burocracia do Estado Novo, seu principal conflito interno travava-se entre o reformismo da Ala Moça e o fisiologismo das “raposas”. Para Paes de Andrade: “[...] foi o partido gerador de todas as fórmulas institucionais para retirar a nação das profundas crises políticas. Como partido majoritário, representava uma espécie de suporte estabilizador das instituições políticas do Brasil.”<sup>5</sup>

A UDN foi a segunda maior agremiação, a qual conquistou a segunda maior bancada no Congresso até as eleições de 1962. A única sem vínculos com o Estado Novo, adotando uma plataforma liberal. O PTB foi a terceira maior legenda e a que mais cresceu eleitoralmente ao longo daquele período, fruto da estrutura sindical corporativa do Estado Novo.<sup>6</sup>

---

3 CAJADO, Ane Ferrari; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. *Eleições no Brasil – uma história de 500 anos*. Brasília, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2014, p. 44.

4 *Ibidem*, p. 47.

5 Depoimento de Paes de Andrade. In: NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB – semeadores da democracia – história oral e vida política*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998. 398p., p. 341.

6 SCHIMDT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, (Coleção Descobriendo o Brasil) p. 14-18.

No seu estudo sobre as eleições de 1954 e 1958 no Ceará, Glória Diógenes traça um perfil desses três principais partidos. Para ela, a característica do PTB como partido dos trabalhadores urbanos, tendo como base os sindicatos e as associações de classe, não se observava no Ceará. Era muito instável, mimetizava-se com o meio político ao qual se inseria, sendo confundido ora com o PSD ora com a UDN, o que ocorria devido à necessidade de sobrevivência da sua legenda. Nos anos de 1950, seus líderes e seus votos vinham principalmente de áreas rurais.<sup>7</sup>

A UDN e o PSD ocuparam alternadamente o poder executivo do Estado entre 1945 e 1962. Diógenes afirma que, até aquele momento, eles podiam ser considerados reais adversários concentrando a atenção a cada eleição. Ambos abrigavam facções inimigas, dificilmente acomodáveis dentro de uma mesma legenda ou sob coligações. Entretanto, o que ela constatou foi que, no alinhamento das forças conservadoras de 1962 (*União pelo Ceará*),<sup>8</sup> que uniu as duas legendas em torno da candidatura de Virgílio Távora ao governo do Estado, as supostas diferenças foram facilmente suplantadas, atestando a natureza nitidamente agremiativa desses partidos.<sup>9</sup>

De forma geral, nenhum partido da época tinha plataforma política definida. Os partidos existiam em razão direta das eleições traçando nos intervalos entre uma e outra as estratégias que os manteriam nos postos conquistados ou que lhes assegurariam vitórias no próximo pleito. Falar destes partidos significava em termos mais objetivos caracterizar os quadros das lideranças que se colocavam à sua frente.<sup>10</sup>

As eleições, para Diógenes, explicitam e aguçam as diferenças entre as agremiações, “é nesse momento que o discurso se torna mais concreto, que a posição de neutralidade é desmitificada e que os instrumentos de ação política utilizados durante o período entre as eleições tornam-se passíveis de serem utilizados.”<sup>11</sup> Com o golpe de 1964, as eleições se dividem entre diretas e indiretas. Naquele contexto, elas tinham dupla função: legitimar as decisões do

---

7 DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças*. Fortaleza: UFC/Stylus Comunicações, 1989. Coleção Estudos Históricos. NUDOC, v. 4. 112p., p. 101.

8 Acordo eleitoral costurado pelo governador Parsifal Barroso, que reuniu os grandes partidos rivais – a UDN de Virgílio Távora e o PSD de Waldemar Alcântara.

9 DIÓGENES, *op. cit.*, p. 103.

10 *Ibidem*.

11 DIÓGENES, *op. cit.*, p. 23.

governo e servir de laboratório eleitoral, no qual a população poderia exercer controladamente o direito de votar.<sup>12</sup>

Qual o lugar das lideranças da Zona Norte cearense nesse cenário político? Havia representatividade partidária? Como a retórica democrática foi apropriada pelas agremiações? O objetivo deste artigo é refletir sobre a atuação partidária dos líderes da Zona Norte do Ceará nesse tempo da experiência democrática, quando vigorava o pluripartidarismo de caráter nacional.

Iniciaremos apresentando o perfil político da região; seguiremos destacando a atuação desses líderes na Assembleia de 1947, considerada uma experiência democrática por excelência; apresentaremos casos violência nas disputas políticas como elemento de permanência das práticas autoritárias; descreveremos as tentativas de pacificação política do estado; e, por fim, o impacto do golpe de 1964 nos partidos.

## O perfil da Zona Norte

Nas décadas de 1940 a 1960, a Zona Norte contemplava a maioria dos municípios que hoje se encontram divididos nas mesorregiões Noroeste e Norte do Ceará,<sup>13</sup> embora ainda seja recorrente o uso da nomenclatura anterior na apresentação desse espaço geográfico. Ao longo da história da República brasileira, essa região vem se mantendo entre os três grupos mais influentes na política do estado, com a eleição de governadores, senadores, deputados e prefeitos da capital, com repercussão nos dias atuais, sendo o município de Sobral o polo regional. Líderes como Parsifal Barroso, cunhado de Olavo Oliveira de Granja e genro de Chico Monte de Sobral; Plínio Pompeu, genro de José Saboia, também de Sobral; Perilo Teixeira, de Itapipoca; e Pontes Neto, de Massapê, entre outros, são referências importantes para compreensão do papel dessa região na política cearense a partir da redemocratização de 1945.

---

12 CAJADO, Ane Ferrari; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. *Eleições no Brasil – uma história de 500 anos*. Brasília, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2014, p. 50d.

13 IBGE, 2017.

**Figura 1** – Olavo Oliveira, Parsifal Barroso, Plínio Pompeu, Perilo Teixeira e Pontes Neto<sup>14</sup>



O sociólogo Josênio Parente chama atenção para as peculiaridades da estrutura política dessa região: a falta de fidelidade partidária e a independência das lideranças em relação à política estadual e nacional, tornando-os menos coesos e mais fragmentados.<sup>15</sup> Para o ex-governador Parsifal Barroso, a autonomia dessa região em relação às outras é que seus “coronéis” eram mais bem organizados quanto aos seus eleitorados: quer fosse em Sobral, Camocim, Granja, quer em qualquer município da Zona Norte.<sup>16</sup>

A serra da Meruoca, residência de líderes sobralenses, foi cenário de importantes decisões políticas no estado, como lembra o colunista do *Correio da Semana*, nos anos 1990, quando esse lugar parecia ameaçado:

Antigamente as decisões importantes no Ceará eram tomadas na Serra da Meruoca [...]. Os saudosistas relembram o prestígio do Doutor José Saboia e do Coronel Chico Monte que tinha cacife para indicarem e em alguns casos elegerem candidatos ao Go-

14 Fonte: Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Pontes Neto – MALCE. Osmar Maia Diógenes (Org.). *Os Constituintes de 1947*. 3ª edição. Fortaleza: INESP, 2017; [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br).

15 PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 396-8.

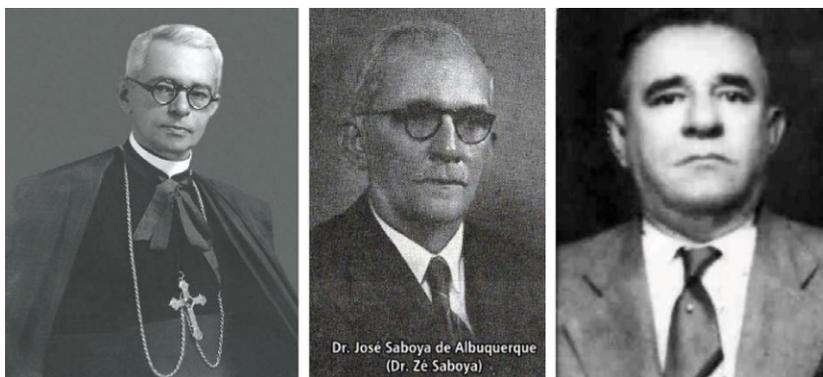
16 Entrevista de José Parsifal Barroso ao Programa de História Oral. Lideranças Políticas. Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC). Universidade Federal do Ceará (UFC), 1984.

verno do Estado e ao Senado da República. Nessa época também estava em plena atividade Dom José Tupinambá da Frota, cujo nome era respeitado além-fronteiras, por sua força de trabalho e por sua grande liderança. [...]

Quem sabe os velhos irão matar as saudades dos anos 30 e 50 quando o Ceará subia a serra da Meruoca para ouvir a opinião dos sobralenses.<sup>17</sup>

Na primeira metade do século XX, os partidos políticos, em nível local, foram representados pelo bispo Dom José, José Saboia e Chico Monte. O primeiro, apesar de não se reconhecer como político, tem na política uma das principais referências.<sup>18</sup> A imprensa foi um veículo fundamental para as disputas políticas em Sobral.

**Figura 2** – D. José, José Saboia e Chico Monte<sup>19</sup>



Nos anos de 1930, as duas agremiações conservadoras mais importantes no município foram a LEC (Liga Eleitoral Católica), articulada por Dom José, e o PSD (Partido Social Democrático), sob a direção de José Saboia. Com a redemocratização dos anos de 1945, os militantes da LEC foram para o PSD e os pessedistas para UDN (União Democrática Nacional). Segundo o ex-vereador Abdelmoumem Melo, Dom José foi junto com os ex-lecistas para o PSD: “Ele era do PSD, mas não queria que ninguém soubesse, não. [...] Dom José era muito amigo de Raul Barbosa, Waldemar de Alcântara e Zé Martins Rodri-

17 *Correio da Semana*. Sobral, 01 de outubro de 1994.

18 COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987. 184p. il. O primeiro capítulo intitula-se - Dom José, o político. Neste capítulo ele cita as críticas de Saboia à atuação política do bispo. Em entrevista Abdelmoumen Melo também deixa claro que Dom José tinha partido.

19 Fonte: [sobralnahistoria.blogspot.com.br/2011/05/dom-jose-tupinamba-da-frota.html](http://sobralnahistoria.blogspot.com.br/2011/05/dom-jose-tupinamba-da-frota.html); [www.fortalezanobre.com.br/2014/07/especial-sobral-princesa-do-norte.html](http://www.fortalezanobre.com.br/2014/07/especial-sobral-princesa-do-norte.html) e [www.sobral24horas.com/2017/06/cel-chico-monte-o-ultimo-dos-coroneis.html](http://www.sobral24horas.com/2017/06/cel-chico-monte-o-ultimo-dos-coroneis.html).

gues, grande jurista. A turma do PSD era toda amiga dele.<sup>20</sup> Parsifal Barroso confirma que D. José foi o único bispo do interior com participação política.<sup>21</sup>

Chico Monte foi, sem dúvida alguma, um autêntico representante da Zona Norte. Entrou na política como correligionário de José Saboia, do partido conservador. Elegeu-se vereador em 1922. Em 1933, surpreendeu seu líder, mi-grando para a LEC sob a liderança de Olavo Oliveira.<sup>22</sup> Sua atuação decisiva na vitória de Menezes de Pimentel ao governo do Estado, em 1935, consolidou sua liderança na Zona Norte. Com a queda do Estado Novo, foi para o PSD, elegendo-se à Assembleia Nacional Constituinte em 1946. Reelegeu-se à Câmara em 1951. Insatisfeito como partido, em 1952 foi para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), assumindo a vice-presidência do Diretório estadual ao lado de Carlos Jereissati.<sup>23</sup> Em 1954 elegeu Parsifal Barroso senador e, em 1958 governador.<sup>24</sup>

Aroldo Mota descreve como nas eleições de 1958 a serra da Meruoca volta a ser cenário de decisões políticas regionais:

No dia 14 de janeiro de 1958, os líderes do PSD [...] e do PTB [...], vão a Sobral ao encontro do Deputado Chico Monte, e, embaixo das mangueiras de seu sítio na Serra da Meruoca, lançam, oficialmente, a candidatura de Ministro Parsifal Barroso ao Governo, ficando a Vice e a Senatória para o PSD.<sup>25</sup>

A serra Meruoca nesse período era distrito de Sobral, onde Monte residia, tendo este papel fundamental na emancipação do município em 1954, elegendo os dois primeiros prefeitos pelo PTB.<sup>26</sup> A habilidade no jogo político, a falta de fidelidade partidária e a violência estão entre as principais características atribuídas a Monte. O sucesso nas eleições estaduais não se repetiu em nível local. Em 1958, Monte perdeu a prefeitura para Padre Palhano Saboia, sendo

---

20 José Abdelmoumem Melo. *Sobral News*. 12 de março de 2012. Ano I – Edição 041.

21 Parsifal Barroso. Entrevista citada.

22 Olavo Oliveira foi o advogado de Chico Monte no caso do assassinato do jornalista Deolindo Barreto em Sobral.

23 MOTA, A. *História política do Ceará (1950-1954)*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997. 424p., p. 157-8. Para alguns analistas o PTB de Chico Monte era diferente do nacional, por ser apenas uma dissidência do PSD.

24 Há divergências sobre a data em que Monte foi para o PTB. Aroldo Mota diz que em 1952 ele assumia a vice-presidência do Diretório estadual, enquanto Costa diz que apenas em 1954 ele filiou-se ao partido. Cf. COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987. 184p.

25 MOTA, A. *História política do Ceará (1950-1954)*. *Op. cit.*, p. 164.

26 Gregório da Cunha Freire foi o primeiro prefeito de Meruoca. Fonte: SEVERIANO, Erivelton Oliveira. *Contribuições para a história política de Meruoca-CE (1950-79)*. Sobral-CE: UVA, 2021. (Artigo de conclusão de curso).

para alguns um dos poucos insultos que não conseguiu revidar. Para Ivan Oliveira, a doença de Monte e o carisma do Padre estão entre as razões da derrota dele.<sup>27</sup> Monte morreu no ano de 1961, em Brasília.

Até os anos 1950, José Saboia era a principal liderança da UDN na Zona Norte.<sup>28</sup> Com a sua morte, a sigla dividiu-se entre Gentil Barreira e Plínio Pompeu. O grupo comandado por Barreira se aproximou de Virgílio Távora, mas Plínio Pompeu não se submeteu à liderança de Távora e criou sua facção, que ficou conhecida como “anjos rebeldes.”<sup>29</sup> Em 1953, Pompeu liderava o partido em Sobral<sup>30</sup>, mas sua aliança ao então governador Raul Barbosa, opositor do grupo tavorista, para as eleições de 1954<sup>31</sup> resultou na dissolução do diretório local com eleição de nova diretoria.<sup>32</sup> A partir de então, a ala tavorista assumiu a liderança da UDN na Zona Norte, tendo entre os aliados Ernesto Saboia,<sup>33</sup> Jerônimo de Medeiros Prado, Cesário Barreto Lima, João Frederico Ferreira Gomes e Josias Ferreira Gomes, que mais tarde comporiam o diretório local da ARENA (Aliança Renovadora Nacional).<sup>34</sup>

Para alguns entrevistados, as heranças políticas de Saboia e Monte se dispersaram nas décadas seguintes. Plínio e Ernesto não tinham a vocação de Saboia, e Gentil Barreira, apesar de mais habilidoso, não era de Sobral. Monte não teria deixado nenhum herdeiro direto. Portanto, a Arena e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) constituíram um novo momento na história política de Sobral, embora guardassem laços com as agremiações anteriores. Barreto, Prado e Ferreira Gomes foram para a ARENA, e Paulo Sanford, Plínio Pompeu e Ernesto Saboia, para o MDB.

---

27 Entrevista de Raimundo Ivan Barroso de Oliveira. Programa de História Oral. Lideranças políticas. NUDOC. UFC. 1984.

28 Nesse período, Chagas Barreto era do diretório da UDN. Acervo Virgílio Távora (105723).

29 Os “anjos rebeldes” foi uma denominação dada aos dissidentes da UDN, que, na legislatura de 1951-54, aliaram-se ao governador Raul Barbosa, que havia sido eleito pela coligação PSP/PSD. Entre os principais nomes estão: Plínio Pompeu (Sobral), Perilo Teixeira (Itapipoca) e Barros dos Santos. Cf. <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1999/1999-GovernodoCearaquadrienio1950a1954.pdf>

30 Em 1958, o presidente era Ernesto Saboia. Fonte: CEARÁ. Arquivo Público do Estado do Ceará. APEC. Acervo Virgílio Távora. Organização político-partidária. União Democrática Nacional (UDN). 1945-1962. Fortaleza e municípios do Ceará. Cx 05.

31 Plínio seria candidato a governador, e Barbosa ao senado.

32 Em 03 de agosto de 1954, a diretoria do diretório local foi dissolvida e, em 23 de agosto do mesmo ano, assumiu a nova diretoria, tendo seu parente Ernesto Saboia, aliado de Barreira, como presidente. João Frederico Ferreira Gomes e Jerônimo de Medeiros Prado também compunham o novo diretório, que tinha Fernandes Távora na direção regional. Fonte: *Ibidem*.

33 Plínio Pompeu se afastou da política sob a justificativa do falecimento da filha.

34 Em 1958, continuam na diretoria Ernesto Saboia, Cesário Barreto, Jerônimo Prado e José Euclides Ferreira Gomes Júnior. João Frederico F. Gomes está em quase todas. Em 1962 Ernesto Saboia era o presidente e José Euclides Ferreira Gomes e Jerônimo Prado estavam na diretoria. Houve muito conflitos na homologação da diretoria. *Ibidem*.

Cesário Barreto ingressou na política como membro do diretório local da UDN, articulando a campanha de Padre Palhano Saboia em 1958. Com o rompimento com Palhano, ele foi para o PTN (Partido Trabalhista Nacional), legenda criada por Parsifal Barroso, pela qual disputou as eleições de 1962 contra Jerônimo de Medeiros Prado da UDN, agropecuarista e importante comerciante que tinha como aliados a família Saboia e Ferreira Gomes.

Naquele momento, apesar da disputa municipal, eles estavam no mesmo grupo político estadual, a *União pelo Ceará*, que reuniu UDN, PSD e PTN em torno da candidatura de Virgílio Távora, com o apoio do governador Parsifal Barroso. Com o bipartidarismo, todos foram para a Arena, divididos em três sublegendas: Barreto se uniu ao grupo do Virgílio Távora; Prado ao de Adauto Bezerra; e Ferreira Gomes, depois de romper com Prado, aliou-se ao pequeno grupo de César Cals.<sup>35</sup>

Ao descrever os conflitos políticos vivenciados em Frecheirinha, o escritor Manuel Fernandes Sobrinho faz referência ao papel de liderança assumido pelos chefes sobralenses em fins dos anos de 1940:

Nesse período, Sobral que era o centro nervoso das decisões políticas da região norte do Ceará, começaram a surgir desavenças entre os dois maiores chefes políticos, os Coronéis Francisco de Almeida Monte (Chico Monte) e José Saboia, tudo o que acontecia na região passava pelas suas mãos: Nomeações para empregos Federais, Estaduais e Municipais, exonerações, prisões, solturas, questões de terra, tudo que se relacionava com o mando ou desmando, tinha que ter o Aval ou de um ou de outro; Dependendo de quem tivesse no comando do Governo do Estado. Como se dizia na época: “Mandava quem estava por cima”.<sup>36</sup>

Ao avaliar o perfil desses representantes da Zona Norte, Parsifal Barroso diz que D. José era um homem humilde e o “maior elemento civilizador de Sobral”,<sup>37</sup> enquanto que, para o ex-deputado Raimundo Ivan Oliveira, filho de Olavo Oliveira e sobrinho de Parsifal Barroso, D. José era intolerante e feudal, e que Chico Monte não era o ogro que pintavam, “ele representava o povo”, diferente de Saboia e D. José.<sup>38</sup> Já para Plínio Pompeu, D. José, ao contrário de

35 Plínio Pompeu de Saboia. Programa de História oral (Lideranças políticas). NUDOC. UFC. 1984. 2 fitas (Genro de José Saboia).

36 SOBRINHO, Manuel Fernandes. *Frecheirinha, sua história*. Frecheirinha-CE: Gráfica Tavares, 2012. 210p p. 120.

37 Parsifal Barroso. Entrevista citada.

38 Parsifal Barroso e Olavo Oliveira. Programa de História Oral. Lideranças políticas. NUDOC. UFC. 1984.

José Saboia, mudava muito de opinião, era incoerente! E a fonte de discórdia entre os dois (Saboia e D. José) era apenas política.<sup>39</sup>

## A popularização do debate político – as mudanças

Para a historiadora Lucília Delgado, o período de 1945 a 1964 pode ser considerado um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira, tendo os partidos um papel importante:

Os partidos que nele atuaram animaram a prática da cidadania política, através de articulações, embates eleitorais, manifestação clara de dissensos, estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores e formação de coligações conjunturais.<sup>40</sup>

No Ceará, a principal referência ao período é dirigida à Assembleia de 1947. Aroldo Mota diz que ela foi privilegiada pela variedade de partidos e representatividade de seus membros, e que “com seus debates calorosos, viveu momentos inesquecíveis de sua história”.<sup>41</sup> Essa mesma interpretação aparece na fala de vários líderes cearenses entrevistados pelo Núcleo de Documentação Cultural da UFC, em que eles ressaltam que a Assembleia de 1947 foi a melhor da história do Ceará, pela riqueza dos debates políticos. Parsifal Barroso, à época no PSD, disse que participou de debates calorosos com o comunista José Pontes Neto de Massapê,<sup>42</sup> que atraía grandes plateias à Assembleia e que lamenta a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1947.<sup>43</sup> Raimundo Ivan Barroso de Oliveira chama de “memoráveis” os discursos de Pontes Neto e Parsifal Barroso.

Segundo Aroldo Mota, Pontes Neto foi médico e hábil articulador político, tendo sido responsável pelo esfriamento de muitas querelas no interior do estado. Descendente de família tradicional de Massapê, fez sua campanha em Fortaleza, onde suas ideias tinham melhor aceitação. Depois da sua cassação, com a extinção do partido em 1947, reelegeu-se pelo PSP (1951, 1955 e 1959), atuando principalmente em Quixeramobim e Boa Viagem. Em 1962, foi presidente da Assembleia Legislativa e, em 1964, já no PTB, foi novamente cassa-

39 Plínio Pompeu. Entrevista citada. Fita 2.

40 DELGADO, *op. cit.*, p. 151.

41 MOTA, A. História política do Ceará (1947-66), *op. cit.*, p. 31-32.

42 Descende da família Pontes de Massapê, foi deputado estadual pelo PCB em 1947.

43 Parsifal Barroso. Entrevista citada. Fita 04, p. 67-79.

do pela ditadura. A partir daí dedicou-se à medicina, interiorizando o ensino médico no Brasil.<sup>44</sup>

Como reconhecimento a sua atuação política e profissional, nos anos de 1990 foi criado o memorial da Assembleia do Ceará, que levou seu nome:

O “Memorial Deputado Pontes Neto” foi criado pela Portaria nº 45/97, de 21 de março de 1997, durante a presidência do Deputado Luiz Pontes na Assembleia Legislativa do Ceará. À época foi assim denominado para homenagear um dos mais destacados parlamentares cearenses, tanto no exercício de suas funções políticas, quanto profissionais e humanitárias.

A inauguração oficial do Memorial, embora não houvesse ainda um espaço físico destinado ao seu funcionamento, deu-se também em 1997, com a exposição “O Ceará em Tempo de Redemocratização: os Constituintes de 1947”. Juntamente com a mostra foi lançado o livro “Cinquentenário da Carta Magna Estadual 1947-1997”. Devido a um Convênio firmado entre a Assembleia Legislativa e a Secretaria de Cultura do Ceará, no ano seguinte a exposição foi levada, em caráter de longa duração, para o Arquivo Público do Estado. Lá permaneceu durante oito anos.<sup>45</sup>

Ainda sobre a bancada de 47, Barroso afirma que, do ponto de vista cultural/ideológico, ele e Pontes Neto eram os mais atuantes, e do ponto de vista político, eram os deputados Walter de Sá Cavalcante (PSD)<sup>46</sup> e Perilo Teixeira (UDN). Esse segundo ele chamava de “adversário sagaz e ilustre”.<sup>47</sup>

Para o ex-senador Wilson Gonçalves (PSD), a experiência cearense de 1945 a 1964, em que nenhum governo fez o sucessor, foi uma das maiores escolas políticas do Brasil, muito importante para formação de seus líderes, já que todos aprenderam a governar e ser oposição.<sup>48</sup>

Mas todos reconhecem a fragilidade das agremiações. Para Ivan Oliveira, os partidos não tinham ideologia, tinham nomes. “Em partido ideológico o sujeito é ouvido, nos convencionais, só se tiver mandato”.<sup>49</sup> Para Wilson, os partidos de 1945 nascem de divergências e não de ideologias: municipais e pessoais, que apenas o Partido da Representação Popular (PRP) e o PCB tinham características ideológicas. Ele conclui que a falta de ideologia se comprovava

44 MOTA, Aroldo. História política do Ceará.(1947-66), p. 32.

45 Fonte: [www.al.ce.gob.br](http://www.al.ce.gob.br).

46 O nome dele aparece escrito de forma diversa nas fontes consultadas, ora Walter Cavalcante, ora Valter Cavalcanti.

47 Cf. MACIEL, Paulo. *ITAPIPOCA – 314 anos de sua história*. Itapipoca-CE: Prêmio, 1998. 282p., p. 234

48 Wilson Gonçalves. Programa de História Oral. Lideranças políticas. NUDOC. UFC. 1984.

49 Olavo Oliveira. Programa de História Oral. Lideranças políticas. NUDOC. UFC. 1984.

no aumento do número de partidos de 4 para 13. Nos pequenos municípios, diz ele, não ter partido era problemático, o “sujeito apanhava dos dois lados”. Ele conclui que o PSD era experiente em governar e a UDN em ser oposição.<sup>50</sup>

Para o historiador Rodrigo Motta, a conciliação/acomodação e o personalismo são características da cultura política brasileira, que, consolidadas ao longo da história, geraram como consequência, entre outras coisas, a desconfiança do brasileiro em relação às instituições políticas e o apego a lideranças carismáticas, além da frágil adesão aos partidos e ao debate político.<sup>51</sup> Isso para nós ajuda a entender a permanência de práticas autoritárias como a violência no exercício da política, mesmo em tempos democráticos, como os casos que descreveremos abaixo.

## O poder da violência – as permanências

Para Aroldo Mota, as divergências políticas acirradas envolvendo principalmente a UDN e o PSD no Ceará dificultariam sobremaneira o período governamental de Faustino de Albuquerque (1947-1951):

O sertão ficou o tempo todo convulsionado pelas mortes de natureza política e favorecidas pela índole forte do Governador: pessoa criteriosa, honesta, preparada, mas, indiscutivelmente de temperamento exaltado e que transmitia para seus subordinados a exasperação do dia a dia. [...].<sup>52</sup>

Segundo Thiago Rocha, em Sobral as disputas entre os dois partidos também foram bastante acirradas, fortalecidas pelo longo histórico de conflito entre o juiz José Saboia, naquele momento representado pelo senador Plínio Pompeu da UDN e o bispo D. José, eficiente cabo eleitoral do PSD. A imprensa foi um dos instrumentos utilizados nessa batalha discursiva entre os partidários em que é dado ênfase a um caso de violência no município de Ibiapina durante a campanha para as eleições de 1947:

### O RAIO DAS FACAS

A respeito dos acontecimentos de Ibiapina assim se referiu o senador Pompeu:

50 Wilson Gonçalves. Entrevista citada. Fita 05, p. 83.

51 MOTTA, Rodrigo P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan.-mar. 2018.

52 MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1947-1966)*. Rio-São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2005. 286p., p. 28.

- Estávamos em pleno comício, e a nosso lado encontrava-se o próprio candidato da União Democrática ao governo constitucional, desembargador Faustino Albuquerque, quando um grupo de indivíduos embriagados rompeu por entre a multidão comandados por aqueles que, horas antes, havia sido nomeado prefeito, precisamente o genro do chefe político situacionista, candidato na chapa pessedista. Avançaram aos vivas ao general Onofre, e como nossos correligionários respondessem com vivas a seus candidatos, puxaram facas e sabres. Como saísse a defender nossos amigos, vi-me de repente cercado por mais de vinte facínoras de arma em punho, tendo de segurar um deles pelo braço. Telegrafei imediatamente ao chefe de polícia em Fortaleza, que nenhuma providência tomou, logo depois empossando-se em Ibiapina como prefeito o chefe do raid a arma branca contra os udenistas.<sup>53</sup>

Em Frecheirinha, Manuel Sobrinho descreve uma longa história de violência dentro de uma mesma família protagonizada por Júlio Walfredo da Ponte, o Juca Ponte, chefe da UDN, e Antonio Capistrano de Aguiar, que chefiava o PSD, contenda que inicia antes mesmo da emancipação do município depois das eleições para governo em 1946. Nessa citação, ele descreve o cotidiano político local:

Depois dessa eleição começaram a exaltar-se cada vez mais os ânimos, recrudesceram as desavenças políticas, pois era costume no Município de Frecheirinha, como em todo Nordeste, o Partido que estava de cima na Política, perseguia o que estava por baixo, tanto fazia de um lado como do outro, não se consideravam adversários políticos, mas inimigos ferrenhos.<sup>54</sup>

Embora não faça referência ao conceito de democracia, ao descrever a violência que marcava os conflitos entre PSD e UDN no Ceará dos anos de 1950, principalmente no interior do estado, Mota ressalta que a herança autoritária da ditadura Vargas dificultava sobremaneira o exercício democrático dos partidos, lamentando que “[...] os fatos policiais interioranos cortavam o diálogo político de alto nível que se processava em Fortaleza”, já que quando um partido ganhava um pleito cometia os mesmos desmandos do governo anterior.<sup>55</sup>

---

53 *Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1947, p. 2 *apud* ROCHA, Thiago B. T da; CARDOSO, Gleudson Passos. “Repto o senador a provar as suas declarações”: as tensões no campo político sobralense a partir das eleições de 1947. *Revista Historiar*. 2018 Naquele momento, os Sabóia eram a segunda maior força da UDN depois dos Távora (Mota, p. 18).

54 SOBRINHO, Manuel Fernandes. *Frecheirinha, sua história*. Frecheirinha-CE: Gráfica Tavares, 2012. 210p., p. 38.

55 MOTA, A. *História política do Ceará (1950-54)*. *Op. cit.*, p. 60-64.

Na cidade de Mucambo, o historiador Alysson Gomes apresenta diversos casos de violência envolvendo os partidários do PSD e da UDN, sendo o mais emblemático deles o assassinato do prefeito Gerardo Azevedo (PSD) pelo enfermeiro Chico Antônio (UDN), em 1958. Depois de preso, o enfermeiro foi linchado pelos populares:

Gerardo Azevedo era um líder popular, reconhecido pela assistência aos mais necessitados, deu emprego aos inúmeros cassacos<sup>56</sup> que estavam na cidade naquele momento; portanto, seu assassinato causou grande revolta. O conflito agitou os ânimos da cidade e a população estava em polvorosa. Como a cadeia não tinha boa estrutura física nem efetivo policial suficiente para conseguir conter os revoltosos, estava anunciado o desfecho.<sup>57</sup>

Enquanto líder da UDN no estado, Virgílio Távora recebeu telegramas de várias lideranças nos municípios entre 1945 e 1962, quando ele ainda era deputado federal, solicitando segurança para os pleitos eleitorais quando diziam serem frequentes as perseguições de pessedistas (PSD) e petenistas (PTN). As denúncias incluíam humilhações, ameaças e assassinatos em plena via pública, antes, durante e depois das eleições, acobertados pela polícia local. Em alguns pleitos, os eleitos sequer podiam tomar posse.<sup>58</sup>

Do outro lado, o discurso do Dep. Perilo Teixeira (UDN), respondendo à denúncia do Dep. Figueiredo Correia (PSD) sobre um ato de violência na gestão do governador Faustino de Albuquerque, revela que a violência era naturalizada também no fazer político da UDN. Ao dizer que no dia anterior tinha sido vítima de emboscada no município de Várzea Alegre, a mando do governador, Figueiredo é rebatido por Teixeira, que com sarcasmo responde que o deputado era um homem de sorte, já que na sua terra nunca alguém vítima de emboscada voltava para contar o que aconteceu, no que foi apoiado com risos dos pares presentes na Assembleia.<sup>59</sup>

Paradoxalmente, a retórica da pacificação era recorrente nas promessas de campanha desses mesmos partidos, um reconhecimento de que a violên-

---

56 Flagelados pela seca que buscavam emprego e melhores condições de vida indo para outras regiões do estado.

57 AZEVEDO, Alysson Gomes. *História e cultura política em Mucambo – da emancipação à ditadura (1953-1976)*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Sobral-CE: UVA, 2021. 28p., p. 15.

58 Telegrama de Manuel Rodrigues à Virgílio Távora.; De Abdias Pontes de Aguiar da UDN de Frexeirinha para Virgílio e Gentil Barreira (16-10-1962); de membros da UDN Sobral (25-10-62); De Padre Palhano, Sobral. Cf. SILVEIRA, E. M. da. *O Bipartidarismo na Zona Norte cearense (1966-1979)* (Relatório de Pós-doutorado). Fortaleza-CE: UFC, 2018, p. 24-25.

59 MACIEL, *op. cit.*, p. 236.

cia era danosa ao processo político, devendo a pacificação ser cultivada por ambos os lados.

## O projeto de pacificação política – a *União pelo Ceará*

Falar de um acordo entre UDN e PSD soa estranho depois de toda essa narrativa de disputas acirradas, daí a coligação de 1962 ter sido recebida de forma controversa. Mas, de acordo com Aroldo Mota, a tentativa de unir as duas maiores agremiações daquele tempo, nos estados, já havia sido impetrada pelo presidente Eurico Dutra em 1947.<sup>60</sup> Ele acrescenta que essa aproximação no Ceará também já havia ocorrido no governo de Raul Barbosa (PSD/PSP), que conseguiu aliança com o PTB e parte da UDN com os chamados “anjos rebeldes”. A ação de maior visibilidade nesse sentido foi a vitória na eleição da Mesa-Diretora da Assembleia em 1952 quando fica evidente o racha na UDN, levado à frente pelo senador Plínio Pompeu da Zona Norte.<sup>61</sup>

A pacificação do estado, por meio da coligação das principais agremiações partidárias, era a proposta do governo Raul Barbosa para a sucessão de 1954. Entre os anos de 1953 e 54, o tema ocupou o debate político, reconhecido pelos principais líderes partidários como preocupação pertinente, como afere o petebista Dep. Parsifal Barroso: “O PTB e a UDN mantêm perfeita união de vistas com relação ao assunto, razão por que examinarão conjuntamente a viabilidade da proposta que for feita pelo Governador para o congraçamento da família cearense”.<sup>62</sup>

Foram pelo menos quatro encontros liderados pelo governo na tentativa de fechar um acordo, o último deles já no exercício de Stênio Gomes, que assumia o governo com o afastamento de Barbosa para as eleições. Esses encontros foram entremeados por conflitos entre as agremiações, repercutidos pela imprensa nacional, mas a disposição desses partidários em participar dessas reuniões e pensar sobre a proposta pode ser interpretada por dois vieses: 1. um reconhecimento da importância do debate político em tempos democráticos; ou 2. apenas uma estratégia das elites para se manterem no poder.<sup>63</sup>

O lugar ocupado pelos líderes da Zona Norte nessa disputa não era irrelevante. Olavo Oliveira (PSP) fez várias tentativas de emplacar a proposta do

60 MOTA, A. *História política do Ceará* (1947-66), *op. cit.*

61 MOTA, A. *História política do Ceará* (1950-54), *op. cit.*, p. 155.

62 *Ibidem*, p. 219.

63 MOTTA, Rodrigo P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan.-mar. 2018.

governo, indicando inclusive o nome do *anjo rebelde* udenista, Plínio Pompeu, para cabeça de chapa, proposta rechaçada pelo partido em nome de Sarasate. Parsifal Barroso (PTB), na oposição, foi um moderado defensor dos interesses do PTB sob a liderança de Carlos Jereissati, ao lado de Chico Monte, que, ao contrário, tinha comportamento bastante contundente na defesa dos seus interesses políticos, com afirmações do tipo: “Raul é o homem mais falso do mundo, porém ele irá saber nas eleições com quem buliu”;<sup>64</sup> “[ficarei] detrás de um tronco de aroeira, lambendo rapadura, na espera do inimigo”; “Tudo decidido. Vai haver luta!”<sup>65</sup> Mas, nem a retórica truculenta atrapalhava o reconhecimento da sua liderança. Numa discussão entre os deputados Armando Falcão e Parsifal Barroso acerca das denúncias de fraudes envolvendo a empresa de Carlos Jereissati, Falcão é enfático ao dizer que o prestígio político do PTB era mérito apenas de Monte e Barroso: “O Sr. Carlos Jereissati – Ele só tem dinheiro. Voto quem os tem são o Deputado Francisco Monte e V. Exci.”<sup>66</sup>

Mesmo com o fracasso das tentativas de conciliação em torno do projeto de pacificação, o dep. Crisanto da Rocha (PR) vê o resultado como natural ao processo democrático: “[...] A luta eleitoral é própria da democracia e no embate das urnas o regime revitaliza-se. Já que não foi possível a pacificação, resta agora a todos os partidos a regimentação de suas forças para a conquista da vitória.”<sup>67</sup>

Para eleição de 1954, as chapas ficaram assim constituídas: Armando Falcão/ Raimundo Ivan Oliveira (PSD/PSP/PRP) *versus* Paulo Sarasate/ Flávio Marcílio (UDN/PTB/PR). Para Mota, o suicídio de Vargas em 1954 repercutiu positivamente para a vitória da chapa das *oposições coligadas*, já que, mesmo o candidato majoritário não sendo do partido do presidente, quando atuante na Câmara Federal, Sarasate não se dispôs com o governo, ao contrário de Armando Falcão, que se aliou ao jornalista Carlos Lacerda na campanha antigovernista.<sup>68</sup>

A *União pelo Ceará*, enfim, em 1962, não deve ser entendida desconectada do contexto nacional. A renúncia de Jânio Quadros em 1961, acompanhada da tentativa de impedimento da posse de João Goulart e a instalação do Parlamentarismo diz muito do processo de efetivação da *União pelo Ceará*. Mota afirma que a reunião de todas as agremiações no gabinete de Tancredo Neves sinalizava nesse caminho para união dos dois maiores partidos no estado.

64 MOTA, A. *História política do Ceará* (1950-54), *op. cit.*, p. 219.

65 *Ibidem*, p. 292.

66 *Ibidem*, p. 271.

67 *Ibidem*, p. 293.

68 *Ibidem*, p. 311.

A chapa *União pelo Ceará* (UDN/PSD/PTN) para as eleições governamentais representava esse projeto conservador que via em João Goulart o risco de ascensão de um comunismo autoritário, mas também revela as ambiguidades que marcaram aquele período, conforme se observa pelos líderes dessas agremiações: Virgílio Távora foi ministro de Goulart e Parsifal Barroso, ministro de Kubitschek, ambos os governos democráticos seguidores do trabalhismo varguista. No governo em 1958, Barroso diz ter sido o autor intelectual da proposta da *União pelo Ceará*, caso contrário, a Frente liderada por Adahil Barreto teria sido vitoriosa: “o grupo do Adahil era esquerda dentro da UDN, era preciso trazer os conservadores; que ficariam com a revolução!” Ele ainda afirma que sabia que o golpe de 64 viria e conclui que a *União pelo Ceará* era o embrião da ARENA, e isso só teria acontecido no Ceará.<sup>69</sup>

Paradoxalmente, a retórica democrática aparece no manifesto da coligação:

O objetivo dessa união, elevado e patriótico, é, antes tudo, a preservação das instituições democráticas [...]. Estamos convencidos de que, ou as forças do centro se congregam, como fizemos, para assegurar à Nação a sobrevivência da Democracia, ou chegará, em breve, a hora de renunciar ao sistema político que assegura a plenitude das franquias individuais, o desenvolvimento econômico, o trabalho construtivo e a paz social.<sup>70</sup>

Do outro lado, a chapa *Frente Democrática Território Livre* (UDN<sup>71</sup>/PTB/PSP/PR/PRT) reúne os setores de centro-direita que defendiam o governo federal também com a retórica democrática:

A UDN, que representava a classe mais alta sociedade e parte do PSD, representantes dos latifundiários rurais improdutivos, associaram-se aos Ministros golpistas, enquanto que, os partidos populares, a classe média e o povo, ficaram com a Constituição de 1946 que garantia a posse do Vice-Presidente.<sup>72</sup>

A oposição aqui acusa seus concorrentes de conspiração e referenda a Campanha da Legalidade promovida pelo governador Leonel Brizola na defesa da posse de Goulart, como exemplo concreto de defesa das instituições democráticas.

69 Parsifal Barroso. Entrevista citada. Fita 06, p. 105.

70 MOTA, A. *História política do Ceará* (1947-66), *op. cit.*, p. 210.

71 O jornalista Adahil Barreto era dissidente da UDN.

72 MOTA, A. *História política do Ceará* (1947-66), *op. cit.*, p. 211.

Ora, a retórica democrática foi visivelmente apropriada por ambos os grupos, porque naqueles tempos era imprescindível às agremiações partidárias serem identificadas como defensoras da democracia, mesmo que muitas vezes não a praticasse.

## Os partidos e o golpe de 1964

A UDN foi a maior participação civil no apoio ao golpe de 1964. Como diz Delgado, ironicamente a UDN chegou ao poder não pela prática democrática eleitoral que tanto defendera em 1945, mas sim pela via intervencionista, que depôs um presidente constitucionalmente eleito e empossado.<sup>73</sup>

Mas nas eleições para governador em 1965, a união entre PSD e PTB saiu vitoriosa, inclusive em regiões importantes como Minas Gerais e Guanabara (Rio de Janeiro), levando o regime a repensar o sistema partidário. Segundo Rodrigo Motta,<sup>74</sup> pressionado pela “linha dura” e pela ausência de uma agremiação que representasse os interesses do governo, o regime decretou o Ato Institucional nº 2 impondo o bipartidarismo:

Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos, enquanto que estes não se construírem.<sup>75</sup>

O bipartidarismo destruiu os partidos que poderiam ser foco de contestação ao regime e construiu um partido que lhe garantia suporte. A adequação a esta nova organização partidária não foi tranquila na maioria dos municípios brasileiros. Ao MDB impunha-se um dilema:

atuar politicamente ou retirar-se da cena política. Ao escolher existir, ocuparia o único espaço de oposição permitida pela ordem jurídica instituída, mas teria o inconveniente de legitimar as decisões governamentais, reforçando o discurso oficial de que não existiam imposições. Se, ao contrário, optasse por se retirar do jogo político, poderia dismantelar a legitimação do governo, mas retiraria qualquer obstáculo às decisões militares. Enfrentando o dilema, o MDB optou por permanecer na cena política,

73 DELGADO, *op. cit.*, p. 146.

74 MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. In.: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 6/7, 1996.

75 Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, art. 1º. *Apud* MOTA, Aroldo. *Op. cit.*

atuando no espaço a ele destinado para oferecer alguma oposição ao regime.<sup>76</sup>

De acordo com D'Alva Kinzo, a dificuldade do MDB foi completar o número de membros exigidos pela nova lei, já que muitos parlamentares populares já haviam sido cassados, e assumir-se como oposição era pôr em risco novas cassações. Já para a ARENA, a dificuldade foi reunir, numa única agremiação, tantas tendências divergentes de base regional e local que se colocaram ao lado do governo. Para isso, as sublegendas foram bastante úteis.<sup>77</sup>

Motta defende que a principal herança do MDB foi o PSD e o PTB, por isso seu programa e sua atuação podem ser chamados de centro-esquerda, enquanto a ARENA seria herdeira principalmente da UDN, embora também tenha recebido militantes do PSD e do PTB.<sup>78</sup> Ele ressalta que o MDB teve muita dificuldade de ser aceito pelas esquerdas, excetuando-se o PCB, que seria o único grupo organizado de esquerda a se ligar ao MDB desde o início.

O princípio era criar organizações provisórias, daí nenhuma das novas legendas, oficializadas em 1966, apresentou a palavra “partido” em sua denominação. A ARENA, como importante instrumento político, teria garantido ao regime significativas vitórias nos pleitos de 1966 e 1970, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, afirma Motta.<sup>79</sup>

No trabalho sobre a memória política da ARENA, Lúcia Grinberg mostra que a história da ARENA envolve uma disputa pela memória tanto da UDN (União Democrática Nacional) quanto do PSD (Partido Social Democrático). A ARENA é lembrada com a imagem de subordinação e apoio aos militares no executivo, o que é um perfil negativo, já que significa a participação após o sucesso do movimento de 1964, e não a atuação efetiva no processo.<sup>80</sup> “... O MDB era referido como partido do ‘sim’ e a ARENA como partido do ‘sim, senhor’, o que significa dizer que ambos ‘se dobravam à vontade do poder, mas a ARENA o fazia com mais servilismo e menos pudor’”.<sup>81</sup>

76 CAJADO, Ane Ferrari; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. *Eleições no Brasil – uma história de 500 anos*. Brasília, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2014, p. 59.

77 KINZO, Maria D'Alva G. *Oposição e autoritarismo - gênese da trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 30.

78 MOTTA, R. *Op. cit.*, p. 204.

79 *Ibid.*, p. 47.

80 GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão et al. (Orgs.). *O Golpe militar e a ditadura – 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 143.

81 MOTTA, Rodrigo de Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 118.

Segundo a autora, a historiografia sobre a ARENA questiona a compreensão desta como partido: pela limitada influência no governo ou pela diversidade de origens partidárias de seus membros. Ela defende a ideia de que, se a ARENA foi instituída pelo regime militar, seus membros não o foram, apresentando uma grande maioria de militantes com longa prática na política partidária.<sup>82</sup> Grinberg conclui que a ARENA foi um bode expiatório ao inverso do regime militar: fraca, risível e sem poder nenhum. Todavia, continua a autora, é preciso reconhecer que é representativa de boa parte da história dos partidos políticos no Brasil: UDN, PSD e até PTB, formando grande parte da geração seguinte de políticos quando as alternativas se limitavam a ela e ao MDB.<sup>83</sup>

No Ceará, de acordo com dados eleitorais do TRE, a maioria dos municípios aderiu à ditadura. Com a extinção dos antigos partidos políticos, foram criadas duas agremiações provisórias: *União Parlamentar Revolucionária no Ceará (UPRC)* e o *Bloco Democrático Renovador (BDR)*.<sup>84</sup> Entretanto, para Valdenir Rabelo Filho, a divisão dos parlamentares em dois grupos não se deveu à postura divergente em relação à “revolução”. Pelo contrário, os dois grupos reconheciam a legitimidade da “revolução” e disputavam o lugar de representante do regime no Ceará.<sup>85</sup>

Com a efetivação das novas agremiações, para ARENA foram UDN, representada pelas famílias Távora, Bezerra, Sampaio, Furtado Leite, Castro, Costa Lima, Alencar, Ferreira Gomes, Rodrigues, Marcílio e Barreto; PSD, representado pelas famílias Alcântara, Gomes da Silva, Augusto e Gonçalves; PSP; e PTB. Para o MDB, foram militantes do PSD das famílias Andrade, Figueiredo Correia e Benevides; PTB (Pontes) e a esquerda ainda não cassada.<sup>86</sup>

Kinzo afirma que “a filiação à ARENA ou ao MDB não resultou de uma cisão claramente definida entre os partidos conservadores, de um lado, e os partidos trabalhistas e reformistas de outro”. Para ela, esse ecletismo se devia à forma como as agremiações foram criadas, mas também pela falta de clareza no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos políticos, além da

---

82 *Ibid.*, p. 149.

83 *Ibid.*, p. 158.

84 MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará (1947-1966)*. Rio-São Paulo – Fortaleza: ABC editora, p. 235-6, 2005.

85 RABELO FILHO, José Valdenir. Ações político-partidárias e a produção do consentimento em tempos de ditadura. In: SILVEIRA, E. M.; ARAÚJO, R. A. *Nas Trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. Sobral: Edições UVA/Sertão Cult, p. 233, 2017.

86 FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007, p. 52; ESTADO DO CEARÁ. Arquivo Público do Estado do Ceará. *Acervo Virgílio Távora*. Produção intelectual. Fortaleza, 1954/65/79.

frouxidão daquela legislação, que alimentava a infidelidade partidária.<sup>87</sup> Grinberg discorda dessa ideia de falta de ideologia dos partidos anteriores. Para ela, a UDN e o PSD tinham identidade consistentes, mantidas mesmo quando se juntaram na Arena.<sup>88</sup>

Entretanto, Lamounier, Grinberg e Kinzo concordam que a Arena era tão recente, artificial e, sobretudo, impotente quanto o MDB, com a diferença apenas de que se achava mais próxima das vantagens clientelistas e daquilo que o regime definia como legalidade.<sup>89</sup> Para Ivan Oliveira, o empreguismo era a principal característica da política nordestina, por isso a Arena fez a maior bancada de deputado.<sup>90</sup>

Apesar de construírem a *União pelo Ceará*, uma frente claramente conservadora, Virgílio Távora e Parsifal Barroso precisaram provar sua fidelidade à “revolução”.<sup>91</sup> Barroso reconhece o artificialismo do bipartidarismo e a falta de representatividade, mas é enfático em dizer que a ARENA era homogênea: “todos apoiavam a revolução”, e não considera oportunismo apoiar o governo, “era sobrevivência”.<sup>92</sup> Para ele, as duas “revoluções”, de 1930 e 1964, foram equivalentes em todos os aspectos e não combateram a corrupção. A confusão entre subversão e crítica ao governo teria sido fruto da deficiência da nossa cultura política. Ele conclui que a “revolução” de 64 trouxe prejuízo à política pela falta de eleição para governador.<sup>93</sup>

Plínio Pompeu também faz considerações sobre os golpes: “A Revolução de 30 foi imposta, mas a de 64 não; o povo queria porque Goulart estava se inclinando para o sindicalismo”.<sup>94</sup> Mas ele critica o projeto econômico da ditadura como danoso para o Ceará.<sup>95</sup> Para Ivan Barroso, que foi membro do Centro Estudantil em 1930 e dep. cassado em 1964, a ditadura de Getúlio não foi policialesca como a de 64, havia mais liberdade e valorização cultural.<sup>96</sup>

87 KINZO, Maria Dalva. *Oposição e autoritarismo – gênese da trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice. *Op. cit.*, p. 32.

88 GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório*. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1965-1979) Ri de Janeiro: Mauad X, 2009.

89 LAMOUNIER, B; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática - o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 67.

90 Olavo Oliveira. Entrevista citada. Fita 02.

91 Vários parlamentares propuseram o afastamento do governo Távora, quando do golpe e Barroso foi intimado a depor em Inquéritos Policiais Militares em Fortaleza e Rio de Janeiro. Barroso, Fita 07.

92 *Ibid.* Fita 07, p. 126.

93 *Ibid.* Fita 07, p. 130.

94 Plínio Pompeu. Entrevista citada. Fita 1.

95 *Ibid.* Fita 2.

96 Raimundo Ivan Barroso de Oliveira. Entrevista citada.

## Considerações finais

Assim como em outros tempos democráticos ao longo da história da República no Brasil, nas décadas de 1945 a 1964 a retórica da democracia esteve presente não apenas nos discursos dos líderes políticos e na imprensa, mas também nos registros historiográficos/memorialísticos sobre o período, em que fica muito evidente a identificação dessas décadas como tempo de amadurecimento do exercício democrático e ampliação da cidadania.

Um exemplo desse discurso aparece na obra do jurista Aroldo Mota ao discorrer sobre a Constituinte de 1947: “Raiava com esperança para o povo a eleição dos constituintes que teriam a atribuição de organizar a vida política e administrativa do Estado sem autoritarismo.”<sup>97</sup>

Para a historiadora Lucília Delgado, “entre 1945 e 1964 não se ensaiou democracia política e eleitoral no Brasil. Praticou-se”. A abertura para um golpe se explicaria pelo envelhecimento do pacto político articulado em 1945, deixando aos poucos de corresponder às novas demandas de uma sociedade que se urbanizava e se tornava mais reivindicativa e atuante.<sup>98</sup>

Isso reforça a nossa tese de que democracia e autoritarismo disputam espaço na cultura política brasileira, constituindo o que Rodrigo Patto chama de paradoxos.<sup>99</sup> Tais disputas podem ser identificadas em diversos momentos da experiência democrática no fazer político das lideranças da Zona Norte cearense.

O reconhecimento da riqueza do debate político na assembleia de 1947 por líderes de diversas correntes e o não apoio do senador Plínio Pompeu à cassação dos parlamentares do PCB em 47<sup>100</sup> são exemplos de que se reconhecia a democracia como um valor a ser cultivado. As tentativas de união de velhos opositores em torno da pacificação do estado indicam que havia debate em torno de pautas comuns, e as dificuldades de unir UDN e PSD tanto na *União pelo Ceará* como na ARENA revelam que havia alguma identidade partidária, apesar dos nomes se sobreporem às ideias.

Do mesmo modo, os valores autoritários, materializados na violência, não estiveram ausentes naquele período, o que nos diz que suas raízes continuam vivas, podendo frutificar a qualquer tempo, como na fala do líder Parsifal Bar-

97 MOTA, A. *História política do Ceará(1947-66)*, op. cit., p. 45.

98 DELGADO, op. cit., p. 152.

99 Cf. MOTTA, Rodrigo P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan.-mar. 2018.

100 [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br).

roso (PTB) quando diz ter lamentado a cassação do PCB em 1947, embora tenha achado prudente que ela tenha sido mantida em 1964,<sup>101</sup> ou no texto do memorialista de Itapipoca que, apesar de apresentar o período democrático como elevação do exercício político, aplaude um discurso do líder da UDN, Perilo Teixeira, em que ele exalta a naturalização da violência no fazer político.<sup>102</sup>

Corroboro com a tese da historiadora Lúcia Grinberg sobre as características dos partidos anteriores a 1964. Podia não haver ideologia, mas havia uma identidade construída nas disputas pelo poder local, reconhecida na figura de um ou mais chefes políticos. Portanto, havia ideias/projetos que uniam esses sujeitos em torno da sua agremiação.

Parsifal Barroso concorda que não havia diferença programática entre os dois partidos, mas diz que a UDN era mais revanchista e o PSD mais conservadorista.<sup>103</sup> Wilson Gonçalves defende que, apesar de não ter ideologia, havia muita divergência entre as duas agremiações, construídas por questões municipais e/ou pessoais, e que, ao contrário do que afirmam alguns autores, não foi fácil juntá-las na *União pelo Ceará* em 1962, nem na Arena em 1966.<sup>104</sup> Para Ivan Barroso, apesar do fisiologismo, os partidos são importantes.<sup>105</sup>

Conclui-se, portanto, que as lideranças da Zona Norte cearense acomodaram-se<sup>106</sup> perfeitamente à política do seu tempo, participando dos debates públicos, defendendo suas agremiações partidárias e apropriando-se da retórica democrática como instrumento político na disputa pelo poder local.

---

101 Parsifal Barroso. Entrevista citada. Fita 04, p. 67-79.

102 MACIEL, Paulo. *ITAPIPOCA* – 314 anos de sua história. Itapipoca-CE: Prêmio, 1998, p. 234.

103 *Ibid.*

104 Entrevistas de Wilson Gonçalves ao Programa de História Oral. Lideranças Políticas. Núcleo de Documentação (NUDOC). Universidade Federal do Ceará (UFC), 1984.

105 Ivan Barroso. Entrevista citada.

106 Acomodação aqui é usada no sentido defendido por Rodrigo Patto, como estratégia política para evitar conflitos agudos. Cf. MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 13.





**“Quando a mulher sai do mundo da cozinha dela e começa a participar das coisas, então ela começa a ver o mundo diferente”: trabalho pastoral e atuação política das camponesas no Movimento do Dia do Senhor (1970-1990)**

*Viviane Prado Bezerra*<sup>1</sup>

## **Introdução**

O Movimento do Dia do Senhor foi se configurando a partir de 1965 por iniciativa de Padre Albani Linhares, na Diocese de Sobral. Tal Movimento, que assumia a feição de CEB – Comunidade Eclesial de Base, via na capacitação de camponeses e de camponesas uma alternativa laica que, naquele momento, suprisse a carência de padres da Diocese, garantindo, assim, a celebração da palavra de Deus aos domingos nas comunidades rurais. Por isso o nome “Dia do Senhor”, em referência ao domingo, seguindo a tradição católica. Tal Movimento atuou nas comunidades rurais da Zona Norte e Noroeste do estado até meados dos anos 1990 quando se fragmentou devido as suas mudanças estruturais. Tinha como princípio político-pedagógico estimular a conquista da autonomia entre camponeses e camponesas, e durante seu fazer-se contribuiu para forjar uma consciência histórica e política nos sujeitos envolvidos.

Ao longo de seu período de existência, esse Movimento também passou a atuar na Diocese de Itapipoca. Portanto, a Equipe de Coordenação do Dia do Senhor se dividiu para atender as duas dioceses, ficando padre Albani Linhares e Maria Alice MacCabe, uma religiosa norte-americana, da congregação *Notre Dame*, responsáveis pelas comunidades da Diocese de Itapipoca, enquanto

<sup>1</sup> Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: vivianclio@yahoo.com.br.

que as comunidades da Diocese de Sobral foram assumidas por Gustavo Lira e Lúcia Ferreira, um casal de intelectuais que contribuiu com o Movimento durante 10 anos. Gustavo era baiano e filósofo. Lúcia, paulista e socióloga. No meio rural do Ceará, esse casal, juntamente com padre Albani e irmã Maria Alice, encontrou campo fértil para desenvolver um trabalho pastoral que unia fé e formação política e que transformou a vida e a visão de mundo de muitos camponeses e camponesas que se fizeram sujeitos com o fazer-se do Movimento do Dia do Senhor. Por outro lado, é plausível afirmar que essa experiência também transformou a vida e a visão de mundo dos que compunham a Equipe de Coordenação do Movimento.

Maria Alice MacCabe e Lúcia Ferreira se destacaram pelo trabalho voltado para a organização das mulheres que compunham o Movimento, pois, com a formação e consolidação dos *Encontros de Esposas do Movimento do Dia do Senhor*, constituiu-se um espaço de reflexão e atuação próprio do feminino. Nesses *Encontros*, as camponesas ecoavam suas vozes, pensavam sobre sua existência, apreendiam sobre resistência e se descobriam sujeitos de sua própria história.

Nesse sentido, muitas das camponesas que participaram do Movimento do Dia do Senhor, ao longo dos seus quarenta anos de existência, tiveram as trajetórias de vida e de trabalho muito semelhantes. Por esse caminho, a partir da década de 1970, com o fortalecimento dos *Encontros de Esposas* do Movimento, essas mulheres passaram também a desempenhar outro tipo de trabalho, um trabalho dito abnegado, militante e missionário. Ou seja, no decorrer dos anos de 1969 a 1996, período de realização anual dos *Encontros de Esposas*, muitas camponesas das Dioceses de Sobral e de Itapipoca tiveram a oportunidade de não apenas participar desses *Encontros*, como também assumi-los como parte de sua vida e luta social.

É importante situar que, com a proposta de autonomia do Movimento do Dia do Senhor, ao longo de sua existência, a Equipe de Coordenação foi trabalhando com os camponeses e camponesas no sentido de que assumissem todas as funções do Movimento, inclusive a Coordenação e as questões financeiras. Para tanto, no decorrer dos anos, foi-se formando um grupo mais atuante e comprometido com o Movimento, o que fora denominado de “Nata”, significando, no sentido popular, o suprassumo dos participantes. Portanto, durante os anos 1980, a Equipe de Coordenação se retira de cena para que a “Nata” pudesse assumir plenamente o Movimento, o que perdurou até os anos finais do Dia do Senhor.

Dessa forma, o assumir de uma Coordenação de camponeses se deu em conformidade com a saída do casal Gustavo Lyra e Lúcia Ferreira, que, depois

de contribuírem dez anos com o Movimento, retornaram para a região sudeste do Brasil. Neste mesmo íterim, Padre Albani Linhares e a religiosa Maria Alice MacCabe também se distanciaram, deixando os camponeses e camponesas se organizarem autonomamente. Na experiência com a organização das camponesas, a proposta era a mesma, visto que também se formou a “Nata” do *Grupo de Esposas* com aquelas que participavam assiduamente e assumiam o trabalho pastoral. É o caso de todas as mulheres entrevistadas que aparecem como protagonistas dessa história.

## **Inserção e trajetória de mulheres camponesas no Movimento do Dia do Senhor**

Algumas das mulheres que compunham os *Encontros de Esposas* do Dia do Senhor começaram a participar do Movimento juntamente com seus maridos antes mesmo do surgimento dos Grupos de Esposas, muito embora tenha sido com a criação desse espaço de organização feminina que a participação de mulheres se consolidou no Movimento.

Nas entrevistas, as camponesas contam de sua entrada no Movimento e do seu engajamento nos *Encontros de Esposas*. No caso de Rosa Pires, de Itapipoca, e de Maria Fausta Marques, de Morrinhos, ambas aprofundaram sua participação por conta da organização com as esposas. Tanto Antônio Pires como Abdias Marques, seus respectivos esposos, já realizavam trabalho pastoral no Movimento, participando dos *Encontrões* anuais na serra da Meruoca, em Sobral, como também assumindo função de dirigente, realizando reuniões dominicais para celebração do Dia do Senhor nas comunidades rurais.

Portanto, Rosa e Fausta já conheciam de perto o trabalho realizado pelos maridos e, embora sendo constantemente convidadas para se engajarem, elas demoraram a se sentirem atraídas. Nesse sentido, Rosa Pires rememora:

Eu casei com Antoim Pires, aí eu vim morar no Salgado dos Pires, aí a gente continuou a mesma luta. Aí o Antoim começou a participar cedo das reuniões, e eu fiquei assim, mais parada. Aí um dia ele até me cobrou. Eu digo: “Antoim não me cobre, que no dia que eu tiver vontade de participar eu entro. Eu não quero entrar por influência de ninguém. Quero entrar... quando eu tiver vontade.” Aí assim eu fiz.<sup>2</sup>

---

2 Entrevista com Rosa Pires, realizada em Itapipoca, em 06/06/2009. Arquivo da autora.

Mesmo com certa pressão, cobrança do marido para que participasse, ela se manteve resistente até se convencer da importância e utilidade do Movimento, conforme explica no motivo que a fez decidir se engajar: “[...] porque eu vi que valia a pena a gente conversar, a gente discutir os problemas da gente, porque se a gente ficasse aí no cantim parado era muito mais difícil. Vinha as coisas com mais facilidade se a gente fosse buscar”.<sup>3</sup>

Nesse sentido, com sua formação no Dia do Senhor, Rosa foi aprofundando sua consciência sobre a força da ação coletiva. Se resistente no primeiro momento, no decorrer de sua atuação fez-se militante e sujeito político, saindo da inércia social em que vivia. Depois de vivenciar o Movimento, Rosa não se limitava mais aos espaços da casa e do roçado. Como ela conta: “eu não sei parar mais assim, dentro de casa não. Eu gosto muito de ficar conversando com alguém, ajudando assim, na maneira do que eu posso, vê se as pessoas se acordam... muita gente ainda tá assim meio parado”.<sup>4</sup>

No caso de Fausta Marques, parece que a proposta de um encontro somente de mulheres foi o diferencial que fez com que se entusiasmasse. Talvez, esse também tenha sido o caso de muitas outras camponesas, esposas dos dirigentes, que se dispuseram a participar. Em sua narrativa, Fausta situa o trabalho de dirigente do esposo e o contato com os quadros de coordenação do Movimento como fatores que contribuíram para seu ingresso. No entanto, diferentemente de Rosa Pires, a pressão não vinha de seu esposo. Fausta recebeu um “convite” de Maria Valnê Alves, idealizadora dos *Encontros de Esposas*. Portanto, pode-se deduzir que a entrada de Fausta no Movimento se deu diretamente para compor o grupo de esposas.

De fato, é possível vislumbrar que os primeiros convites para participar desses encontros tenham sido direcionados às esposas dos dirigentes, visto que eram os camponeses mais atuantes e que tinham um contato direto com a Equipe de Coordenação. Nesse contato, tanto a casa-sede do Movimento estava aberta aos dirigentes, como a casa dos dirigentes estava aberta ao “povo” do Movimento. O fluxo era de mão dupla e, conseqüentemente, suas esposas acabavam por conhecer e fazer amizade com a Coordenação, como com os participantes de modo geral, conforme aconteceu com Fausta.

Eu comecei participar do Movimento do Dia do Senhor pelo trabalho do Abdias e o conhecimento assim com pessoas que ficavam mais próximas, isso sendo como seja, naquela época, acho

---

3 *Ibid.*

4 *Ibid.*

que coordenação. Acho que o nome seria este. Isto era Valnê e padre Albani. E através do conhecimento, eles vinham lá em casa e um dia a Valnê disse assim: “por que você não participa dum encontro?”... Eu disse: “eu vou fazer uma tentativa.” O primeiro encontro que eu fui foi o Encontrão na Meruoca em mil novecentos... não, em dois mil... não, foi... em noventa e sete. Em noventa e cinco, não foi, Abdias? O Encontrão na Meruoca, eu não tô muito certa o ano.<sup>5</sup>

Passados os anos, a memória de Fausta não consegue precisar a data exata em que ingressou no Dia do Senhor. Da mesma forma, sua memória também trai a sequência dos fatos, posto que começa a contar a sua participação a partir dos anos noventa, anos finais do Movimento. Por meio da interferência de seu esposo, Abdias Marques, foi possível balizar que Fausta participou de muitos dos *Encontros de Esposas* até chegar a participar do referido *Encontrão* na serra da Meruoca. Durante a entrevista, algumas vezes, a própria Fausta recorria à memória do esposo para confirmação de algum dado. Entre risos do casal, Fausta cede seu lugar de fala para o marido, dizendo: “[...] Se foi antes, eu não... Abdias está olhando muito pra mim, pode ser que não foi em noventa e cinco [...]”<sup>6</sup>

Por seu turno, Abdias, acostumado a ser o protagonista da história do Movimento, situa a participação da esposa duas décadas antes do ano lembrado por ela: “[...] Você deixou muita coisa importante, você tá se esquecendo. O *Encontro das Esposas* no Acaraú, no setenta e um, que foi o ano até que o cumpade Dedé morreu, cê tinha chegado da cumade Maria, do *Encontro de Esposas*. Já havia os Encontros zonais”.<sup>7</sup> Nesse sentido, o ano de 1971 marca o terceiro ano de existência dos *Encontros de Esposas*. Assim, fica subentendido se esse havia sido o primeiro *Encontro* de Fausta ou não. Mas, mesmo sem precisar a data de sua primeira participação, Fausta relembrou sua emoção e percepção quando do primeiro *Encontro*: “[...] Rapaz, era uma doideira tão grande de medo. Era um medo danado. Ninguém falava”<sup>8</sup>

Por outro lado, não passa despercebida a relação da memória de Abdias com os fatos que quebram a rotina do cotidiano, como a morte de um compadre seu. Sabe-se que a memória também responde a uma ordenação das diferenciações de gênero, como nesse exemplo claro. Grosso modo, os homens guardam uma memória vinculada a elementos do trabalho, do político, etc.,

5 Entrevista realizada com Maria Fausta Marques, realizada em Sítio Alegre, Morrinhos, em 12/10/10. Arquivo da autora.

6 *Ibid.*

7 *Ibid.*

8 *Ibid.*

enquanto as mulheres recuperam uma memória ligada aos fatos do cotidiano, do privado. Tanto um como outro manifestam por meio da memória sexualizada os papéis sociais que historicamente desempenharam na sociedade.<sup>9</sup> Do mesmo modo, percebe-se que, nesse caso, mesmo intencionalmente, a memória masculina se sobrepôs à memória feminina até o momento em que Abdias Marques se afastou da entrevista, saindo da sala.

Coisa muito semelhante aconteceu durante a entrevista com Rosa Marques, de Serra Verde, visto que, durante toda conversa, seu esposo, Paulo Marques, esteve presente, também interferindo em alguns momentos, subliminarmente, com o intuito de ordenar a narrativa de sua esposa, principalmente nos momentos em que ela contava sobre a organização da comunidade para enfrentar os conflitos de terra. Isso porque, talvez, tanto Abdias como Paulo se achassem com mais conhecimento de causa sobre o Movimento. Talvez porque entendessem que as histórias sobre os conflitos de terra ou sobre a formação dos sindicatos, que estavam no domínio da participação masculina, fossem mais importantes de serem registradas do que as “histórias” das mulheres.<sup>10</sup>

Nesse sentido, Rosa Marques, direciona sua narrativa para o Movimento do Dia do Senhor a partir do alerta dado pelo esposo: “[...] aí é onde entrou a parte do Movimento do Dia do Senhor né, que descobriu que a terra era do trabalhador... a terra era de quem trabalhava, não era de quem dizia que era dono não”.<sup>11</sup> Foi a partir desse mote que Rosa situou seu ingresso no Movimento:

---

9 Nesse sentido, Michelle Perrot realça as diferenciações em torno das memórias masculina e feminina, entendo-as de forma sexualizada. Posto que tanto, a memória sobre as mulheres foi controlada por discursos e práticas oficiais que relegaram o feminino ao silêncio historiográfico, como também, a memória das mulheres se resguardaram aos espaços e papéis assumidos durante os séculos. Portanto é uma memória resguardada a partir do privado, do universo particular da casa, da família, dos objetos pessoais, dos diários, das datas que marcavam os ritos de passagem, como casamento, nascimento dos filhos, etc. Como afirma Perrot, “[...] Forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexualizada”. PERROT, Michelle. Práticas da Memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 09, n. 19, ago./set. 1989, p. 09-18, p. 18.

10 Nesse sentido, outro caso merece destaque. Trata-se da entrevista realizada com Maria Socorro Teixeira, natural do município de Amontada. Em toda entrevista, seu esposo Luís Gonzaga Teixeira, também de Amontada, esteve sentado ao lado da esposa, diga-se de passagem, devidamente preparado para ser entrevistado também. Durante a narrativa de Socorro, volta e meia, ele perguntava: “posso ajudar?”, até que em um determinado momento, ele toma de assalto a fala da esposa e inicia sua própria narrativa sobre sua participação nos diversos conflitos de terras que houve em sua comunidade e em comunidades vizinhas. Interessante nesse fato, é que se percebeu uma ânsia de fala, seu Luís Gonzaga queria contar, registrar sua história e a História do Movimento. Ele se preparou para isso, embora, a entrevista não tivesse sido marcada com ele. Não permitiu que somente sua esposa fosse protagonista. Tanto que ele faz questão de iniciar se apresentando, da mesma forma que se havia pedido para sua esposa. Sua narrativa foi muito emocionante, pois ao se lembrar de tantos conflitos, inclusive que ocasionaram a morte de seus companheiros, seu Luís embargou a voz e chorou em muitos momentos da entrevista. Entrevista realizada com Maria Socorro Teixeira e Luís Gonzaga Teixeira, na comunidade de Gualdrapas, município de Trairi – Ce. Em 08 de abril de 2017.

11 Entrevista com Rosa Marques, realizada em Serra verde, em 30/04/10. Arquivo da autora.

Eu mesmo comecei a participar do Movimento do Dia do Senhor, assim né, porque eu já ouvia falar que tava surgindo um Movimento de juntar as comunidades pra conversar né. Mas, não tinha tido a oportunidade. Ai quando foi em setenta e sete, deixa eu vê. Assim... no inverno de setenta e seis pra setenta e sete, pelo mês de janeiro, teve um curso no Carqueijo viu... que o nome do curso foi Evangelho e Vida. Ai a Serra Verde foi convidada pra se reunir três dia. A Serra Verde, que lá nós não tinha essa palavra comunidade não. Serra Verde, Carqueijo e, parece que o Recreio. Eu sei que foi assim, na base de umas dez pessoas da Serra Verde que foi participar desse curso... aí quem foi coordenar esse Encontro foi o Gustavo... a Lídia, que foi um casal que trabalhou no Movimento do Dia do Senhor e o Padre Albani viu.<sup>12</sup>

Então, como rememora Rosa, a partir desse encontro, os participantes retornaram para Serra Verde com a missão de iniciar o trabalho pastoral do Movimento. Aí sim, a palavra “comunidade” passava a ser forjada e a compor o vocabulário dos camponeses e das camponesas. Eles passaram a entender o sentido vivo de ser e viver em comunidade a partir das leituras do evangelho, relacionando-as com a vida. Nesse sentido, Rosa Pires explica como se deu a organização para a realização das primeiras celebrações do Dia do Senhor.

A partir daquele Encontro que nós participemo, aí a gente foi... começar fazer celebração do culto na nossa comunidade. Que nós não sabia. E aí ele repassou os roteiros, tá entendendo? Os roteirozim ensinando como era pra gente fazer celebração... quando vei pra gente fazer a primeira reunião na comunidade ne... a gente chamou as outras pessoas, as outras famílias que não tava no curso né... aí a gente foi repassar aqueles três dias que nós passamos conversando no Carqueijo praquelas outras pessoas que tinha ficado né. Ai a gente ficou marcando. De oito em oito dia a gente se reuni... Nessa época a gente já tinha um salão comunitário... aí acontece que a gente se reunia era lá.<sup>13</sup>

Desse modo, a partir desse Encontro, Rosa e seu esposo ingressaram ao mesmo tempo no Movimento, e ambos assumiram conjuntamente esse trabalho de reunião e celebração dos cultos dominicais em sua comunidade. Porém, quando o trabalho pastoral exigia que se ausentassem de suas localidades para participarem dos *Encontrões* ou dos *Encontros de Esposas*, realizados no CETRESO, na serra da Meruoca ou na sede do Movimento, no município de Itapipoca, o casal

---

12 *Ibid.*

13 *Ibid.*

se organizava para cumprir com as atividades do Movimento, como também para manter o ritmo do trabalho agrícola e da rotina doméstica e familiar.

É importante ressaltar que o Movimento teve duas sedes, uma na Diocese de Sobral, que era a própria casa que padre Albani Linhares morava, e outra na Diocese de Itapipoca, uma casa exclusivamente para as atividades do Dia do Senhor, doada pelo então bispo Dom Paulo Pontes, que esteve à frente da Diocese durante os anos de 1973 a 1984. Nesse sentido, Rosa explica que “repartia as tarefas” com o marido “[...] porque a gente já tinha a turma de filho da gente. Nós quase não pudemos participar junto. Quando ele ia, e eu ficava com os filhos. Mas, também tinha oportunidade que eu ia e ele ficava”.<sup>14</sup>

Sendo assim, observa-se que quase todos os casais que assumiam o trabalho pastoral enfrentavam esse problema, pois tanto os esposos quanto as esposas realizavam tarefas específicas, mas que eram entendidas com igual importância, pois a militância desses sujeitos era fundamental para que se mantivesse acesa a chama do Movimento. O trabalho pastoral realizado pelas esposas ainda era mais intenso, ao passo que elas participavam das celebrações dominicais, juntamente com seus esposos e toda a gente da comunidade. Ademais, ao mesmo tempo, também eram responsáveis pela realização das reuniões comunitárias com as esposas, ou dos chamados *Encontrinhos*, que aconteciam mensalmente durante todo o ano, preparando as mulheres para o *Encontro de Esposas* anual.

Desse modo, pressupõe-se que era mais difícil para as esposas participarem dos *Encontros*, embora fosse um espaço aberto para homens e mulheres. No entanto, com a dificuldade para se ausentar de casa, as mulheres preferiam participar dos *Encontros de Esposas*. Embora se tenha registro da participação de algumas dessas esposas nos *Encontros*, tal fato ocorria em escala muito menor do que a participação dos seus maridos. Vale esclarecer que os *Encontros* se realizavam no mês de julho e os *Encontros de Esposas*, no mês de dezembro. Isso fica evidente na narrativa de Rosa Marques:

o que eu mais participei foi dos Encontros de Esposas né. Aí nessa vez eu ia mesmo, participava em cheio. [...] Era no mês de dezembro, que até nós colocava, assim, que era as férias das mulheres, das esposas. Era no mês de dezembro, a gente passava três dias fora de casa, fora da família da gente, sentada discutindo... na Meruoca. O Movimento do Dia do Senhor chegou a levar mulher, assim, esposa, até pra Itapipoca. [...] Teve uma época que se juntou quarenta e sete mulheres na Meruoca. Ficou lá o CETRESO... ficou mesmo comple-

---

14 *Ibid.*

to de toda comunidade. Era da praia, era da serra, era do sertão, tinha esposa, né.<sup>15</sup>

Devido à grande repercussão que foi tomando esses *Encontros*, justamente, por conta do trabalho militante de algumas participantes, principalmente as que compunham a “Nata”, muitas mulheres das comunidades rurais eram convidadas e se sentiam motivadas a participar dos *Encontrinhos* e dos *Encontros* anuais. Às vezes, algumas mulheres simplesmente ouviam falar dessas reuniões femininas em suas comunidades e, tomadas pela curiosidade ou mesmo movidas por uma vontade de resolução para seus problemas, se ofereciam para participar. Com o tempo, esses *Encontros de Esposas* foram se abrindo cada vez mais, inclusive, para esposas casadas com homens que nem participavam do Movimento, bem como para mulheres de todos os tipos, até mesmo solteiras, o que fez com que, em determinada altura, fosse alterado o nome original para *Encontros de Mulheres*, ampliando o sentido da organização feminina do Movimento.

Por outro lado, desenvolvia-se um trânsito muito intenso de mulheres e, ao mesmo tempo, muito irregular, pois nem se podia considerá-las como integrantes, visto que iam a uma ou a duas reuniões comunitárias, um ou outro *Encontro de Esposas* anual. Todavia, o que era considerado importante era que a mensagem do Movimento do Dia do Senhor estava se espalhando e que o trabalho pastoral feminino estava se mantendo com fôlego nas comunidades.

Diante da repercussão que os *Encontros de Esposas* fora atingindo, Rosa Marques relembra uma questão importante que redirecionou o sentido original desses *Encontros*. Como ela explica:

Mas teve assim, uma época que surgiu uma dúvida, cê sabe por que? Porque tinha mulher que queria ir participar do Movimento do Dia do Senhor, mas ela não era, assim, uma esposa. Está entendendo, ela não era casada... era mãe solteira né. Aí teve esse ponto aí que foi preciso conversar também em cima né... aí surgiu, pois agora não vamos mais fazer Encontro de Esposa e sim de mulheres. Aí tanto faz, ter o esposo, ser viúva, ser solteira, é aberto o Encontro pras mulheres. Aí eu sei ... que quase todos os anos eu ia.<sup>16</sup>

---

15 *Ibid.*

16 *Ibid.*

Nesse sentido, esse redirecionamento aconteceu durante o período de coordenação das próprias camponesas nas décadas de 1980 e de 1990. O Relatório referente ao *Encontro* de 1990 já trazia como título *Encontro de Mulheres* do Movimento do Dia do Senhor. Uma particularidade com relação à mudança de nomenclatura dos *Encontros* é que de todas as entrevistas realizadas somente duas camponesas se remontaram a essa questão: dona Raimunda, que se assume como a precursora desse debate, e dona Rosa. O fato é que o conceito de “Mulheres”, mais amplo e mais democrático, passou a substituir o de “Esposas”, restritivo. Isso ampliava a identidade do grupo. A nova nomenclatura passou a ser incorporada em todos os Relatórios, *Circulares comunitárias*, como também, nas cartas das mulheres para o Programa radiofônico do Movimento, *Encontro com as Comunidades*, que era transmitido pela Rádio Educadora do Nordeste.

Dentre todas as mulheres que participavam do Dia do Senhor, incluindo aquelas que compunham a “Nata” dos *Encontros de Esposas*, duas são consensualmente mais representativas pelo seu trabalho pastoral e atuação política. São elas: Rita de Cássia Sousa Ferreira, da comunidade de Juritiana, Acaraú, e Maria Nazaré de Sousa, mais conhecida por Nazaré Flor, da comunidade de Apiques, Itapipoca. Importante dizer que Apiques era uma das dez comunidades que, no final dos anos 1980, viriam a compor o Assentamento Maceió, conquistado através da luta camponesa. Nazaré Flor teve forte atuação nessa luta.

## **Protagonismo e militância político-religiosa das mulheres camponesas**

Rita de Cássia, casada com Bernardo Ferreira, iniciou no Movimento juntamente com seu esposo. Ambos participaram da primeira reunião realizada por padre Albani e irmã Maria Alice na comunidade de Juritiana. Ritinha, como ficou sendo conhecida, tinha, então, quarenta anos quando assumiu o trabalho pastoral de Acaraú e de Itarema, município vizinho. Embora Juritiana pertencesse ao município de Acaraú, que compunha a Diocese de Sobral, devido à sua localização geográfica, muito próxima ao território de Itapipoca, essa comunidade estava inserida na Diocese de Itapipoca.

Desse modo, Rita, juntamente com seu esposo e com outro companheiro, Manuel Pedro, compunha a equipe de animação das comunidades dessas regiões. Como o próprio nome diz, tinham a missão de organizar e animar o povo do campo, realizando cultos dominicais juntamente com a celebração da

palavra, de acordo com a metodologia “Fé e Vida”, presente no Movimento. É válido situar a narrativa de Rita sobre o impacto que sentiu logo com a primeira celebração que participou. Dessa celebração, ela ressalta a dinâmica utilizada por padre Albani Linhares com o intuito de suscitar entre os camponeses uma reflexão em torno das desigualdades sociais.

[...] Marcou uma reunião aqui na Juritianha, aí veio ele, o padre Albani e a Irmã Maria Alice vieram. Quando eles chegaram, fizeram uma reunião e o padre é muito dinâmico, né? Ele foi e fez uma dinâmica assim: fez um bolo, dizendo ele. Quando acaba, ele mandou que todo mundo fosse pegar desse bolo pra comer. Eu achei tanta graça disso aí! [...] Aí, uma parte avançaram e tiraram tudim e os outros ficaram sem nada. Ele foi e disse: “Taí, uns tiraram muito, outros tiraram pouco e outros não tiraram nada”. “E aí o que vocês acham disso aí? Isso é pra ser assim, Deus quer desse jeito?”... Aí ele foi e disse: “Eu vou fazer uma pergunta a vocês e vou esperar o escrito”. “Se Deus quer assim, a desigualdade, uns tendo e outros não, ou se Deus quer que seja tudo igual, como é que é?” [...] e eu fiquei pensando... conversando com Bernardo aqui, é pra ser desigual mesmo, que nossos dedos não são iguais e desde que nós se conhecemo que tem os ricos e os pobres, os analfabetos e os sábios, essa coisa toda... Mas, não é não! Porque Deus é pai. Se Deus é pai como é que ele quer nós desigual desse jeito... Aí fiz um bilhete e mandei pra ele... Aí pronto, desse dia em diante, ele começou a me chamar pras reuniões, eu e Bernardo, nós começemo, engajemo no Dia do Senhor.<sup>17</sup>

Talvez, o mais interessante nessa história seja a repercussão que a celebração causou em algumas pessoas de Juritianha. O simples fato de ter um padre e uma freira realizando uma dinâmica com o povo na comunidade já era incomum, visto a postura hierárquica característica dos religiosos antes do Concílio Vaticano II (1962-1965). Em alguns casos, mesmo depois do Concílio, isso permaneceu. Outro ponto inusitado era o estímulo dado para os camponeses pensarem, refletirem e responderem, por escrito, à pergunta geradora, bem aos moldes da pedagogia popular.

Nesse sentido, o fato de pensar e escrever, refletir sobre o que já estava posto na sociedade era extraordinário, pois isso não acontecia na rotina ordinária da vida no campo. Então, a partir da celebração, isso passou a repercutir nas conversas familiares dos casais, entre pais e filhos, etc. De certa forma, em

---

17 Entrevista realizada com Rita de Cássia, em Juritianha, Acaraú-CE. Em 01 abr. 10. Arquivo da autora.

maior ou em menor medida, começou a mexer com a consciência das pessoas. Por tudo isso, Rita e seu esposo engajaram-se no Dia do Senhor.

Naturalmente, Rita de Cássia também assumiu o trabalho de base com as mulheres dessas comunidades. Sua história revela uma mulher militante, abnegada e incansável. É devidamente reconhecido pela Equipe de Coordenação do Dia do Senhor que muitas comunidades foram organizadas pelo compromisso missionário de Rita, juntamente com Bernardo e Manuel Pedrinho, que formaram uma equipe volante do Movimento. Portanto, para organizar e animar as comunidades, era imprescindível que fossem realizadas visitas, reuniões, cultos dominicais, enfim, celebrações do Dia do Senhor. Devido às dificuldades de transporte e ao isolamento do meio rural, na época, muitas vezes, a equipe ia e vinha dessas visitas a pé.

Assim, o trabalho pastoral desses “animadores” também buscava identificar novas lideranças comunitárias. O contato se mantinha até a comunidade assumir o controle, com suas próprias lideranças à frente das reuniões e das celebrações do Dia do Senhor. Muito da história de Rita de Cássia foi contada por ela mesma, ainda quando atuava no Movimento para a religiosa Maria Alice MacCabe, que, como se sabe, compunha a Equipe de Coordenação do Dia do Senhor e, a partir da década de 1970, foi responsável pela Coordenação dos *Encontros de Esposas* na Diocese de Itapipoca.

Maria Alice realizou entrevistas com dez camponesas dessa região, diga-se de passagem, as mais engajadas, com o intuito deliberado de registrar diversos aspectos da participação feminina no Movimento. Tais entrevistas foram publicadas em livro com o título “História na mão”,<sup>18</sup> quase sem interferência da autora. Nesse livro, as camponesas falam por si mesmas sobre a importância da autoestima, a luta pela terra, a conquista da autonomia, a independência financeira e a sexualidade. Dentre as dez entrevistadas estão Rita de Cássia e Nazaré Flor. O livro, portanto, é uma rica fonte histórica que será bastante explorada nas páginas que seguem.

No trabalho de base com os camponeses e com as camponesas, Rita passou a ser uma referência não só para o pessoal conhecido do Movimento, mas também para o povo de outras áreas que sequer estavam organizadas em comunidade. Como o Movimento mantinha no ar o programa “Encontro com as comunidades”, transmitido duas vezes por semana pela Rádio Educadora

---

18 McCABE. Maria Alice. *História na Mão*. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. (Uma História Oral). 1994. Produção Independente, financiado pela Congregação Norte-americana de Notre Dame, a qual Maria Alice era congregada.

do Nordeste, Rita ficava conhecida através das cartas enviadas ao programa e, algumas vezes, por sua participação presencial. A rádio pertencia à Diocese de Sobral, mas tinha um grande alcance, o que garantia uma forte audiência no meio rural.

Assim, Rita de Cássia foi se tornando conhecida pela sua liderança e força militante a ponto de ser procurada pelos moradores de Varjota, uma localidade do município de Itarema. É importante dizer que esse povo era de etnia indígena Tremembé, a qual até hoje ocupa as localidades de Varjota e Almofala, em Itarema e outras localidades, pertencentes aos municípios de Itapipoca e de Acaraú.

Varjota fazia parte de uma região praiana que, no início dos anos 1980, começou a ser alvo de especulação imobiliária de empresas produtoras de derivados do coco, devido as suas terras férteis para plantação desse produto. Tal especulação fez com que os proprietários das terras fossem negociando sua venda para a firma Ducoco, que em 1979 plantou seu primeiro coqueiral e em 1982 inaugurou sua primeira fábrica em Itapipoca.<sup>19</sup> Consequentemente, esse fato fazia com que muitos camponeses, que há cinco gerações moravam naquela terra, fossem concretamente ameaçados de expulsão. Foi exatamente por conta desse problema, em busca de ajuda, que os moradores procuraram Rita. Em entrevista com Maria Alice MacCabe, Rita de Cássia contou como se deu o primeiro contato com o povo de Varjota:

E deixa ver que através das cartas que a gente botava no programa, tinha um povo mais na frente, que era o povo de Varjota. Eles ouviram falar no nome da gente: que a gente andava reunindo assim, conversando aquilo que tinha vontade de conversar e o que sentia... Desejaram encontrar com a gente... Um dia eles souberam que a gente ia para Almofala. E eles mandaram dizer que iam encontrar com a gente lá e nós ficamos aguardando... E na Almofala a gente ia pra igreja fazer a Celebração e depois da Celebração, a reunião, a tarde... agora, o povo de Almofala era um pessoal muito difícil... fraco. E nesse dia, (até achei graça...) nós ia nós três, mas lá o pessoal de Almofala não assistia. Veio pouca gente à celebração. Então, Bernardo e Manuel Pedro queriam voltar para Juritianha. Eu digo: “Rapaz, a gente já veio! Eu vou ficar. Vocês podem voltar, mas eu vou ficar!”. A gente tava também imaginando se o pessoal de Varjota viesse... que tinha

19 A Ducoco está há mais de 35 anos no litoral do Ceará, habitat natural do coco. Atualmente, é constituída por 7 fazendas, duas fábricas, 3 centros de distribuição, 1 escritório central e 1.500 funcionários. Atua na distribuição dos produtos derivados do coco por todo o Brasil, sendo também, uma das maiores exportadoras de água de coco. Informações retiradas do site da empresa: [www.ducoco.com.br](http://www.ducoco.com.br). Acesso em: 28 ago. 2018.

prometido de vir se encontrar com a gente... E eles: "... eles lá vem... nós vamos embora". Aí, eles foram e eu fiquei lá sozinha.<sup>20</sup>

De sua narrativa, depreende-se a coragem e a autonomia ao decidir ficar sozinha em uma localidade que não era a sua e que não era de todo bem acolhida, visto que muitos dos moradores de Almofala não se interessavam em participar do Movimento do Dia do Senhor. Isso revela ainda mais o compromisso missionário de Rita, visto que, mesmo reconhecendo esse povo como "fraco", insistia em fazer as visitas comunitárias e realizar as celebrações do Movimento, mesmo para pequenos públicos. Foi graças a essa insistência que Rita finalmente conheceu o pessoal de Varjota. Seis homens foram ao seu encontro em Almofala, conforme tinham prometido. A esperança era que aquela mulher pudesse ajudá-los a resolver o problema de terra que se acirrava em Varjota com a chegada da firma Ducoco. Rita, então, comprometeu-se em visitar a localidade e ajudar na organização do povo, conforme segue sua narrativa:

E no outro mês na frente era pra ir pra Varjota. Aí no outro mês eu fui caminhando pra Varjota, atravessando aquele lagamar, com uma lama... chega botava o pé e não podia tirar. Era uma dificuldade muito grande! Aí, chegamos lá... e olhe, era tanta gente nessa reunião! Todo mundo queria participar na reunião... aí começaram a contar os problemas das terras... e a gente pensava que num era possível uma coisa dessas. Porque a gente já sabia que nós também tinha direito no mundo. Nós tinha os livrinhos e os papéis, os cantos e alguma história que conta das lutas das outras Comunidades. E a gente, nas reuniões em outras Comunidades ouvimos como eles faziam, como enfrentavam esses problemas da terra, pra ter acesso ao lugar onde moram. Ai a gente passava tudo isso pra eles, para o povo de Varjota, na reunião.<sup>21</sup>

Do primeiro contato em diante, Rita intensificou o trabalho de base com a comunidade de Varjota a ponto de passar uma semana inteira conhecendo as pessoas e a realidade do lugar. Mesmo com certa timidez, desafiou-se a conviver com pessoas desconhecidas, sem nenhuma intimidade. De certa forma, fazia parte do trabalho pastoral exatamente o conhecimento de novas pessoas, a formação de novos vínculos, o reconhecimento das lutas de uns nas lutas de outros. Porém, o que se destaca nesse caso é o desprendimento de Rita, que mesmo "tímida" colocava sua experiência militante à disposição, semeava

---

20 McCABE. Maria Alice. *História na Mão*. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. *Op. cit.*, p. 74.

21 *Ibid.*, p. 77.

novos frutos para o Movimento e contribuía com a luta daquele povo. Como disse: “[...] Eu sou muito prazerosa e feliz em saber que comecei no começo da história deles [...] Que tinha sido uma luta e que a gente tinha começado juntos. E eles continuaram pra frente, nunca pararam de lutar”.<sup>22</sup>

Outro ponto que se destaca do trabalho pastoral realizado por Rita de Cássia é que, embora ela formasse uma equipe de animadores volantes, juntamente com Bernardo e Manuel Pedrinho, em grande parte, sua narrativa seleciona situações em que ela atuou sozinha: viajando, realizando celebrações e reuniões, sozinha. Com isso, talvez, subliminarmente, quisesse explicitar seu protagonismo nesse trabalho. De fato, em alguns momentos, seus companheiros também atuaram sozinhos, no entanto, o que chama a atenção é o fato de uma mulher camponesa sair de casa, sem a companhia do marido ou dos filhos, ou ainda, de algum homem que pudesse lhe garantir proteção para realizar trabalho de comunidade, discutir assuntos como libertação e luta pela terra, hospedar-se em casas de famílias desconhecidas e, ainda, andar na garupa de cavalos com homens que não eram seus parentes. Tudo isso era inédito. Não só inédito, como revolucionário para a época e o lugar em que Rita vivia.

Tanto é que as convenções sociais e morais não passavam despercebidas a ela. Isso fica evidente quando conta de sua aflição ao retornar de Varjota para Almofala quando se encerrava a semana de trabalho. Devido ao difícil acesso à localidade, ou se ia a pé ou a cavalo. Sua ida tinha sido feita de forma solitária e a pé, no entanto, seu retorno ficava a cargo da comunidade. Seu Agostinho, um dos líderes da aldeia Tremembé de Varjota e esposo de Conceição, assumiu a obrigação.

Aí, ele selou o cavalo e aí, eu fiquei pensando assim só dentro de mim (parece uma certa timidez, né?): “Mas eu ir com este homem uma distância tão grande nos matos, nenhum povoado no meio! Sei lá, meu Deus! Aí, de repente, pr’acabar de ficar eu mais tímida, eu vi ele preparando uma faca pra botar nos quarto. Porque os camponeses sempre, eles andam armados com um ferro. [...] Ah! Mas aí, num prestou não... quando eu vi a faca... esse homem com a faca no quarto, eu fiquei com muito medo... eu fiquei assim nervosa. Pensei: “eu não posso desistir de ir... mas eu vou com muito medo”... Aí montei no cavalo. Saí com ele, montada na garupa do cavalo e fomos pra Almofala e eu imaginando que, se encontrasse alguém... que o povo naquela época ousava que uma mulher não podia viajar com homem assim. A gente ficava assim, pensando... Quando chegamos em Almofala, já tinha umas pessoas me esperando pra uma Celebração. E ficaram

---

22 *Ibid.*, p. 84.

assim tudo olhando pra mim, perguntando donde era que eu vinha com aquele homem. E eu falei: “Ora, venho lá da Varjota. É uma pessoa amiga que veio comigo. A gente trabalha juntos e ele veio me deixar”. Pronto, tudo bem! Aí, eu fiz a Celebração e tudo [...].<sup>23</sup>

Desse modo, Rita tinha consciência de seu comportamento subversivo para a cultura camponesa de então, e embora sentisse o peso da tradição, não se submetia. Pelo contrário, quebrava tabus e reinventava os papéis assumidos pelas mulheres. Do papel de dona de casa Rita de Cássia havia se liberado relativamente, ao passo que seus filhos e filhas, todos já crescidos, assumiam as tarefas domésticas e cuidavam de si mesmos. Portanto, dadas às condições objetivas, Rita se engajou de corpo e alma no Movimento do Dia do Senhor, assumindo-o como seu trabalho, trabalho esse que justificava, inclusive, o fato de andar na garupa de um homem que não fosse seu marido.

Por fim, a narrativa de Rita evidencia a dinamicidade e articulação do seu trabalho pastoral, pois não passa despercebido o fato de chegar de uma semana intensa de organização das bases em Varjota e, na sequência, realizar celebração em Almofala. Rita de Cássia também foi personagem principal para a criação da Associação de Mulheres Rendeiras de Bilro de Juritiana, sendo a primeira presidente dessa Associação.

Por outro lado, por realizar o mesmo trabalho, seu esposo, Bernardo Ferreira, procurava entender as ausências e andanças de sua esposa. De fato, Rita de Cássia, por assumir muitas atividades pastorais com as comunidades e ainda assumir a frente de uma Associação de Rendeiras, desenvolveu um ritmo de vida e de trabalho muito diferente daquele que tinha antes de sua entrada no Movimento do Dia do Senhor. De certa forma, isso era sentido por Bernardo enquanto marido que sentia falta da companhia e dos cuidados de sua mulher. No entanto, em nome da causa maior que o casal assumira, o Movimento, ambos abdicavam das pequenezas relacionadas ao machismo e ao ciúme. Nesse sentido, a narrativa de Bernardo aponta elementos para a compreensão de seu perfil, enquanto dirigente do Dia do Senhor, com relação às ausências de sua esposa:

Eu toda vida achei isso ruim. Não adianta eu mentir. Mas era assim, mas eu aceitava porque eu toda vida fui comprado, como dizia o Zé Vicente, por cem grama de sorriso, eu era. E a minha mulher, ela fazia essas coisas, mas ela me pedia com aquele jeitinho carinhosos de me pedir, e eu liberava. Cabá (acabar) eu ia

---

23 *Ibid.*, p. 79-80.

sofrer. Eu não gostava de tá apartado. A minha luta, as vez, era só. A dela era prum lado, a minha era pra outro. Ela com mulher e eu com os homem. Mas aceitei, achando ruim, mas aceitei. Total liberdade. Tanto ela tinha, como eu tinha também.<sup>24</sup>

Bernardo também tinha consciência de que o comportamento vanguardista de Rita gerava especulações entre seus familiares, o que em sua compreensão era justificado pelo machismo de seus irmãos e pela total falta de entendimento sobre a luta social e o trabalho de base comunitário que realizava com sua esposa. Dessa forma, quando interpelado sobre o episódio de Rita na garupa do cavalo de outro homem, Bernardo evidencia sua compreensão de militante, evidentemente, forjada na experiência concreta de participação em movimento social que, por muitas vezes, teve que sobrepor o trabalho político-pastoral às questões de ordem íntima e familiar:

Ah bom, naquele tempo a minha própria família achava aquilo feio. Aquilo foi uma coisa que eu fiz, mas os meus irmão são muito machão, muito mais do que eu, que eu nunca fui, graças a Deus. Aquilo eu nem contava a minha família, aquela nossa luta. Depois foi que andou, um irmão meu lá do Maranhão... chegou: ‘cumpade tu tem cuidado na tua vida, cumpade?... isso daí eu nem contava a eles, eles não conhecia a luta, não valorizava.’<sup>25</sup>

Posteriormente ao engajamento de sua esposa, Bernardo também atuou no processo de organização comunitária de Varjota. Dessa forma, situando o trabalho político-pastoral de Rita com a comunidade, o dirigente avalia que a luta das mulheres “[...] era o que tinha mais bonito... Era o machado comendo nas estacas e elas cantando as músicas do Zé Vicente pulando na frente cantando, em pleno sol, na terra quente e elas cantando as músicas do Zé Vicente [...]”. Nessa narrativa, percebem-se momentos de muita tensão vividos entre os camponeses e os pistoleiros daqueles que se diziam donos da terra. Com relação aos conflitos armados, embora sem pegar efetivamente em armas, a presença feminina era constante como parte integrante da luta pela terra de Varjota e pela sobrevivência dos seus.

Embora Bernardo e Rita de Cássia não tenham permanecido na luta pela terra de Varjota até o fim, quando a terra foi conquistada com a finalidade de reforma agrária, principalmente, a participação de Rita foi fundamental para o início da organização, não somente das mulheres, como de toda comunidade.

24 Entrevista realizada com Bernardo da Costa Ferreira em 13/11/18. Arquivo da autora.

25 *Ibid.*

Outra camponesa militante foi Nazaré Flor, da comunidade de Apiques, Itapipoca. Quando Nazaré iniciou sua participação no Movimento do Dia do Senhor, já contava três anos de casada com o pescador Manoel José de Sousa. Não tendo filhos legítimos, o casal resolveu adotar dois filhos: Valda e Diozéllo. Segundo relato de Maria Alice MacCabe, quando conheceu Nazaré, esta era uma jovem de cabelos longos que não cortava porque cabelo curto era um tabu para o marido e para o povo da região onde morava.

Para Nazaré, seu engajamento no Movimento foi fundamental para o seu “despertar” enquanto mulher e enquanto sujeito social, mas foi no processo de luta pela terra que ela se formou politicamente e se fortaleceu enquanto liderança feminina de sua região. Seu protagonismo na luta pela posse das terras que viriam constituir o Assentamento Maceió fez com que Nazaré assumisse um lugar social na comunidade, o que a tornou respeitada por homens e mulheres e serviu, também, como um marcador social em sua vida. Nazaré nunca mais deixou de participar ativamente das questões políticas e sociais de sua comunidade, como se percebe em sua narrativa:

Aí é que eu comecei a despertar de um bocado de coisa: ... fui me descobrindo assim mais... como mulher... sentindo a necessidade de participar melhor das coisas na Comunidade. Eu não era mais aquela mulher que devia ficar submissa a tudo, obediente, sei lá... de só fazer o que os outros quisesse... mas eu também tinha que participar lá fora na sociedade, ajudar. Aí logo em seguida, veio a questão da luta pela terra, setenta e sete por aí assim... setenta e oito. Então, foi que começou a história da luta pela terra e eu comecei a participar ativamente.<sup>26</sup>

Com isso, Nazaré Flor foi uma mulher que logo percebeu que, para transformar a realidade social que lhe cercava, precisava ocupar posições de destaque em muitas das instâncias de poder. Portanto, durante a década de 1990, candidatou-se à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e embora não tenha sido eleita, conseguiu demarcar seu espaço e construir uma trajetória de participação política, representando tanto a classe camponesa como, mais especificamente, as mulheres camponesas. Com o respaldo de sua trajetória, ainda nos anos 1990, Nazaré conquistou a presidência da Cooperativa de Produção Agropecuária e Comercialização do Imóvel Maceió – COPAIM. Tal Cooperativa incorporava cerca de quinhentas famílias numa terra comunitária de 5.848 hectares. Principalmente por ser mulher, Nazaré explica a im-

---

26 McCABE, Maria Alice. *História na Mão*. Algumas camponesas contam como se conscientizaram. *Op. cit.*, p. 59.

portância de ter concorrido ao cargo de presidente do Sindicato e de assumir o cargo de presidente da COPAIM:

Muita gente pergunta: “Porque uma mulher como presidente da Cooperativa?” pela primeira vez em todo nordeste, tem uma mulher presidente de uma cooperativa agrícola. Estou fazendo a história. Quero mostrar que a mulher pode fazer esse trabalho. Porque tem gente que diz que isso não é trabalho de mulher. Que trabalho de mulher é na casa! Quatro anos atrás me candidatei para presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e perdi, justamente por isso: que lugar de mulher é na casa, que mulher não pode sair de casa, que mulher não anda só, que mulher não sei o que...<sup>27</sup>

Nazaré também representava as camponesas da região no Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste de maneira que sua experiência em grupos de mulheres era significativamente ampliada para além de sua participação nos *Encontros de Esposas* do Movimento do Dia do Senhor. Desse modo, Nazaré circulava pela região Nordeste e por outras regiões do Brasil, viajando e conhecendo lideranças e demais participantes de diversos movimentos femininos e feministas, como os que se aglutinavam no referido Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste. No que diz respeito às participantes do Dia do Senhor, as pautas feministas, particularmente, aquelas que giravam em torno da paridade de gênero nas esferas da política e do trabalho, ganham força somente a partir dos anos 1990, sendo possível inferir que a própria experiência de Nazaré tenha tido influência para isso.

Esse contato favorecia uma circularidade de ideias que ajudava Nazaré a ampliar sua visão de mundo e a questionar o lugar social da mulher. Conforme se evidencia na narrativa acima, Nazaré Flor tinha consciência de que sua presença nos órgãos de representação de classe, como Sindicato e Associação, era de caráter inédito, portanto, histórico. Representando o feminino, ela rompia com o senso comum marcado pelo machismo sobre o tipo de trabalho e sobre o comportamento que era esperado das mulheres de sua comunidade. Assim, Nazaré defendia que as mulheres precisavam superar a “[...] ilha da cozinha e das quatro paredes”.<sup>28</sup>

A trajetória militante de Nazaré iniciou-se nos *Encontros de Esposas* do Dia do Senhor, mas se fortaleceu de fato com sua participação na luta pela terra. Aliás, muitas das mulheres que participavam do Grupo de Esposas reco-

27 *Ibid.*, p. 64.

28 *Ibid.*, p. 64.

nheceram que foi na luta pela terra que se concretizou sua formação política e de classe. De acordo com Nazaré, foi na luta pela terra que os homens “[...] descobriram que as mulheres têm a capacidade de enfrentar [...] todo homem dizia que a força da desapropriação desta terra foi graças às mulheres”.<sup>29</sup>

De fato, Nazaré e outras mulheres das comunidades que hoje formam o assentamento Maceió, em Itapipoca, envolveram-se diretamente na luta pela posse da terra. Essas mulheres estiveram presentes tanto nos enfrentamentos físicos e verbais com os pistoleiros do latifúndio, algumas vezes, enfrentando até mesmo a polícia, como principalmente na articulação política para a conquista da terra, produzindo os documentos, coletando as assinaturas dos abaixo-assinados para enviar ao INCRA, arrecadando dinheiro para garantia das viagens a Fortaleza, capital do estado e sede do INCRA e de outras entidades. Nesse sentido, Nazaré situa a força do trabalho coletivo das mulheres e se coloca como relatora dos documentos, despontando como uma das principais articuladoras dessa luta:

[...] os documentos que foram feitos pra enviar às entidades, todos foram feitos por mulheres, nenhum homem nunca fez nenhum. Todos, todos... por exemplo, não estou contando pra me exibir, mas nenhum documento passou, sem ser feito pelas minhas mãos... E as ideias das mulheres? ... os palpites delas?... muitas orientações?... e a gente juntas fazia, passava à limpa, iam nas Comunidades, gastava tempo assim, pra fazer os abaixo-assinados. E quando era pra juntar dinheiro pra viagem ao Incra ou outra entidade, então as mulheres assumiam muita coisa mesmo! O peso da luta foi das mulheres.<sup>30</sup>

Diante disso, pode-se afirmar que, com a luta pela terra, Nazaré fortaleceu sua militância pastoral, mas também se fez uma liderança de classe e de gênero. Sua participação na eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na COPAIM e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste se deu posteriormente à luta pela terra. Talvez, a legitimação de Nazaré Flor como uma liderança e articuladora dessa luta seja confirmada por sua participação em um debate na rádio diocesana de Itapipoca no ano de 1985, promovido pelo então bispo, Dom Benedito de Albuquerque, que presidiu a Diocese de 1985 a 2005. O debate objetivava atenuar o conflito e ouvir as partes envolvidas. Nazaré foi a pessoa escolhida pelos camponeses para lhes

---

29 *Ibid.*, p. 64.

30 *Ibid.*, p. 66.

representar, uma representação legitimamente acatada por todos os homens e as mulheres da comunidade.

### **Algumas considerações...**

Nesse sentido, o trabalho pastoral e político realizado por essas camponesas pode ser entendido como um divisor de águas para a formação de uma consciência de classe e de gênero no Movimento do Dia do Senhor. A participação intensa de algumas mulheres que compunham a “Nata” dos *Grupos de Esposas* fazia com que estas assumissem o mesmo patamar que seus maridos e demais dirigentes no Movimento.

A partir da participação feminina nesse Movimento, muitas camponesas ampliaram sua visão de mundo e participação política nas suas comunidades rurais. Rosa Pires, Fausta Marques, Rosa Marques, Rita de Cássia e Nazaré Flor foram algumas mulheres emblemáticas. Justamente, o exemplo dessas mulheres e o engajamento destas com a organização das camponesas inspirou uma considerável participação feminina nos *Grupos de Esposas/Mulheres* no Movimento do Dia do Senhor, o que, com o tempo e em certa medida, transformou a cultura e os modos de viver/ser no universo familiar, social e político do meio rural.



## Cem anos de comunismo no Brasil: onde Camocim entra nessa história?

Carlos Augusto Pereira dos Santos<sup>1</sup>

Quando estava quase desistindo de participar deste volume 7 do *Nas trilhas do sertão*, por falta de inspiração, tema e tempo, eis que uma série de eventos acabaram por me dar o mote deste artigo (ou seria um relato? Penso ser mais apropriado o termo). Joan Edesson, militante comunista cearense, manda-me mensagem sobre a preparação de um livro que marcará o centenário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no Ceará, a ser lançado por todo este ano de 2022. Ele me pergunta sobre as entrevistas que fiz quando da pesquisa do mestrado que redundou na dissertação e depois livro *Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE. 1920-1970*.<sup>2</sup> Seu pedido me fez revolver os guardados e só agora encontrei uma cópia da entrevista com o Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira, comunista histórico em Camocim, filho de Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino), um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Camocim em 25 de março de 1928.<sup>3</sup>

Por outro lado, no livro já lançado no mesmo sentido da comemoração centenária pela direção nacional do PCdoB, *Imagens da centenária história de*

- 
- 1 Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: carlos\_augusto@uvanet.br.
  - 2 SANTOS, Carlos Augusto P. dos. *Cidade Vermelha. A militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE. 1927. 1950. Fortaleza: UFC/TRT-CE/Banco do Nordeste, 2007.*
  - 3 Sobre a fundação do PCB em Camocim nos diz o historiador Francisco Moreira Ribeiro: Em 25 de março de 1928, o “professor Francisco Theodoro Rodrigues instalou um comitê para dirigir os primeiros trabalhos do partido no município, tendo também começado a circular o jornal ‘O Operário’, de orientação do comitê local” (RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará: ascensão e declínio. 1927-1947. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989, p. 99. Além de Francisco Theodoro Rodrigues e Pedro Teixeira de Oliveira, também são fundadores, João Farias de Sousa (Caboclinho Farias), Raimundo Vermelho, Joaquim Manso, Sotero Lopes, dentre outros.*

*lutas do Partido Comunista do Brasil (1922-2022)*<sup>4</sup>, poucas são as referências sobre o Ceará e nenhuma sobre Camocim. Finalmente, a representação atual do PCdoB na Câmara Municipal de Camocim é *sui generis*, não apenas por sua composição: um empresário do ramo da pesca e um membro da Renovação Carismática Católica, mas, nitidamente, por usarem o partido como sigla de conveniência e arranjo político local, não tendo maiores vinculações com este e prestes a usarem a janela partidária para mudarem de filiação política.<sup>5</sup>

Neste sentido, este texto pretende ser mais um contraponto de visões de um velho comunista que expressa suas convicções numa entrevista a um pesquisador no final do século passado (2000) e a atual conjuntura que o partido experimenta, principalmente em Camocim. Dessa forma, o texto, em sua maior parte, privilegiará o conteúdo da entrevista como documento, contextualizada quando necessário.

Vale ressaltar também o valor histórico desta entrevista, no sentido de que *ser comunista não causava tanto barulho ou medo nos idos de 2000*. A abertura política estava consolidada e respaldada pelo texto constitucional de 1988, e os comunistas tentavam reavivar a chama da célula mais antiga do interior cearense na cena política local. Por outro lado, havia também, por parte do pesquisador, a possibilidade de colher novas e velhas informações que lhe ajudariam a compreender como a experiência dessa militância se gestou e permaneceu durante tanto tempo na cidade de Camocim, a ponto de ser destacada nos jornais de orientação comunista em todo o país. Havia também a oportunidade de ouvir um velho militante e confrontar seu depoimento com outras fontes disponíveis. Como nos diz a historiadora Angela de Castro Gomes:

A informação nova trazida pelo depoimento oral está na forma pela qual o relato dimensiona e faz emergirem os acontecimentos, dando contextualidade às opções tomadas e novas cores aos perfis de personagens muitas vezes conhecidas. Enfim, a interação entre a experiência pessoal e o fio histórico dos acontecimentos possibilita ao pesquisador rever os dados e interpretações já estabelecidos.<sup>6</sup>

---

4 MONTEIRO, Adalberto; FARIA, Fernando Garcia de. (Orgs.) *Imagens da centenária história de lutas do Partido Comunista do Brasil (1922-2022)* [recurso eletrônico]. São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021.

5 Os atuais vereadores, eleitos sob a legenda do PCdoB em Camocim, são os vereadores Francisco Geomar Sotero, empresário do ramo da pesca, e Mário Roberto Ferreira Lima, professor, advogado e membro da Renovação Carismática Católica.

6 GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 10.

Por fim, uma última observação antes de adentrarmos na seleção de temas recortados da entrevista do Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira. O próprio recorte feito por nós já enseja intencionalidades explícitas e implícitas se comparadas com o conjunto da entrevista na íntegra. Ademais, sempre é preciso dizer que o discurso, tanto oral como escrito, são produzidos historicamente, dentro de uma circulação de sentidos, envolvidos em dadas materialidades e práticas com todos os seus conflitos na sociedade. Os velhos militantes comunistas também não escapavam dessa condição de produção de discursos, inclusive numa entrevista, que poderia ter a noção de “resgate” de uma história silenciada e apagada, como era a dos comunistas. Neste sentido, exageros, esquecimentos (impostos ou não), dimensionamento dos fatos, juízos de valor, dentre outros fatores, estão contidos nos depoimentos orais e devem ser entendidos dentro da dinâmica social da construção de discursos.<sup>7</sup>

Inicialmente, apresentaremos o Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira (1936-2012) na época da entrevista, com a idade de 73 anos e em plena atividade na sua oficina mecânica e na militância partidária, algumas vezes candidato a vereador pelo PCdoB. Ele mesmo nos diz da sua trajetória:

A minha trajetória foi a seguinte: o papai ficou mais antigo, foi ele que começou... morreu e tal. Foi aí que eu comecei a entrar no Partido, né?! Aí me filiei ao Partido, comecei a lutar, uma luta, aliás, mais democrática, sabe por quê? Porque é o seguinte, prá algumas pessoas é o seguinte: não se pode ir para um comício prá chamar o Chico Aguiar de ladrão, não se pode. Não se pode ir para a rua e chamar o Antônio Manoel de ladrão, não se pode. Não se pode chamar nenhum homem de ladrão, sabe por quê? Porque é o seguinte, quem tem que lutar por essa igualdade são os sofrendores, os ricos têm o direito de lutar pelo que eles têm, eles estão no direito deles, né? Se o milionário tem o dinheiro dele, ele não quer entregar o dinheiro dele prá ninguém, é claro, né! Eles têm que lutar, segurar e querer mais, né. Agora, que a gente tem que fazer uma estratégia como eu faço, essa que estou lhe falando, mas eu não digo nada de ninguém, né. Porque todo mundo é meu amigo e tal porque eu sei falar prá pessoas né? Porque eu sei que, quem precisa lutar e me ajudar é a classe trabalhadora, os pobres, né? São os sofrendores que estão sofrendo. Se os sofrendores não quiserem me ajudar, quem vai querer me ajudar? Os ricos não vai querer me ajudar e o pobre não quer (risos), Então, [...] a minha batalha continua essa, é tipo mais democrática, amigo de todo mundo e não renego ninguém porque eu sei que é da luta e eu sei que é o tempo que vai trazendo isso mesmo,

---

7 Para uma discussão da construção de discursos, ver: PAYER, Maria Onice. Discurso, memória e oralidade. *Horizontes*, v. 23, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2005.

ninguém pode evitar, isso vai chegar de qualquer maneira, como mais hoje ou amanhã mais ela vem de qualquer maneira, não tem homem no mundo prá evitar essa luta do socialismo. Ela é inevitável no mundo. Não tem quem evite.

A apresentação do Sr. Nilo por ele mesmo vem cheia de significados. Além de nomear a cena política tradicional local nos nomes de Chico Aguiar e Antônio Manoel,<sup>8</sup> o discurso dele aponta para uma relativização dos antagonismos políticos locais, “porque todo mundo é meu amigo”, e realça o papel da classe trabalhadora em eleger seus representantes dentro do quase “mantra” da inevitabilidade socialista de gerir a sociedade. Essa convicção, aliás, perpassa por outros momentos da entrevista, expressa na fala e nos gestos do Sr. Nilo.

A seguir, enumeramos algumas passagens da entrevista em que o Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira fala abertamente sobre questões internas e externas ao partido mediadas por sua experiência de militância, incorporação da linguagem discursiva, da memória e história do partido comunista.

## Igreja x Partido

[...] Porque o sujeito ficava irritado da luta, do que eles diziam, os crentes, os católicos e tudo, davam a baixa do partido comunista e o Partido Comunista batia o pau neles. Já hoje tá diferente, que já não existe esse debate entre um e outro, não tem mais combate entre nós da política... com a religião, não tem mais essa grande coisa, num deixa de ter por detrás da gente, dos panos, né?!

[...] Atacava direto os comunistas, não tinha outro caminho e o povo naquela época ia muito à Igreja, né, demais, então aqueles sermão que os padre faziam em toda parte metia o pau em todo tipo de comunismo, era o cão: que acabava a mulher do povo, tomava a mulher alheia, não tinha mais família, não tinha mais nada e o povo foi ficando todo com medo, isso vem desde o começo do mundo, isso aí.

Depois os comunistas, depois desse ataque aos comunistas, eles ficaram ensinando a gente a pelear com essa luta e tem sido difícil prá gente, né? Hoje a gente faz uma reunião vai dez pessoas, vai quinze, no outro dia vai seis, tem sido muito difícil prá nós hoje. Mas a gente sempre batalha, pelega com a luta e vai indo, mas essa

---

8 O Sr. Nilo se refere aos dois representantes dos grupos políticos mais fortes eleitoralmente no município que se revezam no poder desde início do século XX, denominados popularmente por “Cara Pretas” e “Fundo Moles”. Ao tempo da entrevista, Chico Aguiar era deputado Estadual e tinha seu filho, Sérgio Aguiar, como prefeito de Camocim, que sucedera Antonio Manoel Fontenele Veras na Prefeitura. Este, embora tendo sido eleito no grupo adversário dos Aguiar (Coelho/Veras), na época da entrevista era tinha se aliado ao grupo dos Aguiar.

questão da gente combater o comunismo e ser ateu, não é o Partido que prega a nós não. O Partido não escreve nos livros dele: Seja ateu! Seja contra Deus, não. O Partido, a linha dele é de apenas de uma igualdade social entre todos os povos, né!

[...]

Ah, mas a Igreja tem muita, tem muita coisa prá... essas coisas, essas irmandades, tudo isso era formado exatamente prá combater em todo canto. Irmandade Irmãs de Maria, aqueles Irmãos do Santíssimo, viu?! Tudo aquilo era organização exclusivamente contra o socialismo. Porque eles sabem que o único regime do mundo que muda é o socialismo. Não existem mais do que duas políticas no mundo, só existe as duas mermo. Só existe no mundo DUAS POLÍTICAS... verdadeira, que é o capitalismo e o socialismo. Só as duas. As outras tudo é política em mão de partidos. Tem o nome, né?! É PFL, é UDN, é PSD, mas tudo é resultado de um partido só. Então eles pegaram a campanha do Lula (risos), é interessante, diziam: todos os candidatos podem ser eleitos, menos o Lula, porque eles sabiam que o Lula podia ser diferente, né?! Portanto eles sabem que o único que faz mal é o socialismo mermo, certo? Essa é a realidade.

## Breve legalidade do PCB (1945-1946)

O espaço dele era o seguinte, porque naquela época a legalidade, nós estava com toda legalidade, então o povo não tinha aquele sobroço, né? Quando veio a repressão, que baixou o pau, matando, açoitando, fazendo tudo, perseguindo, matando todo mundo, aí veio o horror o terror na população, né, a população tem terror, não é tanto pelo Partido Comunista é da perseguição e isso faz muito mal porque o povo é aterrorizado. Muita gente quando ouve falar em Partido Comunista tem medo não é nem do partido é do terror da polícia, certo? É da perseguição que aconteceu a nós. É tanto que a direção toda foi fuzilada todinha, só apareceu, só sobrou a que ficou exilada, certo?<sup>9</sup>

---

9 Referência ao Massacre da Lapa em São Paulo. “Agentes do DOI-Codi e do Dops invadem uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, e assassinaram a tiros de metralhadora dois dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Um terceiro, João Batista Franco Drummond, preso horas antes, foi torturado e morto na sede do DOI-Codi. Outros quatro líderes que haviam deixado a casa durante a madrugada foram seguidos, presos e torturados. Depois de matar 10 dos 29 dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1974 e 1976, a ditadura liquidou na Lapa o comando do PCdoB”. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-comanda-a-chacina-da-lapa>. Acesso em 02 abr. 2022.

## Repressão aos comunistas

Foi preso, foi torturado o Sotero Lopes, foi preso, quer dizer, não foi preso porque não tinham como prender, estava quase morto, né! E o Chico... o Raimundo Vermelho foi preso, torturado. Lá no Salgadinho, mataram dois comunistas que tinha aí, que era, um até parece que era de Pernambuco e outro de Crateús, chamavam Amaral e o outro era Luís Pretinho. Então estes dois a polícia pegou todos os dois dormindo lá e mataram. Eles eram já arribado com medo da polícia, não podiam se entregar, porque se eles se entregassem eles matavam mesmo dentro do quartel, eles eram perseguido, procurado para serem mortos, não preso, eles não podiam mais se entregar. Isso foi, com o pai do Raimundo Vermelho, né! Que foi lá na casa dele, lá no quilômetro 1 (um). Então teve mais o... o João Ricardo que foi preso, esse não foi torturado. Teve o tio Caboclinho Farias, também que foi preso né?! E inclusive também eu tenho um tio que mora em Teresina que foi, passou quatro ano e quatro meses na cadeia de Teresina também. O Chico Teodoro, tava lutando pelo Partido aqui, soltando boletim todo, ... ele era muito trabalhador viu?! Teodoro. Batalhador. Então ele foi prá Teresina, lá foi preso de novo, passou quatro anos... [...] Daí foi que ele foi preso, foi para o Rio de Janeiro, foi levado naquele tempo prá Ilha Grande. Mas ele passou dez anos e tanto dentro de cadeia, o Chico Teodoro, [...] Porque foi uma história muito grande, de muita coisa, né. De muita luta, de muita peleja. Então aí o Teodoro, esse... deixou um diário, que aliás deu até no jornal, né, acho até que tu já sabe, né? Há um negócio dele no Rio de Janeiro prá publicar um livro dele, né, que foi um acervo muito forte lá da Igreja que ela encontrou, né, e foi mesmo a Igreja que ia fazer isso. Agora a respeito a parte da gente, da luta, a gente continua na luta da gente aqui, já muito antigo com a idade já avançada e quase não tem mais muita força, né?! Mais vamo se aguardando por aqui, né?!

## Convicção no ideário comunista

Com toda certeza, o socialismo é CERTÍSSIMO. Ninguém, pois enquanto existir o rico terá que ter o pobre. Enquanto tiver o rico com a sua felicidade, tem o pobre com a sua miséria e nisto não pode haver união. Aonde tem o rico e tem o pobre não pode ter união. É como onde tem a hóstia e tem a cabra, ela quer comer ela, que ela não pode morrer de fome, né? Então, na luta do socialismo é a mesma coisa. Agora, através de muitos anos, esse negócio de estudo, de competência, de ensino e tal vai levando, mais vai chegar lá.

## Os comunistas e o mundo do trabalho

Não, nessa participação do Partido nos sindicatos era sempre o papai que entrava em todos os sindicatos, em todo canto papai era sócio, ele era direto em todos os sindicatos, papai era sindicalista em toda qualidade de sindicato. Inclusive na época da greve prá tirar o trem aqui, papai foi o maior cabeça contra prá não tirar o trem daqui, ele lutava noite e dia lá na frente do trilho, lutando, botando bagulho lá no meio mais o pessoal, chamando todo mundo prá ir na luta, né! Prá não deixar tirar o trem daqui prá Sobral. Foi o maior batalhador que eu já conheci vivo, foi o papai. E essa participação do sindicato era feita era dentro do sindicato, mas exclusivamente pelo papai, foi quem lutou mesmo, essa Construção Civil foi, foi Construção Civil, esse sindicato dos trabalhadores rurais, tudo foi o papai que fundou, tudo era fundado por ele aí. Os outros eram mais fracos, não tinham o estudo dele, papai era muito, conhecia muito a lei, era muito audacioso, sabia das coisas, sabia falar.

E COMO ERA A ACEITAÇÃO DOS COMUNISTAS DENTRO DO SINDICATOS, DEPOIS DE FUNDADOS, DELE TER FEITO TUDO? TINHA ALGUMA REJEIÇÃO DENTRO DO SINDICATO CONTRA OS COMUNISTAS?

É, nunca deixou de ter, sabe por quê? O povo é como eu tô lhe dizendo, a gente fala prá ele, mas ele não entende. Você fala prá uma pessoa a maior verdade, quando você sai, dá as costas, ele já não sabe o que foi que ele falou. É muito difícil porque eles acreditavam naquele momento que você está ali, mas quando você sai dali ele já esqueceu tudo. O povo não tem assim... não tem estudo, quem não tem estudo, não tem firmeza no que aprende, certo?! A classe pobre por isso vive na miséria porque ela, você fala prá ela, mas ela é como um tipo um animal, ela entra num ouvido e sai no outro. Se com cinco dias você vai na casa dum que falou todo dia, ele não conhece mais nada. Raramente tem um que firmou nele, segurou nele, não larga mais. Mas a dificuldade é muito grande, por causa disso aí, né. Mais por causa disso aí.

POR QUÊ?

Exatamente porque ele tem a religião dele no meio, né! A religião atrapalha. Você sai: - Ah! isso aí é ateu, não acredita em Deus não. Pronto, aí muda rapidamente de sentido aquilo que a gente falou prá ele, Né?! Exatamente o que mais atrapalha no mundo o socialismo é as religiões... É a maior coisa isso aí mesmo.

## Coligações partidárias locais

Naquela época do papai já existia, essas, essas coligações. Porque naquela época do Murilo quem mandava em Camocim era o velho Alfredo Coelho. A família Coelho era quem mandava. Há um certo tempo, veio uma questão entre o Murilo e o Alfredo Coelho. Foi nessa época que o Murilo se desligou do velho Alfredo Coelho. Então precisou vim falar com o papai, para o papai se juntar com o Murilo prá derrubar o Alfredo Coelho. Por o quê o papai se coligou com ele? Não era porque o papai era do lado dele não. Mas porque precisava tirar o que já durava, dominava há duzentos anos, prá entrar um outro, embora que num prestasse. Porque precisa de mudança, embora que entrasse outro ruim. Né, claro? Então o povo tem isso, ah! Seu pai era do lado do Murilo, porque votou nele. Não, papai não foi do lado do Murilo, como eu não sou do lado do Murilo, nem sou do lado do Chico, num sou do lado de ninguém. Nós somos INDEPENDENTES. O Partido Comunista é independente. Agora nesses casos de eleição a gente coliga porque, prá facilitar, porque a justiça já persegue a gente. Porque a justiça é do rico prá perseguir o pobre. É tanto, quer dizer: ela persegue, porque ela persegue nós? Porque,... o coeficiente eleitoral, TEM QUE TER. Porque se eu tenho tantos votos, tem que ser eleito [...] num precisa desse coeficiente, dessa besteira. Então ela faz isso prá prejudicar. E prejudicar quem? Só o Partido, porque ela sabe que só pode prejudicar é o Partido, os outros não prejudica. Sabe? Porque os outros estão com tudo nas mãos. Agora só pode prejudicar o Partido, que é o que ela faz. As oligarquias que vivem no mundo é exatamente exclusivo; o estudo é direto, contra, contra nós, nada mais. E é difícil, a luta é difícil. É muito difícil e só chegaremos no poder se for na arma, porque na conversa ninguém chega lá [...] porque ninguém chega mermo. A gente num vai à luta, porque num... porque nós num tem chance, mas se não for na luta armada num chega lá. Sabe? Porque nessa história de eleição... vem o computador agora, eleição eletrônica, na eleição eletrônica eles rouba mais do que na eleição, na apuração, essa, essa que tá acontecendo agora. Porque, quem faz o computador, faz ele bandido e faz ele bom, quem sabe fazer ele bom, também sabe fazer ele ruim. Então há uma luta eterna do capitalismo contra o comunismo, não tem dúvida nenhuma. [...]

**ATÉ QUE PONTO ISSO DESCARACTERIZA O PARTIDO OU NÃO TEM NADA A VER, VOCÊS SEGUEM NA MESMA ORIENTAÇÃO?**

A orientação que a gente segue é a mesma, agora só que isso, isso, o partido tem perdido vez com essa coligação, né. Se o partido nunca tivesse feito coligação com ninguém, talvez nós tivesse

eleito alguém. Mas, devido a coligação, o povo diz, não eles são também igual aos outros e vai botando a perder o centro do partido. E prejudica muito mesmo, né. Prejudica demais, coligação aqui no interior, na capital pode não prejudicar, mas no interior prejudica demais. Não se devia ter feito, nunca nenhuma coligação.... Porque na época que o Haroldo foi candidato a prefeito (1988, quando o partido ressurgiu em Camocim) ele teve duzentos e tantos votos, num teve nem duzentos e cinquenta votos, num teve nem o tanto de votos que eu tive agora para vereador... E se não tivesse tido essa coligação teria sido melhor. Porque a gente vê muita pessoa dizer: Ah, Seu Haroldo se vendeu, vocês aquilo... Há muito boato que você encontra aí, contra o Partido.

#### MAS ISSO QUEM DECIDE SÃO VOCÊS OU VEM UMA DETERMINAÇÃO LÁ DOS DIRETÓRIOS?

Não, quem decide é nós. Mas acontece que o Partido sempre influi porque ele manda dizer de Fortaleza que a gente deve se coligar, porque acha que se a gente se coligar vai ser eleito, né. Eles tem aquela impressão que a gente vai ser eleito. A gente sabe que não vai, mas lá tem impressão que vai e tanto não vai de jeito nenhum. Então a coligação prejudica, mas a decisão é nossa mesmo. Se nós não quiséssemos se coligar, ninguém, não. Papai foi vereador. Como foi a coligação? Papai foi eleito com o nome de outra sigla, né, parece que foi pelo PMDB, salvo engano, eu não tô bem certo, se foi pelo PMDB, mas foi, foi... mas com o nome do Partido Comunista, foi não.<sup>10</sup> Foi noutra coligação com outro nome. Porque mesmo com o nome do partido não foi não. Agora o papai teve voto prá dois vereador na época, né? Papai era tão conhecido que ele teve voto prá eleger dois, fez igual o Inácio Arruda em Fortaleza... viu? Toda vez que o papai foi candidato ele tinha uma votação muito alta. Papai não lutava tão pouco, vivia eternamente na rua, né? Agora eu, por exemplo, tenho essa popularidade, mas eu sou muito desligado muito do povo, não tenho muita ligação com os sindicatos, essas coisas eu não sou muito ligado, né?...Então a gente fica mais fraco. Agora há um assunto aqui que a gente não falou. Foi aquele do Assis. Que eu já disse para o Assis e para o Rubens, que a falta da gente ser eleitor, a culpa é da classe trabalhadora, sabe por que é? Por que se a classe trabalhadora tivesse acreditado um nos outros nós já tinha sido eleito, sabe por quê? Porque em vez do Assis Lima ser candidato a vereador, devia ter me apoiado, viu. Se era do Rubens ser candidato, ele devia ter me apoiado. Sabe por quê? Porque nós ia me eleger. E eu me elegendo eu tinha certeza que eu crescia o partido. Tá entendendo. Porque eu fazia com que o povo acreditasse... numa pessoa que lava lá na Prefeitura. Então o Partido ia ganhar muita coisa com isso, né? Porque na próxima eleição ele ia ter credibilidade prá eleger o Assis e outros. Porque

---

10 Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino) foi eleito em 1947 pelo Partido Republicano (PR), que abriu go a época, várias candidaturas de comunistas no Ceará.

a gente apresentava por intermédio da gente e eles iam eleito. Sabe? Mas como nem eles, eles aceitam esse pedido da gente, nem vão eleito ele nem a gente. Porque eles derrubam a gente. Você entendeu como é que isso vai, né? Né verdade? Se a classe trabalhadora se juntasse todinha, os sindicalistas, os presidentes se juntassem, já tinha elegido dois ou três vereadores do lado dos socialistas.

Levantamos apenas estas questões da entrevista com o sr. Nilo Cordeiro de Oliveira, mas, sem dúvida, outras poderiam ser tratadas. No entanto, pelos limites deste texto, fiquemos com estas para a reflexão dos leitores. Como podemos observar, nos pontos elencados, há uma nítida transição discursiva (às vezes contradição, embate interno) de um militante formado nas antigas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os novos rumos da militância partidária.

Sete anos depois desta entrevista (2007), encontramos novamente o Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira no lançamento do livro *Cidade Vermelha, a militância comunista nos espaços do trabalho Camocim-CE (1920-1950)*, em Camocim, momento em que reafirmou suas crenças e convicções ideológicas perante o público presente.

**Figura 1** – Da esquerda para a direita: Professor Carlos Augusto, poeta Raimundo Bento Sotero e os militantes comunistas, Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira e Mário Miranda Albuquerque. Lançamento do livro *Cidade Vermelha*. Auditório da CREDE-4. Camocim-CE. 2007.



Fonte: Arquivo do autor.

Em 2012, o Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira veio a falecer e fizemos uma pequena homenagem a ele no blog *Camocim Pote de Histórias*, do qual transcrevemos o texto abaixo:

Quando me ocorreu que a história dos comunistas de Camocim era um bom tema para uma dissertação de mestrado, mal sabia da complexidade que era mexer com um tema desta natureza. Mais do que me cercar de uma vasta bibliografia sobre os “vermelhos”, era preciso recuperar através da memória, os testemunhos de quem vivera os ideais do credo comunista. Desta forma, logo a pessoa do Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira foi me colocada como referência. Mas, quem era aquele homem franzino envolto nas lides de uma oficina mecânica? Era simplesmente um dos filhos de Pedro Rufino, um dos oito “camaradas” que tiveram a coragem, no final dos anos 1920, de fundar uma célula comunista em Camocim sob a liderança do prof. Francisco Theodoro Rodrigues. A partir da conversa inicial com o Sr. Nilo, outros nomes foram sendo postos nesta operação de reviver o passado, a maioria deles já morta, no entanto, outros vivos. Francisco Theodoro, não poderia mais falar, mas conseguimos entrevistar sua filha Lenize. Raimundo Vermelho não poderia mais falar, mas seu filho Dedé Vermelho ainda nos disse algo sobre o “Massacre do Salgadinho”. João Ricardo infelizmente partiu antes de nos falar da sua militância. Enfim, foram histórias que traziam não apenas as marcas do estigma do pensar diferente, do ser “comunista” numa sociedade, para usar um termo da época “reacionária”, mas, principalmente de dor e opressão vividas por estes homens desassombrados e seus familiares que muito nos comoveu.

Hoje, 19 de dezembro de 2012, quem parte é NILO CORDEIRO DE OLIVEIRA, 86 anos. Das entrevistas que fizemos, sem dúvida foi a mais completa, posto que, além de trazer o sofrimento por se defender uma causa, trouxe a convicção ideológica, a certeza daqueles que acreditam numa sociedade mais humana e fraterna, a certeza da vitória do proletariado, do comunismo. O Sr. Nilo da oficina parte para se juntar a outros que pereceram com essa certeza, certeza essa que fez com que acreditasse que um dia o PC do B reconquistasse a cadeira de vereador na Câmara Municipal de Camocim tão bem representada por seu pai Pedro Rufino na legislatura de 1948-1951, afinal realizada no último pleito, com a eleição do Oliveira da Pesqueira, por coincidência membro da família do Sr. Nilo. Que o partido possa honrar com esse mandato legislativo essa convicção, essa certeza destes homens que se foram. Requiescat in pace!

Vinte e dois anos depois daquela entrevista e dez da morte do Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) continua marcando presença na cena política do município de Camocim, herdando uma tradição de lutas, mas

também se adequando ao jogo partidário, fazendo concessões, ideológicas ou de outras naturezas, abrindo diálogos e frentes, enfim, se mantendo vivo.<sup>11</sup>

No sentido de compreender o atual cenário do PCdoB e a postura de seus vereadores em Camocim, conversamos pessoalmente e enviamos, via WhatsApp, algumas perguntas ao vereador Mário Roberto, o qual prometeu respondê-las. No entanto, até o fechamento deste artigo, as respostas não haviam sido enviadas. Para conhecimento de todos, seguem as perguntas feitas:

Caro Vereador Mário Roberto. Conforme combinamos, segue um pequeno questionário, à moda de entrevista:

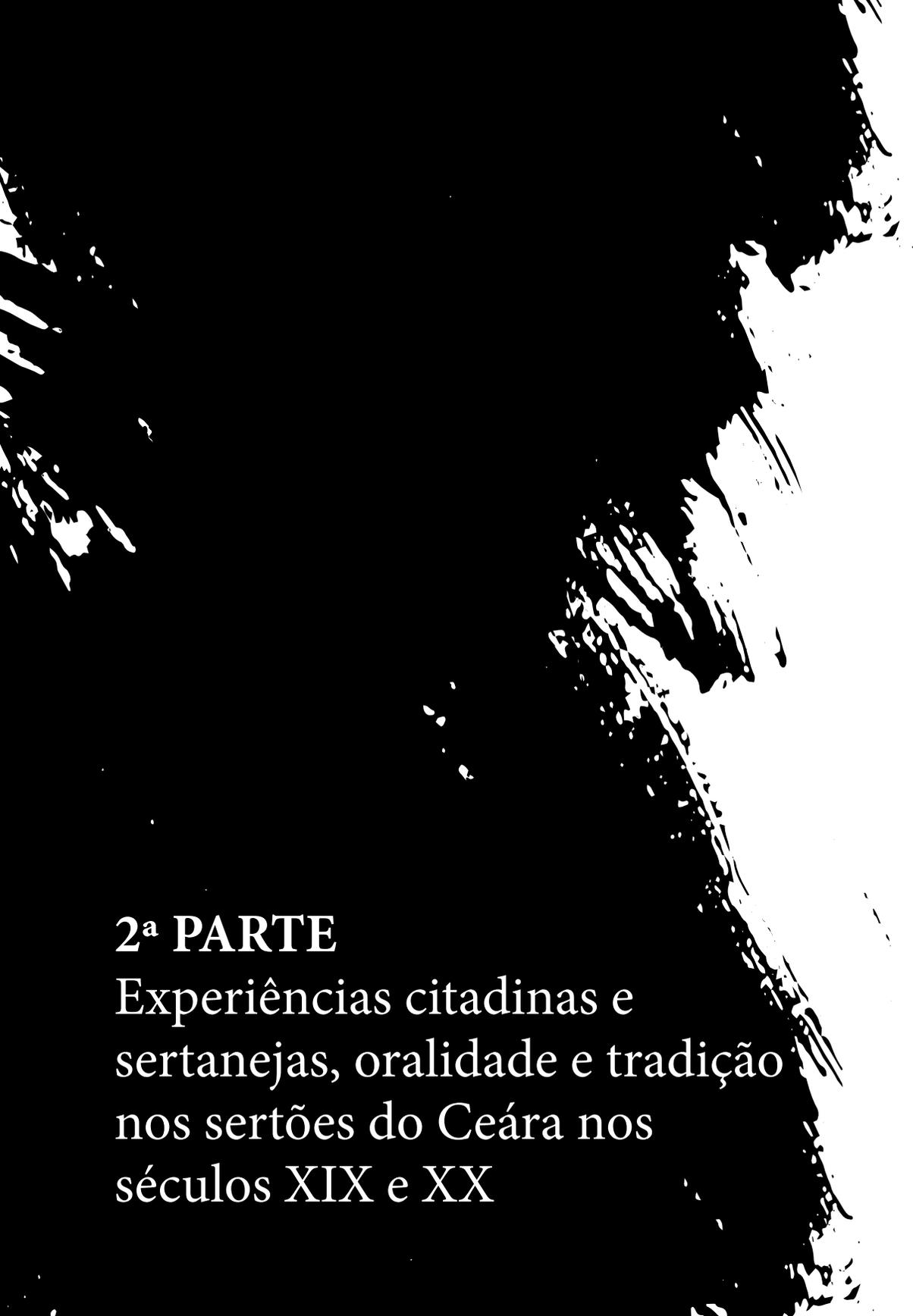
1. Como V. Excia enquanto vereador se posiciona ideologicamente e em que campo social situa sua ação parlamentar?
2. Como se deu seu encontro com o PCdoB e qual sua relação de alinhamento com o referido partido?
3. Como V. Excia administra, quando há, conflito entre sua relação com os movimentos pastorais da Igreja e sua filiação ao PCdoB?
4. Na próxima janela partidária, V. Excia pretende tomar outro rumo? Qual?
5. Como é ser vereador pelo PCdoB e politicamente estar ligado a um grupo liderado pelo MDB, apoiar um deputado estadual pelo PDT (adversário local do MDB) e para deputado federal alguém do PSL (agora União Brasil)? A política realmente é dinâmica?
6. V. Excia. autoriza utilizar suas respostas em artigo científico a ser publicado posteriormente?

Embora tenha tido o silêncio como resposta, o vereador acima referido teve a iniciativa de protocolar um pedido de sessão solene na Câmara Municipal de Camocim em homenagem ao Centenário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além de propor a concessão de Título Honorífico de Cidadão Camocinense a um expoente da militância comunista no Ceará, o ex-senador, ex-deputado federal e ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Ceará (SECI-TECE), Inácio Arruda, aprovado em plenário. A sessão foi realizada no dia 01 de abril de 2022.<sup>12</sup>

---

11 Nas eleições de 2012, Edivanilson Oliveira de Sousa (Oliveira da Pesqueira) foi eleito vereador pelo PCdoB e reeleito em 2016, juntamente com James do Peixe. Nestas eleições, o PCdoB fez uma coligação com o DEM, elegendo o vereador Zezinho da Rádio. Nas eleições de 2020, Oliveira da Pesqueira e parte do PCdoB rompeu a aliança com o PDT do deputado Sérgio Aguiar. Ele não se reelegeu para o terceiro mandato. Faleceu em 29 de março de 2021, vítima da COVID-19. Nestas eleições, o PCdoB elegeu os vereadores Geomar Sotero e Mário Roberto de Oliveira.

12 Decreto Legislativo 011/2022, aprovado em 11 de fevereiro de 2022. Concede o Título de Cidadão Honorífico de Camocim, na forma que indica. O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, no uso de suas atribuições legais, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorífico de Camocim ao Sr. INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA, em cumprimento ao Artigo 26º, Inciso XII da Lei Orgânica do Município de Camocim. [...]. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Camocim. 2022.



## 2ª PARTE

Experiências citadinas e  
sertanejas, oralidade e tradição  
nos sertões do Ceará nos  
séculos XIX e XX



## Sobral e os seus altares: imaginária urbana e heróis civilizadores

Francisco Dênis Melo<sup>1</sup>

### *A Estátua do Alferes*

Eu sou o supremo herói [...]  
No meu corpo cabe tudo,  
Cabe passado e presente,  
Mais do que tudo o futuro.  
Senadores, deputados,  
Se arrancharam na minha sombra,  
E outros dentro de mim [...]  
Sou como o cavalo troiano.  
Aqui dentro cabe o mundo,  
O avô da farra sou eu.  
Murilo Mendes, *Antologia*

### **Abaixo às estátuas: iconoclastia e reescrita da História**

*A Estátua do Alferes*, representada no poema do poeta mineiro Murilo Mendes (1901-1975), lido em parte acima, tem *vida própria*, fala em demasia, de forma convencida em primeira pessoa e se declara “o supremo herói”. Argumenta que em seu “corpo cabe tudo/Cabe passado e presente” e, “Mais do que tudo”, cabe “o futuro”. Por isso nos perguntamos: como uma estátua de pedra se torna receptáculo do passado, do presente e do futuro? Que espécie de “cavalo troiano” é esse que cabe dentro dele o mundo? Como entender a relação entre estátuas, bustos e monumentos, esses objetos de pedra e metal, e a paisagem urbana, especificamente em Sobral-CE? Nós entendemos que “É o discurso,

---

1 Professor Adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br.

em seu poder de evocar símbolos, portanto, que faz da pedra, cidade”<sup>2</sup> de modo que no caso da *Estátua do Alferes* é o seu discurso de pedra efusivo que procura eco entre os passantes da nossa cidade, “como uma acomodação física ao solo”<sup>3</sup> As cidades, assim como parte da imaginária urbana, são feitas de carne e pedra, ainda mais porque “As lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais estranha do que podemos imaginar”<sup>4</sup>.

A perspectiva que adotaremos ao longo desse trabalho será pensar a cidade de Sobral-CE a partir de alguns de seus *habitantes* de pedras, ou melhor, de sua imaginária urbana,<sup>5</sup> no caso bustos, estátuas e monumentos<sup>6</sup> destacados em variados espaços, notadamente em suas praças. Parte dos monumentos tratados foi iniciativa da administração municipal em parceria com a Igreja Católica, especialmente durante as comemorações do bicentenário de Sobral em 1973. Desse modo, discutir a imaginária urbana é refletir sobre o campo visual, especialmente “o visível, que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle [...] ao ver/ser visto e ao dar-se/não-se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade, etc.”<sup>7</sup> Sabemos, no entanto, que

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas.<sup>8</sup>

2 Pedra e discurso. Cidade, história e literatura: <https://pt.scribd.com/document/399130879/Pedra-e-Discurso-Cidade-Historia-e-Liter>. Acesso: 8 dez. 2021.

3 Pedra e discurso. Cidade, história e literatura: <https://pt.scribd.com/document/399130879/Pedra-e-Discurso-Cidade-Historia-e-Liter>. Acesso: 8 dez. 2021.

4 BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 443.

5 “A imaginária urbana é composta em sua grande parte por mobiliário urbano, monumentos e arte pública, ou seja, ela se expressa através dos elementos urbanos que sintetizam a história do lugar e propõem significados sobre os espaços públicos e sobre a sociedade”. Ver: KNAUSS, Paulo (Coord.). *Cidade vaidosa*. Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SETTE LETRAS, 1999.

6 O conceito de monumento que utilizamos neste trabalho tem relação direta com as reflexões do historiador de arte vienense, Alois Riegl, em sua clássica obra *O culto moderno dos monumentos*. A sua *essência e sua origem*, publicado em 1903. A edição que analisamos foi publicada pela Editora Perspectiva em 2014. Segundo Alois Riegl: “A classe dos monumentos intencionais diz respeito às obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado. Na classe dos monumentos históricos, o círculo se alarga àqueles que apresentam ainda um momento particular, mas cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas. Na classe dos monumentos antigos entram enfim todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou de sua destinação original [...] As três classes aparecem assim como três estados sucessivos de um processo de generalização crescente do conceito de monumento” (RIEGL, 1984, p. 47).

7 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, proposta cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003, p. 20-21.

8 LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 1.

A imaginária urbana compõe a paisagem de nossas cidades. Estátuas, monumentos, estão sempre em relação. Por isso mesmo “Não é possível pensar que uma estátua é sem pensar que ela *está*”. Assim, “Sua existência pressupõe uma série de referências com as quais, de algum modo, se relaciona: uma rua, uma praça, um jardim, um olhar”<sup>9</sup> (Grifos do autor). Sabemos que “Uma cidade pode ser povoada de muitos modos”,<sup>10</sup> de certo que especialmente as estátuas e bustos habitam muitas vezes invisíveis nossas cidades, localizadas em pontos estratégicos, *observam* pacientes a cidade mudar. Nesse sentido, é importante entender a cidade como espaço do fluxo e do fixo, mas fundamentalmente pensar que “A cidade que não muda não tem passado”.<sup>11</sup> As estátuas, monumentos civis ou religiosos, os bustos, marcos, são testemunhos das permanências e mudanças urbanas. Por certo,

A escultura organiza um certo olhar sobre a cidade. Pode-se dizer, então, que ao conduzir o olhar, a escultura conceitua a cidade ao propor uma produção de sentido particular. Desse modo, a história urbana pode ser tratada a partir da história da escultura, na medida em que caracteriza uma dimensão da história do olhar, especificamente, o olhar sobre a cidade.<sup>12</sup>

Observando e sendo observadas no cenário urbano, as esculturas e monumentos apontam para uma perspectiva em que a história urbana se reveste de forma e conteúdo, o que significa dizer que toda morfologia escultórica é indício importante e possibilidade fundamental de acesso a determinado passado e presente de muitas de nossas cidades. Raros são os espaços urbanos em que pelo menos uma escultura, um busto, não esteja disponível ao olhar da população. De todo modo, a imaginária urbana tem muitas razões de ser completa a lista de povoadores de nossa urbe, já que se pode “afirmar que as estátuas têm o poder de contar o passado da cidade”, de modo que são parte ativa da paisagem, formas cheias de conteúdos e sentidos, especialmente quando observadas com atenção.

Quando consideramos os monumentos como *habitantes de pedra* de nossas cidades, estamos nos referindo a “uma ordem simbólica sustentada em ima-

---

9 SANTOS, Luis Alberto Brandão. *Saber de pedra*. O livro das estátuas. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 17.

10 KNAUSS, Paulo. *O sorriso da cidade*. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói, 2003, p. 9.

11 SANTOS, Luis Alberto Brandão. *Op. cit.*, p. 45.

12 KNAUSS, Paulo. As formas da imaginária urbana: escultura pública no Brasil. *ANPUH-XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – João Pessoa, 2003, p. 1.

gens urbanas”<sup>13</sup>, o que significa basicamente que a imaginária urbana não se fixa num tempo homogêneo e vazio, e que por isso mesmo está em transformação constante no espaço da cidade. Não por outro motivo,

A estátua age como uma Medusa ao revés. Não lançando os olhos sobre nós – ou não deixando que percebamos que os lança -, impede que sejamos transformados em pedra. Mirando-nos sempre de maneira dissimulada, a estátua garante nossa condição de imagens fluídas. É, pois, pela ação de um olho de pedra que nosso desejo de olhar não se petrifica.<sup>14</sup>

Assim é que, de certa forma recente, a morte do afro-americano George Floyd, em maio de 2020, sufocado por um policial branco em Minneapolis, noroeste dos EUA, amplificou ainda mais uma grande onda de protestos contra o racismo em várias partes do mundo. Uma das facetas desses protestos foi se bater contra habitantes de *pedras*, com a derrubada ou depredação de algumas estátuas consideradas representantes de histórias de opressão e violência, especialmente contra os negros, como foi a derrubada da estátua de Edward Colston, um traficante de escravos que fez fortuna com essa atividade na cidade de Bristol, Inglaterra. A estátua foi jogada no rio Avon. Outro caso bastante divulgado foi a derrubada da estátua de Cristóvão Colombo, na cidade de Baltimore, costa leste dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, mais precisamente na cidade de São Paulo, no dia 24 de julho de 2021, uma ação iconoclasta foi realizada quando a estátua representando o bandeirante Manuel da Borba Gato foi incendiada, fato ocorrido no distrito de Santo Amaro, sendo a autoria do ato político assumida nas redes sociais pelo Coletivo Revolução Periférica.<sup>15</sup> Tal acontecimento ganhou destaque na mídia televisiva e nas plataformas digitais, gerando incômodo em parte da sociedade paulistana, que viu no ato um ataque à “boa ordem” das coisas.<sup>16</sup> Talvez por isso,

---

13 KNAUSS, Paulo. Cidade panteão. Produção social da imaginária urbana. In: KNAUSS, Paulo (Coord.). *Sorriso da cidade*. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte de Niterói – FAN, 2003, p. 189.

14 SANTOS, Luiz Alberto Brandão. *Op. cit.*, p. 95.

15 Organizados em algumas das principais favelas de São Paulo, esses jovens, autodenominados “Revolução Periférica”, têm profunda consciência de classe. E ela não veio das leituras teóricas, às quais muitos deles dedicam-se com afincado há bem pouco tempo. Foram as letras do rap, principalmente na voz dos Racionais MCs, que mostraram a eles que o Estado burguês é uma máquina de guerra permanente contra os pobres, os negros, os indígenas, os habitantes das periferias. Que o genocídio é um projeto de País, não um acidente de percurso. Ver: <https://jornalistaslivres.org/foraborbagato-ou-a-revolucao-ou-a-periferica-ou-nao-sera/>. Acesso: 12 out. 2021.

16 É importante frisar que o contrário também aconteceu, ou seja, manifestação de grupos em prol da supremacia branca, como a que ficou conhecida como “Unit The Right”, que se reuniu nos arredores da universidade de Virgínia, região sudeste dos Estados Unidos, posicionando-se contra a retirada da estátua de Robert E. Lee, general durante a guerra civil norte americana que lutou pela manutenção

Sem muita demora, a polícia civil de São Paulo decidiu acusar e realizar prisão temporária dos ativistas em favor dos direitos trabalhistas dos entregadores de aplicativo, Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como “Galo de luta”, Gêssica de Paula Silva Barbosa e Danilo Oliveira, o “Biu”.<sup>17</sup>

Uma questão, no entanto, precisa ser posta no campo da História, e que tem fundamentalmente a ver com esses acontecimentos: qual o sentido desse tipo de acerto de contas com o passado? Ao se jogar a estátua de Edward Colston no rio, todo o passado representado naquele monumento escultórico também foi, digamos assim, afogado? Queimar a estátua de Borba Gato significou queimar certo passado opressor e violento no presente? A existência das estátuas, monumentos e de toda rede imaginária urbana é importante? Faz sentido hoje em dia?

**Figura 1** – Monumento a Borba Gato incendiado em Santo Amaro-SP



**Fonte:** <https://jornalistaslivres.org/foraborbagato-ou-a-revolucao-sera-periferica-ounao-se-ra/#:~:text=Uma%20terra%20cortada%20por%20cicatrices,Chega!>

---

da escravidão. O que se ouviu nessa manifestação foram gritos contra negros, imigrantes, judeus e homossexuais.

17 Ver nota da ANPUH: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/6455-nota-sobre-o-incendio-da-estatuade-borba-gato>.

Assistimos, portanto, a protestos e lutas organizadas em vários países do mundo em torno de processos de desmonumentalização da memória do vencedor, da descolonização de símbolos e marcas coloniais, portadoras de violência e, principalmente, aquelas adeptas da escravidão. Desse modo,

as estátuas e os monumentos coloniais não eram, em primeiro lugar, artefatos estéticos destinados ao embelezamento das cidades ou do quadro da vida em geral. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de manifestações de absoluta arbitrariedade. As potências de branqueamento eram a extensão escultural de uma forma de terror racial.<sup>18</sup>

É possível considerar essa “extensão escultural de uma forma de terror racial” e, ao mesmo tempo, “a extensão escultural” de uma história gravada na pedra e no metal difícil de suportar para determinados grupos sociais que, até os dias de hoje, sentem na pele as cicatrizes da violência e do racismo estrutural. As estátuas coloniais que aludem a personagens que deixaram sua marca de violência e terror contra indígenas e negros nos colocam hoje em dia diante de uma complexa questão, assim pensada: o que fazer com monumentos e com as memórias da opressão e da violência? Por outro lado, assistimos também à difusão de “Palavras frequentemente usadas para criminalizar manifestantes como vandalismo e suas variantes”<sup>19</sup> como uma forma pensada de desqualificar essas ações e intervenções no espaço público,<sup>20</sup> e que, entre tantas reflexões, levantam a questão de se repensar a história oficial e assim oferecer novas versões para as histórias escritas sob a ótica dos colonizadores.

Discutiremos em seguida o lugar de certa imaginária urbana na construção do que chamamos aqui de *Altar Municipal* sobralense.

---

18 MBEMBE, Achille. O que fazer com as estátuas e os monumentos coloniais? Revistarosa.com/2/o-que-fazer-com-as-estatuas-e-os-monumentos-coloniais. Acesso: 22 nov. 2021.

19 VIEIRA, Rodrigo. No meio do caminho tinha uma estátua. <https://www.ibdcult.org/post/no-meio-do-caminho-tinha-uma-est%C3%A1tua-tinha-uma-est%C3%A1tua-no-meio-do-caminho>. Acesso: 22 dez. 2021.

20 Algumas intervenções ficaram famosas, com aquelas realizadas pelo Grupo Ação de São Paulo. “Estátuas famosas da cidade de São Paulo, como a do bandeirante Borba Gato, em Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo, e a de Bartolomeu Bueno da Silva, no Parque Trianon, na Avenida Paulista, ganharam um “adereço macabro” nas últimas semanas. Com o objetivo de ressignificar a história das figuras que elas representam, um grupo de manifestantes colocou caveiras em frente a essas estátuas e fotografaram. As fotos viralizaram nas redes sociais. Bandeirantes como Borba Gato desbravaram territórios no interior do país e capturaram e escravizaram indígenas e negros. Isso quando não os matavam em confrontos que acabaram por dizimar etnias, segundo historiadores.” Consultar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>.

## Sobral e o Altar Municipal

No ano de 1945, um influente clérigo sobralense teve sua obra publicada em forma de livro sob os auspícios da instituição intelectual mais atuante na cidade, pelo menos desde a década de 1920. A instituição é a Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL,<sup>21</sup> fundada em 1943, e o clérigo é o Monsenhor Fortunato Alves Linhares<sup>22</sup>, o qual era membro da instituição. Sua obra *Notas Históricas da Cidade de Sobral (1712-1922)* já havia sido publicada pela Revista do Instituto do Ceará no ano de 1922, versão que usaremos aqui, e quando foi posteriormente publicada, praticamente não sofreu grande alteração. O fato da ASEL se empenhar pela publicação da obra, tendo formado uma comissão para negociar junto ao prefeito da cidade, João Alencar Melo, este também membro da academia, não se dava tão somente por respeito ao venerando clérigo, assim como era tratado o padre naquela instituição, mas fundamentalmente porque a ASEL, em seus estatutos, assim definia alguns de seus objetivos:

1ª Sessões ordinárias em que sejam apresentados trabalhos de feição literária, conferências, dissertações, sobre temas da *história*, ciências, filosofia e moral;

2ª *Reuniões extraordinárias*, em comemoração a *datas históricas* e para outros casos a critério da Diretoria. (grifos nosso).<sup>23</sup>

Dessa forma, a publicação da obra em questão fazia parte do escopo da ASEL no sentido de apresentar temas ligados à História, e sendo Monsenhor Linhares membro daquela associação de letrados, tendo sido professor de História Universal do Seminário Diocesano por longos anos, sua incursão pela história de Sobral de certo modo também atendia a outro escopo: o do Institu-

---

21 Para os membros da ASEL, esta instituição era uma continuidade da Academia Sobralense de Letras-ASL, fundada em 1922 por parte significativa daqueles que permaneciam na ASEL.

22 Monsenhor Fortunato Alves Linhares nasceu em Sobral a 14 de outubro de 1869, tendo falecido em 1961. Colaborou nos seguintes jornais de Sobral: “A Cidade”, do Dr. Álvaro Otoni, “A Ordem”, de José Vicente Cavalcante, e “A Ordem”, de Craveiro Filho. Publicou uma monografia sobre a “Cultura da Maíçoba” e “Dados Históricos Da Cidade de Sobral”, tendo sido sócio do Instituto do Ceará. Em 1919, foi nomeado Professor de Geografia do Liceu Sobralense, instituto de ensino equipado, instalado em Sobral pelo Presidente Dr. João Tomé de Sabóia e Silva, e extinto no ano seguinte pelo Dr. Justiniano de Serpa. Foi Professor do Seminário Menor de Sobral, desde sua fundação em 1925 até 1935, das seguintes matérias: Português, Francês, História Universal, Geografia; e Professor do Ginásio Sobralense em 1936 e 1937. Foi sócio fundador da Academia Sobralense de Letras, fundada em 1920, com 12 Acadêmicos e membro da nova academia, a ASEL, em 1943. Tendo sido presidente da Câmara de Sobral, assumiu as funções de Intendente de maio a setembro de 1928, no governo do Desembargador José Moreira da Rocha.

23 RANSCRIÇÃO DOS ESTATUTOS DA ACADEMIA SOBRALENSE DE ESTUDOS E LETRAS – OS QUAIS FORAM APROVADOS EM SESÃO NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1943.

to do Ceará, que pretendia que seus sócios apresentassem obras no âmbito da História, da Geografia e da Antropologia.

Todavia, o que nos chama atenção no livro *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, é o fato de o monsenhor abrir uma seção na obra chamada *Monumentos públicos* para tratar dos monumentos da cidade,<sup>24</sup> ou melhor, para lamentar a falta de monumentos, considerando que a cidade era pobre de monumentos públicos relativos a acontecimentos históricos locais, elencando apenas dois: as ruínas do pelourinho, localizado entre a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Câmara, bem como um “padrão comemorativo do eclipse total do sol em 29 de maio de 1919”, relativo à comprovação da Teoria da Relatividade em Sobral, no largo da Igreja do Patrocínio, nos arredores da estação ferroviária, como lemos abaixo:

#### Monumentos Públicos

**A cidade, posto que próspera e possuidora de belos edifícios e de magníficas igrejas, é pobre de monumentos públicos concernentes a factos históricos;** conta apenas o **pelourinho** – symbolo outr’ora da fundação da Villa, erecto em 1773; dele só restam os alicerces que ficam à praça da Sé, junto o paço da Camara. **No largo do Patrocínio há um padrão comemorativo do eclipse total do sol em 29 de maio de 1919**, e ali mandado erigir pelo astrônomo Dr. H. Morize, chefe da comissão brasileira de observação.<sup>25</sup> (Grifos nossos).

No entanto, o fato de o padre abrir uma seção em sua obra para tratar da falta de monumentos concernentes a fatos históricos em Sobral, segundo sua perspectiva, insere-se no amplo movimento nacional de comemorações ao Centenário da Independência do Brasil, que naquele contexto de 1922 incidia sobre variadas formas de comemoração e consagração, tendo na construção de monumentos comemorativos uma de suas faces mais visíveis. O monumento situado no largo da Igreja do Patrocínio, sendo “um padrão comemorativo do eclipse total do sol em 29 de maio de 1919”, e mandado erigir pelo “Dr. H. Morize, chefe da comissão brasileira de observação”, provavelmente ainda

24 No ano de 1997 foi lançado em Sobral, através da Universidade Estadual Vale do Acaraú, o livro *Sobral: História e Vida*, de autoria de Glória Giovana S. Mont’Alverne Girão e Maria Norma Maia Soares. Temos nessa obra uma seção dedicada a essa temática na cidade, chamada *Monumentos*, em que as autoras elencam os seguintes monumentos: Pelourinho, Eclipse solar de 1919, Cristo Redentor, Arco do Triunfo, Monumento ao 1º Congresso Eucarístico Diocesano, Estátua de Luzia-Homem, Monumento a Dom José no Alto do Sumaré, Dom José no pátio da UVA, Monumento ao reconhecimento da UVA em 1994 e Monumento comemorativo à fundação da cidade de Sobral, esse que será analisado por nós logo mais.

25 LINHARES, Padre Fortunato Alves. *Notas históricas da cidade de Sobral. Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1922, p. 277.

estava de pé em 1922 e tinha a forma de um obelisco. Sobre o pelourinho, sua descrição é-nos conhecida, sendo “uma coluna de pedras colocadas em lugar público da Vila ou Cidade, tendo na parte superior ganchos ou pontas onde se espetavam as cabeças dos criminosos [...] Era costume também usar o pelourinho para afixar editos”,<sup>26</sup> mas que naquele ano de 1922 estava em ruínas.

Outro clérigo da cidade de Sobral, padre João Mendes Lira,<sup>27</sup> 51 anos depois do texto de Monsenhor Linhares, no Instituto do Ceará, publicou na sua coluna semanal *Nossa História*, no jornal católico *Correio da Semana* (1918), reflexões e cobranças sobre a ausência de alguns monumentos específicos na cidade, uma vez que, segundo o padre, “é próprio de um povo civilizado e culto deixar gravado na pedra ou no bronze os seus feitos gloriosos”.<sup>28</sup> Queixava-se de que Sobral não possuía “verdadeiros monumentos” históricos, que deveriam, segundo seu juízo, representar sobralenses ilustres, como o escritor Domingos Olímpio<sup>29</sup> e o médico da Casa Imperial, Cirurgião da Corte e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Visconde de Sabóia.<sup>30</sup> Segundo o padre, deveria ser criada uma espécie de alameda dos monumentos num dos espaços mais frequentados da cidade, a Avenida Dr. Guarani, caminho obrigatório de estudantes a caminho da escola pública até então mais frequentada da cidade, o Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota.<sup>31</sup>

A ideia de padre Lira era deixar gravado, em pedra e bronze, de forma pedagógica e elementar, uma história da cidade que tinha rosto e corpo, no

26 GIRÃO, Giovana S. Mont'Alverne. SOARES, Maria Norma Maia. *Sobral, história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997, p. 35

27 João Mendes Lira nasceu em Sobral a 23 de janeiro de 1925. Foi padre, professor de História e Geografia do Seminário São José e Faculdade de Filosofia, diretor do Centro de Pesquisas Históricas e Geográficas, um departamento da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e escritor, sendo reconhecido por isso como historiador. Também foi membro da Academia Sobralense de Estudos e Letra – ASEL. Faleceu em 2005 em Sobral. Publicou: *De Caiçara a Sobral* (1971), *Nossa História* (1972), *Sobral na História do Ceará e a Personalidade do Pe. Ibiapina* (1976), *A Vida e a Obra de Domingos Olímpio* (1977), *A Escravidão e a Abolição dos Escravos em Sobral* (1981), *Vida e Obra de Dom José Tupinambá da Frota* (1932), dentre outros.

28 OS NOSSOS MONUMENTOS. *Jornal Correio da Semana*, Sobral, Cap. 113, 8 de sete. 1973. Coluna *Nossa História*, p. 2.

29 Na década de 1970 foi confeccionado na cidade de Sobral um busto em homenagem ao escritor Domingos Olímpio e colocado no jardim da lateral esquerda do Theatro São João. A escolha do local tem relação direta com o fato de o escritor ser um dos idealizadores da construção do teatro entre os anos de 1987 e 1880. Atualmente o busto se encontra em um nicho na entrada do Theatro São João.

30 A vontade de padre Lira foi concretizada em dose dupla: em 2001, com a inauguração da Escola de Saúde da Família que recebeu o nome do médico Vicente Cândido Figueira de Saboia, o Visconde de Sabóia, e uma estátua pedestre, e em 2007, com a inauguração de outra estátua pedestre do médico no pórtico de entrada da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC, em Sobral.

31 Desejava o padre que fossem criados monumentos representando o escritor Domingos Olímpio, o médico Visconde de Sabóia, Maria Tomásia (que recebeu uma praça com o seu nome junto com um busto nos anos de 1990), abolicionista nascida em Sobral, D. Jerônimo Tomé, religioso sobralense, bispo de Belém do Pará, e Arcebispo de Salvador.

caso, segundo seu juízo, de Domingos Olímpio, como já mencionamos. Sobre o escritor, em outra de suas colunas chamada *Monumentos*, no dia 4 de janeiro de 1975, o padre volta à carga: “Perpetuar a memória de Domingos Olímpio através de um nobre monumento é eternizar o esforço para elevar Sobral à categoria de cidade intelectual como ele a classificou”.<sup>32</sup> Monumentalizar, para o padre, era o mesmo que memorizar, guardar, anunciar de forma perene os “feitos gloriosos” desse sobralense. Sua intenção era “mostrar indivíduos como encarnações de idéias ou valores”<sup>33</sup> relativos à conformação do que seria a “verdadeira” História da cidade de Sobral a partir dos sujeitos escolhidos por ele para tal fim, silenciando, no entanto, sobre a presença marcante naquela década de 1970, especialmente em 1973, de uma considerável imaginária urbana na cidade de Sobral. Literalmente, padre Lira queria colocar certos sujeitos, vistos por ele como superiores, no pedestal, no altar da História local.

Com relação à primeira publicação de Monsenhor Linhares, esta é de abril de 1922. Talvez por isso não faça nenhuma menção à construção do obelisco de alvenaria inaugurado no mês de setembro, quando a cidade de Sobral fez parte das efemérides relativas aos cem anos da Independência do Brasil, inaugurando o monumento numa de suas praças centrais. Era a Praça da Constituição, que posteriormente passaria a se chamar Praça da Independência.<sup>34</sup> Temos abaixo o programa completo da inauguração:

7 de setembro (5ª feira): Sobral celebra festivamente o 1º centenário da Independência do Brasil. As comemorações tiveram os seguintes programas:

7h – Missa campal na Praça da Constituição (São Francisco) que passou a se chamar Praça da Independência. Hoje se chama Praça Deputado Francisco Monte. Após a missa, inauguração do Monumento comemorativo no centro da praça, obra dos artistas Vicente Pinto e Francisco Bezerra.

9h – Aposição da imagem de Cristo no Salão do Júri. Correu boato de que o Jornalista Deolindo Barreto havia dito que Cristo estava no júri para responder por crime de sedução. Tal fato provocou grande reação na cidade e deu início à longa desavença entre o clero e o jornalista. O Bispo excomungou o jornal “A Lucta”.

10h – Sessão Cívica no Paço Municipal, sendo o orador oficial o tabelião Pedro Mendes Carneiro.

32 OS MONUMENTOS. *Jornal Correio da Semana*, Sobral, Cap. 188, 4 jan. 1975. Coluna Nossa História, p. 3.

33 BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e imagem. Bauru – SP: EDUSC, 2004, p. 81.

34 Essa praça hoje em dia é conhecida como Praça de São Francisco por estar localizada à frente da Igreja de mesmo nome.

17h – Solene Te-Deum na Catedral e desfile cívico pelas ruas da cidade.  
21h – Festa no Clube dos Democratas.<sup>35</sup>

Como podemos perceber pelo programa acima, as comemorações à Independência do Brasil tinham uma perspectiva cívico-religiosa. No entanto, chama atenção na notícia a referência ao boato a respeito do que teria dito o jornalista fundador do jornal *A Lucta*, em 1914, Deolindo Barreto, sobre a aposição da imagem de Cristo na sala do júri, chamado de sedutor pelo jornalista, o que fez com que o bispo Dom José excomungasse o jornal. Com relação ao contexto do programa, talvez possamos falar em *religião civil* na esteira do pensamento de Jean-Jacques Rousseau,<sup>36</sup> conceito que pode ser entendido da seguinte forma a partir das reflexões de Fernando Catroga:

O pensador francês não circunscrevia a nova religião civil à esfera privada, ou melhor, não aceitava que ela estivesse separada do Estado, porque, ao ligar os indivíduos à sociedade de um modo imaginário e passional, ela iria condicionar a formação da virtude dos cidadãos. Caber-lhe-ia, em suma, inocular valores morais e produzir civilidade, mediante a sintetização do núcleo forte das duas outras atitudes religiosas, a que o filósofo francês chamou religião do homem e religião do cidadão.<sup>37</sup>

Fica dito que uma das bases dessa religião civil é a paixão. O sujeito passional é um sujeito envolvido e fervoroso. Moralista e dit civilizado, o adepto desse tipo de religião civil sabe que é no altar da pátria que pode ser depositada sua razão de ser e de viver. Nesse sentido, torna-se fundamental a criação de um panteão de heróis nacionais aptos a produzir *comunhão e identificação*, “de modo a que os indivíduos possam constituir-se como sociedade, ou, talvez melhor, como comunidade”.<sup>38</sup>

Assim, podemos entender o monumento dedicado ao centenário da independência do Brasil em Sobral como uma forma da cidade, na perspectiva dos agentes envolvidos nessa comemoração, entrar em comunhão e, ao mesmo tempo, se identificar com o projeto civilizador de nação, projeto vivo e pulsante naquele contexto, bem como constituir um altar municipal como lugar de

35 ARAÚJO, PE. F. Sadoc. *Cronologia Sobralense*. Volume V (1911-1950). Sobral: Edições ECOA, 2015, p. 101-102.

36 Ver: Contrato Social, Capítulo VIII, do Livro Quarto que trata da Religião civil.

37 CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*. Religião civil e comemoracionismo. Fortaleza: Edições NU-DOC- Museu do Ceará, 2005, p. 13.

38 *Idem*, p. 9-10.

comunhão e de identificação com a história civil e religiosa da cidade. Nesse sentido, padre João Mendes Lira enfatiza que

Para melhor se integrar no verdadeiro sentido de Independência, o povo de nossa terra fêz construir um obelisco comemorativo ao centenário da Independência, à Praça de S. Francisco a qual daquele momento ficou sendo chamada “Praça da Independência” mas que infelizmente mudaram para outro nome.<sup>39</sup>

**Figura 2** – Obelisco comemorativo ao Centenário da Independência em Sobral



**Fonte:** Arquivo do autor

O obelisco, seguindo uma tipologia arquitetônica comum a esse tipo de representação comemorativa, é “um monumento de pedra única com quatro lados, terminando em uma pequena pirâmide chamada piramideon, denominada THEKENU”,<sup>40</sup> tendo sido anexados em sua base discursos grafados em três

39 O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA EM SOBRAL - 1922. Jornal Correio da Semana, Sobral, Cap. XIX, sete. 1973. Coluna Nossa História, p. 1.

40 Conforme o título da sua obra: “The Obelisks of Egypt: Skyscrapers of the Past”, 1985.

placas de bronze, sendo que a primeira placa foi afixada no dia da inauguração da obra, em 7 de setembro de 1922, uma nas comemorações do centenário da cidade de Sobral, em janeiro de 1941, e outra no dia da inauguração, naquele mesmo ano, em setembro, da Avenida Getúlio Vargas, que passava ao lado da praça, referendando na cidade o governo ditatorial de Getúlio Vargas com o Estado Novo (1937-1945) na administração do prefeito nomeado Vicente Antenor Ferreira Gomes ((1935-1944). Numa espécie de economia simbólica, o que foi comum a esse tipo de monumento, este serviu a três contextos distintos da história brasileira e sobralense, sendo que a primeira placa serviu como subsídio, como vimos, para alimentar a ideia de liberdade sob os influxos das comemorações de 1922, objetivo primeiro do monumento, o que fica claro na inscrição de sua primeira placa: “Independência ou Morte. 7 de Setembro de 1922. O povo de Sobral comemora neste monumento a data centenária da independência do Brasil”. As outras duas placas são vistas abaixo.

**Figura 3** – Placas em comemoração ao centenário de Sobral e de inauguração da Avenida Getúlio Vargas, em 1941



**Fonte:** Arquivo do autor

Outro monumento a compor o *Altar Municipal* foi inaugurado em setembro de 1927 durante a administração do Intendente Ernesto Marinho de Albuquerque.

que Andrade (1924-1928), sendo um monumento comemorativo à fundação da cidade de Sobral, estando localizado na Praça Coronel Fernando Mendes, mais conhecida como Praça da Igreja do Patrocínio, centro da cidade. O monumento, construído por Pedro Frutuoso do Vale,<sup>41</sup> importante artífice local, tem uma base octogonal com duas placas de bronze, sendo uma oval, com os seguintes dizeres: “Monumento comemorativo da fundação de Sobral passou a Povoado em 1712, à Vila em 1773 e à Cidade em 1841”. Na outra placa, de forma quadrada, lemos: “Administração de Ernesto Marinho. Prefeito”. Sabemos que

O referido monumento foi erigido sob a iniciativa e direção do Vereador Osvaldo Rangel Parente, tendo contribuído para isso a Câmara Municipal de Sobral, o Coronel Fernando Mendes, que muito concorreu para a sua realização.<sup>42</sup>

**Figura 4** – Monumento comemorativo à fundação de Sobral



**Fonte:** arquivo do autor

41 Pedro Frutuoso do Vale nasceu em Sobral no dia 4 de maio de 1891, falecendo na mesma cidade em 27 de fevereiro de 1974. Muitas obras são de sua autoria na cidade de Sobral, tais como o monumento a São Cristovão, na entrada da cidade, pinturas sacras na Capela do Preciosíssimo Sangue na Betânia-UVA, os altares e a estátua do Sagrado Coração de Jesus, na Igreja do Abrigo, os altares e a estátua do Rosário, na Igreja de mesmo nome, monumento da Ema, altares da Igreja da Saúde, monumento do vaqueiro, localizado no distrito de Aracatiaçu, estátua do Cristo Redentor, também em Aracatiaçu, esculturas das estátuas dos quatro evangelistas: Mateus, Marcos, João e Lucas na cúpula da matriz de Ipu, entre outras importantes obras em Sobral e região.

42 LIRA, Padre João Mendes. *Sobral e sua história documental e a personalidade de D. José*. Sobral-Ceará, 1975, p. 33.

O monumento é uma construção de cimento armado e bronze, tendo um pedestal com uma base octogonal, encimado por uma coluna que mede aproximadamente 10 metros de altura, tendo no topo a figura de bronze de uma mulher que representa a cidade de Sobral, cujo vestido, colado ao corpo, deixa ver sua perna direita abaixo do joelho, firmemente posta à frente. Ela segura na mão esquerda uma tocha anteriormente representada por uma lâmpada acesa, mas hoje danificada, e com a mão direita segura e protege, junto ao corpo, uma cornucópia, símbolo de fertilidade, riqueza e abundância, mas que mais modernamente simboliza também a agricultura e o comércio. A cornucópia associada à figura feminina representando a cidade tem um mesmo simbolismo: o útero. O útero feminino e a cornucópia como útero apontam para a perspectiva da cidade como lugar de abundância e riqueza, de criação e transformação, lugar de origem e guia.

**Figura 5** – Detalhe do Monumento à fundação da Cidade de Sobral



**Fonte:** Foto de Douglas Prado – Sobraldrone

O último monumento desta seção foi idealizado por padre João Mendes Lira, já conhecido por suas imprecações a favor da construção de “verdadeiros

monumentos” para a cidade de Sobral. Trata-se de Antônio Rodrigues Magalhães, nascido no Rio Grande do Norte, casado com Quitéria Marques de Jesus, nascida em Siupé, Ceará, herdeira da Fazenda Caiçara, moradia do casal a partir de 1750, espaço que seria ocupado pela futura cidade de Sobral. Padre Lira idealiza a figura de Antônio Rodrigues Magalhães principalmente porque ele doou cem braças de terra para a construção da sede do Curato de Nossa Senhora da Conceição na ribeira do Acaraú. Assim se expressou o padre:

[...] poderíamos, no entanto, destacar alguns vultos que, dotados de tanta capacidade, conseguiram desenvolver Sobral além do seu ritmo normal. O primeiro foi o dono da fazenda – o 1º fundador de Sobral. Dotado de rara inteligência conseguiu atrair para suas terras o maior número de Capital possível, ora aforando terras, ora permitindo novos agregados, fazendo intercâmbio comercial com todos os seus vizinhos e desenvolvendo a pecuária e a agricultura. Quando morreu em 1757 era o líder de toda Região Centro Norte. Profundamente religioso soube trabalhar com curas da Freguesia auxiliando-os na construção da Igreja e do desenvolvimento das Irmandades. Soube muito bem aproveitar o terreno para plantar uma árvore que em poucos tempos tornar-se-ia grandiosa.<sup>43</sup>

Padre Lira fez de Antônio Rodrigues Magalhães um “capitalista” habilidoso, de inteligência rara e apaixonado por uma cidade de Sobral que ainda não existia, mas que o padre vaticina como nascida dos “empreendimentos” do fazendeiro quando escreve, de forma metafórica, que ele “Soube muito bem aproveitar o terreno para plantar uma árvore que em poucos tempos tornar-se-ia grandiosa”. Essa árvore frondosa era Sobral. Mas o fundamental de tudo isso era sua profunda religiosidade, sem a qual não teria existido o Curato de Acaraú, a Igreja e as Irmandades locais, segundo depreendemos da escrita de Lira. Não foi por acaso, portanto, que foi o líder de “toda Região Centro Norte”.

Escrevemos acima que iríamos analisar o último monumento dessa seção, mas o fato é que trataremos de dois monumentos representando “o 1º fundador de Sobral”, ambos inaugurados em 1973 durante as comemorações do bicentário da cidade. O primeiro monumento inaugurado com a presença de padre Lira nos arredores da Igreja de São Pedro, bairro Dom Expedito, lado direito do rio Acaraú, chama atenção pela altura de seu pedestal, que eleva o busto de Antônio Rodrigues Magalhães a uma altura muito acima da vista, o que denota, em nosso entendimento, o que seria sua grandeza, seu poder, sua heroicidade e

43 O DUZENTOS ANOS DA VILLA. *Jornal Correio da Semana*, Sobral, Cap. LXXX, sete. 1973. Coluna Nossa História, p. 3.

vigilância, explicitando também a teatralidade da ocasião, que contou inclusive com “uma encenação sobre a vida de Antônio Rodrigues Magalhães”, escrita por Lira, como escreveu o padre como legenda da foto relativa à inauguração do busto. Assim, “É, entretanto, o mito do herói que acentua com mais frequência a teatralidade política, ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira, que não oferece surpresas”<sup>44</sup>

**Figura 6** – Personagens da Encenação sobre a vida de Antônio Rodrigues Magalhães com padre Lira



**Fonte:** Sala Padre Lira, Museu Dom José: Retratos de Sobral Antigo e Moderno

Temos abaixo outra imagem relativa à mesma inauguração, na qual observamos, com mais nitidez, a dimensão do pedestal que destoa bastante do busto e da placa localizada abaixo, em que lemos: “Antônio Rodrigues Magalhães. Fundador de Sobral. Homenagem de Padre Lira – 1973”. Vemos na cena, descerrando a bandeira do município de Sobral, o senador Virgílio Távora, ex-governador do Ceará, à esquerda da imagem. Um pouco atrás do monumento vemos o padre Lira olhando admirado para o seu herói elevado ao pedestal mais alto da História, conforme sua vontade.

<sup>44</sup> BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Fundação Roberto Marinho. 1982, p. 7.

**Figura 7** – Antônio Rodrigues Magalhães



**Fonte:** Sala Padre Lira - Museu Dom José. Retratos de Sobral. Antigo e Moderno

Outro aspecto que chama atenção no descerramento da bandeira de Sobral na inauguração do busto é a ausência, nas fotografias relativas ao evento, do prefeito municipal, Joaquim Barreto Lima (ARENA), que esteve à frente da prefeitura até o dia 30 de janeiro daquele ano, assumindo no dia 31 o novo prefeito, José Parente Prado, que compareceu àquela inauguração. Talvez por isso, ainda no contexto das festividades do bicentenário da cidade de Sobral, de forma a demarcar também o seu nome naquelas comemorações, Joaquim Barreto tenha decidido homenagear Antônio Rodrigues Magalhães também com outro busto, em cuja placa foi escrito: “ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES. Fundador da cidade de Sobral. Homenagem da Prefeitura Municipal de Sobral. Administração. Joaquim Barreto Lima. Antônio Felix Ibiapina Filho”. O busto é de autoria do casal de artistas Angelica Ellery Torres e Honor Torres, ambos formados pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Atualmente, o busto se encontra na Praça Quirino Rodrigues, centro da cidade, desde a sua reinauguração em 2010. Não sabemos em que local da cidade o monumento foi fixado inicialmente. Percebemos, diferentemente do monumento idealizado por Lira, que o pedestal recoberto de mármore está praticamente à altura da vista de uma pessoa de tamanho médio. Fica nítido também que são dois personagens fisicamente diferentes. O busto visto abaixo tem traços mais joviais e másculos do que o busto inaugurado por padre Lira.

Figura 8 – Antônio Rodrigues Magalhães



Fonte: arquivo do autor

Sobre o *Altar Católico*, discutiremos na sequência.

## Sobral e o Altar Católico

Tornou-se lugar comum em muitas produções sobre a História de Sobral, especialmente aquela escrita por padres, como João Mendes Lira e Monseñor Fortunato Alves Linhares, mas também por historiadores e historiadoras mais tradicionais, narrar a história da cidade a partir da ação dita civilizatória da Igreja Católica. Não que a Igreja Católica não tenha sido importante na construção e organização dos espaços das povoações, vilas e cidades pelos interiores do Ceará notadamente a partir do século XVIII. A questão é que essas narrativas enfatizam sobremaneira a presença considerada branca e católica na Ribeira do Acaraú, e ainda que informem sobre a presença dos primeiros habitantes da terra, como Potiguaras e Tabajaras, ou mesmo de colonos de outras províncias presentes na região, insistem que sem a Igreja Católica, sem a criação do Curato do Acaraú, em 1716, não haveria espaço para a civilização e para o lugar que hoje chamamos de Sobral.

Curiosamente, no entanto, os primeiros padres considerados civilizadores da Ribeira do Acaraú, como o padre João de Matos Monteiro, conhecido como padre Matinhos, o seu tio, padre João de Matos Serra, vigário do Ceará, e o padre João da Costa Ribeiro, responsável pelos primeiros assentos paroquiais na região, não foram homenageados com bustos ou qualquer outro tipo de monumento.

Precisamos dizer que o *Altar Católico* em Sobral não apresenta uma imaginária de santos e santas católicas, e que essa imaginária de maneira geral é iniciativa do poder municipal em sintonia com a Igreja. São clérigos que ganharam destaque e visibilidade no cenário católico da cidade, especialmente o seu primeiro bispo, Dom José Tupinambá da Frota. Por outro lado, “Algumas vezes, o líder é representado como se fosse um santo”,<sup>45</sup> caso do bispo Dom José, visto como um líder e considerado pelos clérigos em suas incursões pela História, como padre Lira, o “2º fundador de Sobral”. Dom José, quando foi elevado à categoria de monumento, foi fixado em estilo triunfante, o que fica explícito também pelo fato de sua estátua realista disposta na Betânia, atual Campus da Universidade Estadual Vale do Acaraú e antigo seminário diocesano, iniciado pelo bispo em 1918 e concluído em 1922, com dois metros de altura, ter sido a única estátua pedestre erigida na cidade de Sobral até pelo menos o ano de 2007.

A estátua de Dom José, feita de bronze, é obra do escultor italiano Agostino Balmes Odisio,<sup>46</sup> e foi uma iniciativa do corpo clerical sobralense com subvenção da população da cidade, sendo comemorativo ao 25º aniversário de Ordenação Sacerdotal do bispo em 1941. Dom José se encontra de batina, em pé, com a mão direita levantada num gesto de benção. O monumento foi restaurado no ano de 2000, quando a estátua ganhou uma base octogonal com uma placa de metal com detalhes do restauro, que sustenta um pedestal recoberto de mármore, com duas placas, sendo uma com as insígnias da Diocese de Sobral e a outra com detalhes da construção do monumento, ambas de metal. É importante dizer que, quando a estátua foi inaugurada, o bispo estava vivo, em plena atividade ministerial.

45 BURKE, Peter, *op. cit.*, p. 92.

46 Agostino Balmes Odisio nasceu em Turim, Itália, a 01 de maio de 1881. Em 1914, resolveu morar na cidade de São Paulo em busca de oportunidades. Criou com seus filhos Pedro e Natalício, realizando muitas obras de caráter religioso em várias cidades do Brasil, realizando no Ceará não apenas a confecção da estátua de Dom José, mas em Fortaleza foi responsável pela decoração de vários mausoléus e túmulos, tendo sido também o arquiteto e escultor da Igreja Matriz da cidade de Acaraú. Realizou obras ainda nas seguintes cidades do Ceará: Acopiara, Aurora, Baturité, Bela Cruz, Canindé, Capistrano, Cariús, Cascavel, Caucaia, Cedro, Chaval, Crato, Granja, Guaramiranga, Itapipoca, Jaguaruana, Jardim, Juazeiro do Norte, Maranguape, Marco, Martinópolis, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Mombaça, Palmácia, Parazinho (Granja), Quixadá, Tianguá, Várzea Alegre e Viçosa do Ceará. Faleceu no dia 29 de agosto de 1948.

**Figura 9** – Estátua pedestre de Dom José no Campus da Betânia-UVA



**Fonte:** arquivo do autor

Como já pontuamos, os autores católicos fizeram questão de enfatizar, em seus escritos, como os padres citados até aqui, que a Igreja Católica sempre exerceu uma espécie de controle simbólico sobre a história da cidade, e esse suposto controle teve uma face material, fossem as construções efetivadas por Dom José, como o seminário diocesano, escolas, asilo, hospital, mas também com a difusão, especialmente pelas praças centrais da cidade, de bustos e monumentos relativos à presença de padres e da Igreja Católica em Sobral.

Alguns anos depois da inauguração da estátua pedestre de Dom José, mais precisamente em 1962, durante a administração de Padre José Palhano de Sabóia (1959-1963), filiado à União Democrática Nacional - UDN, considerado filho adotivo de Dom José, foi inaugurado na Praça São João, um dos espaços centrais mais conhecidos da cidade, um busto em homenagem ao bispo, falecido em 1959. Na placa afixada no pedestal temos a seguinte inscrição: “HOMENAGEM DE GRATIDÃO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL AO SEU MAIOR

FILHO E BENFEITOR, JUSTAMENTE COGNOMINADO DE 2º FUNDADOR DA CIDADE. S. EXCIA. REVMA. CONDE D. JOSÉ TUPINAMBÁ DA FROTA. 1º BISPO DE SOBRAL. – PERTRANSIIT BENE FACIENDO... – ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO PADRE JOSÉ PALHANO DE SABOIA. EM 10 SETEMBRO DE 1962”.

O busto foi inaugurado de forma estratégica exatamente no dia 10 de setembro, aniversário de nascimento do bispo. Padre Palhano faz questão de enfatizar o título honorífico de Dom José, que reiteradamente era nominado, notadamente nas narrativas dos padres, de Bispo Conde. Reforça também outra assertiva enfática que aponta Dom José como o segundo fundador da cidade de Sobral. A placa traz, além disso, o lema de vida em latim atribuído ao bispo: “Em se fazendo, faça bem feito”. Porém, o que mais chama atenção na placa é o fato de ficar claro que é a cidade de Sobral que homenageia e agradece “ao seu maior filho e benfeitor”. A cidade assume o lugar de sujeito e se expressa em nome da população. Essa questão vista no busto à Dom José é única em Sobral, porque em nenhum dos monumentos tratados aqui há essa característica de agradecimento, tão importante, de fato, nesse tipo de imaginária urbana:

*A gratidão certamente é o enunciado que corresponde ao maior número de peças da imaginária urbana de caráter histórico. Isso porque quase sempre se refere a personagens da história. Fica, assim, simbolicamente estabelecido um princípio de agradecimento da sociedade urbana pela ação e vida exemplar de determinado indivíduo. Todavia, essa gratidão quase sempre está dirigida a personagens da história do Estado, fazendo com que, por extensão, a sociedade seja grata à ação do Estado.<sup>47</sup>*

Dom José não era um membro do Estado, mas sempre foi visto como uma espécie de “prefeito” paralelo ao poder público, uma vez que seu bispado foi responsável pela construção de obras consideradas estratégicas para o desenvolvimento da cidade, como banco, escolas, hospital, num contexto de tentativa de reafirmação da força e poder da Igreja Católica nas décadas iniciais do século XX. O que era visto como *restauração católica* tinha relação direta com a luta contra o laicismo e a busca pelo reassentamento da Igreja na sociedade, e para isso era necessário reorganizar a hierarquia católica e estabelecer ações diretas sobre as cidades. Não por outro motivo, é comum ler e ouvir, entre os escritos dos padres e historiadores mais alinhados ao catolicismo, que Dom José queria fazer de Sobral uma “pequena Roma”.

47 KNAUSS, Paulo (coordenação). *Cidade vaidosa*. Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Introdução. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 9.

**Figura 10** – Busto de Dom José na Praça São João



Fonte: Arquivo do autor

Outro monumento ligado ao *Altar Católico* na cidade é o busto do Monsenhor Fortunato Alves Linhares, que, quando publicou sua obra *Notas Históricas da Cidade de Sobral (1712-1922)*, como vimos, queixou-se de que Sobral era pobre de monumentos públicos relativos a fatos históricos. Monsenhor Fortunato foi monumentalizado na cidade, transformando-se, portanto, em um monumento relativo à História, no caso, à sua história, na praça que leva o seu nome, no centro de Sobral. Assim,

Resulta que a imaginária urbana se constitui em um discurso histórico, que serve como recurso didático para a promoção do civismo, sobretudo quando sua produção envolve a mobilização da sociedade, reatualizando seu conteúdo histórico por rituais comemorativos que celebram a comunhão social<sup>48</sup>.

A placa afixada no monumento é bastante reveladora da importância do Monsenhor para a cidade, uma vez que este, além de religioso, teve uma carreira política ativa, tendo sido Intendente de Sobral no ano de 1928, além de vereador e presidente da Câmara naquele mesmo ano, quando demonstrou uma extensa atividade legislativa. Na placa, lemos: “MONS. FORTUNATO ALVES LINHARES. \* 14 DE OUT. DE 1869. + 08 DE DEZ. DE 1960. SOBRALENSE EMÉRITO. IDEALIZADOR E PROPUGNADOR PELA CONSTRUÇÃO

48 KNAUSS, Paulo (Coordenação). *Sorriso da cidade*. Imagens urbanas e história política em Niterói. Introdução. Niterói-RJ: Fundação de Arte de Niterói – FAN, 2003, p. 11

DOS AÇUDES JAIBARAS, ARARAS, FORQUILHA, MUCAMBINHO E CACHOEIRA. EDUCADOR DE NOMEADA. ESPECIALISTA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA. DEDICOU SUA VIDA A CRISTO E À SUA QUERIDA CIDADE DE SOBRAL. DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL ADM: JOAQUIM BARRETO LIMA. ANTÔNIO FELIX IBIAPINA FILHO”.

Monsenhor Linhares ficou cego no final da vida, deixando de escrever sobre a história da cidade de Sobral, mas sem deixar de celebrar especialmente aos sábados na Capela de Santo Antônio, centro da cidade. Como lemos na placa e como sabemos de suas publicações, era “especialista em história e geografia”, e foi nessa perspectiva que escreveu *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, estabelecendo um diálogo entre história e geografia para explicar a cidade. Todos os açudes nomeados na placa foram realmente construídos em tempos diferentes e ainda hoje são fundamentais para Sobral, onde estão localizados os açudes de Jaibaras, Mucambinho e Cachoeira. O açude de Forquilha está localizado na cidade de mesmo nome, depois que se emancipou de Sobral no ano de 1985. O açude do Araras, oficialmente chamado de Paulo Sarasate, foi construído sobre o leito do rio Acaraú, alcançando os municípios de Varjota, Pires Ferreira, Hidrolândia e Santa Quitéria.

Chama atenção no busto que o artista conseguiu representar Monsenhor Fortunato em sua condição de cego.

**Figura 11** – Monsenhor Fortunato Alves Linhares



Fonte: internet

O próximo e último monumento desta seção, também ligado ao *Altar Católico* da cidade de Sobral, foi construído “Para perpetuar na memória do I Centenário da Diocese de Sobral”, como lemos em sua placa de identificação, em 2015. Essa obra, em forma de uma torre de igreja, está muito mais próxima daquilo que chamamos, com alguma reserva, de arte pública. Isso porque “a definição de arte pública sempre se deu sob a égide do conflito e de debates circulares”,<sup>49</sup> de modo que esse debate continua a frutificar e a busca por um consenso é uma constante. De todo modo,

Atualmente, “arte pública” é um conceito que abrange uma multiplicidade de trabalhos artísticos que, no geral, se voltam para o público, e é devido justamente a essa interação peculiar que nos dias de hoje a denominamos como “arte pública”.<sup>50</sup>

Outra característica muito importante da chamada arte pública é que desenvolve “uma sequência de deslocamentos: esquiva-se do pedestal, da praça, depois do museu – espaços arquitetônicos de abrigo e reconhecimento”.<sup>51</sup> E, ainda que o monumento comemorativo ao centenário da Diocese de Sobral esteja na praça Quirino Rodrigues, centro da cidade, espaço em que se localiza a Cúria Diocesana, essa obra abre espaço para outro tipo de contemplação e reflexão, mais ligada à sua dimensão artística.

**Figura 12** – Monumento ao I Centenário da Diocese de Sobral



**Fonte:** arquivo do autor

49 OLIVEIRA, Luiz Sérgio de. A virada da arte pública e a formação do artista contemporâneo. *Poiésis*, Niterói, v. 20, n. 33, p. 237-256, jan./jun. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.22409/poiesis.2033.237-256>.

50 REGATÃO, J. P. Do Monumento Público à Arte Pública Contemporânea. Convocarte. *Revista de Ciências da Arte*, Lisboa, Tema: Arte Pública, v. 1, p. 66-76, 2015.

51 FUREGATTI, Sylvia. VALLE, Marco Antônio Alves do. *As esculturas públicas e a cidade contemporânea*. INSTITUTO DE ARTES – UNICAMP, 2014.

A obra é de autoria do arquiteto José Antenor Viana Coelho. Na placa de identificação do monumento encontramos duas frases: uma do Papa Francisco: “Quero uma Igreja solidária, servidora e missionária, que anuncia e sabe ouvir”, e outra frase de Dom José Luiz Gomes de Vasconcelos, bispo atual da cidade de Sobral. Sabemos que “É apanágio do religioso e do sagrado colocar as suas epifanias para além do tempo e do espaço profano, insinuando-se que pertencem à ordem do eterno”.<sup>52</sup> Nesse sentido, vê-se o desejo de perpetuar na memória o centenário da Diocese e, ao mesmo tempo, a existência da Igreja como uma instância não só religiosa, mas social. Na ocasião da inauguração do monumento, o então prefeito de Sobral, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, assim se manifestou com relação à Diocese:

Ela nos conta uma história de toda a trajetória da igreja em Sobral e nos convida a pensar no futuro. A Diocese é uma instituição importante não apenas para cuidar e zelar da vida espiritual dos nossos conterrâneos, mas também com o cuidado e o zelo com as necessidades da vida prática das pessoas, como a educação, a saúde, a cultura, a comunicação, a assistência social, o cuidado com as pessoas.<sup>53</sup>

A comunhão entre a História da cidade de Sobral e a Igreja Católica, mais uma vez, é reforçada agora nas palavras do ex-prefeito. Além de apontar para o papel social da instituição, no que ele chama de “zelo com as necessidades da vida prática das pessoas”, há a construção imaginária da História de uma cidade que se lança para uma espécie de terra da promessa. Na medida em que a imaginária urbana, presente na cidade de Sobral, presentifica certo passado, quer apontar também para o futuro, tendo como garantia a certeza de que o passado da cidade, representado por clérigos ditos civilizadores e por monumentos civis ou religiosos, durará para sempre em forma de cantaria, de pedra ou de bronze.

## A pedra polida é pedra política

*Seis propostas para o próximo milênio* (1988) é um livro que deveria conter seis conferências a serem proferidas na universidade de Harvard, em 1985, também conhecido como *Lições Americanas*, obra póstuma de Italo Calvino, com cinco seções. Na primeira parte da obra, chamada *Leveza*, talvez a mais bela do livro, o autor procura pensar a literatura e a sua própria obra no sentido de “uma subtração do peso”, enfatizando que se esforçou “por tirar o peso,

52 CATROGA, Fernando. *Op. cit.*, p. 33.

53 <https://sobralonline.com.br/inauguracao-de-monumento-marca/>. Acesso: 4 jan. 2022.

ora às figuras humanas, ora aos corpos celestes, ora às cidades; esforcei-me sobretudo por retirar o peso à estrutura da narrativa e à linguagem”<sup>54</sup> No entanto, para falar da leveza, Italo Calvino precisou falar do peso, da dureza, da pedra:

Às vezes, o mundo inteiro me parecia transformado em pedra: mais ou menos avançada segundo as pessoas e os lugares, essa lenta petrificação não poupava nenhum aspecto da vida. Como se ninguém pudesse escapar ao olhar inexorável da Medusa.<sup>55</sup>

O que assistimos nos últimos anos é a tentativa de “escapar ao olhar inexorável da Medusa” em várias partes do planeta, quando estátuas e monumentos relacionados a personagens ligados especialmente à violência e dominação colonial foram depredados ou jogados em rios, caso da estátua do traficante de escravos Edward Colston, em Bristol. Não estamos julgando essas ações como ilegítimas, mas a pergunta que fazemos é: devemos temer e exterminar esses personagens transformados em pedra que habitam nossas cidades e nos colocam em relação incômoda com determinado passado? Precisamos decepar inevitavelmente a cabeça da Medusa? Não seria interessante nesse caso calçar as sandálias aladas de Perseu e não se deixar petrificar, dirigindo o nosso olhar “para aquilo que só pode se revelar por uma visão indireta, por uma imagem capturada no espelho”,<sup>56</sup> exercitando novas formas de olhar e sentir esse tipo de monumento?

Evidentemente que a imaginária urbana tratada neste artigo não tem a mesma dimensão dos monumentos que foram e ainda serão depredados, como a estátua incendiada do bandeirante Borba Gato, mas a imaginária local tratada aqui não deixa de ser também um espaço de dominação e de tentativa de imposição de uma dada memória e história. Cada busto, cada monumento disperso pela cidade, por iniciativa do poder público e da Igreja Católica, são indícios de uma história que se quer contar e ensinar de forma exemplar e pedagógica. Assim, nos perguntamos se seria interessante, por exemplo, derrubar a estátua pedestre de Dom José ou o monumento comemorativo à fundação da cidade. Não seria mais interessante para a História preservar e procurar estabelecer um amplo debate com a sociedade sobre a importância e o sentido desse tipo de imaginária urbana?

O historiador Ricardo Santiago, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, especialista em História Pública, fala com relação aos monumen-

54 CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 15.

55 CALVINO, Italo, *op. cit.*, p. 16.

56 *Idem*, p. 16.

tos na necessidade da produção de “atos de rasura, que não apagam o objeto, mas o transformam, produzindo novas camadas, desafiando a memória e aguçando a disputa pela cidade”.<sup>57</sup> É exatamente isso que faz o *Grupo de Ação*<sup>58</sup> em várias cidades do país: *rasuram* monumentos, permitindo novas leituras desse tipo de imaginária urbana, “produzindo novas camadas, desafiando a memória”, conforme ação realizada junto à mesma estátua de Borba Gato, que teve os seus pés adornados por caveiras, o que o *Grupo de Ação* chama de *remonumento*:

Figura 13 – Borba Gato



Fonte: <https://www.facebook.com/grupodeacao/>.

A pedra bem polida, em forma de monumento, bem armada, cimentada, de cantaria, mármore ou bronze, é também uma *pedra política*. Presente em variados espaços de nossas cidades, a imaginária urbana, de maneira geral, representa sujeitos articulados com sistemas locais ou nacionais de poder e de legitimação de determinadas versões sobre o passado, dialogando assim com membros de instituições como igrejas, academias, institutos, gabinetes, escolas, para a difusão muitas vezes de uma História considerada exemplar e oficial, materializada na forma de bustos, placas, marcos, estátuas e monumentos. Dessa forma, a pedra bem polida na forma do busto do bispo Dom José, na praça São João, em Sobral, por exemplo, é uma *pedra política*. Nesse

57 Ver: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>. Acesso: 6 jan. 2022.

58 Ver: <https://www.facebook.com/grupodeacao/>.

sentido, temos na cidade “uma narrativa histórica de registro escultórico, às vezes complementado pelo auxílio de inscrições verbais”.<sup>59</sup>

No entanto, essa perspectiva que deseja transformar a memória em pedra não pode ser entendida como a petrificação nem do passado nem da História, ainda que este tenha sido o desejo de padre Lira: transformar a História da cidade de Sobral, especialmente representada por seus “filhos ilustres”, na dureza da pedra e do bronze, como um acerto de contas definitivo contra a perda e o esquecimento. Nesse sentido, a *pedra é poder*.

---

59 ABREU, Marcelo. BELLUCCO, Hugo. KNAUSS, Paulo. Esfinges urbanas. Quadros da Imaginária Urbana. In: KNAUSS, Paulo (Coordenação). *Cidade vaidosa*. Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 153.



# “Sobral como cidade progressista”: entre planos, projetos e representações<sup>1</sup>

Thiago Braga Teles da Rocha<sup>2</sup>

## O MAPA

Olho o mapa da cidade  
Como quem examinasse  
A anatomia de um corpo...

(É nem que fosse o meu corpo!)

Sinto uma dor infinita  
Das ruas de Porto Alegre  
Onde jamais passarei...

Há tanta esquina esquisita,  
Tanta nuance de paredes,  
Há tanta moça bonita  
Nas ruas que não andei  
(E há uma rua encantada  
Que nem em sonhos sonhei...)

Quando eu for, um dia desses,  
Poeira ou folha levada  
No vento da madrugada,  
Serei um pouco do nada  
Invisível, delicioso

Que faz com que o teu ar

---

1 Este texto é fruto de discussões contidas em minha dissertação de mestrado, apresentada em 2017. Como sugestão, indico a leitura do texto completo: ROCHA, Thiago Braga Teles da. *“De quem é Sobral?”*: As práticas letradas, as tensões políticas e a luta pela temporalidade na Igreja Católica (1945-1953). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Thiago%20Rocha.pdf>. Acesso: 20 fev. 2022.

2 Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC/CE. E-mail: thiagorocha90@outlook.com.

Pareça mais um olhar,  
Suave mistério amoroso,  
Cidade de meu andar  
(Deste já tão longo andar!)  
E talvez de meu repouso...<sup>3</sup>

A cidade vista por cima, em uma perspectiva panóptica, dá-nos a (falsa) impressão de posse da cidade. É, como dizia Michel de Certeau, “o mesmo que ser arrebatado até ao domínio da cidade”<sup>4</sup>. É um domínio erótico, sedutor, que entorpece mentes que objetivam estudar e compreender uma urbe.

Entretanto, como transparece Mário Quintana na poesia acima, não é possível conhecer todas as ruas de uma cidade. Não a dominamos. Não se conhece todas as suas práticas. Devido a isso também, a utilização dos mapas (no caso desta pesquisa, de alguns que revelam os projetos de eletrificação da cidade) devam ser tratados não como o *real*, mas como *representações do real*. Segundo a Professora Sandra Jatahy Pesavento,

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.<sup>5</sup>

Os mapas são, dessa forma, matrizes geradoras que explicam o real. São discursos. Contêm em si seletividades. Revelam, a partir de sua feitura, pontos de vista, perspectivas, que permitem perceber as interpretações de seus autores sobre a cidade. Trazem em si, também, dados que podem dar nuances sobre as problemáticas e seletividades dos projetos em que versam. Os mapas aqui trabalhados nas páginas a seguir serão problematizados nessa perspectiva.

Voltamo-nos à análise sobre o processo de eletrificação de Sobral, em 1952, e sua relação com a noção de *progresso*. Após uma forte campanha em prol da eletrificação da cidade, realizada por setores da elite política da cidade, com destaque para a Igreja Católica a partir do jornal *Correio da Semana*, o desfecho foi

3 QUINTANA, Mário. *80 anos de poesia*. Seleção e organização Tânia Franco Carvalhau. 13ª ed. São Paulo: Globo, 2008, p. 157.

4 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer*. [Tradução: Ephraim Ferreira Alves.] 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 158.

5 PESAVENTO, Santra Jatahy. *História & História Cultural*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39.

a utilização da energia produzida na Fábrica de Tecidos Ernesto Diocleciano. A concretização da rede elétrica ocorreu no fim de 1952. Em 28 de novembro, é publicada a seguinte notícia:

**Chegaram os transformadores da Companhia de Luz de Sobral**

A Companhia Luz e força de Sobral acaba de receber os transformadores de que estava dependendo a instalação da iluminação definitiva da cidade e que será fornecida pela potente usina de energia da Fábrica Sobral.

Deste modo, dentro de poucos dias teremos iluminação e energia eficientes tanto noturna como diurna o que muito vem contribuir para o maior progresso de nossa terra.<sup>6</sup>

A chegada dos transformadores coincide com a elaboração do “Projeto das Redes Primárias e Secundárias de Distribuição de Energia Elétrica da Cidade de Sobral”. Este detalhado projeto está preservado no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), arquivo ligado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Consta de um livro com diversos anexos, produzido pela “TH. Marinho de Andrade Construtora S.A.”, tendo como cliente a “CIA Industrial Luz e Força de Sobral”.

É uma documentação que consiste em dados técnicos, acompanhados de algumas justificativas, expondo como se daria a execução da obra, onde seria ofertada energia elétrica e quais os componentes materiais, técnicos e tecnológicos que seriam utilizados para a viabilização de tal empreitada.

Segundo a justificativa apresentada no projeto,

Sobral, como cidade progressista, não poderá ficar prês a um sistema limitado de distribuição de energia elétrica para atender tão somente as condições atuais de demanda ou a potência atual instalada na Central Elétrica Dr. José Sabóia. Assim, concebemos uma solução elástica e de grande margem de ampliação, quer para a rede quer para a usina.<sup>7</sup>

Sobral, como a premissa modernizadora em tona pedia, era apresentada como uma “cidade progressista”, onde o ideal de progresso e modernidade não deveria ficar preso às limitações de ordem técnicas. Dessa forma, os investi-

6 *Correio da Semana*. Sobral-CE, 28 de novembro de 1952, p. 1.

7 Projeto das redes primária e secundária de distribuição de energia elétrica da cidade de Sobral, p. 7.

mentos se justificariam para possibilitar para a cidade condições de desenvolvimento que alimentassem e saciassem os desejos de sua elite intelectual.

O senso de “andar para frente”, de dar um tom de “evolução” (ou crescimento) à cidade são inerentes ao discurso modernizador assumido pela empresa, que segue a linha das *práticas letradas* publicadas no *Correio da Semana* ao longo da campanha pró-luz e força na cidade. Dessa forma, a noção e a defesa do progresso se completam na possibilidade de se realizarem nas mãos de seus idealizadores. É uma premissa na linha pensada por Zygmunt Bauman,

Esta é a questão: o “progresso” não representa qualquer qualidade da história, mas a *autoconfiança do presente*. O sentido mais profundo, talvez único, do progresso é feito de duas crenças interrelacionadas – de que “o tempo está do nosso lado”, e de que “somos nós que fazemos acontecer”. As duas crenças vivem juntas e morrem juntas – e continuarão a viver enquanto o poder de fazer com que as coisas aconteçam encontrar sua corroboração diária nos feitos das pessoas que as professam.<sup>8</sup>

Essa corroboração diária a que Bauman se refere é percebida em Sobral na tentativa de superação de empecilhos para a concretização do progresso. Mas que empecilhos seriam esses que justificavam os esforços em pleitear investimentos em busca do progresso? A continuidade da justificativa do “Projeto das Redes de distribuição de energia elétrica” esclarece o porquê de tais esforços. A questão era a *localização da usina*:

A localização da usina ante a área da cidade a ser servida pela rede não é das mais privilegiadas e se levarmos em conta o centro de gravidade de carga muito deixa a desejar, embora possamos declarar que não é fator primordial, entre limites, a localização da usina em relação a cidade e ao centro de carga, muito embora certa economia possa ser obtida em face a uma localização conveniente, diminuindo o número de transformadores e a perda em transmissão (vide planta geral).<sup>9</sup>

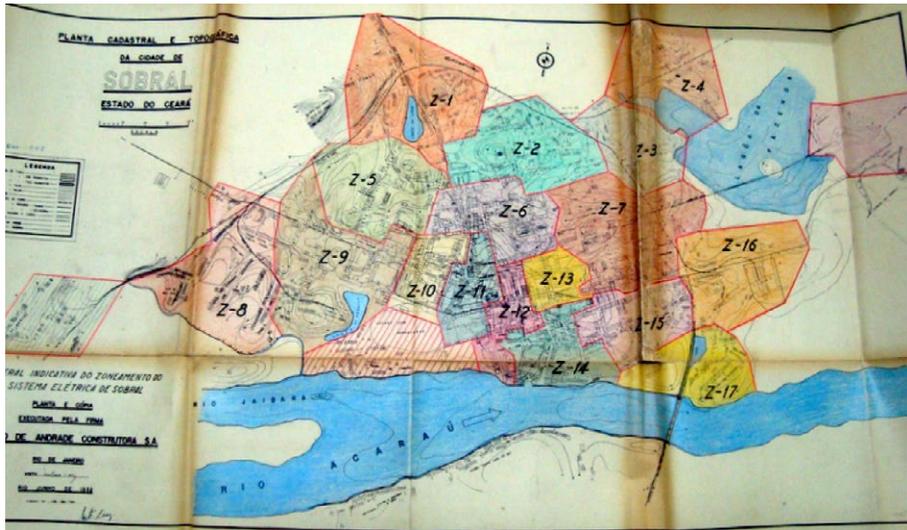
Segundo a argumentação da empresa responsável pela obra, mesmo não sendo o fator primordial, uma localização privilegiada possibilitaria uma maior economia e uma maior potencialidade técnica. Entretanto, como já foi abordado neste texto, a proposta de ser efetivada a distribuição a partir da Fábrica de Tecni-

8 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. [Tradução de Plínio Dentzien.] Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 166.

9 Projeto das redes primária e secundária de distribuição de energia elétrica da cidade de Sobral, p. 7.

dos foi vitoriosa. As questões técnicas apresentadas ficam claras na Planta Geral, também disponível na documentação.

**Figura 1** – Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral



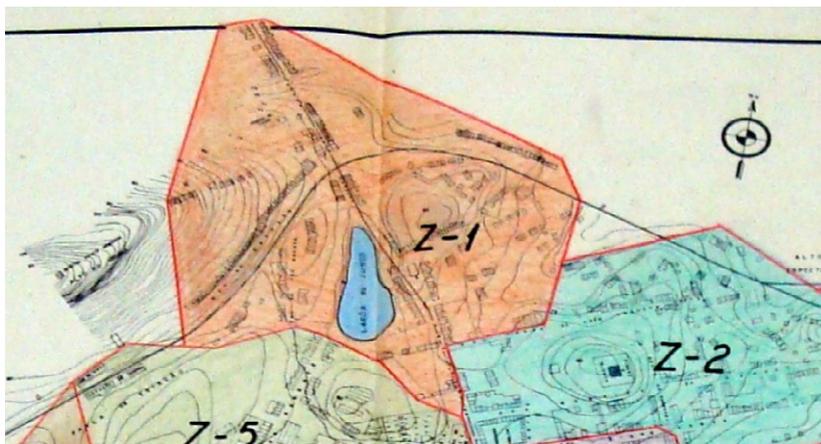
Fonte: NEDHIS, 2017.

Reitera-se que uma planta como essa acima e as demais que se apresentarão neste texto são compreendidas, antes de tudo, como uma perspectiva de *representação do real*. Ou seja, ela é produzida a partir de um processo que envolve objetivos, escolhas, seletividades. É como cita Pesavento: “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”.<sup>10</sup>

A partir da consciência desse processo de seleção, observa-se que Sobral foi subdividida em dezessete zonas para o processo de eletrificação, deixando zonas sem acesso ao “progresso” tantas vezes proclamado. Estas zonas, com início de contagem da parte superior da planta, findando-se na extremidade direita inferior, correspondem basicamente ao que hoje é o Centro de Sobral. Que Sobral era essa de 1952? Ou melhor, será que a Sobral escolhida para ser eletrificada era apenas o fragmento hoje considerado como centro da cidade? Que “cidade progressista” era a defendida pelo plano de eletrificação? Utilizam-se agora destaques da planta para sustentar as próximas problematizações.

10 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 40.

**Figura 2** – Destaque 1 da Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral



Fonte: NEDHIS, 2017.

**Figura 3** – Destaque 2 da Planta Geral indicativa do Zoneamento do Sistema Elétrico de Sobral



Fonte: NEDHIS, 2017.

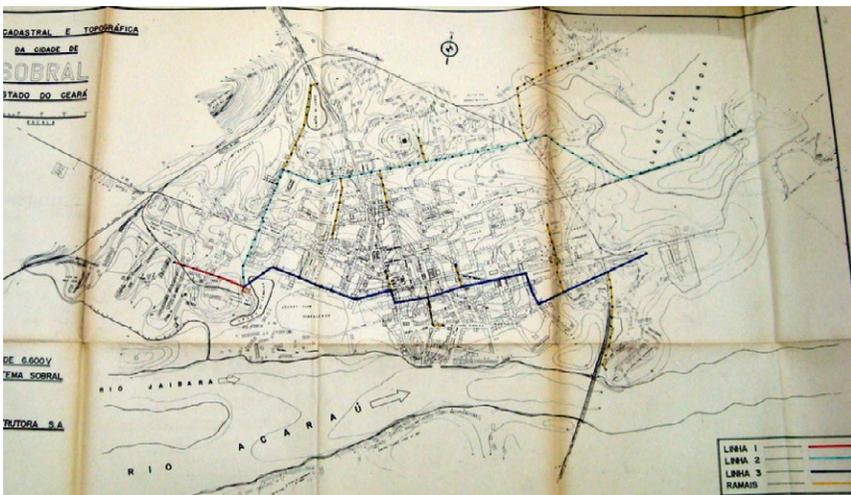
A partir das duas partes destacadas da Planta, é perceptível que a “Sobral Progressista” era uma cidade excludente. O progresso e a modernidade não eram conceitos para todos. No destaque 1, apesar de o “Alto do Cristo”, importante bairro da cidade, estar próximo das Zonas 1 e 5, ele não é completamente contemplado pela oferta de energia elétrica. O projeto excluía grande parte do interior do bairro, sendo beneficiadas apenas construções periféricas, próximas ao Centro da Cidade.

No destaque 2, apesar da grande quantidade de construções que margeavam o lado direito do Rio Acaraú, compondo o que hoje é nomeado como Bairro Dom Expedito, não há nenhum sinal de proposta de extensão do zoneamento de energia. Talvez mais contraditório que esses dois exemplos seja o exemplo do território correspondente hoje ao Bairro do Tamarindo e parte do Centro da Cidade.

O território a que me refiro, no centro da imagem do “destaque 2”, fica atrás da “Lagoa da Fábrica”, ou seja, bem próximo à usina responsável pela produção de energia. É uma área hachurada, abaixo das zonas 9, 10 e 11 e ao lado da 12. É notável, a partir da leitura atenta da planta e sua representação acerca do mapa de Sobral da época, que havia uma grande quantidade de construções próximas à margem esquerda do Rio Acaraú, que não contavam no projeto com o acesso ao sonho progressista de acesso à energia elétrica.

Não há justificativas técnicas apresentadas na obra para esse processo de exclusão. Aparentemente, a questão econômico/social era essencial para definir os rumos do progresso e da modernização na cidade. Sobral seria modernizada, mas em uma perspectiva que agradaria parcelas da sociedade em detrimento de outras. O “povo”, usado como recurso retórico em muitos dos textos do *Correio da Semana* em busca da defesa, poderia ser excluído como desejassem os realizadores da eletrificação da cidade. A elite, principalmente a católica, seria contemplada. Percebe-se essa possibilidade de privilégio ao ser analisada a planta da rede de 6.600 V e os respectivos postes a serem instalados.

**Figura 4** – Planta Indicativa da Rede de 6.600V e Posteação de Alta do Sistema Sobral – 1952



Fonte: NEDHIS, 2017.

Havia três linhas segundo o projeto. A Linha 1, em vermelho, ligaria a Usina até as proximidades da Santa Casa; a Linha 3, em azul escuro, partia da Usina até as proximidades da Companhia Industrial de Algodão e Óleo – CIDAO; e, mais interessante para nossas análises, a Linha 2, em azul claro, partia do mesmo ponto, cortava a cidade pelas proximidades do Patrocínio e do Mercado Público, pela atual Rua Cel. Diogo Gomes, e ia, já fora de uma área urbana, até o Seminário Diocesano, atravessando assim a Lagoa da Fazenda.

Ora, assim sendo, mesmo não sendo parte de nenhuma Zona de Distribuição, o Seminário teria a rede de energia ofertada. A distância e o esforço logístico para realizar tal empreitada é incomparavelmente mais complexo do que os esforços que seriam necessários para levar a energia as casas do próprio centro que foram excluídas ou até mesmo as casas da margem direita do Rio Acaraú, atual bairro Dom Expedito.

Ou seja, a Igreja Católica, uma das maiores apoiadoras do processo de modernização da cidade, aliada à perspectiva de progresso, receberia, em uma propriedade sua, em uma área distante da cidade, a energia elétrica, enquanto o “povo”, usado pelos intelectuais que realizavam as *práticas letradas* nos jornais como elemento retórico, tinha a eles negligenciado este grande agente modernizador.

Tal esforço para a Igreja era facilmente justificável. O Seminário São José era considerado uma das grandes realizações do Bispo Dom José Tupinambá da Frota na cidade. É explícita essa atenção a partir de uma edição comemorativa do *Correio da Semana*, em 1951. Nele, dois textos são publicados em apologia a tal obra, então distante da zona urbana da cidade. O primeiro, faz uma narrativa histórica, com o título a “Fundação do Seminário”, associando sempre a figura do Bispo às benfeitorias da cidade. O segundo texto nos interessa mais. Tendo como título “O Prédio do Seminário”, versa sobre a utilização do prédio, desde maio de 1925, quando a sede da formação de novos padres foi transferida do antigo Palácio Episcopal (hoje onde funciona o Colégio Sant’Ana),

[...] para o aprazível bairro que, de então, passou a chamar-se <<Betânia>>. Modesta casa de campo que ali existia primitivamente foi transformada em edifício capaz de modo satisfatório ao novo estabelecimento. Concluídos os primeiros trabalhos de construção, efetuou-se, aos 19 de março de 1928, a benção do prédio pelo então Pe. Olavo Passos, com a presença do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano.  
[...]

Prédio imenso, confortável, com luz própria e água encanada, vastos salões e salas bem equipados, em acordo com os requisitos da pedagogia e da higiene, parque de esportes (em construção), próprio para todos os jogos e exercícios físicos: eis o ponto a que notáveis melhoramentos trouxeram o Seminário de Sobral, graças à operosidade do Exmo e Revmo. Sr. Bispo Diocesano e de seus auxiliares na Direção da Casa e à generosidade dos seus Benfeitores.<sup>11</sup>

O prédio era tão relevante e grande que tornava, a partir de então, possível a concretização daquela área em bairro. Trazia consigo benfeitorias próprias devido à relevância da obra. Além do grande espaço interno e da água encanada, já tinha, em 1951, “luz própria”. Imagino que era um fornecimento de energia ainda advindo da antiga rede, existente desde 1926 na cidade, mas demonstra a relevância e poderio político ligado à Igreja Católica naquele contexto.

É importante ressaltar que a monumentalidade da obra, que durante anos também abrigou o Ginásio Sobralense, hoje ainda é notável e relevante, pois é o prédio que abriga a sede da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Na mesma matéria, há a publicação de uma imagem aérea do Seminário. Reproduzir-se-á a seguir:

**Figura 5** – Vista aérea do prédio do Seminário Diocesano



**Fonte:** *Correio da Semana*. Sobral-CE, 17 de fevereiro de 1951, p. 1.

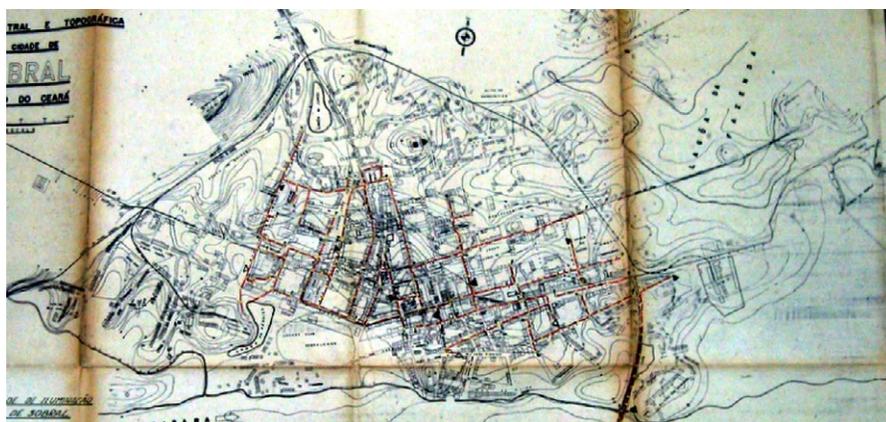
A Lagoa da fazenda, no canto esquerdo da imagem, estendia-se por uma maior área devido ao não aterramento e aos direcionamentos das redes de esgoto ocorridos nas décadas seguintes. Não é possível identificar casas próximas ao Seminário nem consequente urbanização, mas seu prédio, de fato,

<sup>11</sup> *Correio da Semana*. Sobral-CE, 17 de fevereiro de 1951, p. 1.

já era de dimensões gigantescas na paisagem destacada. A justificativa para a rede elétrica ir até esta área da cidade se dava exclusivamente pela existência do Seminário, ou seja, da influência da Igreja Católica.

Desta forma, são perceptíveis as seletividades da implementação de uma perspectiva progressista em Sobral nesse contexto a partir do projeto do plano de iluminação pública. Vale destacar que a energia elétrica seria levada a quase toda área urbana, com exclusões e seletividades. Entretanto, a iluminação pública que seria ofertada nas ruas da cidade seria mais seleta ainda. Isso é notável na planta a seguir:

**Figura 6** – Planta Geral indicativa da Rede de Iluminação Pública do Sistema Elétrico de Sobral – 1952



Fonte: NEDHIS, 2017.

As linhas em destaque na imagem representam as ruas que gozariam de iluminação pública na cidade. A extensão partia do entorno da fábrica, expandindo-se por ruas e avenidas centrais, por logradouros considerados nobres. O privilégio a certas áreas da cidade existia em detrimento de outras. As vias próximas ao rio Acaraú e paralelas à linha férrea foram negligenciadas.

Áreas próximas ao Mercado Público Municipal, às Igrejas de Nossa Senhora do Patrocínio e da atual Igreja de São Francisco ou a Rua da Vitória, atual Avenida Dom José Tupinambá da Frota, eram contempladas pela iluminação pública.

É notável que, apesar de haver privilégios, áreas consideradas como importantes ou nobres da cidade não tiveram a previsão de iluminação pública. Destaca-se a Santa Casa de Misericórdia, que tinham ainda poucas casas em suas imediações, e principalmente a área próxima à Catedral de Nossa Senhora da Conceição, que também engloba as proximidades da Câmara Municipal.



de fato, também o tempo do capitalismo pesado – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela *mutualidade de sua dependência*”.<sup>12</sup>

Só é identificada, mediante jornais, a efetiva concretização da rede elétrica com a cobrança de novas taxas para o fornecimento do serviço em 1953, em nota publicada pela então CIA. INDUSTRIAL LUZ E FORÇA DE SOBRAL.<sup>13</sup>

Destaca-se que essa possibilidade de futuro só foi possível com a união de alguns setores da sociedade sobralense. O que mais inquieta, certamente, é a mobilização da Igreja em prol da alternativa junto à Fábrica de Tecidos, possibilitando, evidentemente, lucros a esta. É uma união por uma perspectiva de progresso e futuro aparentemente improvável nos anos anteriores, quando as batalhas das *práticas letradas* opunham os dois grupos, liderados pelo Dr. José Saboya de Albuquerque (até 1950) e por Dom José Tupinambá da Frota (até 1959).

---

12 BAUMAN, Zygmunt. *Op. cit.*, p. 182.

13 *Correio da Semana*. Sobral-CE, 30 de setembro de 1953.



# Imagens no espelho: mulher depravada e mulher ideal em Ipu-CE no início do século XX<sup>1</sup>

Antonio Vitorino Farias Filho<sup>2</sup>

## Introdução

É somente no início do século XX, mais ainda na década de 1920, na cidade de Ipu, que a prostituta e a prostituição aparecem explicitamente nas fontes. Antes disso, quase não se encontra registros que deem conta da “marafona”. Esta não encontrava espaço nas discussões, nas imagens de revistas e nos artigos de jornais. A sua presença mais constante nos espaços públicos, naquele momento, começou a incomodar parte da população da pacata *Terra de Iracema*. Ela foi tematizada pelos homens abastados e ligados ao poder local, que logo passaram a usar a força policial, sob seu comando, para controlá-la.<sup>3</sup>

No entanto, a prostituta e a prostituição sempre aparecem nos registros de forma negativa, como algo a ser banido do espaço público. São sempre entendidas como os outros de uma cidade moderna. A mulher de “vida fácil” é visualizada como uma figura que “depõe contra os nossos valores de foros de civilizados”.

É preciso esclarecer: no início do século XX, tomou conta de parte da população de Ipu, sobretudo das classes privilegiadas, ligadas ao poder, o desejo

---

1 Este artigo é parte da discussão feita no quinto capítulo da minha tese de doutorado em História, defendida pela Universidade Federal de Pernambuco em 2013.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: vitorinofilhoipu@yahoo.com.br

3 Para mais detalhes sobre essa discussão, ver: FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. Duas faces: a prostituta e a mulher ideal no início do século XX – o caso de Ipu. In: FARIAS FILHO, Antonio Vitorino e BARROS, Antonio Iramar Miranda (Orgs.). *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. Sobral-CE: Sertão Cult, 2015, (v. 2).

de viver a modernidade. Logo, passaram a defender uma série de intervenções nos espaços da cidade e nos costumes da população com o objetivo de revelar uma dada imagem de urbe desejada.<sup>4</sup> O combate à prostituição, no espaço público, é alvo de ataques precisamente porque, segundo o discurso construído, era uma prática que manchava a imagem de cidade buscada. Como consequência do controle, as práticas de compra e venda do corpo se deslocam do espaço público para o espaço privado. Surge, desse processo, o mais famoso cabaré erguido em Ipu, no hoje bairro da Caixa D'água, na época praticamente desabitado, longe da área central do município. No espaço privado, distante do centro da cidade e dos olhos arregalados das famílias “mais destacadas”, “ilustres”, das senhoras e senhoritas de “família”, a prostituição é sancionada. O cabaré, embora vigiado, não é mais objeto de controle direto, e a prática da prostituição revela, para aqueles homens e mulheres incomodados, uma dada função social, por isso mesmo, agora buscada.

Diante do exposto, duas questões aparecem para nossa discussão: em primeiro lugar, é a visibilidade da prostituta e a ânsia de fundar uma cidade moderna que leva à elaboração de uma imagem de mulher ideal, o próprio contraponto à mulher depravada. Em segundo lugar, embora a prostituição seja alvo de controle, apresenta-se como desejada pelas mesmas pessoas que a condenam. Paradoxo?

## **A prostituta como alteridade: contraponto do modelo de mulher**

É em parte a figura da prostituta, que circula pelas ruas e pelo controle se estabelece em um cabaré, que dá visibilidade a mulher no início do século XX em Ipu. Não que o seu papel tenha se reforçado, mas, da mesma forma que se procedeu a uma vigilância em relação à prostituta, a mulher, sobretudo aquelas da chamada “melhor sociedade” ou da “boa sociedade”, em seu comportamento, também passou a ser “vigiada”, ainda que de uma forma mais sutil. E, ao contrário do que se possa pensar, essa vigilância não partia unicamente do homem, mas também das próprias mulheres.

A prostituta aparecia como alteridade. As “mulheres respeitadas” não queriam e não podiam ser confundidas com ela. Daí o corolário de que se buscou reformar as condutas sociais dos homens e das mulheres. Longe de se “liber-

<sup>4</sup> Sobre isso, ver: FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *Cidade e modernidade. Ipu-Ce. Verso e reverso de uma cidade nas primeiras décadas do século XX*. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

tar” de suas funções tradicionais, embora a mulher agora fosse vista em bailes, circulando pelas ruas e organizando associações filantrópicas e de ajuda mútua, os seus papéis de mãe e esposa foram reforçados.

Isso revela uma contradição latente: o desejo por viver em uma cidade moderna não foi capaz de destruir valores morais arraigados, sobretudo aqueles ligados à família e à religiosidade. Modernidade e moralidade, incompatíveis ao que parece, em outras sociedades em transformação no mesmo período, mostram-se, em Ipu, faces de uma mesma moeda. Se, em muitos lugares, a prostituição é pensada como parte da introdução de novos hábitos advindos com o progresso e a modernidade, tornada uma mercadoria fetichizada e uma figura capaz de ensinar aos homens os códigos de conduta ligados aos valores civilizados, que sopravam da Europa,<sup>5</sup> em Ipu, a prostituta e a prostituição se configuram como imagens invertidas da busca por uma urbe moderna.

Não se abre mão dos papéis tradicionais da família, e a prostituta, face de uma cidade condenada, nunca pensada como resultado do crescimento econômico e das transformações que se operavam, só é aceita na medida em que permite reforçar condutas sociais e morais, neste caso, ligados à mulher-modelo a ser seguida.

A Igreja católica teve destacado papel neste processo. Em seu trabalho, Antonio Iramar Miranda Barros pesquisou os cursos católicos organizados pela Igreja no início do século XX, que envolvia a sociedade local na formação, sobretudo, da mulher ideal para o casamento, e como um contraponto à meretriz. Pelo menos dois cursos eram ministrados: um era exclusivo para as jovens que estavam prestes a se casar, com o objetivo de formar as futuras esposas; e outro era direcionado ao casal quando ainda eram noivos. Este último era uma espécie de reunião pré-nupcial chamado de “banhos”. Direcionado também ao futuro pai, versava sobre os papéis sociais da esposa e do marido, do futuro pai e da futura mãe.<sup>6</sup>

Um dos manuais usados em tais cursos era o livro de Madame Permond,<sup>7</sup> de onde se extraíam ensinamentos fundamentais, intitulado *Conselhos D’uma*

---

5 Ver, sobre isso, RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, e NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

6 BARROS, Antonio Iramar Miranda. *Ipu nos trilhos do meretrício: intelectualidade e controle numa sociedade em formação (1894-1930)*. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.

7 Um dos exemplares do livro encontrado por Antonio Iramar Miranda Barros pertencia à dona Valdez Soares, já falecida, “que dedicou sua vida às práticas religiosas, sendo catequista missionária da Igreja Católica de Ipu”. De família tradicional, dera seguimento a uma prática familiar. O livro estava

*Mãe as Suas Filhas*.<sup>8</sup> É um pequeno, porém denso, livro escrito em forma de cartas endereçadas às filhas da autora, aconselhando-as sobre os comportamentos sociais da boa jovem, mulher e mãe e, em menor escala, sobre o papel dos futuros maridos. As cartas criam um perfil de mulher ideal e dos modos de agir que ela deveria seguir para ser aceita na sociedade, ser amada por seu marido e manter o lar em harmonia, sempre sob a égide da teologia cristã.

Podemos perguntar: por que a Igreja adotou esse manual para os seus cursos de formação do caráter da mulher? Em primeiro lugar, penso, porque estava de acordo com os preceitos defendidos por aquela instituição da época, que adotava um modelo de mulher que espelhasse as virtudes cristãs, da boa esposa, boa mãe, de mulher recatada, obediente e submissa ao marido. Para ela, a célula da família era a esposa-mãe e competia-lhe o sucesso do casamento. Recaíam sempre sobre a figura feminina as responsabilidades do casamento desfeito.

Nesse sentido, era tarefa da Igreja ensinar às jovens, às futuras esposas, os papéis sociais da mulher e a sua importância para manter a ordem familiar. Coube a ela a organização de associações religiosas e filantrópicas, lideradas pelas senhoras “mais destacadas” da sociedade local, que recebiam lições com o padre e depois as repassavam a outras mulheres. Um dos cursos, denominado de “banhos”, era endereçado às mulheres da cidade, e não apenas às mais destacadas, ensinando-lhes a proceder em casa e em suas relações com o futuro marido. Para obter o sacramento matrimonial, era necessário frequentá-lo. Os *Conselhos* serviam, portanto, aos seus objetivos.

O ideal de mulher defendido pela Igreja era o esperado das moças não apenas oriundas das classes mais privilegiadas, mas de todas as classes sociais. Deveriam seguir o caminho do matrimônio. Este só seria confirmado após a participação da mulher nos cursos oferecidos pela Igreja, ministrados não diretamente pelo padre local, mas por senhoras originárias das famílias “mais destacadas” da sociedade, criteriosamente selecionadas. Elas eram, primeiro, formadas, isto é, recebiam lições com o pároco local e, só em seguida, quando estivessem prontas, passavam para “instrução”.

Já dissemos que os trabalhos filantrópicos oferecidos pela Igreja eram buscados e incentivados na família como algo enobrecedor. Portanto, muito concorridos. Uma das qualidades encontradas na boa esposa e mãe, segundo

---

dentro de um maço de papéis, junto com outros documentos religiosos. Datilografados, estes papéis reuniam transcrições do livro de MME. Permond, e fazia parte do material de um dos cursos de formação para o casamento, ministrados por senhoras ligadas à Igreja Católica, na década de 1920. *Idem*, p. 101.

8 MME. PERMOND. *Conselhos d'uma mãe as suas filhas*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, 1923.

Madame Permond, era, por exemplo, “a caridade para com os infelizes”, título de uma de suas cartas.

Até que ponto os conselhos dados às mulheres e aos casais eram, de fato, seguidos? O modelo de mulher-mãe defendido pela Igreja foi o que prevaleceu entre, por exemplo, as famílias privilegiadas? Os cursos de formação de caráter obtiveram êxito? Tais perguntas, por mais que nos esforcemos para respondê-las, ficariam sem respostas satisfatórias. Mesmo as respostas, ainda que baseadas em extensa documentação, sempre estariam incompletas pelo simples fato de que as indagações foram mal formuladas. Mais importante do que responder se o modelo de mulher ideal prevaleceu é analisar qual modelo normativo era buscado. Qual era a imagem desejada da mulher?

Para responder a isso, o livro de madame Permond é um documento riquíssimo. Na impossibilidade de acesso a outras fontes, os seus *Conselhos* se configuram como indícios de que a sociedade ipuense, ou parte dela, lutou por estabelecer um padrão feminino desejado como um contraponto da mulher do desejo, a prostituta. Distanciar-se desse ideal colocava o risco para a mulher de ser confundida com a sua imagem invertida, aquela construída sobre a meretriz.

Por que tamanha preocupação, naquele momento, por parte da Igreja e da sociedade, com a formação do caráter da mulher? A organização dos cursos católicos voltados para reforçar os tradicionais papéis da mulher ipuense é um forte indício de que a prostituição e a assiduidade ao meretrício, até mesmo por homens casados e “de famílias respeitáveis”, era um problema a ser enfrentado. Pairava, sem dúvida, sobre a sociedade, o medo latente pelo desvirtuamento da “verdadeira mulher ipuense”, sempre entendida como a célula da família.

Tendo por base os Conselhos de Madame Permond, adotados como parâmetros pela Igreja e pela sociedade, vejamos como se constrói a imagem da mulher ideal.

O livro de conselhos é composto por vinte cartas. São endereçadas às filhas da autora e versam sobre a forma como elas deveriam proceder como meninas, esposas e mães. Seus conselhos são caracterizados por ela como *instrução* sobre os deveres e obrigações da figura feminina para com a sociedade, no decorrer de suas vidas, primeiro enquanto menina, depois como esposa e, em seguida, como mãe. Agindo segundo as obrigações e deveres que lhes são imputados, a mulher contribuiria para manter a harmonia que deve reinar na sociedade e no lar: “Usando a mãe de prudencia, nenhum risco ocorrerá a innocencia da sua filha

quando instruir sobre as obrigações para com o marido e na conducta que deve seguir, no intuito de evitar perigos, que podem perturbar a sociedade”<sup>9</sup>

Para Madame Permond, é obrigação da mãe o zelo pela educação e instrução das suas filhas, desde tenra idade, preparando-as para assumir os seus deveres e papéis sociais. Que papéis são esses? Em primeiro lugar, a mulher é aquela que exerce as funções de boa esposa e boa mãe. No primeiro caso, ela deve se anular enquanto mulher, dotada de vontades e sentimentos, em nome da satisfação do marido, da felicidade da família e da harmonia que deve reinar no lar. “Uma senhora joven sómente deve procurar agradar ao seu marido, pondo a máxima cautela nas conversas com pessoas novas”. As amizades devem ser bem selecionadas e seus laços só devem ser estabelecidos quando se souber, após longo estudo, que a pessoa é detentora de estima e virtudes sociais. A mulher que assim proceder “o seu marido a amará e estimará muito mais”<sup>10</sup>

Tudo deve ser feito para agradar ao marido, ainda que isso seja, inicialmente, contra a vontade da esposa. Uma das atitudes que é objeto de censura na mulher é a falta de atenção que possa dispensar ao seu esposo. Nada mais contribui para isso do que as más amizades.

Nada ha mais digno de censura do que essas mulheres amaveis e provocadoras que nos salões mundanos esquecem as atenções que devem prestar aos seus maridos, prestando-as somente aos rapazes novos. Si soubessem os juízos que d’ellas se forma, ficariam completamente desiludidas.<sup>11</sup>

Quando solteira, o perigo de se agir desta forma contribui para deformar a sua moral e para que nenhum rapaz respeitável a queira como esposa. “Ha quem sinta prazer de as envaidecer com lisonjas e galanteios; mas a verdade é que os proprios que as adulam não as escolheriam nunca para companheiras da vida”<sup>12</sup> A mulher deve renunciar a todos os prazeres do mundo e se dedicar de corpo e alma ao amor do marido e dos filhos. “É preciso deixar para ultimo lugar os prazeres do mundo e consagrar-se antes de tudo ao amor do seu marido e dos seus filhos”<sup>13</sup>

O lar, para “as senhoras da melhor sociedade”, mas também para as menos favorecidas, deve ser sagrado. Dele devem-se afastar todas as pessoas cujos atos são indignos.

9 *Id. Ibidem*, p. XV.

10 *Id. Ibidem*, p. 17.

11 *Id. Ibidem*, p. 17.

12 *Id. Ibidem*, p. 17-18.

13 *Id. Ibidem*, p. 19.

É certo que muitas mulheres, que teríamos dificuldades de receber em nossa casa, nem todas terão praticados actos menos dignos; mas a sua leviandade obriga-no a afastal-as, e com razão, ainda que não fosse sinão pelo respeito severo que devemos a nós e á nossa casa.<sup>14</sup>

A mulher que nasceu para o lar e para o casamento, contraindo o matrimônio, “contraí obrigações maiores”. A sua vida é viver para o marido e para os filhos. “O seu dever consistirá em tornar o marido e os filhos e sobretudo manter no lar a sua influência moral e religiosa”.<sup>15</sup>

Como um sacerdote que renuncia à sua existência para seguir a sua missão, dada por Deus, a esposa tem como santuário a sua casa. “Desde que toma sobre si a direcção da familia, ella é como que sacerdotiza do lar”. Deve, pois, como “cura d’almas”, seguir a sua vocação.

A familia é, com effeito, uma pequena parochia de que terá de dar contas um dia, e, á semelhança do parochio, deve possuir a abnegação e o espirito de sacrificio, sendo unico fim das suas acções o bem material e espiritual d’aquelles que lhe foram confiados.<sup>16</sup>

Mas o sacrificio não é sem recompensa. Os deveres impostos pelo matrimonio, quando seguidos à risca, conferem à mulher “tambem graças e a primeira de todas é a possibilidade de se apoderar do coração do marido”.<sup>17</sup>

Ela “conseguirá o seu desejo” se seguir as suas obrigações. O primeiro deles é que deve, para o marido, “tornar-se bôa e affavel”. Dedicando-se a ele, conseguirá a harmonia familiar esperada por Deus. Segundo os desígnios divinos, coube-lhe o papel de dedicar-se à família e jamais fugir dele, sob castigo de ver a sociedade desintegrar-se e a moral definhar. Desta forma, “uma mulher desde que se casa, jamais deve pensar em si e deve submeter-se a vontade do seu marido”.<sup>18</sup>

A felicidade ou desgraça sua, de seu marido e dos filhos, só compete a ela. Seu papel será exercido bem se o fizer com amor e vontade: “Com amor e vontade conseguirá isso muito facilmente; mas é só pelo amor e pela ternura que conquistará o coração do marido; do contrário fará a desgraça dos dous”.<sup>19</sup>

14 *Id. Ibidem*, p. 19-20.

15 *Id. Ibidem*, p. 21.

16 *Id. Ibidem*, p. 22.

17 *Id. Ibidem*, p. 22.

18 *Id. Ibidem*, p. 25.

19 *Id. Ibidem*, p. 25.

O lar, a casa, é o espaço de sua dedicação. É nele, quando bem cuidado, com “ternura” e “amor”, que a esposa conquistará aos poucos o amor de seu companheiro.

Um homem só tomará afeição ao seu lar, demorando-se em casa com prazer, quando souber que a esposa o acolherá com palavras affectuosas e beijos ternos, mostrando-lhe as despesas que faz com elle, occupando-se do que o interessa e que, finalmente, só elle é o seu tudo. E nisso consiste a felicidade e o dever da mulher.<sup>20</sup>

Madame Permond adverte às suas filhas sobre o que acontece quando a esposa não se dedica a sua função. O resultado é a desgraça do lar e o abandono da mulher por seu cônjuge: “Si o homem não encontrar em casa a ternura da esposa, o entusiasmo affectuoso do seu coração ha de procurar lá fora esse amor, que lhe falta: esse calor caricioso que não encontra no lar”.<sup>21</sup>

Vê-se, a seguir, uma série de conselhos que as mulheres deverão perseguir para manter a harmonia do lar: “é preciso estudar [...] desde os primeiros dias do casamento, o character do vosso marido, comprehender bem a sua natureza e conhecer os seus gostos”;<sup>22</sup> “procurae advinhar as qualidades que ele desejaria encontrar na sua mulher e fazer todo o esforço para as adquirir”;<sup>23</sup> é preciso “exercer uma continua vigilancia sobre o vosso modo de proceder, logo desde os primeiros dias do casamento”; “ter boa vontade de conquistar o coração do vosso marido”; “esquecer tudo, para só d'elle vos lembrardes”;<sup>24</sup> nas adversidades é “á mulher que compete estudar os gostos e as tendencias do marido, para as abraçar ou modificar; porque a ella pertence o papel das concessões”.<sup>25</sup>

A mulher não pode esperar ou cobrar dos homens as concessões, pois

O marido raras vezes se curva ás exigencias da mulher, promovendo o seu desenvolvimento intellectual e moral. Não é esse o seu papel. O homem nasceu para mandar; a mulher para obedecer. O homem não é naturalmente propenso ás conversas.<sup>26</sup>

---

20 *Id. Ibidem*, p. 26.

21 *Id. Ibidem*, p. 27.

22 *Id. Ibidem*, p. 33.

23 *Id. Ibidem*, p. 33-34.

24 *Id. Ibidem*, p. 35.

25 *Id. Ibidem*, p. 37-38.

26 *Id. Ibidem*, p. 38.

Nesse jogo de papéis bem definidos, eram esperadas da figura feminina as concessões e as responsabilidades pela felicidade da família. Exercendo a sua função, não fazia mais do que sua obrigação no exercício de seus deveres. Por outro lado, seria condenada pela sociedade, caso o lar se desfizesse, por não ter cumprido a sua vocação de esposa que vive para o marido, e de mãe, responsável pela educação e moral dos filhos.

Aos papéis da “bôa esposa” e “bôa mãe”, acrescentam-se um terceiro. Este certamente muito agradou a Igreja e pode ter contribuído para que seus *conselhos* fossem dados às mulheres ipuenses: ela deveria, acima de tudo, ser “boa christan”, ter bondade no coração e ser caridosa, ajudando os mais necessitados. Não à toa que muitas das mulheres saídas dos círculos mais privilegiados buscaram exercer atividades organizadas pela Igreja local, “ajudando aos necessitados”.

Das condutas esperadas da mulher, qual devia ter maior peso? Qual devia ser a mais importante? Para Madame Permond, ela deve saber dividir bem as suas funções, não sendo necessário que “tome mais a peito o papel de mãe que de esposa”.<sup>27</sup> Seria muito perigosa a sua dedicação a apenas uma de suas obrigações.

Poucas mulheres sabem conservar o justo meio na afeição entre os deveres de esposa e mãe. Umas, inteiramente dedicadas ao marido, pouco se importam dos filhos, conferindo-lhes a mãos mercenárias; outras (este é o caso mais frequente), apenas têm filho, esquecem o marido e não querem saber de mais nada sinão o menino.<sup>28</sup>

Dentre as funções esperadas da mulher e ligadas aos afazeres domésticos, uma das mais importantes é dispor o lar de forma que seja sempre agradável ao marido, para mantê-lo junto a ela e para que não se sinta tentado a sair à noite. Ela, por suas atitudes, mas sem demonstrar, deveria impedir que o cônjuge frequentasse locais como bar, espaços mundanos, que busque bebidas, más companhias ou fique até tarde da noite na rua. Neste sentido, as esposas deviam sempre se mostrar “bôas e amáveis com vosso marido, porque é necessario que elle ache mais prazer em estar em casa, junto de vós, do que em qualquer lugar”. Para isso,

---

27 *Id. Ibidem*, p. 45.

28 *Id. Ibidem*, p. 45.

Trabalhae de dia, para estar junto d'elle todas as noites, não o deixando adquirir habito de sahir á noite sem companhia; porque as horas que o trabalho deixa livres, sobretudo as da noite, devem ser passadas entre ambos.<sup>29</sup>

A mulher deve, pois, proporcionar ao homem, no recanto do lar, “todos os encantos e attractivos”. Mantendo-o em casa, ele não adquire “o gosto dos clubs e dos cafés”, onde se encontram “amigos funestos, que lhe farão perder o habito de estar em casa”.<sup>30</sup> Se deixar isso acontecer, será culpada pelo desvio do companheiro, pois

quando o marido foge de casa, a culpa é quase sempre da mulher; porque si soubesse fazer-lhe as vontades, si quizesse ser amavel e carinhosa, elle não sairia de casa, não a deixaria sósinha; sendo, portanto, necessario que a esposa se lhe dedique inteiramente, para o conservar junto de si.<sup>31</sup>

Seguem-se, mais uma vez, uma série de conselhos de como manter o marido em casa e não permitir que saia do caminho correto. É essa mais uma das virtudes da esposa. O seu talento “consiste justamente em guiar o marido e mantel-o no recto caminho, sem elle dar por isso”.<sup>32</sup> Ela deve ser sempre a “sentinella vigilante da honra de seu lar”.<sup>33</sup>

Nos seus papéis de esposa e mãe, cabia-lhe zelar pela educação dos filhos, moldando o seu caráter. Sempre vigilante, deveria criar para eles, sobretudo na adolescência, ocupações desejáveis e estar sempre atenta às suas amizades. A educação das meninas deveria requerer maiores cuidados.

A regra geral relativamente ás filhas é tel-as sempre na vossa companhia, sendo possivel, deixando-as desenvolver com naturalidade a simplicidade, que são o grande encanto da juventude, ensinando-as a serem graciosas e amáveis.<sup>34</sup>

A educação da menina, voltada para reproduzir o comportamento da mulher, da jovem senhora, era uma preocupação sempre latente porque a honra

---

29 *Id. Ibidem*, p. 50.

30 *Id. Ibidem*, p. 51.

31 *Id. Ibidem*, p. 51.

32 *Id. Ibidem*, p. 58.

33 *Id. Ibidem*, p. 59.

34 *Id. Ibidem*, p. 116.

da família residia nela. Além da constante vigilância, necessário se fazia dotá-la de qualidades positivas.

Exige-se muito de uma senhora nova; porque é necessario que tenha qualidades oppostas entre si; energia e doçura; gravidade e encanto. E isso é difficil poder conseguil-o a mãe, de maneira a não descambar no exaggero. O que é preciso, é formar mulheres agradaveis e serias ao mesmo tempo, com uma educação christan perfeita, sem dar logar á mais leve critica. Isso leva muitos annos a conseguir e requer um estudo serio e uma grande vigilancia da parte da mãe.<sup>35</sup>

Dentro da divisão dos papéis sociais e sexuais, a esposa deveria saber, também, quais eram as funções do homem, para além das suas. É disso que tratam algumas cartas, como são os casos da CARTA XV (“deveres dos Paes para com os filhos”) e da CARTA XVI (“Deveres paternos”). No entanto, durante as suas “palestras”, Madame Permond, em várias passagens, deixa em suspense qual é a função central da figura masculina. Cabia-lhe, acima de tudo, prover materialmente a casa. O espaço público do trabalho é reservado ao homem enquanto que a esfera privada, do lar, é o campo de atuação da mulher. A sua missão é a casa, devendo ela compreender sua importância para manter a harmonia na sociedade. Se ao homem cabia o trabalho fora de casa, todas as demais funções eram deixadas às mulheres. Estas tinham, no entanto, que adotar uma forma de administrar os recursos materiais da melhor forma possível, não permitindo excessos. Cabia-lhe adotar um bom método de governar a economia doméstica, de forma a bem empregar os recursos trazidos pelo marido. É disso que trata a CARTA XVIII (“Methodo de governar a economia domestica”).

[...] Não seria por ventura muito honroso para a mulher empregar com ordem a economia o dinheiro que o marido lhe entrega e que talvez lhe tenha custado muito a ganhar?

É um dever de honra para Ella respeitar esse dinheiro, fructo do trabalho e beneficio da Providencia; porque nem todos conseguem ganha-lo. E seria um verdadeiro crime entregal-o á má administração das criadas ou gasta-lo em luxos exaggerados. Tratar do bom governo da casa com gosto e com interesse é uma das primeiras obrigações da mulher; e o dever, ainda que seja humilde, nunca avilta ninguem; mas até pelo contrario grangeia o respeito. O esquecimento do dever é que é uma causa miseravel e aviltante.<sup>36</sup>

35 *Id. Ibidem*, p. 117.

36 *Id. Ibidem*, p. 137-138.

Finalmente, a CARTA XX (“Conclusão”), a última, encerra as palestras, reforçando sobre as principais obrigações da mulher de “boa família”. Como mãe e esposa dedicada, “vive principalmente para cumprir a missão que lhe foi imposta, junto de seu marido e dos seus filhos”:

O mais bello elogio que se póde fazer da mulher, repito, é dizer que ella é uma mulher bôa e amável. Todas as outras qualidades; beleza, saber, intelligencia, não valem nada, comparadas com as precedentes; e, não as possuindo, não póde desempenhar o seu logar de esposa e da dona de casa.<sup>37</sup>

Portanto, seguindo os ensinamentos de Madame Permond, por um lado, os cursos católicos para a formação da mulher pareciam enfatizar as recompensas para a esposa-mãe, caso seguisse os seus desígnios, os papéis que dela eram esperados. Voltando-se para o casamento, a maternidade e a administração do lar, construiria uma sólida relação familiar, obtendo o amor do marido e o respeito dos filhos.

Por outro lado, igualmente, os cursos de formação da mulher pareciam dar ênfase às punições (talvez castigos) para a esposa-mãe quando se distanciasse de seus deveres. Contrariando sua natureza, a família se desfaria e a integridade física e moral do marido e dos filhos ficariam comprometidas.

Era esperado da mulher, pois, a realização de sua missão. Tinha ela um papel fundamental para a manutenção da família nuclear. Dócil e sempre amável com o marido, atenta, vigilante com a educação dos filhos, soberana na administração da casa, recaía sobre os seus ombros a moral e o caráter de todos aqueles que dependiam dela. Se, de um lado, ela deveria se isolar como pessoa frente ao marido, fazendo todos os seus gostos, de outro, a sociedade e a Igreja conferiam a ela uma enorme autoridade na esfera doméstica, o que quebrava, pelo menos neste espaço, a autoridade do marido-pai, que deveria se afastar das responsabilidades da administração da casa. Mais do que manter a ordem do lar, a casa era o local onde se formava o caráter e a moral, não apenas dos filhos, mas também do marido e os traços que definiriam o futuro de todos. Daí a grande responsabilidade moral que recaía sobre os ombros das esposas.

Esse ideal de mulher associado às imagens da figura feminina purificada, amável, dócil, quase dessexuada, com os entes queridos, dedicada e submissa e que vive em função da família, era o próprio contraponto da mulher sensual,

---

37 *Id. Ibidem*, p. 155.

sedutora, pecadora, que levava o homem à perdição e era a responsável pela dissolução de muitos casamentos.

A figura da prostituta, comum aos olhares nas primeiras décadas do século XX em Ipu, pode ter levado a uma atitude de maior preocupação, sempre latente entre as classes privilegiadas, com a conduta das mulheres, com a educação dos filhos, sobretudo, com a educação das meninas, às vezes representadas como frágeis e tentadas à perdição. Talvez não fosse exagero afirmar que, de fato, o ideal de mulher, buscado pela Igreja e parte da sociedade ipuense no limiar do século XX, fortaleceu-se ao mesmo tempo que a tentativa de controle da prostituição no município e o seu confinamento, longe dos espaços de circulação da “melhor sociedade”.

A exposição do corpo e a sua venda no espaço público, nas primeiras décadas do século, expunham o modelo invertido de mulher buscada pelas famílias preocupadas com a manutenção dos valores morais da família ipuense. Se, de um lado, a prostituição nas ruas, diante dos olhos da sociedade, era um perigo que colocava em risco a manutenção dos valores buscados, por outro, tais valores eram sempre defendidos como civilizados. O ipuense, desde seu nascedouro, trazia em seu ser, segundo as representações construídas, “foros de civilização e cultura”, tematizados com base na ideia de que o progresso e a modernidade já eram uma realidade.

Na cidade moderna buscada não havia espaço para a libertinagem da mulher-modelo, e a prostituta só era aceita quando apartada desta urbe, confinada em espaços próprios para a compra e venda do sexo.





**“Isso é atestado de seu progresso. Sí Sobral, Camocim e outras cidades sertanejas têm o seu jornal, porque não poderíamos ter?”<sup>1</sup> a elite escritora e o ideário de controle e modernidade em Ipu-CE (1900-1920)**

*Antonio Iramar Miranda Barros<sup>2</sup>*

*Alexandre Almeida Barbalho<sup>3</sup>*

Cidade, termo complexo, mais que um espaço geográfico caracterizado por uma concentração populacional, é local múltiplo de encontros e desencontros, espaço de memória e histórias. Uma cidade por si só não conta seu passado, mas os elementos que nela residem dão possibilidades para análises, leituras e releituras. Seja no material ou imaterial, as práticas cotidianas convidam para desvendar aquilo que está além do que é visto. Segundo Pesavento:

a cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia. [...] são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto.<sup>4</sup>

1 *Gazeta do Sertão*. (Redator: Leonardo Motta) Anno I, Num. 1. Ipu-CE, 06 de março de 1913, p. 01.

2 Doutorando em Sociologia PPGS – UECE. Professor efetivo da SEDUC-Ceará. E-mail: iramarmiranda@gmail.com.

3 Professor Adjunto do Curso de História da UECE e Professor Permanente dos PPGs em Sociologia e Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com.

4 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11 – 23, 2007, p. 14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>. Acesso: 06 jun. 2016.

Considerando que uma cidade comporta outras e juntas interligam sentimentos e sociabilidades, analisar a ideia de modernidade nas regiões interiores no início do século XX é lançar olhares à configuração do processo de modernização e urbanização das cidades, considerando o movimento da *Belle Époque* e conseqüentemente o desejo da implantação de jornais na cidade de Ipu. Apesar de a população letrada ser bastante reduzida, o ideário de produções escritas era sinônimo de progresso, desenvolvimento e inovação.

Como poderíamos justificar a união de um grupo de pessoas, consideradas da elite social, unir-se em um mesmo projeto de construção de identidade para uma cidade de interior do Estado do Ceará, ainda mais sendo pessoas de cidades diferentes, embora se aproximassem em suas formações acadêmicas, principalmente na área do Direito? As relações produzem as partes e o todo, entretanto, a realidade nem sempre condiz com a ideia do que formulamos sobre ela. Assim, dentro de uma perspectiva holística, analisaremos o pensamento de três sujeitos a partir dos grupos aos quais pertenciam: Abilio Martins, Herculano Rodrigues e Leonardo Mota.

Trabalharemos esses três autores devido terem sido precursores de um projeto de desenvolvimento da cidade, com vasta produção e grande influência junto a outros intelectuais tanto de suas cidades, quanto da capital do estado.

Abilio Martins nasceu na cidade do Ipu em 1883. Estudou no Seminário Diocesano de Fortaleza e no Liceu do Ceará, graduou-se em Direito no Rio de Janeiro<sup>5</sup>, embora tivesse frequentado por três anos o curso de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco<sup>6</sup>. Em ambas as cidades aflorava naquele período, início do século XX, uma visão de modernidade e progresso.. Essa influência não poderia deixar de ser desenvolvida e trabalhada na cidade de Ipu, quando de sua volta, pois a imitação de algo confere um padrão de identidade,<sup>7</sup> a defesa de um projeto que se interioriza a partir de suas relações. Assim, Abilio Martins, voltando a Ipu, encontra o ambiente propício para o desenvolvimento de sua veia literária, mas com ênfase à defesa de seu projeto de modernidade e progresso da desenvolvimentista cidade de Ipu, que se apresentava agora com ares de uma “Paris” a partir da chegada da estrada de ferro, em 1894, o que “contribuiu para integração de toda a, então, região Norte do Estado do Ceará e dinamizou

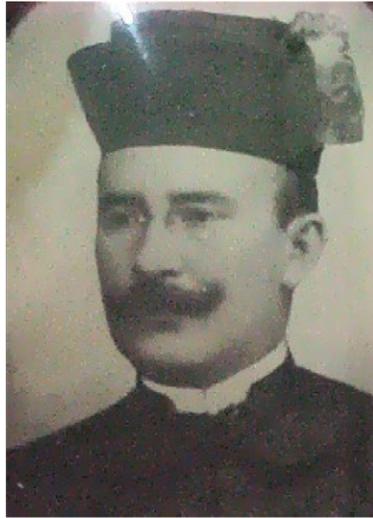
5 BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

6 REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) encantos Modernos*: Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Ed. UFPE, 2016.

7 MONZELLI, A. G. Imitação e diferença em Gabriel Tarde. *Revista Sem Aspas*, [S. l.], v. 5, p. 58–66, 2016. DOI: 10.29373/sas.v5i0.8740. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/8740>. Acesso: 18 jan. 2022.

as economias das localidades por onde passava. Camocim, Granja, Sobral e Ipu viveram momentos de mudanças nas primeiras décadas do século XX [...]”<sup>8</sup>

**Figura 1** – Abílio Martins



**Fonte:** Acervo de fotografias de Francisco de Assis Martins (Prof. Mello).

No final do século XIX e início do século XX, o território brasileiro vivenciava o que os historiadores intitularam de Primeira República (1889-1930). Nessa cronologia, a modernidade era apresentada como modelo desenvolvimentista, substituindo aos poucos os modelos tradicionalistas por modelos importados das nações europeias, especialmente da França.

Neste sentido, as transformações sofridas pela *Belle Époque* (*Bela Época*) foram sentidas a partir da reestruturação e embelezamento das cidades. As administrações municipais centralizaram a atenção no espírito desenvolvimentista e concretizaram ações que viabilizaram modernizar espaços, a exemplo do alargamento e ampliação de ruas e avenidas, praças, instituições de ensino, espaços de lazer, na qual o principal objetivo era dar uma visão de clima mais urbano na cidade. Além do que já foi citado, é válido salientar dois fatores que influenciaram ainda mais o desenvolvimento das cidades interioranas: *a instalação do transporte ferroviário e da energia elétrica*.

O grupo que se formava precisava quebrar o imaginário de que a cidade de Ipu era formada por homens atrasados, que resolviam tudo na lógica do baca-

8 FARIAS FILHO, Antônio Vitorino; SILVEIRA, Edvanir Maia da. O trem e a cidade: o discurso do progresso em Ipu (1890-1930). *Revista Homem, Espaço e Tempo*. Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. Ano II, número 1, março de 2008, p. 34. Disponível em: [http://www.uvanet.br/rhet/artigos\\_marco\\_2008/trem\\_cidade.pdf](http://www.uvanet.br/rhet/artigos_marco_2008/trem_cidade.pdf). Acesso: 17 jun. 2016.

mar<sup>9</sup> e transformá-la na adequação de Bezerra,<sup>10</sup> que profetizou em 1887 que a chegada de uma estrada de ferro a cidade de Ipu traria o desenvolvimento e o progresso para a região. Mas homens e mulheres são reflexo do tempo em que vivem. O grupo que se formava, no momento representado pelos três indivíduos – Abilio, Herculano e Leonardo –, tinha sofrido influências externas que contribuiriam para sua visão de modernização da cidade. Assim, como nos diz Lahire:

Numerosas práticas culturais individuais, e às vezes sua grande maioria, não estão ligadas a gostos mas a circunstâncias incitantes, a obrigações ou a imposições leves (por exemplo, práticas de acompanhamento) ou fortes (por exemplo, práticas escolares ou profissionais) de todo tipo, acaba-se por perguntar se os indivíduos em questão se definem mais por aquilo que eles julgam pertencer à esfera de seus gostos próprios, pessoais, ou pela infirmitade de suas práticas efetivas.<sup>11</sup>

Para Lahire, os gostos nem sempre estão condicionados às demarcações de classes, entretanto, no caso em análise, o que se defendia é que “aquele grupo” era unânime em seus propósitos, ocasionando o que a sociologia weberiana chamaria de ação social. Eles creditavam para si a condução dos destinos da cidade, ao menos na parte intelectual e progressista. Tanto que, de todos aqueles que faziam parte do grupo de “visionários”, muitos passaram a ocupar cargos públicos eletivos, como o próprio Abilio Martins, que assumiu a Prefeitura de Ipu em 1914 e posteriormente elegeu-se Deputado Estadual por duas legislaturas, falecendo, em 1923, como Chefe de Polícia do Estado do Ceará, cargo atualmente equivalente ao de Secretário de Segurança Pública.

Nesta mesma perspectiva se acha Herculano Rodrigues, também bacharel em Direito, mas formado no estado do Ceará, estado este que também vivenciava os processos de defesa da modernidade e progresso,<sup>12</sup> alimentado pelo sentimento que se espalhara pelas grandes capitais, a partir das revistas e jornais que chegavam diretamente da Europa e eram distribuídos nas capitais, consequentemente chegando aos interiores ligados pelas estradas de ferro.

Embora bacharel em Direito, nunca exerceu a profissão, dedicando-se ao comércio nas cidades que acreditava serem desenvolvidas. Isso trouxe Hercu-

9 MACEDO, Nertan, *O Bacamarte dos Mourões*. Fortaleza, 2ª Ed. Editora Instituto do Ceará, 1966.

10 MENESES, Antonio Bezerra de. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

11 LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Art Med: Porto Alegre, 2006 (*post-scriptum* – Indivíduo e Sociologia), p. 27.

12 PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*. Reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3ª Edição. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Typ. Econômica, 2001.

lano Rodrigues à cidade de Ipu, cidade que, segundo as notícias que chegavam à capital, tornara-se o elo entre a região dos Inhamuns, representado pela cidade de Crateús, e a serra da Ibiapaba, com a rodovia que ligaria a São Benedito e, conseqüentemente a Sobral e Camocim, esta última onde se achava o porto, de onde chegavam e se distribuíam gêneros alimentícios, peles de animais, mas também os jornais e revistas, nacionais e importadas da Europa.

Mas não fora o comércio que fizera Herculano Rodrigues se envolver socialmente, mas sim sua disposição em organizar o Almanaque Ipuense de 1901.<sup>13</sup> Com as dificuldades que teve em encontrar escritores da terra no momento, dos doze integrantes que escreveram suas crônicas, somente dois eram da cidade, sendo os demais distribuídos entre integrantes de Fortaleza, Sobral, Camocim e São Benedito, além de outras cidades. Ressalte-se que, nessa produção, José Affonso P. Moreno (ipuense), posteriormente a essa publicação, vai figurar na escrita de todos os outros jornais da região, assim como o próprio Herculano Rodrigues.

Assim, ainda nos embasando em Lahire:

a fronteira entre a legitimidade cultural (a alta cultura) e a ilegitimidade cultural (a subcultura, a simples diversão), não separa apenas as classes, mas também os indivíduos de uma mesma classe e as diferentes práticas e preferências culturais do mesmo indivíduo.<sup>14</sup>

Por mais que Herculano fosse um comerciante de destaque, era um *outsiders*,<sup>15</sup> o que o fez se aproximar da elite social, fora sua disposição de trabalhar pela terra, utilizando para isso uma defesa de progresso, apresentada por um almanaque. É válido salientar que os almanaques eram a grande moda nas grandes capitais e na Europa, principalmente Paris, e foram incorporados em solos brasileiros a partir das influências da *Belle Époque*, sendo referência referência nos discursos de defesa da modernidade na cidade de Ipu.

Não foi o que aconteceu com a chegada de Leonardo Mota, nascido em Pedra Branca, o qual assumiu inúmeras funções na sociedade cearense. Este já veio a Ipu indicado por seu irmão, pároco da cidade de Ipu (Pe. Dr. Aureliano Mota), com o cargo de promotor de justiça, já que havia se formado em Direito

13 *Almanak Ipuense*. Ipu:1901 (sem identificação de tipografia).

14 LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Art Med: Porto Alegre, 2006 (*post-scriptum* – Indivíduo e Sociologia), p. 28.

15 ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

pela Universidade do Ceará. Para ele, foi mais tranquila a convivência, assim como também a aproximação com a sociedade. Leonardo chegou à cidade de Ipu em 1912, ainda como acadêmico de Direito, vindo a concluir o curso somente em 1916. Entretanto, isso não o impediu que assumisse seu cargo como promotor de justiça. Pouco se conhece dele no exercício do cargo, mas sim como folclorista, poeta, teatrólogo, professor e proprietário de escola particular na cidade de Ipu.

**Figura 2** – Leonardo Mota



**Fonte:** Acervo de fotografias de Francisco de Assis Martins (Prof. Mello).

Já em sua chegada, junto a seu irmão padre e ao juiz de direito da cidade, Euzébio de Sousa, inovaram na educação e inauguraram o Colégio José de Alencar, com regime de internato, semi-internato e externato, com aulas para homens e mulheres, na sua grande maioria composta por filhos de coronéis, doutores, magistrados ou profissionais liberais. É válido salientar que a população que tinha acesso aos meios educacionais nesse período era advinda de classe alta, a elite via no maior grau de escolaridade, a possibilidade de assegurar os melhores espaços na hierarquia social, econômica, política, criando assim uma segregação das demais classes.

Já em sua primeira turma, o Colégio José de Alencar contava com 49 alunos e alunas, sendo 42 do sexo masculino e sete do sexo feminino. No ano

seguinte, em 1913, já com um bom número de profissionais liberais dispostos a enfrentar o processo de transformação e modernização da cidade, fundou o Jornal *Gazeta do Sertão*, que funcionou apenas neste mesmo ano. Incentivou a formação de um Gabinete de Leitura, bem como a construção de um palacete pra que a “melhor sociedade” pudesse desfrutar de saraus e festas, como também incentivou a construção de um cinema e um grupo de teatro.

Transitava por todos os setores da sociedade, e em seus escritos fica evidente que o projeto que defendia não era tão somente seu, mas do grupo. Portanto, todos deveriam se engajar no fortalecimento das ações, e cada objetivo alcançado era motivo de destaque nas páginas dos jornais das cidades vizinhas, que eram distribuídos e publicados todas as semanas.

Também não se distanciou das camadas sociais ditas inferiores, procurando extrair delas o que podia em termos culturais e registrando em seus alfarábios, que posteriormente foram transformados em livros, fazendo com que fosse reconhecido por toda a sociedade cearense, e não apenas a ipuense, como o maior folclorista da época. Depois de ser transferido da cidade de Ipu passando por alguns interiores, fora para a capital, passando a figurar como sócio fundador no Instituto do Ceará. Já naquele espaço, pôde se dedicar mais e mais à questão cultural, abandonando o cargo na promotoria e seguindo sua vida de pesquisador da cultura popular.

Leota, como gostava de ser chamado, faleceu em 1948, aos 56 anos, deixando uma lacuna na intelectualidade cearense, bem como nas sociedades às quais pertenceu. Em sua terra natal, Pedra Branca, teve seu nome eternizado na Biblioteca Municipal e um monumento na praça que também leva seu nome, em frente ao local onde anteriormente existiu a casa onde nascera. No dia 20 de fevereiro de 1952, por iniciativa do Instituto do Ceará, uma das ruas de Fortaleza também recebeu o nome de Leonardo Mota.

### **Perfil da elite ipuense, representado em três agentes sociais: análise das falas em escritos de jornais**

Vivemos numa sociedade na qual as relações sociais são fundamentais e organizadas por meio das distinções a partir da autoridade e do poder, que se apresenta a partir das estratificações que desse poder resultam. Então, pode-se ser igual entre os pares, mas não no conjunto de toda sociedade. Suas ações, crenças, defesas e conceitos de grupo os aproximam e os fazem sentir-se pertencentes ao meio, tendo consciência de si nesta mesma sociedade.

Mas, partindo do pressuposto de que, efetivamente, quem faz a sociedade ou dela compõe deve estar ligado a alguns signos, que constituem uma identidade social, o que falar de alguns grupos ou pessoas que se intitulam defensores da sociedade e que sociedade querem produzir, conscientemente? A sociedade, constituída por indivíduos reunidos, apresenta-se de diferentes maneiras, para diferentes grupos, de acordo com o rol o qual estão inseridos.

Neste trabalho, analisamos a sociedade ipuense no início do século XX a partir de três indivíduos que representam um grupo maior de pessoas, que assumiram para si os rumos e defesa da construção de uma sociedade moderna. Analisaremos alguns discursos e falas registradas no Jornal *Gazeta do Sertão*, o Almanaque Ipuense para o ano de 1901 e alguns escritos de Abílio Martins em diferentes jornais, seja em Ipu, Sobral ou Camocim, com o objetivo de tentar perceber como a elite intelectual ipuense do início do século XX pensava a cidade, antes e depois do projeto de modernização.

Onde os discursos de modernidade se encontram? Como se apresentam? Efetivamente, o que se concretizou desse projeto? As ações desenvolvidas refletem o que se entende por ser moderno? Apresentar um novo modelo de cidade e defender esse projeto faz disso uma cidade moderna e progressista?

Essas e outras questões tentaremos decifrar no decorrer da escrita, tendo como espaço e tempo a cidade de Ipu, palco de transformação das mentalidades a partir da chegada da estrada de ferro em 1894, período em que também se modificavam as estruturas sociais de grandes centros, como Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, entre outras, todos revestidos pelo pensamento de modernidade que se defendia na Europa. Não esquecendo que os agentes sociais que se proclamavam responsáveis pela introdução de novos valores na sociedade local também estavam integrados com outros grupos, cada um com sua perspectiva de sociedade, cada um com seus interesses; portanto, havia uma multiplicidade de visões sobre o futuro da cidade.

Ora, segundo Bertaux:

No interior do macrocosmo que constitui a sociedade global, os mundos sociais constituem, de algum modo, mesocosmos e cada um deles é formado por numerosos microcosmos [...] alguns desses microcosmos, por menos que se consiga identificar suas lógicas de ação, seus mecanismos sociais, seus processos de reprodução e de transformação, poderíamos ao menos apreender ao menos algumas das lógicas sociais do próprio microcosmo.<sup>16</sup>

---

16 BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal. RN: EDUFRN, 2010, p. 24.

Portanto, esses grupos da elite intelectual ipuense do início do século XX se achavam em confronto com interesses micros daqueles que não estavam inseridos no processo de aformoseamento e modernização da cidade, mas que iriam usufruir de alguma forma dos espaços que seriam produzidos, seja trabalhando em seus arredores, seja convivendo com aqueles que pertenciam à elite em suas casas, ou mesmo nos espaços públicos da rua, onde reverberava o desejo de transformação da sociedade, pois “o sociólogo traz em si uma interrogação sobre um fenômeno social que se estende a toda a sociedade estudada, ao conjunto do seu território”.<sup>17</sup>

Portanto, mesmo analisando a elite do início do século XX, não poderemos deixar de perceber que nas narrativas estudadas, nos pensamentos analisados e apresentados, muito do “povo comum” surgirá, sendo principalmente problemáticas do seu cotidiano, que se entrelaçarão nos desejos e projetos da elite, embora ela se ache a representante do macrocosmo da sociedade.

Essa sociedade cria seus laços nos quais vão criar novas formas de pensar, em que “é possível que o princípio de igualdade seja intrinsecamente inaplicável e que sua função consista simplesmente em permitir que um conjunto de procedimentos disciplinares atue sobre homens ‘iguais’, diferenciando-os politicamente”.<sup>18</sup> Mas como se daria essa atuação ou aproximação? Ora, na então região Norte do estado do Ceará, esses laços de davam principalmente pelos jornais, como já dito, onde os trilhos da estrada de ferro serviam como canal de distribuição. E toda ação que representasse uma aproximação entre aqueles que se apresentavam como iguais no propósito de evolução e progressividade da sociedade a qual estavam inseridos era bem-vinda e recebida com pompas e prestígio.

A compreensão do indivíduo parte do espaço em que ele está envolvido e as relações que eles mantêm. Assim, analisando a carta de Álvaro Ottoni, redator proprietário do jornal *A Cidade*, de Sobral, em que ele publica a satisfação pela forma como fora recebido em Ipu pela “melhor sociedade”, no faz crer mais ainda na forma de aproximação que estes intelectuais de diferentes cidades manifestavam.

[Chegando] a gare da estação, estava repleta de cidadãos de todas as matizes políticas, inclusive muitas senhoras que aguardavam a chegada do trem, em que vinha o extremo defensor da liberdade [...] Houve um banquete em casa do coronel José Liberato [...] à noite teve um magnífico *soirés* ao qual tomou parte quase toda

17 *Idem*, p. 43.

18 GOLDMAN, M. (1996). Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. *Revista De Antropologia*, 39(1), 83-109, p. 95.

família ipuense. Em um dos intervalos da dança recitaram ao piano os distintos jovens Abilio Martins, J. Liberato Filho [...] A meia noite foi servida lauis ao espocar do Champagne [...] O Revdm. Padre Máximo Feitosa levantou entusiastico brinde ao Dr Alvaro Ottoni pela correção impecável de seu proceder jornalista [...] dr. Álvaro Ottoni agradece eloquentemente esta vibrante saudação e coloca num quadro de ouro as celestes qualidades do estimável sacerdote [...]eram duas horas quando terminou levas de todos as mais vivas recordações.<sup>19</sup>

Abilio Martins ainda era um jovem rapaz de 18 anos, no momento cursando Medicina em Recife e em Ipu, já frequentando os espaços de sociabilidade que a cidade oferecia, com a melhor “escola social”. Ottoni era referência no fazer jornalístico regional, e a forma como fora recebido na cidade de Ipu nos apresenta a importância que esta nova elite pensante que surgia dava a esta questão. Ao banquete, também se fazia presente Herculano Rodrigues, que posteriormente teria parte de seu almanaque lançado no mesmo ano, publicado nas páginas do jornal *A Cidade*, de Sobral. Portanto, essas relações que socialmente os indivíduos necessitam se configuram em gestos macro ou micro, com relevância direta ou indireta, mas que vão fazer com que um novo modelo de sociedade seja formado e pensado.

Os indivíduos sentem a necessidade de relacionar-se e conviver em sociedade, entretanto, seleciona aqueles a quem este credita a maior aproximação. A grande maioria dos envolvidos no banquete e recepção ao redator do jornal *A Cidade*, de Sobral, que tiveram interesse em publicar suas necessidades ou gostos, tiveram espaço garantido nas edições seguintes do periódico, partindo do pressuposto de que não existe um ser social individualizado, mas sim grupos selecionados em suas características e perspectivas. Marshall Sahlins nos diz que: “Qualquer intenção considerada pode compreender a um conjunto indefinido de práticas culturais e vice-versa, uma vez que a intenção se liga à convenção por um esquema de significação relativo e contextual”,<sup>20</sup> ou seja, nessa relação social, também pode se perceber uma relação política, uma dialética de intenções, que se mostrarão nas trocas de conteúdos para os diferentes jornais, de diferentes cidades.

Esses distanciamentos espaciais, ligados pelos trilhos e pelas intenções de transformações das sociedades e das cidades, faz-nos ver que os jornais foram profundamente pertinentes no que se refere ao intercâmbio de ideias. Cada um

19 *A Cidade*. Sobral-CE, 30 de novembro de 1901. Anno III – Num 85, p. 02.

20 SAHLINS, Marshal. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004, p. 305.

reagindo da sua forma, diante das experiências do outro, absorvendo o que acreditava ser de melhor, com o discurso de que estavam trabalhando para o bem e progresso da cidade, representado pela intelectualidade, pela utilização das “letras”. Ainda parafraseando Sahlins,

Na prática, o indivíduo é o ponto arquimediano do universo cultural, pois, segundo coordenadas de seu ponto de vista e, portanto, de seus interesses, toda a cultura é transcendentalmente disposta e todos os significados, que sem ele são apenas virtuais ou possíveis, tornam-se atuais, referenciais e intencionais.<sup>21</sup>

Essas intencionalidades estavam inseridas num momento de profundas transformações históricas quando a universalização dos pontos de vistas e defesas de pensamentos estavam condicionadas a um espaço numa página de jornal, nada mais cômodo do que manter relações sociais com aqueles que detinham estes espaços, principalmente porque se creditava a estes redatores certa superioridade na questão do pensamento, principalmente porque estes detinham referência comprovada por meio de um título de bacharel, independente da área de formação.

O mundo se estrutura e se mantém a partir da linguagem, e cada um, na sua especialidade, apresenta-se, envolve-se e passa a defender com ar de importância seus conceitos. Herculano José Rodrigues, pioneiro na cidade de Ipu na produção escrita em gráfica, com seu almanaque de 1901, tinha uma característica peculiar. Gostava de biografias, notadamente por sua formação intelectual baseada ainda no interesse pelo registro historiográfico dos “grandes homens”.

No dia 07 de março de 1900, ele escreve no jornal *A Cidade* uma extensa biografia do Padre Mororó e a Confederação do Equador. Nela, faz relatos “fidedignos” sobre o que aconteceu e defende que a posteridade não pode ficar sem aqueles conhecimentos, que seriam de “grande valia” para que os jovens pudessem se espelhar naquele que foi um exemplo para os cearenses.<sup>22</sup>

Já no Almanaque de 1901 (Ipu), traz o que ele chama de um compêndio mais ou menos seguro do que foi a vida de D. Pedro I, deixando claro que naquele ritmo deveria ser as escritas, por fortalecerem os laços de amor ao Brasil e à sua terra, representando o brasileiro como alguém ligado às suas raízes e, conseqüentemente, defensor da sua sociedade.

---

21 *Idem*, p. 307.

22 *A Cidade*. Sobral-CE, 07 de março de 1900, p. 2.

Não obstante, fez defesa para que surgissem outros nomes da intelectualidade, que se dispusessem a defender também a produção de material, mais ou menos no formato daquele que ele estava apresentando, que, segundo o organizador, seria aquele o primeiro de muitos que viriam a surgir. Essa profecia não se concretizou, pois somente no ano de 1940, em comemoração ao primeiro centenário de emancipação política da cidade de Ipu, fora redigido e publicado mais um almanaque, sendo o último até a data de hoje, embora tenham surgido vários e vários jornais a partir dessa publicação em 1901.

Esse modo de escrita parece ter se popularizado entre leitores e escritores, haja vista que em diferentes jornais posteriores vamos encontrar defensores deste tipo de produção. Vale salientar que todos os jornais analisados continham o mesmo padrão estrutural, embora fossem produzidos em gráficas diferentes. O *Gazeta do Sertão* era produzido em Sobral, mas não na gráfica própria de Álvaro Ottoni, e mesmo assim tudo pedia para um mesmo estilo. Segundo Velho,

As sociedades complexas moderno-contemporâneas são constituídas e caracterizam-se por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados. [...] Essa problemática está presente nas bibliografias e trajetórias individuais. Os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, como de seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam, sistemas de valores diferenciados e heterogêneos.<sup>23</sup>

Essa heterogeneidade, em nosso caso, está na forma de pensamento. O que se discute em Ipu tende a ser discutido também em Sobral e em Camocim, que é a defesa do progresso e da modernidade. Existia uma linha de defesa que transcendia os limites das cidades citadas. Ora, como um indivíduo isolado poderia defender e justificar sua posição de sociedade num mundo onde as relações se dão a partir das interações/aceitações? A realidade individual é atravessada pelas dimensões sociais que o indivíduo vivencia, o qual traz em si tradições interiorizadas que notadamente vão se confrontar em suas decisões.

Nas três cidades existia um projeto comum, como já dito, portanto, muito se aproveitava do que uma discutia, colocando-os em parâmetro com a defesa das demais: modos de convivência, defesa do progresso e da modernidade, controle dos espaços e das pessoas, como forma de diferenciar o

---

23 VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 130.

“antes e o depois” do projeto de demonstração e apresentação de uma cidade evoluída e civilizada. Em Sobral, defendia-se que, para se apresentar com civilidade, era preciso:

Nem usar chinellas senão no quarto de dormir. Não caminhar bambaleando ou com moleza. [...] não traga as mãos aos bolsos. [...] Não escarre. Uma pessoa com saúde não tem necessidade de escarrar e a que o faz é porque não corrigiu-se desse defeito. [...] Não cuspa no assoalho da casa, do ‘bond’ ou do wagão, nem mesmo na calçada da rua. [...] Não ria-se as gargalhadas.<sup>24</sup>

Por vezes, vamos encontrar nos jornais de Ipu e Camocim também essas mesmas orientações, sendo que em algumas edições é ainda mais enfática a forma como fazem as cobranças, ou mesmo nos próprios editoriais, como no caso:

Este jornalzinho vem prehencher uma lacuna de nossa critica local, mas crítica não imoral como muita gente boa suppoee que critica é imoralidade. O nosso programa será defender a moral e corrigir as proezas dos nossos “moços bonitos” [...] aconselhamos andarem bem direitinho para não desmantelarem a rozeta d’ Espora.<sup>25</sup>

Este jornalzinho sabe-se que era artimanha do erudito e intelectual Abilio Martins, que, paralelamente aos jornais oficiais da cidade, mantinha este periódico como forma de controle da sociedade, juntamente com outros tantos que faziam parte da “melhor sociedade” e que trabalhavam o projeto de civilidade. Percebemos que, relacionando o de Sobral com o de Ipu, guardadas as devidas proporções, a tentativa era a mesma, ou seja, controlar a população que insistia em cultivar hábitos que agora se apresentavam como atrasados, arcaicos e que se contrapunham aos que se queria para a cidade.

Exemplo de que a preocupação maior no controle social, a qual Abilio Martins não se refutava, é quando faz referência a pessoas de sua própria *escol* social, sendo apresentado àqueles a quem, segundo a elite, deveriam dar exemplo para as classes menos abastadas, pois o “berço da educação, parte da casa” e dos novos modos de viver em sociedade.

Achamos um abuso por parte de uma grande da terra, o falar desabridamente da vida alheia! O mais repugnante é escolher para o campo de suas façanhas o Mercado Público. Bem mostra a sua

24 A *Cidade*. Sobral-CE, 28 de abril de 1904.

25 A *Espora*. Anno I. Ipu-CE, 19 de janeiro de 1919. N° I, p. 01.

fina educação recebida entre os selvagens. Vimol-o a poucos dias ferir a honra de um cavalheiro, que até hoje tem sabido honrar o nome que tomou.<sup>26</sup>

Num outro jornal, também de participação de Abilio Martins, em momentos diferentes a editoração segue o mesmo padrão de controle da sociedade, mesmo que venha a ser de forma jocosa. Por trás das observações há toda uma gama de intenção da sociedade, mas principalmente dos pares:

Chamamos a atenção de um namoro mesmo dannadode um cavalheiro que se diz bem casado com uma casadinha que mora em uma das nossas ruas. Faz horror o namoro. Depois se o marido souber...

Lá o nosso grito de alarde:

O homem que é casado  
Com mulherzinha do bem  
Deve viver satisfeito,  
Ainda mesmo sem vintém.

Mas se ella é namoradeira  
E engana o inocente  
Deve logo desprezal-a  
Retirai-a do meio da gente.<sup>27</sup>

Na segunda citação, Abilio, de forma pilhérica, mostra também o costume da traição, que deveria ser combatido, mas não leva muito em consideração a figura masculina, apenas a feminina. Em outras edições, passa a ameaçar de forma mais direta todos aqueles que não seguem seu padrão moral, inclusive ameaçando de publicar seus nomes nos jornais, o que “vocês não querem”.

Defendia-se uma identidade para a sociedade, e esta não poderia ser representada com o atraso, pois cada um deveria apropriar-se de um sentimento de pertença, na sua essência, pois a sociedade deveria ser identificada a partir dos grupos, nos quais deveria se portar de forma sociável, com costumes e discursos que não se diferenciavam. Quando um “cavalheiro” quebrava esta regra, naturalmente no imaginário dos demais que pertenciam ao mesmo grupo social, o elo que sustentava o ciclo se desfazia, quebrando a identidade social. Como afirma Dubar:

26 *A Espora*. Anno I. Ipu-CE, 19 de janeiro de 1919. N° I, p. 03.

27 *A Futrica*. Anno I. Ipu-CE, 5 de junho de 1921. N° III, p. 03.

a identidade social é uma noção mais ambígua na medida em que as pertencas são múltiplas e que nenhuma se pode impor, *a priori*, «objectivamente», como principal. [...] Mas há também outras pertencas que pesam sobre os comportamentos e as opiniões: a origem cultural, por exemplo, a morada, a geração ou as crenças religiosas. Ao multiplicar as variáveis de pertença chega-se a uma imagem muito mais complexa e confusa da sociedade que na perspectiva anterior.<sup>28</sup>

A impressão que se tem é que, neste momento de transição de pensamento, depois da chegada da estrada de ferro na cidade, a população elitizada não estava se adequando naturalmente ao novo, daí a necessidade de impor esses valores a partir da “força” e pressão dentro de uma perspectiva panóptica, e mesmo dentro do próprio grupo, uns vigiando os outros, controlando os passos, fazendo com que a cidade se tornasse um espaço controlado.

Para Foucault, “Todo mundo pensa e age ao mesmo tempo. A maneira como as pessoas agem e reagem está ligada a uma maneira de pensar, e essa maneira de pensar está, naturalmente ligada à tradição”.<sup>29</sup> Assim, ninguém age fora de seu tempo e de seu espaço, mas sim motivado pelas relações e intenções. Nossos agentes sociais apresentados estavam dentro dessa perspectiva.

Portanto, o perfil dos três agentes sociais selecionados para este trabalho identifica-se com a maioria daqueles que assumiram para si o projeto de modernização e progresso da cidade de Ipu, os quais utilizaram de todas as possibilidades para atingirem seus objetivos, o que efetivamente, dentro do que se mostra, não conseguiram completamente, mas fizeram surgir na cidade signos que eles reconheciam como a representação do moderno, principalmente em seus prédios públicos, seus gabinetes e espaços de sociabilidades.

Com a migração de Herculano José Rodrigues para Camocim, de Leonardo Mota para Fortaleza, depois de passar por algumas cidades do interior, e a morte de Abílio Martins, em 1923, encerra-se um ciclo de produções jornalísticas na cidade Ipu, bem como a utilização dessas ferramentas como forma de controle. O próximo jornal surgiria apenas na década de 1950, mas com outros valores, com outras intenções.

28 DUBAR, Claude. *A crise das identidades*: a interpretação de uma mutação. São Paulo: EdUsp, 2009, p. 12.

29 FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, volume V: ética, sexualidade, política. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 292.



# O campo de concentração do Ipu no contexto da Revolução de 1930<sup>1</sup>

*Raimundo Alves de Araújo<sup>2</sup>  
Emmanuel Teófilo Furtado Filho<sup>3</sup>*

Este artigo, muito mais do que um texto científico, tem a intenção de fazer um apelo aos gestores do município de Ipu – prefeitos e secretários municipais de cultura e educação: é vergonhoso, Senhores e Senhoras, que não haja um marco histórico identificando o local exato do campo de concentração do Ipu e que não haja um memorial preservando a memória e a história de tão trágico e lamentável acontecimento! No Ipu, pouquíssimas pessoas sabem que na seca de 1932 o governo estadual/nacional mandou construir um campo de concentração, que neste campo ficaram retidas cerca de 8.800 pessoas, e que mais de 1.500 pessoas (na maioria crianças) morreram vítimas de desnutrição, fome, doenças infecciosas e contágios provocados pela aglomeração de tanta gente, em um só lugar, sem qualquer condição sanitária, sob a imposição do trabalho obrigatório. Ignorar este passado horrível é o mesmo que “assassinar novamente” aquelas vítimas. Conclamamos as autoridades locais e estaduais a louvarem os mortos dos sete campos de concentração do Ceará, vítimas do descaso, da ignorância e da ideologia do “progresso” da ditadura varguista.

Os anos 1910, 1920 e 1930 do século XX foram conturbados demais no Ceará para serem explicados resumidamente. A política nos sertões, na maioria das vezes, era decidida “na bala” e com os bandos de “cabras armados”, que garantiam as vitórias eleitorais dos candidatos “leais ao governo” nas eleições

- 1 Este artigo não é inédito, o mesmo – com pequenas modificações - já fora anteriormente publicado em uma edição conjunta, organizada pelo Sr. Dr. Waldecy Alves.
- 2 Graduado em História pela UVA, Mestre em História pela UECE, e Doutor em História pela UFF, professor da Rede Estadual de Educação (SEDUC – CE). E-mail: raimundo.arcanjo.ipu@gmail.com
- 3 Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em Direito pela Universidade de Paris, mestre em Direito pela Universidade de Le Havre (França).

municipais. Cada pequeno município dos sertões do Ceará estava entregue ao governo de uma, duas, três ou quatro famílias tradicionais. Se havia acordo entre as facções, tudo estava em paz, mas se havia disputa, as eleições viravam um “campo de batalha”, onde jagunços armados procuravam garantir a vitória de seus patrões intimidando eleitores e até cometendo assassinatos no campo opositor. O governo do estado era anêmico e fraco demais para impor sua autoridade nos sertões e acabava por permitir que as instituições municipais (a prefeitura, a câmara de vereadores, o judiciário, a polícia etc.) ficassem entregues aos caprichos e aos desmandos das oligarquias locais. O município cearense era “um feudo privado” de suas famílias tradicionais locais.

Os sertões do Brasil haviam herdado a estrutura social produzida pelo sistema escravista, onde prevalecia a concentração das terras (latifúndios), dos cargos e das rendas nas mãos das elites locais. O grosso da população não era considerado cidadão com direitos políticos e sociais. O Estado brasileiro já existia, mas a cidadania política ainda não havia sido ofertada ao povo. Não havia escolas públicas, não havia hospitais, não havia poder judiciário independente, não havia polícia e também não havia cidadãos; o que havia era uma massa caótica e desordenada de “vadios” e “vagamundos” (o povo brasileiro dos sertões), uma gente miserável e faminta, desdenhada pelas elites nacionais e estaduais, temida e odiada por seus atributos: eram mestiços, sem posses, e representavam uma ameaça à ordem e à propriedade das elites tradicionais.

A sorte dos pobres não era uma preocupação para as autoridades nacionais. Numa palavra, o *povo* havia tomado o lugar dos escravos, e eram vistos como tais pelas camadas privilegiadas de nossa sociedade. A cidadania e os direitos políticos ficavam concentrados nas mãos dos latifundiários e de suas parentelas locais e estaduais; e a massa do *povo* era um contingente populacional considerado “inútil”, “imprestável” e um “atraso” para o governo e para o país (que se guiavam pelas ideologias oriundas do escravismo e do “positivismo”, imiscuídas com as ideologias do cientificismo e do fascismo europeu em ascensão).

A opção pela cotonicultura enriquecia as elites fundiárias e algumas das casas comerciais da capital. Passando por Camocim, Sobral, Ipu, Aracati e outras pequenas e médias cidades dos interiores do Ceará, uma elite de pequenos e médios comerciantes aparecia, acumulando os lucros e os dividendos do comércio de importação e exportação do estado do Ceará. Mas o plantio de algodão acabava por agravar a grande insegurança alimentar que acometia os sertões do Ceará naquele momento histórico. À medida que as grandes,

pequenas e médias propriedades se desviavam da produção de alimentos e do criatório e se dedicavam ao cultivo do algodão, a população sertaneja deixava de produzir seus próprios alimentos e se dedicava a abastecer os teares das indústrias de tecidos do *Sudeste* (ou mesmo da distante Inglaterra).

Ao mesmo tempo em que os ganhos do comércio de exportação não eram socializados, a população crescia vertiginosamente, as terras férteis eram ocupadas pelo plantio do algodão, não havia grandes reservatórios de água nos interiores do Ceará e o fenômeno do *El Niño* (embora ainda desconhecido) estava se manifestando sucessivamente. Desse modo, havia, nos sertões do Ceará, uma massa de “gente inútil” – na sua maioria *cabras, pretos e pardos* – que vivia miseravelmente entre um latifúndio e outro, sobrevivendo parcamente de esmolas e de pequenos furtos, comendo precariamente, vestindo-se precariamente, e engrossando as massas de indigentes, criminosos, “fanáticos” e “retirantes” dos sertões do *Nordeste* do Brasil. Pelas lentes do *higienismo* e do *positivismo*, o sertão era visto como uma área habitada por uma “gente degenerada”, “ociosa” e predisposta ao “crime”, aos “vícios” e condenada ao “atraso econômico”. Fora neste ambiente de fome, violência política, cangaço, mesianismo e epidemias que o Brasil mergulhou na Crise de 1929 e acabou experimentando a famigerada **Revolução de 1930**. O Estado varguista era um Estado-interventor, contraditoriamente inspirado no fascismo italiano e no liberalismo econômico dos Estados Unidos da América.

Então, diante do ambiente de caos social e institucional, a ditadura varguista resolve intervir nos sertões do Ceará, que naquele momento estava passando por mais uma grande estiagem. Na cabeça das elites políticas nacionais e estaduais (elites comprometidas com o golpe de 1930), seria preciso intervir nos sertões e fazer da seca uma “oportunidade de investimentos”, quando um “governo forte” e ditatorial iria atuar no sertão para “moralizá-lo”, “reeducá-lo”, discipliná-lo e higienizá-lo de acordo com os padrões da “ideologia do progresso”. Munido de uma ideologia abusiva que se aproximava muito do fascismo e do totalitarismo, o Estado-interventor de Getúlio Vargas irá providenciar o fechamento das Assembleias Estaduais (câmara dos deputados), câmaras municipais e a destituição de todos os prefeitos e governadores que haviam sido eleitos nas eleições do final dos anos 1920.

Vejamos as principais medidas tomadas por Vargas e seus aliados: suspensão da Constituição de 1891 (que havia criado a primeira República); nomeação de Interventores (tenentes) para todos os estados do país; dissolução das câmaras municipais, assembleias legislativas e do Congresso Nacional; nomea-

ção de Governadores-interventores (tenentes) para todos os estados da federação; nomeação de “prefeitos-interventores” para todas as cidades brasileiras; criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; centralização completa da política econômica e financeira do país. Será neste ambiente de interdição política que o Ceará irá passar pela estiagem de 1932, ocasião em que Vargas e os interventores tenentes irão articular a criação de sete campos de concentração como “solução provisória” para controlar as massas de sertanejos miseráveis e “empreender” com a estiagem, dando continuidade à velha estratégia de “exploração da mão de obra” dos miseráveis atingidos pelas secas, “tirando vantagens” da situação dramática. Sobre essa estratégia, é o próprio Vargas quem abaixo nos fala:

O problema das secas mereceu providências especiais, e o plano organizado vem sendo posto em execução metodicamente. Prolongada estiagem há três anos flagela o Nordeste, exigindo o emprego de medidas excepcionais para socorrer aquelas valorosas populações, genuinamente brasileiras. O governo não tem poupado esforços para ampará-las, e os empreendimentos que ali se executam ocupam a atividade de mais de **200.000 flagelados**. A mobilização, que se vai fazer, de novos recursos, permitirá, em breve, por meio de trabalho em obras públicas, abrigar da miséria cerca de meio milhão de flagelados.<sup>4</sup>

Segundo Vargas, 200 mil pessoas estavam sendo ocupadas nas obras da seca, usadas na construção de açudes, na abertura de estradas, no prolongamento das ferrovias e nos “melhoramentos urbanos” da Capital e de algumas cidades do interior. Ainda segundo Vargas, “já iniciamos a execução de diversas obras e melhoramentos de caráter inadiável, algumas paralisadas há muitos anos, e outras, até agora, relegadas ao esquecimento, mal grado os constantes apelos das populações por elas favorecidas”.<sup>5</sup> Historicamente, o governo federal nunca teve a intenção de desenvolver o semiárido (só interessava ao governo federal os investimentos nos estados do *Sudeste do país!*); não havia investimentos sérios no *Norte* e *Nordeste* do Brasil, a não ser em situações de calamidades públicas (guerras, secas e inundações)! Apenas sob a “pressão moral” das grandes estiagens, o governo federal iria “investir” seriamente no semiárido nordestino, construindo estradas, ferrovias, portos e represas. No mais, a região estava entregue à própria sorte, abandonada às oscilações climáticas e ao banditismo, quando muito servindo como “mercado consumidor” e

4 Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil II*. O ano de 1932. A revolução e o Norte. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933, p. 38.

5 *Id.*, *ibid.*, p. 38.

fornecedor de “mão de obra barata” do eixo Rio-São Paulo. Numa palavra, o Nordeste era uma “colônia” do Brasil.

A ideia de usar a mão de obra dos miseráveis do sertão em obras de açudagem ou em ferrovias, rodovias, portos e abertura de estradas não era nenhuma novidade no Ceará dos anos 30. Desde a grande seca de 1877-79, o governo do Brasil (e do Ceará) aprendeu a “tirar vantagem da própria desgraça” e a fazer da seca um “investimento” (mesmo que isso acabasse por levar ao agravamento da situação de saúde pública). Sobre isso, é muito esclarecedor este documento, citado por André Frota de Oliveira:

Senhor [D. Pedro II]:

Nas calamitosas circunstâncias por que estão passando as províncias do Norte causadas pela seca que, há quase dois anos, as devasta, o Governo de Vossa Majestade Imperial tem-se esforçado por cumprir seu dever empregando todos os meios de que dispõe para aliviar os sofrimentos dos habitantes daquela parte do Império. [...].

**Tirar vantagem da própria desgraça**, empregando em trabalhos uteis tantos braços ociosos; estabelecer um sistema de serviço que sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho, mediante razoável gratificação; tal é, Senhor, o pensamento fundamental do projeto que os Ministros de Vossa Majestade Imperial resolveram submeter à sábia apreciação de Vossa Majestade, solicitando a necessária aprovação.<sup>6</sup>

A ideia de fazer uso da mão de obra dos miseráveis nas obras de “melhoramentos urbanos” ou na abertura de estradas e na construção de açudes se repetiria em 1900, 1915, 1919 e, agora em maior escala, na seca de 1932. A novidade apresentada pelo Estado varguista estava na ampliação deste método e na busca quase fanática de uma “eficiência administrativa” para gerir o trabalho e as vidas dessas pessoas, extraíndo dos “flagelados” a mão de obra reclamada pela “modernização” e pelo “progresso” nos sertões (mesmo que ao custo das vidas de milhares de pessoas).

A escala do projeto varguista (cerca de 200 mil pessoas) fez das medidas administrativas tomadas para gerir os “flagelados” da seca de 1932 o maior e mais sofisticado empreendimento de engenharia social já mobilizado na história do Brasil até então. Pela escala, e pelo montante de pessoas e recursos envolvidos, só a construção de Brasília, na década de 1960, iria superar a “engenhosidade”

6 *Apud* OLIVEIRA, André Frota de. *A estrada de ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Edições Ltda, 1994, p. 35.

e o “projeto político” envolvidos na seca de 1932 e seus sete campos de concentração e obras de açudagem.

Vamos pensar na “engenharia social mobilizada”: por diferentes regiões do estado do Ceará, do Cariri aos sertões de Sobral e do Ipu, cerca de 200 mil homens, mulheres e crianças seriam constrangidos a trabalharem em condições sub-humanas, por um simples prato de comida, durante pouco mais de um ano, para que, ao fim da estiagem, o Ceará saísse da seca com significativos investimentos em infraestruturas que iriam incrementar a produção e o comércio de exportação (a cotonicultura). Essa estratégia, aparentemente “científica”, “racional” e “desenvolvimentista”, não levava em conta as vidas de milhares e milhares de sertanejos pobres, expostos ao trabalho compulsório, às doenças epidêmicas e à desnutrição crônica. Como não poderia deixar de ser, tanto quanto a seca em si, essa estúpida e desumana estratégia de “tirar vantagens da própria desgraça” iria ser diretamente responsável pelas mortes de milhares de sertanejos pobres, supostamente “socorridos” pelo governo nas obras da estiagem. Dito com outras palavras: a seca matava, mas a forma de “ajuda oficial” (obrigando os sertanejos a se aglomerarem e a prestarem serviços nas obras públicas em troca de alimentos) também era diretamente responsável pelo agravamento das mortes provocadas por doenças como sarampo, tuberculose, febre amarela, varíola etc. (era como se as vidas daquelas pessoas não importassem; o que importava para o governo era que a seca iria embora, mas iria deixar em seu lugar um açude concluído, ou uma ferrovia prolongada, mesmo que rodeadas de centenas ou milhares de cruces e sepulturas dos “socorridos” dos sertões!).

O mais curioso de tudo isso é que não se via o caráter fascista, brutal, genocida e desumano deste empreendimento governamental. Silenciadas a mídia e as oposições, ninguém pôde questionar a “eficácia” e a “necessidade” do “empreendimento” dos sete campos de concentração do Ceará. O próprio governo do Brasil, na pessoa de nosso presidente (o ditador Getúlio Vargas) e de seu governador-interventor (o tenente Juarez Távora), a pretexto de “socorrer” essas “populações genuinamente brasileiras”, iram criar um regime de trabalho forçado (que hoje em dia a ONU facilmente classificaria como “trabalho análogo à escravidão”) para “engajar” essas populações em obras públicas de “melhoramentos urbanos” e na açudagem. Ao final da seca, o confinamento de milhares de trabalhadores pobres em Campos de Concentração, tanto quanto a fome e a sede, irá ser responsável pela morte de milhares de crianças e adultos nos sertões do Ceará de então.

É surpreendente que os custos humanos – milhares de mortos nos sete campos de concentração do Ceará – não tenham chamado a atenção do país para a violência do processo: a ditadura varguista silenciou todas as vozes, e a “ideologia do progresso” via a “engenharia social” por traz dos Campos como “um mal necessário” para “moralizar”, “reeducar” e “trazer o progresso” e a “civilização” para os sertões do Ceará de então. A mesma ideologia – que misturava aspectos do racismo e do eugenismo – havia motivado o extermínio das populações de Canudos e Contestado nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. No “espírito da época”, havia a ideia de se “reformular a sociedade”, interferindo nela de forma ditatorial e violenta. São exemplos dessa “fome reformista” o comunismo, o cientificismo, o fascismo e o totalitarismo. Todas essas ideologias se somariam à ditadura varguista e a “ideologia do progresso” para produzir, nos sertões, o receituário aberrante dos campos de concentração enquanto método de controle e de disciplinamento de “flagelados” e pobres na seca de 1932.

Quem governava o Ipu antes da seca de 1932 era um consórcio de oligarquias formadas pelas famílias tradicionais locais: os Martins e os Aragão, que exerciam com mão de ferro o poder político na localidade desde a queda da Monarquia, passando pela implantação da República. Dos anos 1900 a 1930, a fraca República brasileira abandonou os sertões à sua própria sorte. As oligarquias paulistas e mineiras haviam tomado a máquina pública e a colocado para trabalhar a serviço de seus interesses regionais: a grande preocupação do Estado brasileiro era com os cafezais de São Paulo e com os currais de Minas Gerais. Não havia qualquer projeto de desenvolvimento para qualquer um dos 22 estados da federação. Dentro de cada um destes, uma oligarquia havia se estabelecido na capital, dominando a máquina pública estadual e entregando cada município dos seus sertões a oligarquias municipais formadas pelas famílias tradicionais locais. Cada cidadezinha dos sertões cearenses era “um feudo privado” das famílias tradicionais de seus municípios. “Em Sobral, os Paula Pessoa, os Pompeu Brasil, os Gomes Parentes, os Saboya, os Linhares, os Frota, dentre outras famílias tradicionais” dominavam a estrutura do estado na localidade, “eram os ‘donos’ das instituições públicas e das sentenças do judiciário, da lista de eleitores da cidade e das ações da polícia”. Em Camocim, “reinavam” os Aguiar; no Cariri, os “aliados do padre Cícero”; e Fortaleza governava o Ceará a partir de uma coalizão do PLP (Partido Liberal Progressista), repre-

sentada pelos principais chefes das oligarquias interioranas e encabeçada pelo famoso oligarca Antônio Pinto Nogueira Acioly (deposto em 1912).<sup>7</sup>

Na prática, o governador era uma “rainha da Inglaterra”, sem poder político real, e cada cidade do sertão era “um universo governado por si mesmo”, sem intromissão dos governos nacional e estadual. Neste ambiente de controle oligárquico e de “Estado mínimo”, “Nenhum criminoso seria preso, por mais bárbaro que tenha sido o crime que este tenha cometido, se fosse cabra, compadre ou agregado nas terras de uma destas famílias”.<sup>8</sup> Dessa forma, as famílias latifundiárias e políticas dos sertões controlavam com mão de ferro a “república local”, os votos e os destinos de suas comunidades. Nada nem ninguém viriam lhes barrar a prepotência e a tirania até a *Revolução* de 1930! Neste aspecto, a *Revolução* de 1930 foi um “mal necessário”? Aí depende da interpretação de cada um. Mas é certo que ela fora, antes de tudo, uma “revolução conservadora”, que pretendeu preservar *status quo* e proteger as elites locais e nacionais da “sanha comunista” das “classes perigosas”.

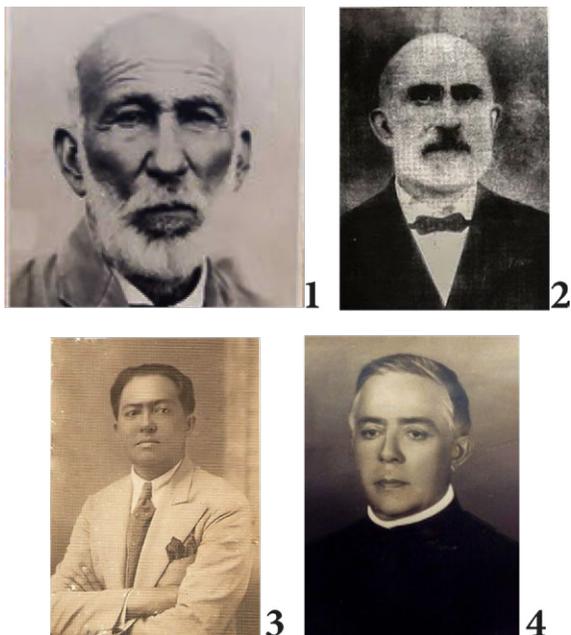
O primeiro prefeito eleito pelo voto popular no Ipu foi o coronel Felix de Sousa Martins, no ano de 1925. Os Martins eram, com os Aragão, a oligarquia mais poderosa da cidade. Era natural que um deles – o coronel Felix – dominasse o pleito eleitoral, pois, como bem o sabemos, no início do século XX, não prevalecia o “voto livre”, e as populações carentes dos sertões eram obrigadas a votar em “seus patrões”, que decidiam tudo na vida de seus eleitores. Nossa República e nossa democracia eram um verdadeiro “faz de contas”, e a maior parte da população era tratada como “uma escória social”, “vadios inúteis”, a quem não se queria e nem se podia dar voz e vez nas eleições – a ideia de cidadania política estava nascendo naquela sociedade as mulheres não votavam, e os pretos e pobres votavam apenas para “referendar” o poder e o prestígio de seus patrões. Numa palavra: não havia uma democracia real, mas um “faz de contas” cujo propósito era legitimar o mando dos caciques eleitorais das famílias tradicionais locais e fazer dos eleitores um capital-político a ser negociado com as oligarquias nacionais e regionais.

---

7 De 1912 a 1930 o país passou por diversas crises políticas e econômicas, não sendo possível a formação de oligarquias poderosas e estáveis nas capitais dos estados da federação. Assim, as oligarquias municipais “reinavam” quase incontestes em seus municípios.

8 ARAÚJO, Raimundo Alves de. Ceará do século XIX: uma colcha de retalhos ainda a ser cosida. In: FARIAS FILHO, Antonio Vitorino (Org.). *Nas Trilhas do Sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará (1850-1930)*. Sobral-CE: SertãoCult, 2014, p. 31.

**Figura 1** – Coronel Felix de Sousa Martins (primeiro prefeito da cidade eleito por voto popular); 2. Coronel João Martins da Jaçanã (braço armado do irmão prefeito); 3. Joaquim Lima (prefeito Interventor); 4. Padre Gonçalo Lima.<sup>9</sup>



Como não poderia deixar de ser, o coronel Felix Martins era membro de uma das famílias tradicionais da cidade. Desde a ocupação da região, com o extermínio-assimilação dos povos nativos nos séculos XVIII e XIX, determinadas oligarquias latifundiárias haviam se formado na região a partir dos primeiros sesmeiros e ocupantes das terras (os Martins são uma das principais famílias tradicionais da cidade).<sup>10</sup> O Estado brasileiro fez dessas famílias tradicionais locais os “olhos e ouvidos” do Brasil nestes rincões, e dos povos originários e seus mestiços a massa de agregados e dependentes. Muito mais do que Luiz XIV, um Alencar, um Gomes Parente, um Martins ou um Saboia poderia dizer “o Estado sou eu”, pois de fato eram: eles encarnavam o Estado brasileiro nos sertões do Brasil.

Como membro da extensa família dos Martins, e que dominara a política local desde a montagem da oligarquia aciolina (1896 até

9 Geni. <https://www.geni.com/people/F%C3%A9lix-Martins/6000000039436761041>. Todas essas fotografias estão disponíveis no Google imagens, e fazem parte do rico acervo do professor Francisco de Assis Martins.

10 Sobre isso ver ARAÚJO, Raimundo Alves de. *A construção do Ceará e dos cearenses no transcorrer do século XVIII*. Tese de Doutorado. UFF, 2020. Disponível: <https://www.historia.uff.br/academico/pt-br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/?page=3>.

1914), [o coronel] estava acostumado a sentir o gosto do poder. Ninguém seria capaz de afrontá-lo e seus familiares e agregados, sob pena de levar uma surra corretiva, ou passar alguns dias nada agradáveis na cadeia pública. Ipu, pode-se dizer, “pertencia aos Martins”. O juiz, o Promotor, o delegado e todos os principais postos de mando estavam em suas mãos, e aí daquele que se metesse com um deles, o cemitério poderia ser sua morada eterna.<sup>11</sup>

Não foi por acaso que Felix de Sousa Martins seria o “primeiro prefeito eleito na cidade de Ipu”, pelo voto direto, ocupando este posto de 1925 a 1928. Não há registros do pleito, mas é óbvio que os Martins fizeram uso do clientelismo, do “voto de cabresto” e da intimidação dos rivais para ganhar as eleições. Se nos serve de consolo, em nenhuma cidade dos interiores do Ceará fora diferente. As famílias tradicionais controlavam as instituições locais, assim como controlavam o processo eleitoral, o voto, a polícia, a justiça e mesmo a Igreja em suas respectivas cidades. Os Martins não eram uma exceção. Era assim que se fazia política nas pequenas e médias cidades do Ceará durante a Primeira República. Demoraria quase cem anos até que a democracia e a cidadania se efetivassem pelos sertões.

Foi assim, munido desta ideologia totalitária, profascista e intervencionista, que no dia 16 de outubro de 1930 o então jovem comerciante e vereador do Ipu, Joaquim de Oliveira Lima, se viu nomeado por Juarez Távora para ocupar o posto de prefeito-interventor da cidade. Como já o dissemos, na cabeça do governador e do presidente da república, o “sertão estava doente”, e era preciso “curá-lo” de seus “vícios” e “deformações” e “discipliná-lo” para o progresso. No documento de nomeação de Joaquim Lima como prefeito está escrito: “O presidente do Estado do Ceará, por aclamação popular, Doutor Manoel do Nascimento Fernandes Távora, resolve nomear o cidadão Joaquim Lima Interventor no município de Ipu, de acordo com o decreto nº 6, de 16 de outubro do corrente ano”.

## **A criação do campo de concentração do Ipu**

A seca de 1932 iria encontrar o país numa crise política e econômica, razão pela qual, mais do que nunca, o uso da seca como “investimento econômico” iria ser intensificado pelo governo. Não demoraria e, com a estiagem atingindo os sertões do Ceará desde o ano de 1931, o governo do Estado (agora nas mãos do tenente Roberto Carneiro de Mendonça) daria início à criação de sete cam-

11 MORORÓ, Soraya; MARTINS, Anaides. II encontro da família Martins. Ipu/CE. [s.n.], p. 2..

pos de concentração no Ceará: **Ipu, Quixeramobim, Crato, Cariús, Senador Pompeu e dois em Fortaleza.**

Os dois Campos de Fortaleza eram pequenos; o maior deles foi o do Crato (aumentado pelo carisma religioso de Padre Cícero); e o mais letal, o Campo de Senador Pompeu (também chamado de Campo do Patu), onde milhares de sertanejos morreriam de fome, desnutrição e doenças transmitidas pelas condições insalubres ali existentes. No Campo de Senador Pompeu, e nos demais, as vidas humanas ali “segregadas” eram descartáveis, as pessoas ali “abrigadas da seca” foram “encurraladas” e deixadas para morrer sem que essa ação fosse motivo de protesto por parte da imprensa, ou de quem quer que fosse. E aqui está a grande diferença entre os campos de concentração do Ceará e os campos de concentração da Alemanha nazista: enquanto nos Campos de Auschwitz e de Treblinka tiveram a intenção clara de exterminar os “indesejados sociais” (judeus, ciganos, doentes, homossexuais etc.), os Campos do Ceará pretenderam controlar e disciplinar as populações pobres, mas não pretendiam exterminá-las. O que ocorreu aqui é que grande parte das vidas das populações pobres dos sertões do Brasil eram “desprezíveis”, “descartáveis” e “insignificantes” aos olhos das autoridades governamentais; e que, portanto, essas populações poderiam morrer sem que isso chocasse ninguém.

A República, que havia sido fundada pelos positivistas em 1889, estava asentada sobre as ideias de pensadores cientificistas e positivistas, como Augusto Comte, Charles Darwin, Herbert Spencer, Arthur de Goubeineau e Cesare Lombroso. As obras destes pensadores acabariam por produzir a eugenia e o arianismo: uma ideologia pseudocientífica que seria responsável pela propagação de ideias racistas, as quais diziam que a mestiçagem “degenerava” as “raças humanas” e que, por ser um país de mestiços, o Brasil estava condenado ao atraso e ao fracasso, e que as supostas “raças inferiores” (negros, índios, amarelos e mestiços) eram “raças geneticamente predispostas ao crime”, aos “vícios” e à “vadiagem” (tirava-se a culpa da miséria nacional de cima das elites concentradoras de terras e de rendas, e colocavam-na encima de suas vítimas!).<sup>12</sup>

Agravando tudo isso, havia a herança escravista e latifundiária: o Brasil ficou independente sem uma revolução, ficando mantidos intactos os privilégios de uma elite latifundiária e escravagista. Com a Proclamação da República (em 1889), os pobres irão deixar as senzalas e os mocambos para “virarem cidadãos”, podendo votar sem de fato possuírem liberdade para isso (era a fa-

12 SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

migerada República Velha!). No Brasil de então, a massa humana que conhecemos pelo nome genérico de “povo” não possuía direitos políticos reais, era tratada como “animais” pelo governo de seu país e era enxergada como uma “gentinha estúpida” e “inútil”, “degenerada” (segundo a ciência de sua época!) e responsável diretamente pelo “atraso do Brasil”!

Será com essa ideologia aberrante que o Estado varguista irá arquitetar a “engenharia social” por trás da construção dos campos de concentração do Ceará: os sertanejos eram mestiços (diziam os teóricos do governo), e como tais, eram indivíduos “predispostos ao crime”, ao “fanatismo religioso”, ao “banditismo” e à “degeneração” (para tal ciência, o sertanejo – por ser um homem mestiço – era a principal causa da ruína e do atraso de sua sociedade!). Para “nos curar” desta “doença”, seria preciso (segundo o receituário positivista) o governo do país agir com força, de forma ditatorial, impondo disciplina, trabalho forçado e obediência aos “degenerados” e “corruptos” moradores dos sertões!<sup>13</sup>

Os flagelados não podem ficar inativos um só momento, todos tinham eles têm que trabalhar seja em que serviço for [...]. Além da [...] construção de barracas, [...] no serviço de olaria, [...] carpintaria [...] alfaiataria [...] barbearia [...] e há ainda uma seção de funilaria, onde se fabricam lamparinas, canecas e outros utensílios nos campos.<sup>14</sup>

Além de trabalharem nas oficinas citadas acima, os “flagelados” do campo de concentração do Ipu eram obrigados a trabalhar na limpeza urbana da cidade e a construírem calçamentos, assim como o prédio da cadeia pública. Ao fim da seca, o prefeito Lima deixou escrito que os “flagelados” do Campo do Ipu teriam construído cerca de “quinze mil metros” de calçamentos no centro da cidade.<sup>15</sup> Já o Sr. Francisco Magalhães Martins – escritor local – deixou registrado que muitos homens eram obrigados a trabalhar no pesado, e quando não possuíam saúde para tanto, não eram aceitos no Campo, e tinham que “arribar com a família” para outros lugares (provavelmente para as obras do açude Jaibaras).<sup>16</sup>

13 A principal obra que vem nos apresentar uma visão científica, positivista e preconceituosa acerca dos habitantes dos sertões do Nordeste do Brasil é o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

14 *Jornal O Povo*, 12/07/32. Apud RIOS, Kênia Sousa. *Os Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001, p. 66.

15 LIMA, *op. cit.*, p. 38.

16 MARTINS, Francisco Magalhães. *Contos* (publicação independente, sem data e editora, provavelmente é dos anos 1960).

Ao projetarem o campo de concentração do Ipu, os engenheiros e os tenentes envolvidos em sua criação pretendiam fazer dele uma “parede de contenção” para poupar a cidade de Sobral do assédio dos “retirantes”. Sobral havia sido contemplada com as obras do açude Jaibaras, e tal obra poderia – e deveria – atrair para lá milhares de sertanejos do seu entorno, desejosos de se “alistarem” como trabalhadores nas obras daquele açude. A motivação para a construção do campo de concentração do Ipu não estava na fome de sua população. Embora a fome existisse, a cidade fora escolhida para “poupar Sobral” da leva de “retirantes” que para lá se deslocaria tão logo se espalhasse a notícia do início das obras do açude Jaibaras. Neste ponto, muito mais do que a seca, foi a obra do açude que gerou o deslocamento populacional que iria se desdobrar na construção do campo de concentração do Ipu.

Façamos aqui uma pergunta que vale ouro: por que as populações carentes da região de Ipu e adjacências não poderiam ser socorridas em seus lugares de origem através da doação de alimentos? Por que os governos do Brasil e do Ceará, na época, só achavam justificáveis os auxílios aos sertanejos se tais auxílios estivessem atrelados à prestação de serviços e a trabalhos forçados nas obras públicas do governo? Para “merecer a ajuda oficial”, os sertanejos tinham que dar alguma coisa em troca: trabalhar precária e brutalmente nas obras infraestruturais do governo do Estado. Essa forma de trabalho era tão desumana e brutal que hoje em dia, pelas leis internacionais, a ONU a consideraria Trabalho Análogo à Escravidão. Ou seja: o governo do Brasil, em associação com o governo do Ceará, aproveitava as secas para “escravizar temporariamente” parcelas expressivas de sua própria gente. A pergunta que não quer calar é: quem matava mais, a seca ou a forma oficial de “combatê-la” com trabalhos compulsórios, sem higiene e sem alimentação adequada? Sem querer negar o impacto da seca nas vidas humanas das populações sertanejas, é inegável também que aglomerar milhares de pessoas, sem as mínimas condições de higiene, sem alimentação adequada, e impor-lhes pesadas rotinas de trabalho era uma forma de agravar as epidemias e aumentar o obituário. Mas, como já o dissemos, as vidas daquela população não importavam para o governo, apenas o “ganho” na forma de um açude, uma nova estrada etc.

Nos primeiros anos do século XX, já se sabia perfeitamente as formas de transmissão de doenças como tuberculose, varíola, sarampo, febre amarela e cólera.<sup>17</sup> Mas, ao invés de optar por evitar as aglomerações, o governo do Brasil (e do Ceará) continuaria dando preferência a fazer uso das secas para construir

---

17 UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

açudes, estradas, portos e “aformosear” Fortaleza. Isso é uma prova de que nossos governantes – sejam eles estaduais ou nacionais – podem e devem ser responsabilizados pelas mortes de milhares de pessoas nas obras e nos campos de concentração do Ceará. Eles – Vargas e os Tenentes – sabiam dos riscos da contaminação por doenças infecciosas, mas mesmo assim preferiram executar o projeto das obras e das concentrações. E, mesmo se conhecendo as formas de contaminação dessas doenças, sabendo-se que aglomerar milhares de pessoas “era o mesmo que matá-las” (como teria dito Teófilo, na seca de 1915), ainda assim, o governo persistiu nas obras e nos campos de concentração. Por quê? Porque as vidas humanas – principalmente das populações do sertão do Ceará de então – não importavam para o governo! O que importava mesmo era a construção de um açude, de uma estrada etc.

A penicilina e o poder dos antibióticos seriam descobertos, de maneira acidental, em 1920, eliminando assim a maioria das infecções por doenças bacterianas e as mortes daí decorrentes. Já se praticava a vacinação contra a varíola desde o século XVIII na Inglaterra.<sup>18</sup> O Ceará havia passado por terríveis epidemias ligadas à secas de 1877-79, 1915, 1919 (como a terrível epidemia de *gripe espanhola*).<sup>19</sup> Ou seja, a ciência médica já havia desvendado os “mistérios” das formas de transmissão das doenças infecciosas, e já se sabia, desde Rodolfo Teófilo, que concentrar os “retirantes” em abarracamentos era o mesmo que “matá-los”. Então, por que, em 1932, as autoridades estaduais e nacionais insistiram neste erro? Só há uma explicação possível: as vidas dos homens, das mulheres e das crianças pobres dos sertões do Ceará não importavam, eles eram “descartáveis”! O que importava para o governo era que, ao final da estiagem, o Ceará saísse da seca com mais um açude, ou uma estrada, mesmo que ao custo das vidas humanas de milhares de crianças e adultos. Não é correto que esse crime não seja denunciado: se não foi planejado o assassinato – como nos Campos nazistas –, a negligência e o desprezo pela vida humana foram diretamente responsáveis pelas mortes de milhares de brasileiros nesta ocasião. E os responsáveis por isso devem ser “desnudados” perante a história. Certamente o culpado por isso não foi o prefeito. Diz ele:

Em 1932, ao ser declarada a seca, coube ao Ipu a única concentração de flagelados do norte do Estado. [...] De julho de 1932 a fevereiro de 1933 estive a frente do grande trabalho [...]. Chegou

18 *Id., ibid.*, p. 138.

19 É preciso que se faça um estudo sobre a gripe espanhola no Ceará para que se verifique como o governo de então fez uso de obras de seca em uma das maiores pandemias até então verificadas no mundo. Não há um trabalho histórico de fôlego a este respeito. Fica aqui nossa provocação.

a nove mil o número de flagelados que [...] convergiram de toda a zona e dos estados vizinhos.<sup>20</sup>

Que opção teria Lima em “fazer diferente” na ditadura varguista? Escolhido por Vargas, Távora e Mendonça, Joaquim Lima era um mero “fantoche” nas mãos da ditadura em instalação no país.

Há sérios indícios de desvios de recursos no campo de concentração do Ipu. Segundo Valdecy Alves, a partir de pesquisa promovida no jornal *O Povo*, de 2 de julho de 1932, “os flagelados do Campo do Ipu foram quatro vezes mais caro do que os flagelados dos Campos de Burity e Patu”.<sup>21</sup>

#### Despesas comparadas entre o Campo de Ipu e as de Patu/Burity

Campos	Quantidade de flagelados	Valores gastos na instalação
Burity e Patu (instalados juntos)	33 mil flagelados	65 mil contos de réis.
Campo do Ipu	8.800 flagelados	80 mil contos de réis.

Por que as despesas do Campo do Ipu (com tão baixo número de concentrados) foram tão elevadas se comparadas às despesas efetivadas nos Campos de Patu e Burity? Será que Lima, um “prefeito-fantoche”, teria tido poder político e desenvoltura para desviar tantos recursos do Campo por ele administrado? Ou esse ônus deve ser atribuído aos seus superiores, os tenentes José Augusto e João de Pinho, que eram oficialmente as autoridades encarregadas de administrar os recursos do Campo do Ipu? O certo é que, segundo o jornal *O Povo*, enquanto muitas crianças morriam – de fome e de doenças – no Campo do Ipu, as despesas do Campo nesta cidade eram mais do que o quádruplo das despesas com os “flagelados” do Crato e de Senador Pompeu.<sup>22</sup> O Sr. Francisco Magalhães Martins, em seus Contos, acusa o prefeito e os seus correligionários de ficar “enchendo o bucho” com os recursos da seca, enquanto a população do Campo morria de fome.<sup>23</sup>

Sem sombra de dúvida, a corrupção correu solta nas obras da seca de 1932. Além de oportunizar obras, as secas também oportunizariam enriquecimentos ilícitos, desvios de verbas e malversação do dinheiro público (tudo o que o governo varguista dizia combater!). O campo de concentração do Ipu foi um “saco sem fundo” onde milhares e milhares de contos de réis foram desviados do socorro aos “flagelados” para “encher os bolsos” e “fazer a alegria” de intendentess e

20 LIMA, *op. cit.*, p. 7 e 49.

21 Entrevista com o Dr. Valdecy Alves, em 18 set. 21.

22 Jornal *O Povo*, 02 de julho de 1932. Biblioteca Menezes Pimentel.

23 MARTINS, *op. cit.*

tenentes. Não se sabe quem – se o prefeito ou o tenente responsável pelo Campo do Ipu –, o certo é que muito dinheiro (e alimentos) destinado aos moradores do campo deconcentração do Ipu iria desaparecer pelo ralo da corrupção.

Muito mais do que Lima, eram os tenentes José Augusto e João Pinheiro que tinham poderes de sobra para punir, prevenir ou praticar corrupção com os “gêneros do Campo”. As informações do jornal *O Povo* (de 02 de julho de 1932) sugerem que alguém mais poderoso do que Lima teria desviado os recursos do Campo do Ipu (alguém como os tenentes em questão). Mas o prefeito-interventor não é de todo inocente: além de se beneficiar da “escravidão temporária” (ou trabalho compulsório) dos “flagelados” em sua gestão, Lima também teria desviado recursos para favorecer parentes e aliados (gêneros alimentícios, cujo destino era alimentar os famintos, foram vendidos nas lojas de sua propriedade ou de propriedade de seus familiares; e o gado morto por doenças ou por inanição em terras de seus aliados era “aproveitado” no Campo, e seu couro era “carimbado” com o selo do campo de concentração).<sup>24</sup> Ou seja, estava em atuação a famigerada “indústria da seca”, desviando recursos e condenando à morte muitos dos sertanejos miseráveis, oportunizando o enriquecimento ilícito de muita gente. O mais grave é que fora justamente com o discurso de “moralização das administrações” que Vargas e os tenentes justificaram o golpe de 1930, a intervenção nos sertões e a instalação dos campos de concentração da seca de 1932.

Carregamos histórias do campo de concentração do Ipu em nossa “memória familiar”. Vamos prestar atenção no depoimento da Senhora Luiza Alves de Araújo, que era nora de Pedro Ferreira de Araújo, um dos trabalhadores da obra do açude Jaibaras, no ano de 1932:

O véi meu sogro (Pedro Ferreira de Araújo), quando era recém-casado com sua avó (Maria da Felicidade Rodrigues de Sousa), com cerca de 20 anos de idade, saía da casa dele, na Ramada (em Guaraciaba do Norte) e ia buscar trabalho no açude Jaibaras, a pé. Ele e alguns de seus amigos iam da Ramada, passando pelo Ipu e pela Varjota, caminhando de noite, por dois ou três dias, até Sobral, levando um saco, para trazer farinha, carne seca e rapadura, que eram o pagamento dado pelo governo aos trabalhadores do açude.<sup>25</sup>

24 MARTINS, *op. cit.*

25 Entrevista com a senhora Luiza Alves de Araújo (mãe de Raimundo Araújo) sobre as idas de seu sogro, Pedro Ferreira de Araújo, para trabalhar nas obras do açude Jaibaras, em Sobral, no ano de 1932. Entrevista em: março de 2018. A grafia foi mantida conforme a fala da depoente. Minha situação aqui é desconfortável, pois o método científico pode me censurar ao fazer uso deste depoimento; mas, depois de muita ponderação, vejo que a experiência de vida de meu avô paterno é relevante e esclare-

Segundo a Senhora Luiza Alves, as autoridades “Não aceitavam homens jovens e saldáveis no campo de concentração do Ipu”, pois “ali só podia ficar mulher, velhos e crianças”. “Os homens tinham que trabalhar no açude! E eram obrigados a ir pra Sobral a pé”. Ainda de acordo com a depoente, a força de trabalho dos homens era aproveitada nas obras do açude; já as mulheres, os velhos, os doentes e as crianças seriam confinados no Campo do Ipu, onde tinham que viver.

Do Ipu pra Sobral, são mais de 100 km. Quando ele (seu Avô) chegava, trazendo um saco nas costas, os pés dele ficavam inchados de tanto andar, e a Felicidade (sua vó) passava água de sal morna, e sebo de carneiro capado, pra desinchar. Depois de uns três dias de descanso ele ia de novo, com outros homens, trabalhava uma semana no açude, recebia os mantimentos, e vinha deixar em casa, pra família não morrer de fome.<sup>26</sup>

Na cidade de Ipu, o então prefeito Joaquim Lima seria autorizado pelos tenentes a explorar a mão de obra dos “concentrados” no cotidiano da cidade. A cidade sertaneja, naquele momento histórico, não possuía escola ou qualquer infraestrutura urbana em calçamentos, praças ou avenidas. Não demoraria muito e os tenentes iriam olhar para aqueles milhares de sertanejos abrigados no Campo do Ipu – mulheres, velhos, doentes e crianças – e ver neles “uma força de trabalho a ser explorada”. “Um município pobre dos sertões do Ceará não poderia (e nem deveria) desperdiçar a mão de obra dos sete mil ‘flagelados’ do campo de concentração do Ipu”, pensavam os administradores.

E foi assim que em pouco tempo as autoridades estaduais e o prefeito local iriam condicionar a “ajuda oficial” para os “flagelados” à prestação de serviços no cotidiano da cidade. Não demoraria e Antônio Quixadá – o encarregado pela segurança no campo de concentração – iria organizar “turmas de trabalho” formadas por crianças, mulheres e idosos. O Senhor João Chiquinho, que viveu no Ipu deste período, disse-nos, há muitos anos, que “de manhã saia uma fila de gente (velhos, mulheres e crianças) do campo de concentração”, que ficava localizado fora da zona urbana, na mata dos Espriados, “cada um tinha que levar uma pedra na cabeça até o centro da cidade”, para “construírem com elas o calçamento” do centro do Ipu. O calçamento construído pelos “flagelados da seca” era conhecido por ser formado por pedras de diferentes tamanhos, sem qualquer lapidação ou alinhamento mais cuidadoso. Nos últi-

---

cedora. Não posso deixar esta história fora de minhas análises apenas por um preconceito técnico da academia.

26 *Idem, Ibidem.*

mos anos, na gestão do grupo dos Rufino, a obra construída às custas do suor e das vidas de algumas centenas de “flagelados da seca” seria totalmente coberta por uma camada grossa de asfalto, encobrindo (talvez para sempre) essa vergonhosa e lamentável pavimentação.

Além de ser o principal foco de desvio de dinheiro público na seca de 1932, o campo de concentração do Ipu também guarda algumas peculiaridades: ele se localizou próximo ao cemitério, denunciando que os seus articuladores sabiam que o “empreendimento” iria acarretar centenas ou milhares de mortes. Além disso, ele fora o único campo que esteve visceralmente vinculado a uma população urbana. Ou seja, ao contrário dos demais Campos, os moradores do campo de concentração do Ipu foram usados em trabalhos manuais no cotidiano da cidade, o que faz dele uma experiência única dentre os demais Campos do Ceará.

O uso dos “flagelados” como mão de obra pela prefeitura do Ipu acabaria por transformar a cidade inteira em “parte ativa do campo de concentração”. Ao explorar a mão de obra dos “concentrados” nos serviços urbanos, Lima, os Tenentes e a Igreja assumiram o risco de expor os vinte mil habitantes da cidade ao contágio por doenças epidêmicas. E de fato isso aconteceu. Enquanto para a historiadora Kênia Souza Rios ocorreram cerca de mil mortos no campo do Ipu, se misturarmos o obituário estudado por Rios com as mortes ocorridas na cidade como um todo (mortes ligadas a uma epidemia de sarampo, que teria varrido o Campo do Ipu naquele ano, assim como a própria cidade em questão), verificamos que, só na cidade, quase quinhentas pessoas morreram simultaneamente aos mortos do campo de concentração.<sup>27</sup>

Diz o prefeito Joaquim Lima: “É o seguinte o teor do primeiro óbito que teve punção no Necrotério” da cidade: Nº 1536 – Maria Gomes, de três anos, filha de Raimundo Joaquim e de Francisca Gomes, falecida no lugar ‘Barra’ deste município”. Ou seja, para o prefeito, os óbitos da cidade foram somados aos óbitos do campo de concentração.<sup>28</sup> A criança morta, cujo cadáver seria usado para “inaugurar o necrotério”, serve de evidência histórica maior para demonstrar a banalidade da vida naquele momento. Sua vida (ou sua morte) não importava, a não ser como um “show macabro” de “propaganda política” para que o então prefeito “cortasse a fita inaugural” de sua obra. E que obra era essa? Um necrotério, um lugar destinado a receber e a diagnosticar os mortos que estavam por vir, em série, como uma linha de montagem. Previa-se uma

27 Jornal *El País*. Quando a seca criou os ‘Campos de Concentração’ no sertão do Ceará. Disponível: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554\\_464677.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554_464677.html) Acesso: 18 set. 21.

28 LIMA, *op. cit.*, p. 33.

calamidade, e o necrotério do cemitério do Ipu iria oportunizar ao gestor local posar de “eficiente” e “moderno”, diagnosticando “adequadamente” a “*causa mortes*” de cada um dos infelizes que adentrassem os muros do *campo santo* em uma padiola apressada.

O número 1536 (atribuído à criança) não seria fruto do acaso: ele quer dizer que até aquele momento, desde que Lima passou a contabilizar os mortos, já haviam sido “catalogados” mais de mil e quinhentas mortes no Ipu, contando com as mortes do Campo e as da cidade (que o prefeito não separava umas das outras). Então, num pequeno município do sertão cearense, com cerca de 20 mil habitantes, alcançar o elevado número de mil e quinhentas mortes em menos de um ano já era algo escandaloso, tão escandaloso que justificou os novos investimentos em necrotério, chafariz, matadouro, calçamento, cadeia pública etc. E o pior é que as “medidas sanitárias” sempre vinham a reboque da calamidade e das epidemias.

A cidade de Ipu possuía cerca de 20 mil habitantes na década de 1920 (possuindo entre 5 a 6 mil pessoas na sua zona urbana). Se Kênia Rios pôde verificar que ocorreram mil óbitos no Campo do Ipu no ano de 1932, podemos dizer que as mortes apresentadas por Joaquim Lima também podem (e devem) ser computadas ao campo de concentração do Ipu, pois a cidade passou a conviver cotidianamente com os concentrados, sendo ela própria também parte do Campo.<sup>29</sup> Ou seja, o governo estadual transformou a cidade inteira em extensão do campo de concentração, não se importando com as violações da higiene que tal decisão acarretava. As vidas dos habitantes da cidade não foram levadas em consideração. O que importava era o aproveitamento da mão de obra dos “flagelados” no cotidiano da cidade. Não seria um prefeito nomeado arbitrariamente numa ditadura que iria questionar tal decisão.

A senhora Raimunda Vera Cruz de Oliveira – que, quando criança, viveu no Campo do Ipu – disse-nos que seu marido, que trabalhou de coveiro naquela época,

havia sido encarregado de enterrar os mortos da Concentração; e que ele e outros homens, bebiam muita cachaça para ter coragem. [E que] teve ocasião que eles não deram conta de enterrar todos os mortos. Morria entre cem ou duzentas criancinhas de sarampo, e eles sozinhos, não puderam enterrar tudo. Eles enteraram numa vala [comum] fora do cemitério, mas enteraram tão raso que ficava as mãozinhas de fora, e os cachorros comendo. Ficava perna, braço, e mão de fora, e os cachorro e os urubu

29 Jornal El País, *op. cit.*

vinham comer. Meu Deus do Céu, que Deus dê perdão a alma dele, onde ele tiver!<sup>30</sup>

O Senhor João Anastácio Martins (Seu João Chiquinho), que havia trabalhado como auxiliar do então prefeito Joaquim de Oliveira Lima em anos posteriores, deu-nos entrevista ainda em nossa graduação sobre este assunto, dizendo de onde vinham essas pessoas:

Vinham de muitos lugares; Gumercindo vinha do sertão, com mais umas dez pessoas, e pegaram o trem entre Ipueiras e Xarito [...]. Da banda de Sobral, pegando Reriutaba, veio muita gente também. De Reriutaba pra cá e com os que vinham de Crateús e Castela; de Nova Russas pra cá, vinha gente da Maria Pereira, da Serra das Matas, de Nova Russas, Monsenhor Taboza, Xarito e Ipueiras.<sup>31</sup>

Podemos dizer, pela fala do Sr. João Chiquinho, que era a Concentração que atraía as pessoas para o Ipu (o modo abusivo de “usar a seca” para “empreender” no semiárido!), e não a fome crônica que iria matar tanta gente. A fome existia, mas o “uso da seca” como “empreendimento”, ao invés de minimizá-la, ampliava seus efeitos e agravava a migração, os deslocamentos populacionais, a propagação de epidemias etc.

Durante pouco mais de um ano, os concentrados do Ipu seriam forçados a trabalhar na abertura e manutenção de estradas, na construção de calçamentos e na fabricação de telhas e tijolos a serem usados na construção de um mata-douro, um chafariz e uma cadeia pública, mas sem dúvida, a maior obra desta seca seria o açude Jaibaras, nas imediações de Sobral. O acervo do ex-prefeito Lima, guardado pelo Senhor João Chiquinho, e depois por seu filho, Francisco Melo, tem verdadeiras preciosidades a nos revelar. Destas preciosidades, as mais extraordinárias são as fotografias dos habitantes do campo de concentração do Ipu, postadas logo abaixo.<sup>32</sup>

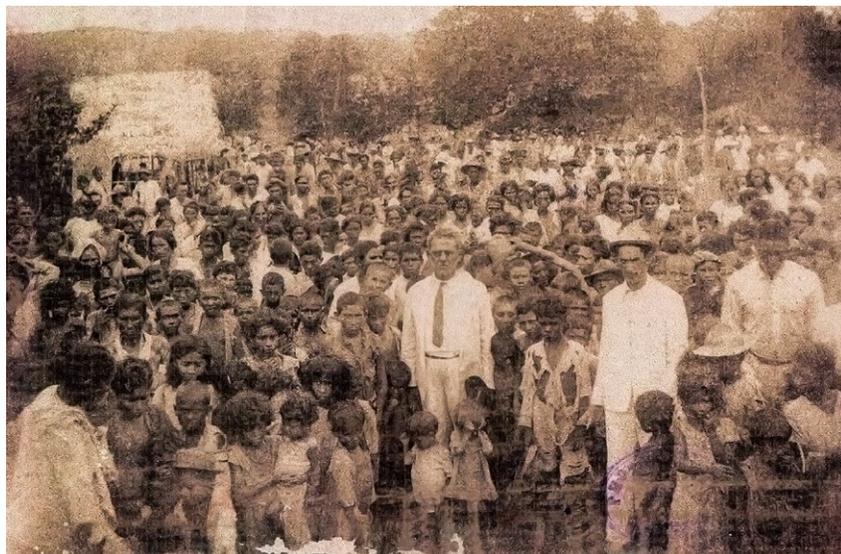
---

30 Entrevista com a Senhora Raimundo Vera Cruz de Oliveira, em 20 de março de 1999 (a entrevista fez parte de nossa monografia de graduação).

31 Entrevista ao Sr. João Anastácio Martins, durante nossa graduação pela UVA.

32 Todas estas imagens pertencem ao acervo privado do professor Francisco de Assis Martins e foram gentilmente cedidas a nossa pesquisa.

Figura 2 – Habitantes do campo de concentração do Ipu



Ao centro está Antônio Quixadá, o temível administrador do campo de concentração do Ipu. O Sr. Chico Lima contou-nos que viu, com seus próprios olhos, o drama da distribuição de alimentos no campo de concentração do Ipu. Contou-nos ainda que Antônio Quixadá e seus auxiliares distribuíam a comida com cipós e chicotes nas mãos, e que vez ou outra uma multidão de crianças, como animais famintos, avançava sobre o tacho com a sopa, e que a equipe de guardas tinha a missão indigna de “disciplinar a turba faminta” e esfarrapada. Sobre Antônio Quixadá, o Senhor Alberto de Paiva Dias nos disse em entrevista que

O encarregado (do Campo) era o Senhor Antôï Quixadá, o Bival (conhecido seu), ao saber da morte (anos depois) de Antôï Quixadá, se ajoelhou debaixo de um pé de Juazeiro, ao méi dia em ponto, encomendando em alto som a alma de Antôï Quixadá ao cão do Inferno! Não faz isso! Disse um vizinho. Ele disse: “Eu faço”. Ele (Quixadá) havia judiado muito de um tio dele (Bivá). E muita mulher de uma roupinha ruim pedia um saco de farinha para vestir, e ele dizia: “- O que? Esse vestido aí ainda tá bom!”<sup>33</sup>

Pela fotografia, podemos ver que, na sua grande maioria, os concentrados do Ipu eram crianças em situação de miséria e de desnutrição crônicas.

33 Entrevista concedida pelo Senhor Alberto de Paiva Dias, em algum dia de 1999.

Também podemos dizer que quase todos eram pardos, tostados de sol e mestiços de brancos e índios (os típicos *cabras*, que os discípulos de Lombroso e Goubineau viam como “vadios”, “monstruosos” e “degenerados”!). O homem negro à esquerda da foto – um dos “guardas” de Quixadá – tem os olhos fixos no chão, como a meditar profundamente. Em que pensava o rapaz? Seu olhar cabisbaixo nos faz supor que ele sentia uma vergonha profunda pelo que ele e seus patrões estavam fazendo. E o que fazia ele, assim como toda a “guarda” de Quixadá? Ela era encarregada de, com cacetes e chicotes, disciplinar os milhares de famintos do campo de concentração do Ipu. Espancar um adversário ou um “inimigo político” de seu patrão era uma coisa comum e louvável para um “jagunço”, mas espancar velhos, mulheres e crianças com um cacete numa fila de distribuição de alimentos “não era coisa para um *cabra* macho” fazer! Talvez por isso o rapaz estivesse de cabeça baixa na imagem. A fotografia era uma raridade nos anos 30. Um luxo para poucos! E mesmo assim vemos que o rapaz negro está constrangido diante da lente do fotógrafo. Seria assim, cabisbaixo, desiludido e envergonhado que ele – um anônimo – iria passar para a posteridade na imagem que iria immortalizar os “flagelados” do campo de concentração do Ipu. Apesar dos trajes limpos e brancos, que contrastam com os molambos esfarrapadas das crianças sujas a sua volta, o jovem negro parece submerso no remorso e na vergonha. Fazia vergonha sim espancar crianças e mulheres famintas – sua própria gente – como se elas fossem animais de carga.

Vejamos a próxima imagem. Na linha de frente, observamos uma mistura de figuras de destaque naquela sociedade. As roupas de gala, as crianças filhas dos burocratas locais, bem vestidas e preparadas para a fotografia, sugerem que até àquele momento não tinha havido nenhuma grande epidemia de sarampo no Campo do Ipu (do contrário, os pais jamais as levariam para lá). Entre os homens de terno é provável que estivesse ali o prefeito Lima, que queria “mostrar serviço” para o governador e para os tenentes. Há ali também homens da “segurança”, encarregados de proteger as autoridades, manter a disciplina e organizar a rotina no Campo. Do lado esquerdo da imagem, há três ou quatro padres católicos (sabemos disso por suas batinas pretas bem visíveis). A presença de tantos padres entre os concentrados sugere a participação direta da Igreja Católica na execução do projeto dos campos de concentração do Ceará. Como braço administrativo do governo Vargas, caberia à Igreja administrar e controlar espiritualmente os habitantes dos Campos. Há relatos de que todos os dias havia missas, confissões, casamentos, batizados e extrema-

-unções no Campo do Ipu. Todos eram “orientados” a aceitarem seus destinos e “respeitarem a vontade de Deus”!

Para o bem ou para o mal, a Igreja Católica participou diretamente da administração dos campos de concentração do Ceará e fora um dos braços políticos da ditadura varguista na administração da sociedade de então. A Igreja era (e ainda é) a “porta de entrada” dos indivíduos do mundo dos vivos para o mundo dos mortos. Instituição disciplinadora e “educadora” desde a sua origem remota, cabia-lhe administrar, disciplinar e contabilizar as mortes. Enfim, ao lado da prefeitura, a Igreja Católica era a principal instituição encarregada da disciplina e da administração dos “flagelados” do campo de concentração do Ipu.

**Figura 3** – Flagelados no campo de concentração do Ipu



Agora vamos observar a terceira imagem: vemos centenas (talvez milhares) de crianças pardas, que olham ansiosas para a câmera. Algumas têm os cabelos raspados, para impedir a propagação de piolhos. Ali, diante da câmera (uma grande novidade ainda nos anos 30), nenhuma das crianças retratadas na imagem sorri. Seus rostos são taciturnos, talvez por saberem que suas vidas corriam grande perigo ali, no *Campo* do governo. Seus pais e mães haviam lhes dito que “com seca não se brinca”, e “seja o que Deus quiser”. Em meio a tantas crianças, cadê os adultos? Cadê os pais desses meninos? Aí nos lembramos do porquê do campo de concentração do Ipu: poupar Sobral e as obras do Jaibarras do assédio de uma “mão de obra inútil” (os adultos não eram aceitos no Campo do Ipu!). Foi por isso que o governador do Estado – o Tenente Roberto

Carneiro de Mendonça – escolheu o município de Ipu para abrigar o único campo de concentração em toda a Zona Norte do Estado.

**Figura 4** – Crianças no campo de concentração do Ipu



Olhemos agora para a imagem apresentada abaixo: trata-se da antiga Cadeia Pública da cidade, concluída com mão de obra dos moradores do campo de concentração da cidade, conforme nos fala o prefeito Lima. O refinamento do prédio nos diz que havia ali a supervisão de um engenheiro experiente e de um mestre de obras experimentando (do contrário, a obra não sairia tão perfeita e imponente). A foto em questão é do dia de sua inauguração no ano de 1933. Ali se vê representada a fina flor da sociedade local, os funcionários da prefeitura, parentes e clientes da parentela montada pelo prefeito e por seus aliados.

**Figura 5** – Cadeia pública de Ipu



Nesta ocasião, o prefeito Joaquim Lima teria pronunciado estas palavras:

Meus Senhores [...]. Ao assumir o cargo de Prefeito incluí no meu programa tudo envidar para prosseguir nos trabalhos da nova cadeia, [... para] retirar do centro da cidade o depósito anti-higiênico, mal impressionador que possuímos. [...] no começo de 1932, auxiliado pelos recursos da prefeitura, dei o primeiro impulso, conseguindo deixar o prédio coberto. Veio depois a Concentração de flagelados, e por autorização dos Senhores Tenentes Floriano da Silva Machado e José Pinheiro Barreira, respectivamente, Delegado Regional nesta zona, e Diretor do Departamento de Secas, **pude me utilizar dos flagelados para todos os serviços públicos.** [...] e hoje tenho a satisfação de entregar ao povo de Ipu a nova Cadeia [...].<sup>34</sup>

Mas a obra mais brutal na cidade, que custou vidas, “trabalho escravo” e exaustão, não seria fotografada: trata-se das obras de calçamento do centro da localidade. Nela, mulheres e crianças tiveram que carregar pedras por longas distâncias se quisessem comer e viver no Campo!<sup>35</sup>

A singularidade do campo de concentração do Ipu esteve em duas de suas características peculiares: na primeira delas, o Campo fora montado no Ipu para poupar Sobral do assédio da “mão de obra inútil” dos doentes, velhos, mulheres e crianças (pois só os homens saudáveis puderam ser “alistados” nas obras do Jaibaras); e segundo: a população abrigada no Campo de Concentração do Ipu foi usada como “empregados” pela prefeitura municipal de Ipu, onde esta população fragilíssima fora explorada na construção de calçamentos, manutenção de estradas, finalização de prédios públicos etc.

## Considerações finais

Dedicamos este trabalho aos quase dois mil mortos do campo de concentração do Ipu no ano de 1932, cujas vidas se perderam na noite dos tempos para sempre. É como se eles nunca tivessem existido, e que o Ipu, o Ceará e o Brasil tivessem vergonha do que fizeram e quisessem enterrá-las. As gestões municipais nunca se preocuparam nem mesmo em colocar ali uma simples placa demarcando o local exato do Campo (nada lá existe, além de um mata-gal, um curral de gado e uma fazenda). Este é um passado que a cidade quer

34 LIMA, Joaquim. *A administração Municipal de Ipu no regime revolucionário*: [s.n.], 1935, p. 20. (Material publicado pelo ex-prefeito Joaquim de Oliveira Lima, prestando contas de sua administração).

35 Ver: MARTINS, Francisco Magalhães. *Op. cit.*

esquecer, miseravelmente, perdida em sonhos de grandeza, de ignorância e de ostentação vulgar. As instituições locais (a prefeitura, uma academia de letras, a maçonaria e a Igreja), que deveriam zelar por este passado, são as primeiras a ignorá-lo! Por quê? Fica a pergunta provocadora. Devemos lembrá-los de suas responsabilidades para com o passado, a história, a memória, dos vivos e dos mortos! Até que nós mesmos sejamos também “só mais uma história” para alguém contar, numa nota de fim de página. Um forte abraço, e... Adeus!



## **“Os teus filhos, cidade encantada, escondidos no seu coração”: a vida e a morte do Centro Social Morrinhense (1952–1963)**

*Cid Morais Silveira*<sup>1</sup>

### **Longe de casa, perto do Centro: o começo**

Na madrugada de terça-feira, dia 12 de junho de 1952, era impresso, em um pequeno volume, os exemplares do jornal *O Nordeste*, periódico fundado em Fortaleza pela Igreja Católica, em 1922, que circularia na capital do estado a partir das primeiras horas da manhã. Trazia, no canto inferior direito da página 13, no pé da folha, a seguinte notícia:

CENTRO SOCIAL MORRINHENSE: Foi fundado domingo último, 10 do corrente mês, às 16 horas, na rua Padre Mororó 916 (sede provisória), o Centro Social Morrinhense, entidade que agrega jovens daquela próspera vila do interior cearense. Após uma movimentada sessão, foi constituída sua primeira diretoria: Diretor – José Ataíde Vasconcelos; Presidente – Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Mundico); Vice-presidente – Miguel Cialdine Lima; 1º secretário – José Adrião Sousa; 2º secretário – Manoel Valdeci Vasconcelos; 1º tesoureiro – Raimundo Nonato

---

1 Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2015). Mestre (2018) e doutorando em História e Espaços pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Doutorado (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Corpus: grupo de estudos e pesquisas em história dos corpos e das sensibilidades (UFRN/UEPB). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea e na relação entre História e Espaços, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade e cultura urbana; historiografia e produção dos espaços; geografia literária, narrativas espaciais e paisagens luso-brasileiras nos séculos XIX e XX. E-mail: cidmoraisilveira@gmail.com.

Rocha (Raimundinho); 2º tesoureiro – Miguel Cialdine Silveira; Orador – João Expedito Sousa.<sup>2</sup>

Pela localização da notícia, longe das grandes manchetes, dos anúncios publicitários e das crônicas esportivas sobre o último Clássico-Rei, ela poderia muito bem ter passado despercebida. E talvez passou. Mas que instituição era essa? O que pretendia? Como e onde funcionava? Quem foram seus idealizadores e fundadores?

No final da década de 1940, numa quente tarde de domingo na cidade de Fortaleza, um jovem alto e esguio esperava por alguma coisa, parado em uma esquina próximo à Praça do Ferreira. Aparentava ter entre 18 e 21 anos e vestia um suéter azul-escuro com um colarinho levemente desbotado, dando contornos a um decote generoso em V, que deslizava pelos ombros, e uma calça social larga que quase lhe cobria os pés. O sapato tinha um bico fino e era negro, da cor da noite. Constantemente passava a mão pelo cabelo, embora já estivesse um pouco calvo. Parecia impaciente. Vendo que sua espera seria ainda mais demorada, sentou-se em uma cadeira de madeira que pertencia a uma banca de jornal ali perto e correu os olhos pelo último número do jornal *Tribuna do Ceará*. Não era possível identificar o que lia, mas de vez em quando sorria, mostrando os dentes brancos e arregalando os olhos. Poucos minutos depois, o barulho do bonde elétrico deslizando e rangendo sobre os trilhos fez com que o jovem se apressasse a jogar alguns cruzeiros ao dono da banca enquanto corria com o jornal debaixo do braço. Pegou o bonde e se foi.

Passado algum tempo, depois de serpentear nas ruas de uma cidade em ebulição, pelo calor e pelo movimento das pessoas e dos automóveis, o bonde parou ao pé da Ladeira da Conceição. O jovem saltou, mas sem o jornal. Esquecera dentro do transporte. Resmungou, mas logo se arrependeu, ao descobrir que teria de subir a ladeira a pé, sob o sol vespertino e escaldante da capital alencarina. O seu destino era o Seminário Maior, dirigido por lazaristas desde 1864, situado em um enorme edifício em estilo neoclássico, localizado no antigo bairro da Prainha. Estava ali para visitar um amigo de longa data, que lá estava morando. Naquele prédio, em um quatinho perto do pátio, onde havia um painel repleto de azulejos que trazia o nome de alunos e professores ilustres, no seio de um centro eclesiástico e intelectual, o Centro Social Morrinhense começou a ser idealizado.<sup>3</sup>

2 Jornal *O Nordeste*. Fortaleza, 12 de agosto de 1952, p. 13.

3 Estes dois últimos parágrafos foram construídos com base em informações concedidas em entrevista pelo próprio Mundico Rocha, e também a partir de pesquisas e análise de dados dispersos na documentação.

O jovem se chamava Raimundo Nonato Araújo da Rocha, o Mundico, e a viagem ao Seminário Maior era para visitar o amigo José Ataíde Alves, que havia firmado um compromisso com Deus no mundo dos homens. Esse percurso ocorria sempre aos domingos, às três horas da tarde, e durou cerca de seis anos. No Seminário, José Ataíde e Mundico conversavam sobre a vida na cidade nova, seus sonhos, seus desejos, suas ideias, seus medos e sobre as angústias de dois jovens do interior que se aventuraram a viver na capital. Porém, não haviam de deixar de falar sobre uma pequena vila no interior do estado, que ambos haviam deixado esquecida, sob a poeira provocada pelo atrito dos pneus, dos ônibus abafados da empresa Redenção, na terra batida e amarelada. Foram para longe dela, mas queriam saber notícias de lá, fazer algo pelo lugar onde nasceram:

Depois de dois anos que eu já estava em Fortaleza, o Ataíde foi para o Seminário Maior. Era meu amigo de infância, nossos pais eram muito católicos. Tivemos uma relação de muita amizade, muita íntima, frequentávamos os mesmos lugares. Quando ele veio para Fortaleza, para o Seminário, nossa amizade voltou. Aí eu passei a visitá-lo e durante seis anos, todo domingo às três horas da tarde estava eu no Seminário da Prainha visitando o querido amigo Ataíde. Nós queríamos saber de notícias de Morrinhos, trazidas por amigos em comum. O Ataíde me influenciou muito. Ele foi quem influenciou para nós criarmos o Centro Social Morrinhense, juntamente com o José Adrião Sousa, que era o grande intelectual do Centro, bibliotecário, homem de letras. O Centro foi criado para unir o pessoal da cidade. Unir e trabalhar pela cidade. O interesse era de fazer crescer a cidade, ninguém nem pensava nesse negócio de prefeitura, de emancipação não. Morrinhos era muito pequeno, tinha pouca gente. Era atrasada.<sup>4</sup>

Raimundo Nonato Araújo da Rocha, José Ataíde e José Adrião Sousa, os três nomes citados na fala de Mundico, serão, como veremos mais adiante, os sujeitos mais atuantes dentro da instituição que tiveram a ideia de criar, uma associação onde pudessem trabalhar “em prol do progresso de sua pequena vila localizada junto as ribanceiras do Rio Acaraú”.<sup>5</sup> Com o passar do tempo e dos encontros entre eles, ela foi ganhando corpo e forma.

O fato é que essa iniciativa de criação de uma instituição que pudesse representar uma pequena vila encravada entre o litoral e o sertão, no interior cearense, composta de oito ruas, dois grandes quadriláteros que os moradores

---

4 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha, realizada em 16/05/2017, em Morrinhos, Ceará.

5 SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. *Op. cit.*, p. 406.

chamavam de “praça” e com aproximadamente 1.097 habitantes,<sup>6</sup> foi se concretizando a partir de reuniões informais, seja nas casas de seus idealizadores, dentro das dependências do Seminário Maior ou mesmo em passeios e prosas pelos cafés e quiosques da Praça do Ferreira. O Centro Social Morrinhense só foi devidamente instalado em 10 de agosto de 1952, a partir de uma sessão solene na residência de José Mauri Rocha, irmão de Mundico, outro que também havia deixado Morrinhos. Ele se localizava na estreita rua Padre Mororó, no Centro de Fortaleza, sua primeira e provisória sede.

Tido como uma instituição centralizadora que congregava, de acordo com João Leonardo Silveira, aqueles “filhos e amigos de nossa terra, colegas nossos da capital e simpatizantes de nossa luta pelo progresso da vila e do povo morrinhense”,<sup>7</sup> o CSM reuniu nomes que acreditaram e assumiram o discurso de que sua vila estava desamparada e abandonada pelo poder público. Pessoas que compartilhavam e comungavam de um mesmo horizonte de ideias. Era “pequena e atrasada”, como disse Mundico Rocha, mas que, com ajuda de seu povo, tido como exemplo natural de uma sociedade virtuosa, moralista e progressista, poderiam colocá-la dentro de um “horizonte de expectativas”<sup>8</sup> de desenvolvimento e progresso. O Centro Social Morrinhense seria o guia, a vanguarda e a bandeira desse movimento.

Em entrevista concedida ao jornalista Manuel Aguiar de Arruda, publicada em 1958, no jornal *Voz de Morrinhos*, em número comemorativo à emancipação política de Morrinhos, Mundico, como presidente da associação durante seus cinco primeiros anos, relatou quais foram as preocupações do Centro Social Morrinhense durante sua primeira gestão. Segundo ele, a maior preocupação foi oficializar o CSM, torná-lo uma entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, além de aprovar seus estatutos, que foram reconhecidos pelo Cartório Pergentino Maia e, posteriormente, publicados no Diário Oficial do Estado em 15 de dezembro de 1952. De acordo com seus estatutos, a finalidade do Centro Social Morrinhense era de “congregar filhos e amigos de Morrinhos para defender os interesses desta localidade e de seus associados, proporcio-

---

6 MARANHÃO, Luciana Vasconcelos. *Vila Morrinhos: Memória, história e tensão social (1953-1957)*. Monografia de graduação. Sobral: Curso de História – UVA. 2009, p. 22.

7 *Ibidem*, p. 408.

8 Espaço de experiência e horizonte de expectativa são duas categorias concebidas por Reinhart Koselleck fundamentais à Teoria da História, numa tentativa de compreensão dos regimes de temporalidades (passado, presente e futuro) que atravessam cada época, possibilitando entender como são pensadas as relações entre eles. Para o autor, o presente tanto pode ressignificar o passado, quanto o futuro. Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

nando-lhes solidariedade, auxílio moral e material, quando se fizer necessário e de acordo com suas possibilidades”.<sup>9</sup>

Dentre outras finalidades do CSM, estavam: 1º) proporcionar as melhores ocasiões de progresso àquela vila; 2º) levantar o nível social de seus habitantes; 3º) auxiliar os estudantes pobres do distrito; 4º) promover campanha sobre assuntos dos mais variados: educação, cultura, escolas, alfabetização de adultos, agricultura e outros problemas locais”.<sup>10</sup> O Centro Social Morrinhense estava disposto, também, a manter um “club” diversional, uma biblioteca franqueada ao público, escola para os filhos de associados e um jornal, além de ofertar e cobrir despesas e assistência médica, hospitalar, jurídica e odontológica de seus sócios, organizando também um lactário para os “filhos de associados que fossem reconhecidamente pobres”.<sup>11</sup>

O investimento do CSM em “levantar o nível social de seus habitantes” e “promover campanha sobre assuntos dos mais variados” denuncia o incômodo dos membros dessa instituição com a existência de uma população majoritariamente iletrada, que necessitava ser guiada, conduzida à luz da instrução e do conhecimento. Seriam eles, homens construtores do saber, que responderiam a essa falta de letramento, promovendo campanhas contra os “problemas locais”, sendo uma delas a ausência de instrução. Fica muito claro, a partir da leitura dos objetivos da criação da instituição em seus estatutos, que o Centro Social Morrinhense procurava cultivar as atividades culturais entre seus associados, mas também existia uma preocupação em torno do espaço, da vila de Morrinhos e com as pessoas que lá residiam.

Havia uma preocupação, nas reuniões da entidade, de compreender como o que ali se debatia poderia influenciar na vida das pessoas e no desenvolvimento da vila. Essas “ocasiões de progresso”, sejam elas intervenções materiais e/ou culturais, acabaram se tornando o principal elo entre os de “dentro e os de fora”, buscando romper qualquer embaraço ao diálogo entre os centristas e a população. Incentivar e lutar por essas “ocasiões de progresso” seria a melhor forma de anunciar que o Centro Social Morrinhense estava à serviço da vila de Morrinhos e de seus habitantes.

Os sócios seriam os fundadores da associação, e os que desejassem associar-se a ela, posteriormente, deveriam ser classificados em uma das quatro categorias disponíveis: sócios fundadores, efetivos, beneméritos e honorá-

---

9 Estatutos do Centro Social Morrinhense: Art. 2º. Diário Oficial do Estado, 15 de dezembro de 1952.

10 *Ibidem.*

11 *Ibidem.*

rios. O pagamento da joia, que deveria ser quitado no momento da inscrição, possuía o valor estabelecido em Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).<sup>12</sup>

Eram considerados sócios fundadores aqueles que estiveram intimamente ligados à ideia de criação do Centro Social Morrinhense, participando das primeiras reuniões e, principalmente, que seus nomes estivessem grafados na lista de presentes ao final da ata da sessão solene de fundação da instituição. Já os sócios efetivos foram divididos em dois grupos: aqueles comprovadamente nascidos em Morrinhos e os outros que, mesmo não sendo “filhos da terra querida”, partilhavam das mesmas ideias e participavam intensamente das discussões em prol do CSM e da vila de Morrinhos.

Os sócios beneméritos eram os associados que haviam prestado uma doação de alto valor e/ou contribuíram de forma significativa com seus serviços ofertados à instituição. Já os sócios honorários eram os únicos que não necessariamente deveriam fazer parte do quadro de sócios da associação, embora a categoria levasse o nome de “sócio”. Eram pessoas que colaboraram com sua “influência e serviço de real valor para o engrandecimento da instituição, tornando-se, por este motivo, digno deste título”.<sup>13</sup> Para se tornar um sócio honorário do CSM, era preciso que a proposta de admissão do requerente fosse aprovada pela Diretoria e Conselho Superior.

É preciso aqui fazer uma ressalva: embora os estatutos não tratem dessa informação, foi localizada, em outra documentação referente ao Centro Social Morrinhense, menção a duas outras categorias de sócios, ambas com apenas um integrante: presidente honorário e sócio essencial. A primeira categoria, no momento da fundação do CSM, foi ocupada pelo comerciante fortalezense Alberto Bardawill, que possuía uma loja no Centro da capital, ao lado da Farmácia Santa Helena, onde Mundico Rocha trabalhava. Foi Bardawill, afirmou ele em entrevista, “quem me apresentou e me inseriu na imprensa e nas redes de sociabilidade intelectuais fortalezenses”.<sup>14</sup> A loja de Alberto Bardawill era tão famosa que deu inclusive nome a uma parte da rua em que estava localizada: Esquina da Broadway, mais conhecida como “esquina do pecado”. Sobre Bardawill e sua loja, escreveu o memorialista Marciano Lopes:

Uma loja que, embora bem menor em instalações, possuía, talvez mercê de seu nome, incrível fascínio na cidade, era a “Broadway”, de Alberto Bardawill, na esquina famosa das ruas Major

12 Não foi possível localizar o valor da mensalidade paga pelos sócios de quaisquer categorias. O livro de atas não menciona essa informação, e os estatutos se limitam a dizer que “os sócios ficarão obrigados a pagamento de uma mensalidade que será fixado pela Diretoria”, sem discriminar seu valor.

13 Estatutos do Centro Social Morrinhense: Art. 13º. Diário Oficial do Estado, 15 de dezembro de 1952.

14 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha, realizada em 16/05/2017, em Morrinhos, Ceará.

Fecundo e Guilherme Rocha. Tinha duas vitrines, uma em cada rua e era o próprio Bardawill quem montava as vitrines e “vestia” as bonecas-manequins. A casa não tinha maiores atrativos em decoração, porém, só trabalhava com tecidos de alta classe e sua clientela era de primeira linha. Sua fama maior veio do forte vento que soprava, constantemente na sua esquina, levantando as saias das moças e provocando o ajuntamento dos rapazes, o que deu origem ao epíteto de “esquina do pecado”. Aquele vento seria originado pelos altos tapumes da construção do Cine São Luiz, que não permitiam a sua passagem pelas galerias laterais obstruídas.<sup>15</sup>

Alberto Bardawill permaneceu como presidente de honra do Centro Social Morrinhense até o ano de 1957, sendo substituído pelo deputado estadual Francisco Vasconcelos de Arruda, que também fazia parte do quadro de associados. O primeiro e único sócio essencial do Centro Social Morrinhense foi outro comerciante, desta vez de Morrinhos, José Wilson Araújo, que chegou a ser subprefeito da vila em 1956. Era considerado como um “jovem ornamento da sociedade morrinhense”<sup>16</sup> e possuía um pequeno clube que se destacava por ser o principal espaço de sociabilidade da pequena vila: o Astória Bar.

O fato é que, para ser um sócio do Centro Social Morrinhense, era preciso cumprir todas as disposições contidas no regulamento, o que possivelmente não era uma tarefa fácil, visto que os estatutos estavam divididos em 15 capítulos, contendo 48 artigos ao total, explicando minuciosamente os deveres a serem seguidos e respeitados por todos os membros da instituição. As penalidades eram mais severas para os sócios efetivos, distribuídas entre advertências, suspensões e, em último e extremo caso, eliminações. As faltas leves, que acarretariam em advertências, seriam desde ausências nas reuniões até aquele “que solicitar convites com pessoas não compatíveis com o quadro social da instituição”.<sup>17</sup> O sócio que desviasse valores do CSM, apresentasse documentos falsos ou tentasse envolver a instituição em conflitos com outras entidades seria suspenso ou até expulso, a depender de julgamento interno feito pela Diretoria e Conselho Superior.

Para se tornar sócio do Centro Social Morrinhense, era preciso enviar à Diretoria uma proposta de admissão, escrita em formulário fornecido pela instituição, que deveria ser assinada previamente por dois sócios em pleno gozo de seus direitos legais. Depois da aprovação do requerimento, seria marcada uma

15 LOPES, Marciano. *Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40*. Fortaleza: Editora Tipoprogresso. 1988, p. 114.

16 *Jornal Voz de Morrinhos*. Nº 1. Local, 06 de janeiro de 1953.

17 Estatutos do Centro Social Morrinhense: Art. 21º. Diário Oficial do Estado, 15 de dezembro de 1952.

“sessão de aceitação”, na qual o futuro sócio deveria realizar um juramento, pronunciando as seguintes palavras sob a bandeira do CSM: “Nas possibilidades das minhas forças, comprometo-me abraçar e defender as justas causas por que se batalha o Centro Social Morrinhense”.<sup>18</sup> Entre os deveres e direitos dos sócios, independente da categoria, estavam: “utilizar todas as dependências do Centro, de acordo com as normas de conduta; prestar toda a cooperação moral e intelectual para um maior desenvolvimento da entidade; respeitar as convenções sociais e os poderes competentes; pagar rigorosamente todas as mensalidades em dia; participar ativamente de todas as sessões e reuniões do Centro Social Morrinhense”.<sup>19</sup>

Do ponto de vista estrutural, o Centro Social Morrinhense era organizado a partir de sua Diretoria, do Conselho Superior e do Conselho Fiscal. Caberia à Diretoria, como o órgão executivo do CSM, administrar a instituição, elaborar seus regimentos, fiscalizar o cumprimento do estatuto por parte dos sócios, organizar eventos relativos às datas festivas do Centro Social Morrinhense “e de outras que se fizerem dignas, além de incentivar a cultura moral, cívica e física de seus associados”.<sup>20</sup>

O Conselho Superior era formado por cinco membros, e competia a eles decidir sobre assuntos que lhes eram submetidos pela Diretoria e/ou pelos sócios. Era tarefa do Conselho Superior a análise do relatório mensal do Conselho Fiscal, do relatório anual da Diretoria e do balanço financeiro. Já o Conselho Fiscal era o responsável pela fiscalização e balanço das contas e pela produção mensal do relatório sobre a condição das finanças da instituição. Todos os membros dos órgãos que citamos eram votados em Assembleia Geral, e o tempo de gestão era de um ano. Havia também um Departamento Feminino e um Departamento Recreativo, mas ambos foram criados depois, não estando contemplados nos estatutos e pouco são mencionados nas atas ou em outras fontes.

As eleições para composição dos órgãos anteriormente citados ocorriam durante as assembleias gerais, com frequência anual, no segundo domingo de julho, com a posse sendo efetivada no segundo domingo de agosto, próximo ao aniversário da instituição. O voto era secreto e só poderia participar da eleição quem estivesse presente na reunião. Votar por intermédio de procuração não era permitido.

---

18 *Ibidem.* Art. 15°.

19 Estatutos do Centro Social Morrinhense: Art. 17°. Diário Oficial do Estado, 15 de dezembro de 1952.

20 Estatutos do Centro Social Morrinhense: Art. 42°. Diário Oficial do Estado, 15 de dezembro de 1952.

As sessões e reuniões ordinárias do Centro Social Morrinhense ocorriam geralmente às 14 horas, no segundo e quarto domingo do mês, em sua sede, na rua Senador Pompeu, em Fortaleza. Já as sessões solenes, marcadas sempre visando à comemoração de datas e eventos importantes, tais como aniversários da instituição, posse de nova diretoria e confraternizações consideradas de caráter oficial pelo CSM, transcorriam sempre às 20 horas, no mesmo endereço, e contavam com a presença de políticos, empresários, acadêmicos, profissionais liberais e representantes do governo do estado.

É interessante notar o papel importante que a história exercia dentro das reuniões do Centro Social Morrinhense. As sessões solenes eram feitas exclusivamente para comemorações, e as datas eleitas importantes dentro da história de Morrinhos, do Centro Social Morrinhense, do Ceará e do Brasil eram exaustivamente festejadas. Por meio da repetição dessas comemorações, tentava-se apre(e)nder o passado pensando em sua “importância normativa para o presente”.<sup>21</sup>

Os rituais de comemoração, de acordo com Fernando Catroga, são importantes pois, por meio da constante evocação de um passado, de sua repetição, da regularidade em sua comemoração, sujeitos e instituições produzem representações simbólicas constituídas de uma memória em torno de determinados eventos que deveriam responder às demandas do presente. Em nosso caso, seja ela uma necessidade ligada ao CSM, aos seus associados, à vila de Morrinhos ou mesmo a acontecimentos considerados pela instituição como importantes dentro da história de construção da nação, como sua independência e a proclamação da República, as datas são levadas a sério pelo Centro Social Morrinhense e, por isso mesmo, muito comemoradas.<sup>22</sup>

As sessões eram organizadas dentro de um padrão muito comum e característico: depois de aberta a reunião pelo Presidente, seguia-se a leitura e despachos de anúncios e telegramas durante o expediente, adentrando na ordem do dia, discutindo-se os principais assuntos em pauta, e, por fim, finalizando o encontro com a ordem cultural, em que se facultava a palavra aos sócios e se ouvia números de sanfona, violino, além da declamação de poesias e a discussão de artigos de autoria dos associados, versando sobre temas históricos, filosóficos, educacionais etc.

---

21 OZOUF, Mona. A festa Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995, p. 216.

22 Para mais informações, ver CATROGA, Fernando. *Ritualizações da História. In: A História da História em Portugal – séculos XIX-XX: da Historiografia à Memória Histórica*. Temas e Debates, Coimbra, 1998, p. 221-361.

O Centro Social Morrinhense possuía ainda um símbolo, que era usado como selo, uma forma de oficializar e reconhecer os papéis que eram expedidos, como telegramas e cartas; um hino oficial, escrito pelo Pe. Cornélio da Silva, e uma bandeira, que era hasteada durante todas as reuniões. A letra do hino diz muito da relação entre os membros do CSM e o espaço que se propunham a representar:

Os teus filhos, cidade encantada.  
Levam sempre onde quer que eles vão.  
Um pedaço da gleba sagrada:  
Escondido no seu coração.

Morrinhenses, garbosos e unidos.  
Seja o lema do nosso ideal:  
Trabalhar como filhos queridos.  
Pela glória da terra natal.

O progresso, a beleza da terra.  
A grandeza do povo também:  
É a divisa sagrada que encerra.  
Os anseios de quem te quer bem.

Morrinhense, que és livre, que és forte.  
Trazes n'alma o ardor juvenil.  
A coragem da gente do Norte.  
E a doçura do céu do Brasil.

Salve o branco da nossa bandeira.  
Forma o azul um mimoso painel:  
Belo exemplo de paz altaneira.  
E a amizade serena e fiel.

Tem também nosso trapo de glória.  
Grande V majestoso a luzir:  
É virtude, é valor, é vitória.  
Apontando o risonho porvir.<sup>23</sup>

Pela leitura e análise do hino, é possível perceber, também, quais linhas foram seguidas para a confecção da bandeira, que, de acordo com o CSM, “traduz o sentimento expressivo e patriótico que reina entre seus membros”.<sup>24</sup> A cor branca, “exemplo de paz altaneira”, representaria a relação entre o distrito e as cidades vizinhas, sobretudo Marco e Santana, que possuíam ligações espaciais estreitas

23 Hino oficial do Centro Social Morrinhense: *Jornal Voz de Morrinhos*, nº 3. Fortaleza-CE, 06 de janeiro de 1954.

24 *Jornal Voz de Morrinhos*, nº 1. Fortaleza-CE, 06 de janeiro de 1953.

e sobrepostas com Morrinhos: sendo Marco a sede da paróquia a que pertencia Morrinhos, e Santana, a sede do município do qual Morrinhos era distrito. Ao centro, a bandeira possuía um globo azul, entremeado por uma faixa branca, que simbolizavam o manto que veste o Sagrado Coração de Maria, a padroeira de Morrinhos. Amparando o globo, ao centro, havia um V maiúsculo e encarnado, que remetia a qualidades que caracterizariam o presente e o futuro da terra: “virtude, valor e vitória”, trazendo grafado, em caixa alta, o lema do Centro Social Morrinhense: “tudo pelo progresso de Morrinhos”.

O fato é que, a partir de 1952, o Centro Social Morrinhense passou a construir relações, sobretudo espaciais, importantes com Morrinhos, como veremos durante o andamento deste trabalho. O Centro Social Morrinhense foi, nas palavras de José Ataíde Alves, “a fagueira esperança de melhores dias”, aquele que cuidaria, trazendo afago e esperança de dias melhores àquela pequena vila que dormia entre o litoral e o sertão cearense. Mas, cabe aqui uma pergunta que ficou latente e não foi, propositalmente, respondida: por que uma instituição, que se dizia representar sua tão amada terra natal, não foi lá fundada, e sim em outra cidade, Fortaleza?

### **A sedução da “loira desposada do sol”**

Cheguei à casa do filho de Mundico Rocha, Paulo, às 16 horas de uma sexta-feira, na hora do café da tarde. O aroma forte daquela bebida, misturando-se com o cheiro do pão e da manteiga-da-terra, que havia saído do fogão naquela manhã, ocupava todo o espaço da casa, constituindo uma particular paisagem olfativa. Mundico, com a boca ainda suja de farelo de pão, pediu-me que entrasse e se sentasse à mesa. Ele logo iria ao meu encontro.

A casa era enorme, composta por vários cômodos e escadas que davam acesso a lugares que não conheci. Na sala, uma mesa robusta de madeira envernizada e pintada de preto, com um vidro espesso colocado ao centro, em volta de paredes alaranjadas com vários quadros, entre eles uma representação artística muito bonita de uma imagem do Quadro da Rua, em Morrinhos, provavelmente durante a década de 1960. Mundico veio vagarosamente, caminhando com cuidado, com seus quase noventa anos. Sentou-se, e eu liguei o gravador. Conversamos. Entre muitas das perguntas que lhe fiz, uma o fez sorrir, como se alguém já o tivesse perguntado antes e por várias vezes: “por que o Centro Social Morrinhense foi fundado em Fortaleza, e não em Morrinhos?”<sup>25</sup>

---

25 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha. *Op. cit.*

Porque o Centro necessitava de um centro e, no Ceará, Fortaleza era o centro de tudo. Lá ficaríamos mais perto dos poderes governamentais, da imprensa. Tínhamos tudo ali ao alcance da gente. Fortaleza era pequena e a gente se reunia toda semana na sede da ACI. Todos nós que fundamos o Centro morávamos em Fortaleza, por isso não fazia sentido fundar o Centro em Morrinhos. Fortaleza tinha um ar de intelectualidade e isso favorecia a gente, nos reuníamos muito. Éramos um centro social e cultural.<sup>26</sup>

Por mais que Mundico insistisse em dizer que Fortaleza era o “centro”<sup>27</sup> do Ceará, e na época de fundação do Centro Social Morrinhense realmente já era considerada a principal cidade do estado, sabemos que nem sempre foi assim. Até o início do século XIX, Fortaleza era uma vila sem atrativo algum e quase nenhuma influência econômica no estado. O que a fez sobreviver, em princípio, foi sua fortaleza, que possibilitava segurança e garantia de estadia aos navegantes que mareavam entre o Maranhão e Piauí, onde atracavam para abastecer ou pernoitar. Um forte, um riacho e uma pequena porção de moradores: essa era a imagem da antiga vila de Fortaleza.<sup>28</sup> As vilas de maior importância no Ceará estavam situadas no interior: Sobral e Crato, com exceção de Aracati, que também margeava o litoral.

Com a emergência do algodão na lista de produtos exportados pelo Brasil, desde o final do século XVIII, a vila de Fortaleza passou a ser contemplada com infraestrutura e serviços adequados para atender as transações comerciais diretas com Portugal. Mas foi durante a primeira metade do século XIX, com a consolidação e expansão da indústria têxtil, que a produção de algodão aumentou consideravelmente, por consequência da demanda do produto, e isso assentou a hegemonia de Fortaleza dentre as demais cidades cearenses, onde, além do algodão, comercializava-se em grande número o charque.

A partir de meados do século XIX, “a queda na produção de outros fornecedores e a Guerra da Secessão (1861-64) nos Estados Unidos, poderoso concorrente, contribuíram para expandir significativamente a indústria algodoeira cearense e para dinamizar o comércio de sua capital”<sup>29</sup> Guilherme Stu-

---

26 *Ibidem*.

27 A palavra “centro” aqui foi empregada no sentido de uma centralização das relações políticas, de um agrupamento populacional elevado e de um núcleo econômico importante.

28 Para mais informações, sobretudo a respeito do desenvolvimento da forma urbana de Fortaleza ao longo do século XIX e de sua emergência como capital cearense, ver COSTA, Maria Célia Lustosa. *Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX*. Revista do Instituto do Ceará, 2014, p. 81-111. Já para uma descrição mais densa do espaço urbano fortalezense, ver GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1997.

29 COSTA, Maria Célia Lustosa. *Op. cit.*, p. 94.

dart, o Barão, afirmou que no momento da Independência do Brasil, em 1822, Fortaleza contava com 45 ruas espaçosas, 2 travessas, 4 bulevares, 16 praças, 3.855 casas, compreendendo as estradas empedradas do Visconde de Cauhipe e da Pacatuba, 10 igrejas e 24 edifícios públicos.<sup>30</sup> Um ano depois, passou à condição de cidade.

A cidade de Fortaleza, em que Mundico e seus amigos viveram e da qual experienciaram o cotidiano, onde o Centro Social Morrinhense passou a existir e funcionar, era um espaço urbano ainda marcado pelos tempos idos e alucinantes da *belle époque*,<sup>31</sup> época em que a “loira desposada do sol”<sup>32</sup> observava Paris com olhos de inveja. O que se sentia também era o alívio trazido pelo fim da Segunda Guerra Mundial, que possibilitou a emergência e a “difusão mundial de comportamentos e estilos de vida apoiados no modelo urbano-industrial norte-americano – o chamado *American way of life*”.<sup>33</sup> Desde a virada do século, a cidade já experimentava profundas modificações em seu corpo, que foi cada vez mais especializado e espacializado, seguindo às margens do Rio Pajeú. Foram executadas várias reformas urbanas, especificamente nos espaços públicos da cidade, sendo construídas largas avenidas e ruas espaçosas, bem como jardins, cafés, edifícios, além da tomada de uma série de medidas higienizadoras e de saneamento ambiental.

Fortaleza já detinha a sétima maior população urbana do país, fazendo crescer de forma assustadora o seu número de habitantes, passando de 40.902 em 1890 para 180.185 habitantes em 1940.<sup>34</sup> Com essa modernização desenfreada, surgiram inúmeros problemas de gestão de espaços, como a precária rede de esgotos, o péssimo projeto de saneamento ambiental e de um transporte público que não estava atendendo as demandas da população, além de

---

30 Ver STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

31 O historiador Sebastião Rogério Ponte estudou o processo de remodelação urbana e disciplinarização social em Fortaleza entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. O autor analisa como essa ordenação urbana constituiu-se, na cidade, por meios de projetos e imposição de novos valores. Para mais informações, ver PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930)*. Edições Demócrito Rocha. 5. Edição. Fortaleza. 2014.

32 A expressão “loira desposada do sol” aparece pela primeira vez no poema “Fortaleza”, de Francisco de Paula Ney, jornalista, poeta e boêmio por excelência, conterrâneo de Rocha Lima, Domingos Olímpio e Rodolfo Teófilo. Frequentou o Ateneu Cearense e o Liceu do Ceará, além de um curto tempo no Seminário, quando foi expulso por falta de vocação e mau comportamento. Nasceu em Aracati, em 1858.

33 SILVA FILHO, Antônio Macêdo. *Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – PUC-SP. 2008, p. 7.

34 Para mais informações, ver AZEVEDO, Miguel Ângelo. *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

uma rede elétrica precária que convivia com quedas e panes, deixando a “loira desposada do sol” atônita entre a luz e a escuridão.<sup>35</sup>

Era uma cidade em constante efervescência, alucinada pelas novidades tecnológicas que adentravam nas residências,<sup>36</sup> sobretudo das elites urbanas. A eletricidade ainda tímida, os novos equipamentos urbanos e a Coca-Cola faziam parte de um “sentido histórico de modernidade vincado nas promessas de prazer e autorrealização individual mediante a aquisição de mercadorias e as debilidades da rede tecnológica para atender a essa fabricação massificada do desejo”.<sup>37</sup>

Em Fortaleza, essa proximidade com “os poderes governamentais e a imprensa”, mencionados anteriormente por Mundico, foi o que possibilitou o Centro Social Morrinhense existir depois do papel, em sua materialidade. Apesar de todo o investimento na construção de uma imagem de “instituição apolítica”,<sup>38</sup> suas causas não teriam sido atendidas e seu funcionamento estaria em risco sem as doações que recebia de políticos, notadamente deputados estaduais e federais em legislatura pelo Ceará.<sup>39</sup>

Já a relação entre o Centro Social Morrinhense e a imprensa cearense foi mais intensa e duradoura. Durante praticamente toda a sua existência, salvo nos primeiros meses a partir de sua fundação, o CSM fez sua sede e suas reuniões no edifício da Associação Cearense de Imprensa,<sup>40</sup> localizado na rua Se-

---

35 O jornalista Gilmar de Carvalho afirma que, em uma cidade com 270.000 habitantes e que sofria constantemente com períodos de seca, “apenas 5.400 casas da cidade eram abastecidas pelo açude do Acarape. A maioria usava água sem tratamento, transportada pelas carroças. Um dos chafarizes mais disputados era o da Pirocaia, que atendia ao que depois passou a se chamar Montese. No que se refere ao esgotamento sanitário, apenas 4.300 residências eram beneficiadas, ficando o restante sujeito às fossas. [...] A energia elétrica, sujeita a quedas e panes, só melhoraria a partir de 1965, com a integração à rede da hidrelétrica de Paulo Afonso”. ARRUDA, Gilmar de. *Moisés Matias de Moura: O Cordel de Fortaleza*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011, p. 29.

36 Sobre essa questão, é interessante notar que essas novidades tecnológicas presentes na Fortaleza da década de 1950, como “geladeiras, ventiladores, lavadoras de roupa, aspiradores de pó, ferros de passar, batedeiras, lâmpadas... – objetos que, por sua imbricação com as rotinas diárias de homens e mulheres, não se resumem à pura instrumentalidade, mas se tornam prolongamentos do corpo, incrementando suas habilidades, adestrando seus gestos, rentabilizando seus esforços. Na verdade, por meio deles é possível detectar alterações na vida ordinária, vibrações nessa corda tênue e sensível que liga as existências dos indivíduos em sociedade”. SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. *Op. cit.*, p. 5.

37 *Ibidem*, p. 7.

38 Estatutos do Centro Social Morrinhense: Art. 18º. Diário Oficial do Estado, 15 de dezembro de 1952.

39 Sobre as doações, não foi possível chegar a um número preciso, por conta da escassez de informações na documentação sobre essas questões e da não preservação de documentos relativos à Tesouraria do Centro Social Morrinhense. Porém, os políticos que mais doaram dinheiro, com uma maior regularidade e aporte, ao CSM foram Francisco Vasconcelos de Arruda, que militou pelo PSD e PSP; Walter de Sá Cavalcante, ex-deputado e, na época de sua maior aproximação do CSM, exercia o cargo de secretário de educação do município de Fortaleza, e Francisco de Almeida Monte, conhecido por Chico Monte, deputado federal pelo PTB.

40 Em 14 de julho de 1925 foi fundada a Associação dos Jornalistas Cearenses, hoje Associação Cearense de Imprensa (ACI). Sem instalações fixas, as reuniões ocorriam nas casas dos filiados, e em seguida no

nador Pompeu, no Centro de Fortaleza. Não por acaso, essa rua era conhecida como a “rua dos jornais”, por abrigar a sede dos *Diários Associados* e do jornal *O Povo*, além da ACI.

Mundico contou que “perto da Farmácia Santa Helena, onde trabalhava, se reuniam diariamente intelectuais, advogados e jornalistas. O dono da farmácia também era intelectual, solteiro. Eu acabei ficando amigo de todos eles”<sup>41</sup> Essa amizade, sobretudo com Perboyre e Silva, presidente da ACI, professor de Direito e membro da Academia Cearense de Letras, onde ocupava a cadeira de Rodolfo Teófilo, fez com que o Centro Social Morrinhense pudesse andar de mãos dadas e abusar de todo o apoio oferecido pela Associação Cearense de Imprensa, seja na divulgação de notícias sobre o CSM e a vila de Morrinhos, nos principais periódicos de Fortaleza, seja por meio do uso do espaço cedido para a realização de reuniões e encontros dos centristas.

É interessante notar que, quando Mundico fala a respeito de Fortaleza, uma cidade possuidora de um “ar de intelectualidade”, e que isso os favorecia, ele está colocando o CSM também em um lugar de distinção social, inserindo-o em uma rede de sociabilidade intelectual restrita, juntamente com as demais instituições sociais, culturais e literárias que existiam em Fortaleza naquele período. Talvez por essa razão ele realmente tenha sido fundado na capital cearense, e não em Morrinhos. Essa atmosfera intelectual, porém, não pode e nem deve ser encarada como algo natural. Foi uma construção historicamente localizada, e por isso mesmo necessita ser compreendida para que se possa entender melhor o que Mundico quis afirmar com essa expressão.

Esse “clima intelectual” no Ceará, tendo Fortaleza como o principal centro, consolidou-se na segunda metade do século XIX com a emergência de várias associações literárias. O pensamento literário cearense no *fin de siècle* estava fragmentado entre várias escolas, como o Realismo, o Naturalismo, o Parnasianismo e o Simbolismo. O fato é que a maior parte dessas produções surgiu mediante pequenos grupos, anônimos ou públicos, que se encontravam principalmente nos quiosques e cafés da Praça do Ferreira. O caso mais representativo foi, sem dúvida alguma, a fundação, em uma das mesas do Café Java, da associação literária nomeada de Padaria Espiritual,<sup>42</sup> em 1892, que fez circular seu jornal *O Pão* até 1898, em uma cidade onde a imprensa foi muito ativa no último quartel do século XIX.

---

palacete do Clube Iracema, Excelsior Hotel e Casa Juvenal Galeno, até que, na década de 30, instalou-se sua sede, na rua dos jornais, Senador Pompeu 1098 (onde estavam os *Diários Associados* e *O Povo*).

41 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha. *Op. cit.*

42 Para mais informações sobre a Padaria Espiritual, ver AZEVEDO, Sânzio de. *Breve História da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

O que fez a Padaria Espiritual ser emblemática foi o fato de que essa associação pretendia ser diferente das outras até então fundadas na cidade.<sup>43</sup> Nas palavras de um de seus idealizadores, o poeta e escritor Antônio Sales, a Padaria Espiritual deveria ser distinta das outras sociedades literárias presentes na capital, pois elas possuíam um “caráter formal de academia-mirim, burguesa, retórica e quase burocrática”.<sup>44</sup> Deveria incentivar o gosto pelas letras, pois elas estavam em “estado de letargia” na província.<sup>45</sup> Através de versos pessimistas, mórbidos e soturnos, os padeiros denunciavam as relações de poder e os partidos políticos, utilizando metáforas e alegorias de forma facciosa na imprensa literária, principalmente através de seu próprio jornal. E assim a cidade pulsava, com seus cafés, suas associações literárias e científicas, seus jornais, seus panfletos e suas luzes tremulantes alimentadas por gás carbônico.

Pode-se dizer que esse “ar de intelectualidade”, mobilizado na fala de Múndico, é bem diferente daquele das primeiras décadas do século XX, mas não se pode negar o fascínio que Fortaleza exercia nos jovens que moravam em cidades quase esquecidas no interior do estado. Fortaleza, como um capital e cidade grande, seduzia aqueles que desejavam uma vida melhor, com mais opções de trabalho, de lazer, cheias de novas experiências, boas ou ruins. Aos que nasceram no berço de família abastadas e com boas condições financeiras, essa transição era mais fácil e quase obrigatória. Já aos outros, restava a incerteza da possibilidade de uma aventura pelo corpo da “loira desposada do sol”.

O fato é que essa grande migração, na maioria jovens que moravam em cidades do interior e foram para Fortaleza, no início da década de 1950, possibilitou a emergência de várias instituições com propostas muito semelhantes às do Centro Social Morrinhense. O Centro Santanense, o Centro Marquense, o Centro Parapiense, o Centro Massapeense, que possuía uma rica sede no nobre bairro de Meireles, e o Centro Acarauense, este último composto apenas por advogados, médicos e políticos oriundos da cidade de Acaraú, formaram uma extensa rede de sociabilidade política e intelectual, juntamente com o Centro Social Morrinhense.

Os Centros organizavam festas, bingos e encontros nas suas respectivas sedes. Trocavam correspondência por meio de cartas e telegramas, além do

---

43 É importante ressaltar, no entanto, que não foi a Padaria Espiritual a inaugurar essa atmosfera intelectual e literária no Ceará. Era uma tradição que vinha de muito longe, primeiro com os Oiteiros, fundado em 1810, e depois com a Academia Francesa, criada em 1871, composta por vários nomes importantes como Capistrano de Abreu, Domingos Olímpio, Tristão Alencar e Thomás Pompeu Sobrinho.

44 SALES, Antônio. *Novos Retratos e Lembranças*. Fortaleza: Casa de José de Alencar: Programa Editorial, 1995, p. 9.

45 *Ibidem*, p. 10.

planejamento de ações em conjunto, principalmente na organização e envio de comissões à Assembleia Legislativa, a fim de pressionar deputados na resolução de suas causas. Havia também inúmeros passeios à praia do Pirambú, onde ficavam hospedados na casa de associados, além da organização de piqueniques, em áreas mais afastadas da zona urbana de Fortaleza, ou, como afirmou Mundico, “em áreas mais aprazíveis, onde podíamos nos divertir, em um contato maior com a natureza, com muita música, brincadeiras, mas nada de bebida, hein? Não tinha bebida”,<sup>46</sup> dizia com um pigarro e um sorriso maroto estampado no rosto.

As despesas com os piqueniques eram arcadas pelo próprio Centro Social Morrinhense, onde cada sócio contribuía com um valor. Os convites poderiam ser adquiridos na sede do CSM, e os demais Centros com sede na capital estavam convidados a se fazerem presentes. O ônibus disponível para os participantes, de forma gratuita, saía geralmente às sete e trinta da manhã, em frente ao Teatro José de Alencar, rumo ao sítio Orilândia, no distante bairro da Serinha, local mais utilizado para a realização dos piqueniques. Anúncios sobre esses encontros eram expostos nos principais jornais que circulavam na capital, principalmente *O Povo*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e *Unitário*, periódicos com os quais o Centro Social Morrinhense mantinha uma estreita relação.

Mas então, como o Centro Social Morrinhense cuidaria de Morrinhos, já que essa era sua proposta, sem conhecer de perto sua realidade, sem viver e praticar aquele espaço todos os dias? Eram poucas as vezes durante o ano que o CSM organizava comissões de centristas e os mandavam para Morrinhos. As estradas eram ruins, caminhos difíceis, além do alto custo das passagens. Foi então que o Centro Social Morrinhense resolveu parir uma filha na terra que havia deixado para ser a mais “fina flor do lugar”.

### **A Elite Morrinhense: “a mais fina flor do lugar”**

Meses após sua fundação, o Centro Social Morrinhense já manifestava o desejo de formar um grupo de apoio em Morrinhos. Os estatutos, porém, não mencionam, no momento de sua publicação, qualquer informação a respeito dessa possibilidade, o que nos indica que essa proposta deve ter sido considerada algum tempo depois, mediante uma série de dificuldades que foram im-

---

46 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha. *Op. cit.*

postas ao CSM.<sup>47</sup> A distância entre Morrinhos e Fortaleza, a péssima condição estrutural das estradas e o alto custo com passagens, que ameaçava sua saúde financeira, fez com que o Centro Social Morrinhense tomasse a iniciativa de criar uma outra associação, desta vez em Morrinhos, oficializada no dia 06 de janeiro de 1953, que recebeu o nome de Elite Morrinhense:

Desde a fundação do Centro, planejou-se ser indispensável a criação de uma elite representativa do Centro Social Morrinhense em Morrinhos. Surgirá por tanto, nesta data, com o nome de Elite Morrinhense. Em qualquer movimento de interesse do Centro que puder nascer dentro de Morrinhos, terá a Elite o dever de resolvê-lo como melhor puder. Os membros desta filial deverão ser sempre aqueles que representam a cidade, seja qual for o campo de atividades em que isto se faça necessário.<sup>48</sup>

As condições precárias das rodovias, aliadas à demora na comunicação e no envio de notícias à capital, além da falta de apoio organizado para agilizar a tramitação de processos, “movimentos de interesse do Centro”, fez com que essa instituição considerasse “indispensável” ter com quem se comunicar, de forma melhor e com maior rapidez, em Morrinhos. A notícia do jornal relata ainda que os membros da Elite Morrinhense “deverão ser aqueles que “representam a cidade”. Mas quem são eles? Quem representa a cidade? São os trabalhadores que, de enxada na mão, quando o galo canta, caminham para os roçados perto do rio? São os “homens dos carnaubais”, que desfilam com seus jumentos cansados, carregados de palhas amareladas e secas pelas ruas da cidade no começo e ao final do dia? Ou são os “moços de boa família”, de gravata e terno Zoot?

A finalidade da Elite Morrinhense, de acordo com seu regulamento, e de comum acordo com os estatutos do Centro Social Morrinhense, era de “congregar pessoas da mais fina flor da sociedade morrinhense para colaborarem na resolução de problemas sociais surgidos em Morrinhos”.<sup>49</sup> Dentre seus outros propósitos, estavam: “1º) promover campanhas em prol dos melhores costumes para os morrinhenses; 2º) realizar festas de caráter social como bailes, vesperais, matinais, quermesses, leilões e promoções outras para maior desenvolvimento de Morrinhos; 3º) cooperar com o Centro Social

---

47 Infelizmente, não tive acesso ao Livro de Atas referente ao primeiro ano de atividades do Centro Social Morrinhense, com exceção da ata de sessão solene sobre sua fundação e alguns registros de reuniões anteriores, em folhas amareladas e soltas, mas a partir de maio de 1953. Portanto, os registros das sessões entre agosto de 1952 e abril de 1953 foram perdidos, não foram preservados.

48 *Jornal Voz de Morrinhos*. Morrinhos, nº 1. Fortaleza-CE, 06 de janeiro de 1953.

49 Regulamento da Elite Morrinhense. Art. 1º. 25 de julho de 1953.

Morrinhense na resolução dos problemas de assuntos gerais ligados a Morrinhos; 4º) construir oportunamente sua sede própria, com salões amplos para diversões, conferências, solenidades, etc.<sup>50</sup>

Assim como acontecia no CSM, os sócios da Elite Morrinhense eram distribuídos em categorias, a saber: diretores, integrantes e honorários. Os sócios diretores eram aqueles que foram designados pelo Centro Social Morrinhense para compor a Diretoria Executiva da EM no momento de sua criação. Os sócios integrantes compreendiam as pessoas que faziam parte do quadro social da instituição; era a categoria mais ampla de associados. Já os sócios honorários recebiam este título quando prestavam serviços e ajuda de grande valor à Elite Morrinhense, e a aprovação para compor essa categoria deveria passar por uma análise do Centro Social Morrinhense por intermédio de seu Conselho Superior.<sup>51</sup>

Fica muito claro, a partir da leitura de seu regulamento, que a Elite Morrinhense, além de um espaço voltado para a cooperação juntamente com Centro Social Morrinhense no trato dos “problemas sociais de Morrinhos”, também se configurava como um local de distinção social<sup>52</sup> e extrema restrição e seleção quanto à entrada e permanência de seus associados. Essa instituição seria a responsável por determinar as regras do convívio social das elites na vila, com suas normas de convivência e civilidade, mediando e observando o comportamento de seus associados dentro e fora de suas dependências. Basta observar o primeiro ponto, e também mais importante, para ser admitido como sócio da “fina flor”: “gozar de, pelo menos, regular conceito perante a sociedade”.<sup>53</sup>

As outras obrigações eram: “ser apresentado por um sócio pertencente à diretoria da Elite Morrinhense; ser filiado também ao Centro Social Morrinhense”.<sup>54</sup> Ora, se para adentrar à porta da Elite Morrinhense era preciso um “convite” de um sócio diretor, além do “regular conceito perante a sociedade”, podemos afirmar ainda mais nossa hipótese de que a Elite Morrinhense se constituía como um espaço de distinção e de segregação, gerando um quadro de associados inflexível e marcado profundamente por uma estratificação social. Remete a uma sociedade estamental, na qual há a prevalência por escolhas e indicações, sendo estas fundamentais para a manutenção das relações de apadrinhamento e de apoios pessoais. Mas isso não é surpresa, visto que a Elite

50 Regulamento da Elite Morrinhense. Art. 2º. 25 de julho de 1953.

51 Regulamento da Elite Morrinhense. Art. 4º, 5º, 6º e 7º. 25 de julho de 1953.

52 Para maiores informações sobre o conceito de distinção, ver BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São. Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

53 Regulamento da Elite Morrinhense. Art. 8º. 25 de julho de 1953.

54 *Ibidem*. Art. 8º.

Morrinhense era composta por um grupo seleto de comerciantes, de políticos, de fazendeiros e de profissionais liberais.

Entre os deveres e direitos dos sócios, independente da categoria, estavam: 1º) votar e ser votado; 2º) participar das reuniões e realizações de qualquer natureza da Elite Morrinhense; 3º) apresentar sugestões que visem ao progresso da EM; 4º) aceitar a nomeação e a eleição emanadas das reuniões ou das autoridades elitenses, desempenhando-as com vivo interesse”.<sup>55</sup> O sócio que não comparecesse a três sessões ordinárias consecutivas, sem uma prévia justificativa encaminhada à Diretoria, estaria desligado da Elite Morrinhense, sendo seu cargo preenchido de forma interina por algum sócio indicado pelo quadro diretivo.

As sessões da Elite Morrinhense também eram divididas em ordinárias, extraordinárias e solenes, seguindo o mesmo ritual das que ocorriam no Centro Social Morrinhense, porém ocorriam somente uma vez ao mês. A Diretoria da EM era composta de sete membros, sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um orador e dois membros suplentes.<sup>56</sup> Caberia aos dois suplentes substituir qualquer um dos membros da Diretoria que estivesse ausente durante as reuniões.

A Elite Morrinhense não possuía brasão, hino, bandeira ou qualquer outro símbolo considerado oficial. Também não dispunha, em seus primeiros anos de existência, de uma sede própria. Durante as reuniões, que geralmente ocorriam na residência do Presidente, de outros associados ou até mesmo na igreja, era hasteada a bandeira do Centro Social Morrinhense e seu hino era cantado. O regulamento da EM afirma ainda que, em caso de dissolução da Elite Morrinhense, todo o seu patrimônio deveria ser revertido ao CSM.<sup>57</sup> As portas da Elite Morrinhense, porém, fecharam-se juntamente com as de seu “pai”.

### **Jornal *Voz de Morrinhos*: “aparece nos grandes momentos”**

Antônio Bezerra de Menezes afirmou, durante suas andanças pelo sertão do Ceará, no final do século XIX, que “uma cidade sem jornal é como uma fonte sem água”.<sup>58</sup> Bezerra de Menezes manifestava assim uma preocupação

55 *Ibidem*. Art. 9º e 10º.

56 *Ibidem*. Art. 14º e 15º.

57 *Ibidem*. Art. 25º.

58 Sobre a constituição de uma rede de comunicações na região norte do Ceará no final do século XIX, ver BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. In: *História e Perspectivas*, nº 39, julho-dezembro. 2008, p. 37-57.

interessante: o sertão, apesar de sua intensa construção espacial amparada no “discurso da estereotipia”,<sup>59</sup> deveria ser um lugar de leitura e de escrita. E o jornal, para Bezerra de Menezes, era o “livro dos homens”, a fonte que deveria estar sempre cheia, afinal, mais cedo ou mais tarde, a seca havia de chegar. Os jornais, enquanto veículos de instrução, deveriam cada vez mais circular pelo sertão. Era preciso ter sede de palavras.<sup>60</sup>

Foi a partir dessa mesma linha de raciocínio que o Centro Social Morrinhense criou o seu veículo oficial, o jornal *Voz de Morrinhos*. Mais do que um espaço destinado à leitura, informação e à possibilidade de escrita, que claro, deveria obedecer a determinados padrões de construção e elaboração, o periódico do CSM serviu sobretudo para a afirmação e visibilidade social e política do Centro Social Morrinhense, como um “representante digno” do povo e da vila de Morrinhos, visto que agora a presenteava com um jornal; e a consolidação do próprio periódico como um instrumento de projeção e construção de um projeto de cidade que aos poucos estava sendo urdido.

Sua primeira edição foi lançada em 06 de janeiro de 1953 e trazia uma carta de apresentação ao leitor:

Com o intuito de sublimar as nobres aspirações de um povo idealista, apresento-me ao público: “Voz de Morrinhos”, patenteando uma faceta desta terra. Como órgão dos grandes momentos, apresento-me nesta data perenizando grandiosa eclosão para os grandes passos na senda do progresso. Pleno deste ideal irradio a todos o vigor que animou seus filhos a se devotarem totalmente a execução desse plano maravilhoso que um dia se lhes transparece na fulguração na brilhante estrela do ideal. Em todas as minhas páginas, vigora uma só luz: Morrinhos progrediu, progride e continuará progredindo porque a boa vontade de seus filhos extingue os óbices mais diversos e concretizam os esforços que transluzem em seus montes. Surgiram os obstáculos, ergueram-se as marés-montantes, mas venci-os, esvaíram-se todas as tentativas de pessimismo. É com este título, “Voz de Morrinhos”, que felicito a todos por tão vitoriosas jornadas e n’um augúrio de melhores realizações, faço minhas despedidas até a ocorrência de mais um grandioso momento.<sup>61</sup>

59 Durval Muniz de Albuquerque Júnior compreende o discurso de estereotipia como um “discurso assertivo, repetitivo, uma fala arrogante, uma fala que leva à estabilidade acrítica. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada”. O historiador chama atenção aqui para uma série de imagens e vozes que produzem uma estratégia de estereotipização, imagens e vozes que são recorrentes e tratadas como naturais, que circulam no interior dos discursos, produzindo preconceitos sociais, culturais, espaciais, etc. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 30.

60 Sobre essa questão, ver MENEZES, Antônio Bezerra. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

61 *Jornal Voz de Morrinhos*. nº 1. Fortaleza-CE, 06 de janeiro de 1953.

A primeira coisa a ser observada e que chama atenção é o estilo da narrativa: o jornal escolhe escrever ao público em primeira pessoa. Isso mobiliza algumas considerações interessantes que devem ser mencionadas: a primeira delas, e que está bastante clara, é a tentativa de se aproximar ao máximo do leitor, cativando-o, utilizando uma linguagem em grande medida subjetiva, afetiva, falando de seus problemas, de suas vitórias e de suas perspectivas de futuro.

A outra questão é que, ao seu usar primeira pessoa, o periódico possibilita a não identificação do sujeito que escreve a matéria. O texto não está assinado. Quem toma para si o papel de narrador é o próprio jornal, atuando como membro ativo de um grupo, como representante de uma unidade sem rosto: a própria vila. O jornal, ao escolher o nome de “Voz de Morrinhos”, pretendia ser o vozear de uma vila, de uma comunidade. O porta-voz de um discurso da cidade e na cidade. Mas será que ele era mesmo essa voz que poderia ser ouvida perto do rio? Ou será que ela vinha de mais longe, da “Terra de Iracema”? O jornal *Voz de Morrinhos* não seria, na verdade, a voz do Centro Social Morrinhense? Não seria ele o ruído dos interesses dessa instituição?

A mensagem termina com uma despedida. O jornal promete voltar na “ocorrência de mais um grandioso momento”. O jornal circulou pela primeira vez durante os festejos de instalação da luz elétrica na vila. Os exemplares foram distribuídos pelos próprios centristas, e os números poderiam ser adquiridos através dos membros da Elite Morrinhense, recém-criada naquela ocasião, ou com José Wilson Araújo, no Astória Bar. A ideia de aparecer apenas “nos grandes momentos” marcou a chamada do jornal numa tentativa de introduzir o Centro Social Morrinhense nos grandes acontecimentos da história da vila, inscrevendo-o dentro de uma memória de longa duração, construindo um horizonte de expectativas a partir do espaço de experiência e atuação do CSM. No futuro, lembrar os “grandes momentos” do passado de Morrinhos seria também evocar a presença do CSM e de sua relação com esses acontecimentos. Veremos mais adiante o quanto essa estratégia deu certo. Ou não.

“Aparecer nos grandes momentos” significava também a frequência com que o jornal era publicado. Geralmente, apenas um número era publicado por ano, ou no máximo dois. Mas algo era certo: todo dia 06 de janeiro, uma nova edição era editada e colocada em circulação. A data não poderia ser mais simbólica: 06 de janeiro, na tradição cristã, é o Dia de Reis. Comemora-se a visita dos três reis magos ao menino Jesus recém-nascido, na qual lhe ofertaram presentes. O jornal *Voz de Morrinhos* era o presente enviado pelo Centro Social Morrinhense ao povo e à vila de Morrinhos.

Na carta de apresentação emitida pelo jornal, menciona-se também que “surgiram obstáculos, ergueram-se marés-montantes”. Isso diz respeito à dificuldade de viabilização do jornal, tanto em sua produção quanto em sua circulação. O dinheiro para a edição do jornal vinha, principalmente, da cota paga por anunciantes. O Centro Social Morrinhense organizava comissões de centristas que deambulavam pelo centro de Fortaleza à procura de comerciantes que desejassem tornar público anúncios de seus empreendimentos nas páginas do periódico. Quando não se atingia a meta estabelecida, os associados arcam com as despesas da publicação.

Vale ressaltar aqui que o jornal não circulava apenas em Morrinhos. Várias cidades da região foram contempladas com seus números, tais como Acaraú, Santana do Acaraú, Massapê, Sobral e Fortaleza. O Centro Social Morrinhense contava com a ajuda dos demais Centros instalados na capital para a distribuição das publicações nessas cidades. Os primeiros números foram impressos na sede do jornal *Tribuna do Ceará* e, a partir de 1954, a construção das edições ficou sob a responsabilidade da tipografia Alm. Parnaíba.

A década de 1950 possibilitou uma grande modernização da imprensa brasileira, reconfigurando o papel do jornalista e do jornalismo. Até o final do século XIX, a produção dos jornais se caracterizava por ser essencialmente artesanal, produzindo poucas tiragens e marcadas por uma profunda escassez de recursos técnicos e financeiros. O jornalismo que se desenvolveu no entre séculos até os primeiros anos do século XX era ideológico, militante e panfletário. As primeiras décadas do século XX foi um período de intensas atividades jornalísticas em Fortaleza e em outras cidades do interior cearense, como Sobral. Em Fortaleza, a presença de instituições de ensino, como o Liceu do Ceará, e também de associações literárias e centros sociais, como foi o caso do Centro Social Morrinhense, possibilitou a difusão e o desenvolvimento de novas publicações, além de que esses espaços se tornaram importantes na formação de novos jornalistas.

Geraldo Nobre compreende que os jornais de Fortaleza, durante a década de 1950, sobretudo *O Povo*, *Correio do Ceará* e *Unitário*, periódicos que possuíam uma estreita ligação com o Centro Social Morrinhense e com o jornal *Voz de Morrinhos*, passaram por uma intensa “despolitização”. De acordo com o autor, dava-se mais ênfase às questões sobre o cotidiano da cidade, às crônicas esportivas, às ocorrências policiais e também ao cenário político, mas desta vez buscando a neutralidade e a objetividade. Para Nobre, houve uma diminuição drástica do jornalismo de opinião.<sup>62</sup>

62 Para mais informações, ver NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Arquivo Público do Ceará, 2006.

De fato, a década de 1950 marcou notadamente a construção e afirmação do campo profissional do jornalista no Brasil, e o Ceará não ficou longe disso. Mas falar de uma “despolitização” é, no mínimo, algo perigoso. A maioria dos jornais, nesse período, entrou em uma verdadeira “aventura industrial”, passando não mais a pertencer a pequenos grupos, que antes o fabricavam de forma artesanal, mas sim a grandes conglomerados empresariais, como os Diários Associados,<sup>63</sup> que detinham os direitos de publicação, em Fortaleza, dos jornais *Correio do Ceará* e *Unitário*.

Será mesmo possível tratar os jornais a partir de conceitos como neutralidade, imparcialidade, objetividade e despolitização, sendo que essas grandes empresas detentoras dos meios de comunicação impressos recebiam “benesses” do poder público? Elas não deveriam responder aos interesses de seus patrocinadores, sendo muitos deles militantes na política partidária? Se levássemos em consideração essa tese da “despolitização” dos jornais, poderíamos considerar o jornal *Voz de Morrinhos* como uma singularidade, como um ponto fora da curva. Esse periódico claramente tomava partido, escolhia um lado a partir de seus interesses, dos desejos de seu conselho editorial, sujeitos que lutavam em benefício da vila de Morrinhos e do Centro Social Morrinhense.

Infelizmente, por conta de uma baixa quantidade de exemplares do jornal *Voz de Morrinhos* que foram preservados, não foi possível montar uma série e verificar com mais acuidade as mudanças estruturais que o periódico sofreu durante sua existência. O que se pode dizer com mais certeza e sem muitas especulações é que o jornal possuía a característica de ser uma publicação voltada para a descrição de atividades do Centro Social Morrinhense, dos “grandes momentos” que ocorriam na vila de Morrinhos, além da divulgação de textos escritos pelos membros do CSM, impregnados de temas relacionados às questões cívicas, ao nacionalismo, ao progresso e à civilização. Os artigos eram muito bem arrumados, construídos numa retórica impecável, com frases polidamente bem formadas, por meio dos recursos estilísticos que eram empregados. Esses textos eram lidos durante a ordem cultural das sessões ordinárias e, posteriormente, eram publicados no jornal.

Por que então os intelectuais do Centro Social Morrinhense não investiram em uma revista ou livros, como fizeram várias outras instituições, mas sim em um jornal? A nossa hipótese é de que esse universo da imprensa e dos jornais

---

63 Hoje, os Diários Associados é o terceiro maior conglomerado de mídia no país, mas essa corporação já foi a maior da história da imprensa brasileira. Foi fundada por Assis Chateaubriand em 1924, no Rio de Janeiro.

possibilitava, para eles, um espaço de performance,<sup>64</sup> uma maior visibilidade para suas pretensões, para seus projetos. Os periódicos atraíam porque lá eles poderiam publicar suas ideias e tornarem-se conhecidos, “já que o mercado de livros e revistas, em geral, era muito fechado”.<sup>65</sup> Além de possuir uma circulação bem menor, seus custos poderiam ser mais elevados, fazendo com que o Centro Social Morrinhense optasse pela produção de um jornal.

O periódico publicava, em cada edição, uma coluna chamada “Flagrantes sociais”, na qual eram expostos pequenos dados sobre alguns associados e suas famílias (nascimentos, formaturas, noivados, casamentos, velórios etc.) e suas datas de aniversário dentro daquele respectivo mês de circulação. Em todas as páginas havia, pelo menos, um anúncio publicitário, trazendo detalhes do(s) proprietário(s), com o endereço do estabelecimento muito bem informado. As propagandas eram geralmente de armazéns, fábricas, lojas de tecidos, clubes recreativos, bares, farmácias, alfaiatarias, oficinas, etc.

O jornal trazia, com menos frequência, é verdade, pelos menos um poema ou um soneto, escrito por associados, além de textos de viajantes, geralmente políticos, padres ou profissionais liberais de outras cidades, que visitavam Morrinhos e lá pernoitavam ou passavam alguns dias. A maioria deles viajava a convite do próprio Centro Social Morrinhense, que solicitava, após a experiência, um texto para ser publicado em seu jornal sobre suas impressões a respeito da vila. Publicavam-se também entrevistas com políticos, notadamente aqueles que, de alguma forma, ajudavam o Centro Social Morrinhense, sendo sócios ou não. Ao lado do texto, as fotografias serviam também como anunciantes.

Durante dez anos foram editados apenas onze números do *Voz de Morrinhos*, e infelizmente nem todos foram preservados. Em 1963, quando o Centro Social Morrinhense encerrou suas atividades, a *Voz de Morrinhos* emudeceu, calou-se.

## Os fundadores: (prosopo)grafando sujeitos

Já sabemos até aqui o nome dos três fundadores do Centro Social Morrinhense: Raimundo Nonato Araújo da Rocha, o Mundico, José Ataíde Alves de Vasconcelos e José Adrião Sousa. Mas quem foram realmente estes sujeitos? Onde nasceram, onde viveram, onde estudaram, onde sonharam? Quais fo-

64 Falo de performance aqui no sentido de aparecer-se, exhibir-se, de movimentos visando uma manifestação. Para mais informações, ver ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

65 LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 125.

ram suas ocupações, suas profissões, seus trabalhos? Quais eram as relações entre eles, entre suas famílias? É possível afirmar que todos eles participaram de uma mesma geração e frequentaram os mesmos espaços de sociabilidade intelectual e política?

Para responder minimamente a essas questões, procurei realizar, a partir de dados sumários, de biografemas,<sup>66</sup> um breve experimento de prosopografia. A prosopografia vem do grego e “etimologicamente se refere à descrição de uma pessoa ou de um personagem”.<sup>67</sup> A escolha do método prosopográfico, especialmente para este item, fez-se pela possibilidade de, a partir do cruzamento de dados individualizados dos sujeitos que fundaram o Centro Social Morrinhense, visualizá-los como um conjunto, como uma unidade, atentando para seus traços em comum.

O primeiro ponto que posso destacar é que todos eles nasceram no mesmo local e são pertencentes a uma mesma geração. Todos eles nasceram e viveram, grande parte de sua infância e adolescência, em Morrinhos, durante as décadas de 1930 e 1940. O mais velho deles, José Ataíde, nasceu em 04 de julho de 1929, e o mais novo, José Adrião Sousa, no dia 01 de março de 1934. Mundico Rocha nasceu em 30 de abril de 1929. Esse sentimento de pertencimento à cidade, ao espaço transformado em lugar pela vivência, torna-se claro nos textos que os três escrevem nos jornais. Artigos permeados de ideias referentes à defesa permanente “do torrão natal”, da “pátria mãe”, da “terra querida”, da “vila privilegiada”.

Nasceram em um momento particular na história cearense: a década de 1930, com a chegada do gaúcho Getúlio Vargas à presidência do Brasil e a chefia política do Ceará sendo entregue a interventores nomeados pelo governo federal, quando se registrou uma série de políticas intervencionistas para acabar com o monopólio das oligarquias, que atingia diretamente o distrito de Morrinhos, ameaçando enfraquecer o grupo oligárquico dominante no distrito, a família Rocha, representada pela figura do “coronel” Joaquim Coriolano da Rocha, avô de Mundico, que comandava o cenário político morrinhense desde o final do século anterior.

---

66 Durval Muniz de Albuquerque Júnior compreende biografemas como “espécie de átomos do discurso biográfico, de elementos fundamentais em que se pode decompor a maior parte dos discursos de cunho biográfico, como: nome, data e local de nascimento e morte do biografado, nome dos pais, família a que pertenceu e veio a constituir, se veio, profissões e cargos que exerceu, lugar ou lugares onde viveu, legado que deixou para a sociedade”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 121.

67 *Ibidem*, p. 119.

Soma-se a isto uma crescente modernização das cidades, principalmente as que se localizavam no interior do estado, manifestadas e regidas ainda sob o discurso da modernidade, do sonho pela cidade moderna e da prevalência da vida urbana. Isso provocou um conseqüente declínio da vida rural, dos setores ligados ao campo, iniciado já no *fin de siècle*, com a emergência de uma classe industrial, burguesa e cidadina. Muito provavelmente, as famílias dos três fundadores do CSM, organizações familiares ligadas à posse de terras, sofrendo com essa perda de prestígio da vida rural, teriam permitido e incentivado que seus filhos tomassem o rumo das grandes cidades.

Os três se conheceram ainda na infância, frequentaram os mesmos espaços em Morrinhos, notadamente espaços ligados a uma sociabilidade religiosa, católica, levados por seus pais, como reuniões em capelas, procissões, celebrações eucarísticas, catecismos, etc. Geralmente esse trânsito se dava entre uma cidade e um distrito: Marco e Morrinhos. Mundico, em sua entrevista, falou da importância do catolicismo como um elemento importante para a construção da amizade entre eles:

Nossos pais eram católicos. Minha mãe morreu quando eu tinha onze anos, mas ela me deixou um ensinamento muito profundo que ficou dentro de mim, de modo que eu me alinhei a uns colegas, entre eles José Ataíde e Adrião, que os pais eram também muito religiosos. E por causa disso nós pegamos uma amizade muito íntima. Brincávamos carnaval, que na época era chamado de entrudo, onde pegávamos um copo d'água, uma bacia d'água e saíamos correndo para jogar nos outros. Depois, quando tínhamos uns 13, 14 anos, o padre do Marco tomou posse e saiu uma notícia que dizia assim: quem, durante 63 semanas, na primeira sexta-feira do mês se confessasse e comungasse, ganharia um prêmio. E nós do grupinho íamos, toda primeira sexta-feira, para o Marco, a pé. Atravessávamos o rio, de cavalete ou de canoa, todos juvenzinhos. O prêmio era o céu.<sup>68</sup>

O fato de haver uma amizade entre eles desde a infância se torna um dado importante de ser mencionado aqui, pois um “amigo” não é apenas um conceito pertencente ou que denota uma exterioridade. Amigo é “uma presença intrínseca, uma categoria viva”.<sup>69</sup> Amigo é uma condição de possibilidade de pensamento, de ação, de relação, de correspondência, de atuação, de ocupação. Essa amizade entre os três foi fundamental para que se estabelecesse uma profunda relação de reconhecimento entre eles, que mutuamente se referen-

68 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha. *Op. cit.*

69 DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 11.

ciavam, se reconheciam como membros fundadores do Centro Social Morrinhense, como seus idealizadores, como aqueles responsáveis por sua criação e manutenção. Reconheciam-se como amigos, como os homens responsáveis por inventar um futuro melhor para Morrinhos. Quem sabe aí, a partir dessa relação construída entre os “jovenzinhos” que estavam buscando o “céu”, atravessando o rio caudaloso em uma canoa insegura, experienciando os lugares na vila de Morrinhos, a instituição que teria o nome de Centro Social Morrinhense já não estava se formando?

Todos eles nasceram no seio de famílias possuidoras de uma boa e estável situação econômica, ligadas às atividades comerciais, agrárias e políticas em Morrinhos. O pai de José Adrião, Virgílio Alberto Sousa, possuía um açougue bem movimentado no centro da vila, um dos poucos existentes até então, e sua mãe, Raimunda Nonata Sousa, limitava-se aos afazeres domésticos e as idas à igreja. As famílias de Mundico Rocha<sup>70</sup> e José Ataíde<sup>71</sup> eram proprietárias de grandes faixas de terras, nas margens do Rio Acaraú, repletas de carnaubeiras, onde fabricavam a cera de carnaúba, produziam palhas, principalmente para confecção de chapéus, plantavam feijão, milho, mandioca e cuidavam do gado. A família de Mundico Rocha, como já mostramos em tópico anterior, também comandava o cenário político da pequena localidade.

Todos eles transitaram e/ou moraram nas mesmas cidades: Morrinhos, Marco, Sobral e Fortaleza. Alguns experimentaram outros lugares, como é o caso de José Adrião, que posteriormente viajou à França, e José Ataíde, que viveu seus últimos dias como mosenhor em Reriutaba. Mas essas quatro cidades estão muito presentes na vida dos três. O interessante aqui é que a experiência espacial deles, uma vivência notadamente urbana, é completamente diferente da que tiveram seus pais, que viveram sempre em Morrinhos, onde os limites entre o rural e o urbano eram muito imprecisos naquele momento. Eram famílias presas a terra, e com a emergência e consolidação de uma ordem urbana e industrial, gerando um conseqüente declínio das atividades agrícolas, fizeram com que seus filhos migrassem e optassem pela vida nas cidades, dedicando-se ao serviço público ou atuando como profissionais liberais.

---

70 Um fato curioso sobre o pai de Mundico Rocha, João Cariolano Rocha casado com Maria Adelaide Rocha, foi narrado por ele em entrevista: “Depois da divisão de terras feitas pelo meu avô, meu pai ficou com a pior parte das terras, onde hoje se encontra o mercado público da cidade. Além disso, ele possuía uma vazante no rio e tinha umas vaquinhas. Certo dia pela manhã, quando estava tirando leite de uma vaca, pegou um coice muito forte e ficou com o pescoço torto. E assim permaneceu. Morreu aos 79 anos sem nunca ter ido ao médico. Ficou conhecido na cidade como Careca, o homem do pescoço torto”. Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha. *Op. cit.*

71 Seus pais eram Antônio Osmar Vasconcelos e Maria Abigail Alves Vasconcelos. Moravam em uma casa no centro da cidade, no Quadro da Rua, próximo à igreja Matriz. A rua hoje leva o nome de seu filho.

Apesar de o memorialista João Leonardo Silveira afirmar que eles, em Fortaleza, “estudavam em pequenos colégios, cursos e escolas quase sempre de subúrbios”,<sup>72</sup> a prosopografia mostrou justamente o contrário. Mundico Rocha estudou no Ginásio Farias Brito, fundado em 02 de fevereiro de 1935, na esquina da rua Barão do Rio Branco com Clarindo de Queiroz, no centro de Fortaleza, por iniciativa do professor Aualdo Batista, onde concluiu o curso de humanística em 1953. O Ginásio Farias Brito, hoje Colégio Farias Brito, é uma das maiores e mais tradicionais organizações privadas de ensino do estado do Ceará.

José Ataíde frequentou o Seminário Maior, fundado em 10 de outubro de 1864 por Dom Luís Antônio dos Santos, o primeiro bispo de Fortaleza, e logo se tornou a maior instituição católica de formação eclesiástica do estado, ligada à Arquidiocese de Fortaleza. Antes já havia passado seis anos no Seminário São José, criado por Dom José Tupinambá da Frota, em Sobral, entre os anos de 1944 e 1950.

José Adrião estudou no Ginásio Sobralense e no Liceu do Ceará, este último criado por decreto em 19 de outubro de 1845, sob direção de Thomás Pompeu de Souza Brasil, o Senador Pompeu. O Liceu era o principal destino dos estudantes, notadamente filhos das elites locais, das principais cidades da província, e exerceu uma enorme influência no ensino secundário de Fortaleza durante o século XX.<sup>73</sup> Pode-se perceber, portanto, que eles não estudaram em pequenos centros de formação escolar e intelectual, muito menos eles se localizavam em subúrbios.

Dois deles, Mundico Rocha e José Adrião, fizeram o ensino primário em Morrinhos, frequentando aulas particulares nas casas dos próprios professores por falta de um espaço mais adequado para as aulas. A partir de 1936, ingressaram nas escolas isoladas, um programa voltado para atender as demandas e combater o analfabetismo em bairros periféricos, nas vilas e em áreas rurais, cuja função era dar uma formação básica, como leitura, escrita e as operações elementares da aritmética à população pobre residente nesses locais. Logo também foi fundado o curso particular São Gerardo, com um programa de ensino “para alunos mais adiantados”,<sup>74</sup> voltado para aqueles que desejavam prestar seleções para estudar em Fortaleza, como foi o caso de José Adrião e

72 SILVEIRA, João Leonardo; SILVEIRA, Maria Luzia Rocha. *Op. cit.*, p. 406.

73 Para mais informações sobre o ensino secundário cearense, notadamente na primeira metade do século XX, ver OLIVEIRA, Joyce Carneiro de. *Entre a guerra e as reformas: o ensino secundário cearense (1918-1930)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação-UFC/Mestrado em Educação Brasileira. 2007.

74 *Ibidem*, p. 195.

Mundico Rocha. José Ataíde, no entanto, fez seu curso primário não em Morrinhos, mas no Educandário São Manuel, em Marco, tendo sido o primeiro aluno a ser formado naquela instituição.

Dois deles, à exceção de José Ataíde, vieram a ocupar cargos públicos. José Adrião foi funcionário do Banco do Brasil em meados da década de 1950 e foi um dos coordenadores da comissão de instalação do Banco do Estado do Ceará – BEC. Mundico Rocha trabalhou, na segunda metade da década de 1950, no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes – IAPC, criado no governo constitucional de Getúlio Vargas, ligado ao que conhecemos hoje como Previdência Social.

Todos eles tiveram uma estreita relação com a vida político-partidária, notadamente quando faziam parte do Centro Social Morrinhense, onde constantemente estavam em diálogo com deputados estaduais, em várias legislaturas, visando alcançar aquilo que idealizavam para a cidade. Porém, apenas Mundico Rocha chegou, de fato, a exercer carreira política, mesmo que por apenas quatro anos, quando foi eleito o primeiro prefeito de Morrinhos, entre 1958 a 1962, com a ajuda e apoio de sua família, que já estava no comando da política morrinhense.

Todos eles participaram, direta ou indiretamente, de instituições destinadas a uma sociabilidade literária e ao cultivo da memória e consagração de grandes personalidades, notadamente pertencentes a uma elite política e intelectual, no âmbito estadual. José Adrião, dentre os três, é o caso mais ilustrativo dessa situação: ao concluir o curso ginasial no Liceu do Ceará, em 1953, logo ingressou na Academia Centrista de Letras, fundada em 10 de janeiro de 1943, instituição subordinada ao Centro Estudantil Cearense – CEC. Frequentava as atividades na instituição, ao mesmo tempo em que comparecia e se mostrava como um dos principais oradores do Centro Social Morrinhense. José Adrião começou atuando na Academia Centrista de Letras como arquivista e logo depois passou a exercer o cargo de bibliotecário e responsável pelo acervo da biblioteca da instituição.

Todos eles exerceram as atividades de jornalista, publicando seus escritos em vários periódicos de Fortaleza. O papel da imprensa na trajetória deles foi importantíssimo, pois, além de exercerem o cargo de correspondentes, também fundaram um jornal, o *Voz de Morrinhos*. Escrever nos principais jornais levou estes sujeitos a utilizarem seu conhecimento e saber para se firmarem como autores, como pessoas públicas, como *personas*, como homens das letras, como intelectuais e formadores de opinião pública.

O jornal seria, para eles, uma vitrine, uma possibilidade de elevar o status social do grupo, um espaço de visibilidade, no qual “consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo”.<sup>75</sup> Foi também uma forma de angariar recursos financeiros, visto que a imprensa já estava se profissionalizando e remunerando seus correspondentes. Dentre os três, José Ataíde era o que menos publicava, muito provavelmente por sua ligação com o Seminário Maior e com a Arquidiocese de Fortaleza, como um aspirante à carreira sacerdotal, situação que o deixava mais recluso. Quando o fazia, geralmente escrevia no próprio jornal do CSM sob o pseudônimo de Artur Campos.<sup>76</sup> José Adrião e, principalmente, Mundico Rocha, ao lado também de outros membros do Centro Social Morrinhense, trabalhavam como correspondentes nos periódicos *O Povo*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e *Unitário*.

Todos eles foram, juntamente com os demais centristas, vinculados à Associação Cearense dos Jornalistas do Interior – ACEJI, ligada à Associação Cearense de Imprensa. Essa filiação institucional possibilitou a eles ainda mais espaço como correspondentes nos jornais de Fortaleza, especialmente no *Correio do Ceará* e *Unitário*, onde João Leonardo Silveira, na época já presidente do CSM, fundou a Coluna Morrinhense, que trazia diariamente notícias de Morrinhos e do Centro Social Morrinhense. Leonardo Silveira contava com o apoio, principalmente, de Mundico Rocha e Otacílio Oquendo, que mantinham a Coluna Morrinhense junto com ele.

Portanto, este breve experimento prosopográfico mostrou que, embora os sujeitos que fizeram parte do Centro Social Morrinhense tivessem constituído um grupo não homogêneo, foi possível, a partir do cruzamento de suas trajetórias, visualizar um perfil comum entre eles, notadamente aqueles três que tiveram a ideia de fundação do CSM.

Nascidos no seio de famílias em decadência, cuja base econômica principal era a propriedade de terras, pertencendo a uma geração que sofria com a desilusão da vida rural e o declínio das atividades agrícolas, fazendo com que muitos deles se estabelecessem nas cidades e nos grandes centros urbanos, foram sujeitos cujas famílias foram articuladas umas às outras, por parentesco ou relações de compadrio, ligadas intimamente ao grupo oligárquico que comandava a política murrinhense, a organização familiar dos Rocha.

---

75 LUCA, Tânia Regina de. *A Revista no Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996, p. 36.

76 Infelizmente não foi possível descobrir os motivos que fizeram José Ataíde escolher especificamente esse nome, “Artur Campos”, como pseudônimo.

Frequentaram os melhores colégios e centros de formação educacional do estado, onde aproveitaram o capital cultural que dispunham para participar de atividades sociais, políticas, intelectuais e culturais, principalmente em Fortaleza, integrando e fomentando sociabilidades literárias em instituições dedicadas aos homens das letras. Espaços institucionais de preservação e preocupação com a perenidade de seus nomes e de suas histórias como “homens preciosos que funcionariam como faróis, como guias para a sociedade de que foram membros, que para eles deveriam olhar e neles se espelharem”,<sup>77</sup> espaços como o Centro Social Morrinhense. Esses sujeitos militaram ativamente na imprensa do Ceará, onde escreveram nos principais jornais de Fortaleza e fundaram seu próprio periódico, pertencente ao CSM.

### **Perto de casa, longe do Centro: o encerramento**

Em março, no Ceará, as chuvas tendem a molhar as terras desde as serras até o sertão e o litoral. Era por volta das 14 horas do dia 25 de março de 1959 quando um grupo de pessoas começou a caminhar pelas ruas da cidade de Morrinhos, com os típicos trajes de domingo, apesar de ser uma quinta-feira. Para onde estavam indo? O destino daquelas pessoas, que reuniam desde curiosos até representantes e diretores da Elite Morrinhense, muito bem trajados, era o prédio que servia de Câmara Municipal e Prefeitura para a recém-criada espacialidade de Morrinhos. Era um imóvel simples, de apenas um andar, com quatro portas centrais estreitas, porém relativamente altas.

Depois de lotada, as pessoas se espremiavam do lado de fora, tentando ver o que acontecia no interior daquele ambiente. Era um momento de muita euforia, pois enfim Morrinhos assistiria à posse de seus primeiros governantes municipais, do prefeito aos vereadores. Ao redor da Prefeitura, as pessoas estacionavam os meios de transporte que utilizaram para chegar até ali. Os poucos automóveis se misturavam com as bicicletas e os cavalos, que tentavam se proteger do sereno da tarde. No dia anterior, também no mesmo horário e local, os vereadores se reuniram para a sessão preparatória da Câmara Municipal. O dia mais esperado, no entanto, era a tarde do dia 25 de março, pois, em sessão solene, prefeito e vice-prefeito tomariam, oficialmente, posse como representantes do poder público local.

Na cerimônia, houve a manifestação de um fato que esclareceu, em grande medida, o esforço e a existência do Centro Social Morrinhense: o prefeito

---

77 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Op. cit.*, 2013, p. 133.

eleito e seu vice foram, respectivamente, o fundador do Centro Social Morrinhense e o presidente da Elite Morrinhense: Raimundo Nonato Araújo da Rocha, o Mundico, e Joaquim Soares Rocha. No grupo dos vereadores eleitos, todos eles participaram, de forma direta ou indireta, das reuniões e campanhas organizadas pela EM até então. Com isso, nos cabe perguntar: com a invenção da cidade emancipada e seus principais nomes ocupando cargos eletivos na administração do novo município, onde estaria o Centro Social Morrinhense?

Para responder a essa pergunta é preciso retornar um pouco. Na sessão ordinária do dia 24 de abril de 1957, Mundico anuncia seu afastamento definitivo do Centro Social Morrinhense. Iria colaborar no que pudesse, mas distante da rotina cansativa das reuniões, do deslocamento constante à sede da ACI. Na ocasião, não esclareceu os motivos que o levaram a tomar essa decisão.<sup>78</sup> O fato é que, sem a sua principal liderança, o CSM iniciou uma fase de decadência, que enfrentou seu apogeu logo após a emancipação política de Morrinhos. João Otacílio Oquendo acabou substituindo Mundico na presidência, e não foi um período fácil. Enfrentou a falta de recursos, o atraso das mensalidades e, principalmente, o esvaziamento das reuniões. A situação chegou ao ponto de, na sessão ordinária do dia 10 de novembro de 1957, apenas o presidente e o vice-presidente, como membros da Diretoria, comparecerem à reunião. Parecia que os centristas entendiam que o Centro Social Morrinhense já havia cumprido sua grande missão, que era a garantia da emancipação político-religiosa para Morrinhos.

Não se sabe ao certo quando o Centro Social Morrinhense oficialmente encerrou suas atividades, nem mesmo Mundico lembra com lucidez sobre isso. Quando João Leonardo Silveira assumiu a presidência, em 1959, o CSM já estava se tornando muito mais um clube recreativo do que um espaço político, de cultivo das letras e de luta. Houve tentativas de retomar a instituição dos anos 1970, mas sem sucesso. A última reunião documentada em ata é datada do dia 24 de outubro de 1963, na qual se fez apenas um balanço do que restava do patrimônio do Centro Social Morrinhense e da Elite Morrinhense, que seguiu o mesmo caminho do CSM.

No entanto, o que se percebe é que o Centro Social Morrinhense foi extremamente feliz ao projetar na vida pública e política de Morrinhos as suas maiores figuras, inclusive a de seu fundador, que se tornou o primeiro prefeito do município. Isso nos faz pensar até que ponto o Centro Social Morrinhense

---

78 Em entrevista, questionei Mundico sobre essa decisão. Ele se limitou a dizer que pediu afastamento do Centro Social Morrinhense “porque iria casar e se mudar novamente para Morrinhos”.

existiu apenas como meio para que seus idealizadores conseguissem prestígio social e imortalizassem seus feitos na história da cidade. Mundico Rocha afirmou que, mesmo durante os anos em que militava no Centro Social Morrinhense, não pensava em ser político e assumir um cargo administrativo caso Morrinhos conseguisse sua emancipação. Na época, com 29 anos de idade, Mundico esclareceu que a decisão havia sido tomada pela família, que o via como um potencial candidato, justamente por todo o legado que havia construído quando era presidente do Centro Social Morrinhense:

Por causa do Centro Social Morrinhense e de todas as campanhas que fiz dentro do grupo, eu fiquei credenciado, era uma pessoa muito conhecida e estimada na vila. E a minha família, em especial o meu primo Joaquim Soares, vendo essas minhas qualidades, disse: rapaz, você vai ser candidato! Na hora perguntei se ele estava louco. Mas aí ele acabou me convencendo, de que seria bom para mim e para a família. Foi uma campanha pesadíssima, porque do outro lado tinha outro membro da família, o Lourival, com poder aquisitivo muito maior que o meu. Ele ficou indignado. O povo dizia que era campanha do tostão contra o milhão. Eles gastaram dinheiro, gastaram, gastaram. Fizeram tudo que foi possível, mas eu ganhei. Mas, como eu não gosto de inimizade, logo que tomei posse em março, mandei chamar o Lourival para almoçar lá em casa. Foi quando a paz foi selada.<sup>79</sup>

As eleições de 1958, que definiriam os primeiros governantes de Morrinhos, dividiu a família Rocha. De um lado, Mundico, que representava o “tostão”. Do outro, o rico comerciante João Lourival Rocha. No entanto, o que pesou para grande parte da família declarar apoio a Mundico foi justamente sua experiência como presidente do Centro Social Morrinhense durante seus cinco primeiros anos, além do fato de ter sido um dos fundadores da instituição que havia ajudado a criar a paróquia e o município de Morrinhos. Joaquim Soares Rocha, o primo que o visitou para sugerir sua possível candidatura e que foi seu vice, participou ativamente da Elite Morrinhense, como presidente, ocupando também o cargo de subprefeito do distrito de Morrinhos na primeira metade da década de 1950.

Durante a corrida eleitoral, o Centro Social Morrinhense, que procurava hastear o tempo inteiro a bandeira do apartidarismo e da neutralidade política, publicou em seu jornal *Voz de Morrinhos* um extenso texto sobre o agora candidato a prefeito, Mundico Rocha, deixando claro seu interesse na eleição do seu ex-presidente:

79 Entrevista com Raimundo Nonato Araújo da Rocha, realizada em 16/05/2017, em Morrinhos, Ceará.

Morrinhos está de parabéns, pois saberá escolher um candidato digno de governar esta terra que tanto merece uma administração fecunda e progressista. Mundico merece ser o ídolo deste povo, pois, é um homem de grande família, que tem o espírito voltado exclusivamente para o progresso do seu querido torrão natal, que ele ama com todas as veias de seu coração. Este homem que acerca de dez anos vem trabalhando sem qualquer interesse particular em prol de seu rincão natal, bem merece o apoio de seus conterrâneos. Eleger Mundico a prefeito é visar um Morrinhos próspero e grandioso. Sabemos que ele será eleito porque o povo que o escolheu reconhece que sua terra precisa de Mundico. Porque Raimundo Nonato como presidente do Centro Social Morrinhense fez várias visitas ao Exmo. Sr. Bispo de Sobral e empreendeu esforços para a aquisição de nossa paróquia. E finalmente teve a arrojada ideia e lutou com todo o ardor e força de vontade para a criação do município de Morrinhos. Como presidente do Centro Social Morrinhense, do qual foi membro fundador em 1952, não recua diante dos empecilhos, pelo contrário: afronta-os com força e coragem.<sup>80</sup>

Após a divulgação do resultado das eleições e da confirmação da vitória de Mundico Rocha, os apoiadores de João Lourival Rocha acusaram o Centro Social Morrinhense de influenciar diretamente a campanha eleitoral e de ter se unido à ala familiar dos Rocha, que apoiava Mundico. Para amenizar a situação, o Centro Social Morrinhense tratou de publicar uma nota, tentando explicar sua posição:

O Centro Social Morrinhense tem sido injustamente atribuído por alguns de nossos conterrâneos como uma instituição simpatizante e até mesmo interessada por momentos político-partidários e defensora de determinados candidatos a cargos eletivos naquele município. Nós que fazemos com tanto desvelo esta entidade, consideramos este conceito uma calúnia, mesmo porque a organização a que pertencemos sempre foi oficialmente contrária a defesa de candidato A ou B. Alegam os que não querem pertencer as nossas fileiras e não tem disposição de se dedicarem as causas comuns, que o Centro Social Morrinhense esteve ao lado do atual prefeito Sr. Mundico Rocha. É uma alegação descabida e tem o intuito de arrastar do nosso quadro social os morrinhenses mais ligados ao Sr. Lourival Rocha, na tentativa de ver este Centro decair do alto conceito que goza perante o povo de nossa terra. O que jamais alcançarão, mesmo porque, todos os morrinhenses já compreenderam nossa neutralidade política.<sup>81</sup>

---

80 Parabéns, Morrinhos: Mundico será teu prefeito. *Jornal Voz de Morrinhos*, ano VI, número I. 9 de fevereiro de 1958.

81 Nossa Posição. *Jornal Voz de Morrinhos*. Fortaleza-CE, janeiro de 1959.

Os morrinhenses, no entanto, não compreenderam. O Centro Social Morrinhense, que já estava lutando contra o esvaziamento das reuniões desde 1957, agora por conta dessas acusações pós-eleições perdeu uma grande parte de seu quadro de sócios. As mensalidades atrasavam e faltavam recursos para manter a instituição funcionando normalmente, notadamente com o entusiasmo que marcou seus primeiros anos. Mas o sonho do Centro Social Morrinhense, e por que não dizer também da família Rocha, estava realizado. Morrinhos era uma cidade emancipada, jurídico-política e religiosamente autônoma, com sua prefeitura e sua igreja, como assim desejavam aqueles homens e mulheres da Ribeira do Acaraú. Mundico foi seu primeiro prefeito, e foi a partir dele que sua família conseguiu se manter no governo de Morrinhos, direta ou indiretamente, durante os próximos cinquenta anos.

João Leonardo Silveira tentou, a todo custo, manter o Centro Social Morrinhense vivo, mesmo na agonia de sua quase morte. Até que, em 24 de outubro de 1963, em uma sessão ordinária e melancólica para tratar do que sobrou do patrimônio da instituição, o Centro Social Morrinhense fechou as portas. Foi a última ata documentada da “fagueira esperança de melhores dias”.



## “Nas porteiras” de outros mundos: a Pedra Branca na tradição oral

Joaquim dos Santos<sup>1</sup>

### Nas lides do mistério

Estórias de lobisomem, alma penada, assombração, casas mal-assombradas e princesas encantadas povoam a imaginação popular e alimentam as credices dos sertanejos. No sítio Jatobá, distante quatro quilômetros de Porteiras, uma pedra vem despertando a curiosidade popular e misticismo dos moradores que garantem ser a pedra encantada. Os moradores guardam antigas narrações contadas pelos velhos, como estórias de arrepiar sobre os encantamentos da pedra.<sup>2</sup>

Com a manchete *Misticismos e credices do Cariri: ‘Pedra Branca’ ainda guarda os seus mistérios*, o texto do jornalista Antônio Vicelmo, publicado na edição do dia 8 de julho de 1993, do jornal *Diário do Nordeste*, relatou um pouco do cenário sobrenatural do rochedo que, segundo a matéria, “mede 24 metros de altura e está localizado em cima de um morro com mais de cem metros de altitude, de onde se avista parte do Vale do Cariri”.<sup>3</sup> Para os moradores das áreas circunvizinhas, a Pedra Branca, como é conhecida em virtude da sua cor branca e acinzentada, é encantada e detentora de poderes de encantamento.

---

1 Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades – NHISTAL (URCA/CNPq). E-mail: joaquim.santos@urca.br. Membro-fundador do Grupo Retratores da Memória da Porteiras (REMOP) e do Museu Comunitário Casa da Memória de Porteiras.

2 Jornal *Diário do Nordeste*. Caderno Regional, Fortaleza, 08 de jul. de 1993, p. 9. Grifo meu.

3 *Idem*, p. 9.

Como mencionada na epígrafe, a Pedra Branca está localizada no sítio Jatobá, na encosta da Chapada do Araripe, zona rural do município de Porteiras. A toponímia deste município não deixa escapar sua origem atrelada ao ciclo do couro quando do surgimento das vastas fazendas de criação de gado, originárias de cercamentos e demarcação de latifúndios a partir das cartas de sesmarias no início do século XVIII.

Inicialmente chamado *Porteiras de fora* para distingui-lo de *porteiras de dentro* (entrada e saída das áreas outrora cercadas), o povoado foi narrado nos escritos didáticos e algumas obras da historiografia do Cariri como tendo surgido de um acampamento de vaqueiros e agricultores.<sup>4</sup> Politicamente, a criação do distrito de Porteiras data de 9 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim. A emancipação política ocorreu em 17 de agosto de 1889, desmembrada do município de Jardim.<sup>5</sup>

Na formação social desse sertão verde e de muitas fontes de águas, marcado pela paisagem exuberante da Chapada do Araripe, a Pedra Branca esteve, em diferentes tempos, presente nas muitas vozes dos sujeitos como um ponto de mistério, um grande enigma envolto do mundo terreno e de outros mundos encantados.

Isso não ocorre à toa. O rochedo vai além da palavra. Ele se faz presente. Vista por esse olhar, sua materialidade faz ressoar as muitas falas sobre ele. Isto é, a materialidade da pedra nas vozes das pessoas faz emanar muitas estórias de passados enredados nas memórias do presente em meio aos ritmos dinâmicos das tradições orais, herdadas do pretérito e, concomitantemente, ressignificadas no momento de cada narração. É necessário, portanto, contextualizar a singularidade da pedra no espaço compartilhado da narração de estórias, registradas em entrevistas de história oral. Partindo dessa premissa, o que as narrativas sobre essa pedra podem nos dizer sobre os mortos e seus trânsitos entre os mundos?

Nos limites deste espaço textual, pretendo refletir sobre o lugar da Pedra Branca na tradição oral sobre os mortos na região do Cariri, dando destaque às memórias sobre a grande rocha e os significados que lhe são atribuídos pelos moradores das áreas próximas ao rochedo. Aqui compreendemos a tradição oral “como uma experiência que reflete a transmissão oral de acontecimentos e percepções do passado entre as gerações e que tem nos lugares e na família seu su-

---

4 Para uma análise sobre as origens de Porteiras, ver SANTOS, Cícero Joaquim dos. Rebuliços no passado: o ensino de história no museu comunitário. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 6, n. 12, 2014, p. 38-51. Até hoje as expressões “das Porteiras” e “nas Porteiras” são comumente usadas para referir-se à cidade.

5 PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1963, p. 145,165 e 237

porte de perpetuação”.<sup>6</sup> Essa é a compreensão elucidada por Julie Cruikshank, que a define “como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimentos”.<sup>7</sup>

## A Pedra, os seres encantados e os mortos misteriosos

Por séculos, a Pedra Branca foi narrada (e fertilizada) nas artes da oralidade. Partindo do oral, ela também ganhou escopo nas escritas de poetas e cordelistas. Foi o caso do poeta popular Joãozinho de Né Tonho, que, em junho de 2004, na sua velhice, escreveu *Histórias da Pedra Branca*. Nos versos, ele rimou as narrativas que escutava dos mais velhos quando mais jovem e vivia no sítio Saco, na Chapada do Araripe, em Porteiras, e também o que lia nos poucos escritos sobre o lugar:

As histórias da Pedra do Vieira  
São histórias verdadeira  
Que vem da antiguidade  
Eu mesmo sei algumas  
E aqui vou contar umas  
Que são histórias de verdade

Foram histórias gostosas!  
Contadas por seu Antônio Farosa  
Em noites de farinhadas  
Do jeito que ele contava  
A gente apreciava  
E dava muita risada

Antônio Farosa era antigo  
Dos meus pais muito amigo  
Velho de muita confiança  
Era um velho moreno  
Conheci desde eu pequeno  
Dêle tenho muitas lembranças

Ele contava uma história  
Que eu guardo na memória  
De um carneiro d.ouro, que passava  
Essa ele cansou de contar  
Que da serra do jatobá  
Ao sousa o carneiro tranzitava

6 SANTOS, Joaquim dos. *Cruz da Rufina: história e tradição oral*. Curitiba: CRV, 2021, p. 22.

7 CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Tradução Luiz Alberto Monjardim et al. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 155.

Olhe preste bem atenção  
Não era andando pelo chão  
Que o carneiro passava  
Sempre que ele viu passar  
Era suspenso no ar  
Segundo o velho contava

Ele contava com perfeição  
Que dentro da pedra se ouvia um pilão  
E o canto das piladeiras  
Som da armônica tocando  
Se ouvia até o povo dançando  
Rastano o pé na rancheira

Outra historia bunita  
Que poca gente acredita  
Mas podem acreditar  
Dentro da pedra se ouvia mulheres  
Mechendo com talheres  
Preparando a hora do jantar

Alem dele, muita gente  
Contava que ouvia penitente  
Dentro da pedra a cantar  
Eu ficava emocionado  
Com o cabelo arriado  
Só em ver o povo falar

Pouca gente em Porteiras  
Conhece a pedra do Vieira  
E acredita nas suas historias passadas  
Eu que tenho uma certa idade  
Sei que é pura verdade  
Toda sua historia contada.<sup>8</sup>

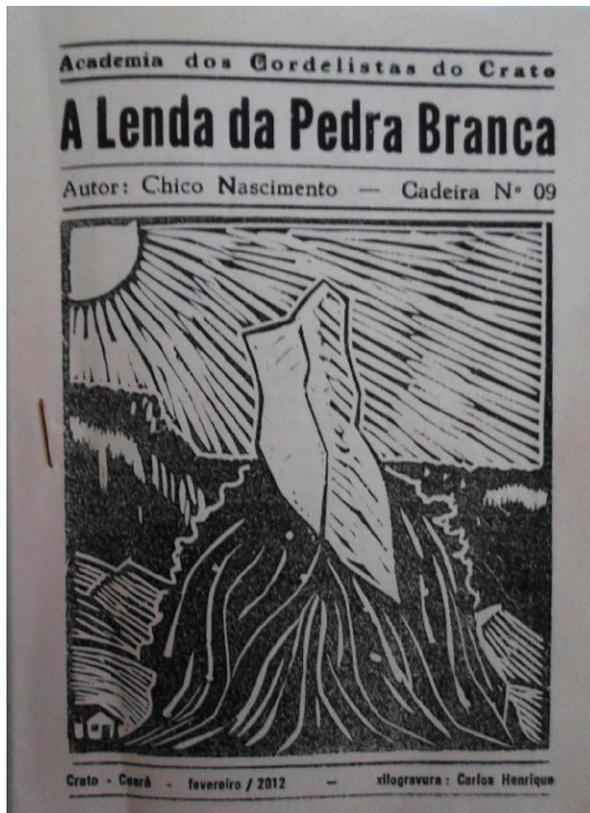
De igual modo, o cordelista porteirense Chico Nascimento, em *A Lenda da Pedra Branca*, versou sobre os encantos e os mistérios do rochedo, aludindo os saberes partilhados há muito tempo, desde o passado dos habitantes originários da região, o povo Kariri, até os dias atuais. Na capa do cordel, uma xilogravura produzida por Carlos Henrique apresenta a imagem da pedra majestosa como se ela se erguesse na direção do céu, rodeada pela Chapada do Araripe e iluminada pelos raios do sol, reforçando, a meu ver, o aspecto místico do rochedo.

8 NÊ TONHO, Joãozinho. *Histórias da Pedra Branca*. Acervo do autor. Sobre as narrativas poéticas de Joãozinho de Ne Tonho e suas relações com a memória social de Porteiras e do Vale do Cariri, ver JUCA, Gisafran Nazareno Mora; SANTOS, Cícero Joaquim dos; SOUSA, Samuel Pereira de. A natureza na narrativa poética de João Miranda. *Trajetos – Revista de História da UFC*. Fortaleza, v. 7, n. 13, 2009, p. 97-111. Sobre os seres encantados mencionados, ver também em SANTOS, Cícero Joaquim dos. *Passado alumiado: representações históricas de Porteiras*. Fortaleza: IMOPEC, 2011, p. 35-38.

A “Pedra Branca” em Porteiras  
o lugar onde nasci  
cidade que na verdade  
não fica longe daqui  
supostas aparições  
vem seguindo gerações  
desde o povo Kariri

A pedra é muito grande  
em comprimento e altura  
possui de cima abaixo  
uma ampla rachadura  
que deixa mais assombrada  
e também misteriosa  
aquela bela escultura.<sup>9</sup>

**Figura 1** – Cordel A Lenda da Pedra Branca



Fonte: retratores.blogspot.com

9 NASCIMENTO, Chico. *A Lenda da Pedra Branca*. Crato: Academia dos Cordelista do Crato: 2012, p. 2. Conferir em: [www.retratores.blogspot.com](http://www.retratores.blogspot.com)

Na contemporaneidade, o agricultor Alfredo Luís Tavares, morador do sítio Jatobá, nas proximidades da grande rocha, tornou-se uma das lideranças da comunidade e também uma personalidade quando o assunto é Pedra Branca. Ele tem mobilizado ações e partilhado saberes a fim de valorizar o monumento natural, marcante na sua memória. Eu o entrevistei em outubro de 2012, quando desenvolvia uma pesquisa de natureza histórica sobre a presença dos mortos nas narrativas orais de católicos do Cariri cearense do século XXI.<sup>10</sup> Ele tinha 40 anos e me recebeu prontamente na sua residência. Perante o gravador digital, ele narrou:

Os mais velhos diz que essa pedra é encantada. **Eles diziam que essa pedra é um lugar de esconderijo de alma.** Nós escutava isso deles. É por isso que a gente tinha medo de ir pra pedra. Ainda hoje. Hoje não tem mais não porque todo mundo hoje, o povo hoje mudou. Mas naquela época ninguém andava lá não. Eu mesmo não andava lá não. Andava com uma pessoa. Meu irmão mais velho, minha mãe, nós cansamos de ir lá. E quando a gente chegava lá a gente ficava todo se arrupando. Além das histórias que eles contavam, assim, tinha o que a gente via. Hoje não, mas lá chega era escuro de mato lá. Lá era bonito, assim, as árvores lá eram bem escuras, não andava ninguém. Só o povo que ia lá, visitava lá, olhava e voltava. E era pouca gente.<sup>11</sup>

É importante considerar que, em tempos precedentes, já existiram, em muitos espaços do território brasileiro, crenças segundo as quais almas e seres divinos saíam de rochas. Um exemplo disso toca o sebastianismo. Entre os fins do século XVIII e a aurora do século XIX, na região de Bonito, no interior do estado de Pernambuco, a “Cidade do Paraíso terrestre”, como ficou conhecida, reuniu sertanejos liderados por dois ex-soldados do 12º Batalha de Milícias. Erguida junto a uma laje ‘encantada’, eles acreditavam que dela uma santa orientava os ex-soldados Silvestre José dos Santos e Manoel Gomes. Eles recebiam as revelações segundo as quais, do ponto onde existia uma cruz, na pedra, saíria “o el-rei d. Sebastião com seu exército”, assim que a comunidade reunisse mil integrantes, transformando os dois líderes em príncipes; os pobres em ricos; trazendo a imortalidade e a felicidade”.<sup>12</sup>

---

10 O estudo mencionado foi: SANTOS, Cícero Joaquim dos. *A mística do tempo: narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

11 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, na zona rural do município de Porteiras, p. 8. Grifo meu.

12 HERMAN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na “Cidade do Paraíso Terrestre”, Pernambuco – 1817-1820. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 11, 2001, p. 132-133.

Posto em relevo a relação entre as pedras e as almas nos interiores do Brasil, é notório como seus laços são estreitos e porosos, tanto no que diz respeito às pedrinhas, quanto aos grandes rochedos. No primeiro caso, principalmente nos espaços rurais, elas ainda hoje são usadas como representação de uma oração dedicada às almas. Herança dos costumes portugueses, elas são depositadas próximas das cruzes erguidas nas estradas, que marcam sepulturas ou firmam homenagens aos vitimados de morte trágica. Esta é aquela que se contrapõe à boa morte, como outrora foi difundido nos ensinamentos para o bem morrer: de alguma forma, a morte deveria ser anunciada, pois os sujeitos precisavam se preparar material e espiritualmente para o morrer, mediante o cumprimento dos ritos fúnebres de tempo e espaço, outrossim considerados ritos de separação do morto do meio dos vivos e de incorporação da alma nas dimensões do além cristão.<sup>13</sup>

No epílogo dessa reflexão, as almas podem transmutar-se nas próprias pedras. Sobre a segunda metade do século XX, Cascudo ressalta que, “quando a gente no caminho dá uma topada em uma pedra, deve dizer: ‘Deus te salve’, porque pode ser uma alma penada purgando-se dos seus pecados”.<sup>14</sup> Dessa forma, a rocha pode representar uma forma de remissão das culpas das almas no mundo terreno, aspecto este desviante ou que foge do domínio do catolicismo oficial, uma vez que a purificação espiritual nos escritos oficiais da cristandade deve ocorrer no purgatório, sendo este uma dimensão temporal e temporária do além cristão. No caso das grandes rochas, os saberes seguem muitos dos ensinamentos bíblicos e, evidentemente, das apropriações e reinvenções populares. Conforme Cascudo, as formas das serras e pedras muito altas provocaram, nos olhares de muitas populações, o surgimento de imagens e contos etiológicos. Nesses moldes, às vezes, a grande pedra é percebida como um fundamento ou origem da vida.<sup>15</sup>

---

13 MARTINS, José de Souza. A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça. In: MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1983, p. 258-269.

14 CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11 ed. São Paulo: Global, 2002, p. 502.

15 CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11 ed. São Paulo: Global, 2002.

**Figura 2** – Pedra Branca vista de longe



**Foto:** Sérgio Magalhães. 2021.

Estabelecendo essas conexões, é perspicuo como as narrativas sobre os enigmas da Pedra Branca não estão isoladas. Isso se referenda tanto entre os saberes próximos no tempo e no espaço, quanto distantes. A exemplo deste último, lembro os escritos de Mircea Eliade sobre o caso da *omphalós* de Delfos, uma pedra branca que era tomada como centro da Terra: uma pedra funerária de um túmulo.<sup>16</sup>

Nesse sentido, as narrativas sobre a Pedra Branca de Porteiras demonstram saberes partilhados entre diferentes gerações, que colocam em cena os poderes enigmáticos das pedras e seus liames com outras dimensões transcendententes. É nessa envergadura que a rocha carrega experiências emocionais e espirituais. Na acepção do agricultor entrevistado sobre as memórias dos antepassados e dos moradores mais velhos das áreas adjacentes à sua morada,

---

16 ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

a pedra encantada é, além de um desvão das almas no mundo dos vivos, “uma coisa do outro mundo”. Conforme suas palavras:

As pessoas contam essas coisas. Outros diz que lá é lugar de alma encantada. Diz que se encanta muita alma lá. Até no jornalzinho o homem diz: história de alma encantada. Quer dizer ele... As pessoas tinham isso como se fosse, que a Pedra Branca seja um lugar de... **Assim, como que seja um cemitério, de coisa do outro mundo.** Vinha muitos penitentes nessa época pra lá.<sup>17</sup>

Alfredo faz uso do exemplar do jornal *Diário do Nordeste* para evidenciar a plausibilidade e legitimidade do que fala. Leitor das artes da escrita, ele guarda esse periódico com afeto. O impresso, no qual o rurícola também foi citado, soma-se as memórias orais dos mais velhos na constituição da sua narrativa sobre os mistérios do rochedo. Como Jack Goody ressalta, quando analisamos a tradição oral em culturas com escrita, as pessoas podem ler e realizar consultas sobre o assunto a ser narrado. Isso não nega ou desqualifica o valor do que é narrado. Ao contrário, isso realça e fortalece as redes complexas constitutivas dos saberes partilhados.<sup>18</sup>

A acepção construída pelo agricultor entrevistado é bastante significativa. O cemitério, neste ponto, não é o lugar destinado ao sepultamento de corpos. Ele reporta-se à conotação desse espaço como uma metáfora para exemplificar os sentimentos religiosos que os vivos atribuem à grande rocha, pois uma “coisa do outro mundo” carrega os mistérios de outras dimensões não perceptíveis no mundo vivido, mas acreditado a partir das lides e representações imaginárias. Nessa interpretação, essa Pedra não é apenas uma coisa do âmbito terreal, ela também é sobrenatural. Por esse motivo, a grande rocha tem poderes de encantamento. Dentro dela e sobre ela, criaturas encantadas viviam e apareciam aos olhos dos vivos do passado, como vimos anteriormente nos versos do poeta, bem como algumas almas nela se encantaram.

Nesses saberes, há hibridismos culturais que trazem à baila referências cristãs e pagãs, o que alude diferentes matrizes culturais e cosmovisões. Ora, no cristianismo as almas não se encantam. Após a morte do corpo, elas seguem nos destinos do além cristão. Na contemporaneidade, ele é composto pelo Inferno, o Purgatório e o Paraíso. Na historiografia, foi narrado como uma

---

17 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, município de Porteiras, p. 8.

18 GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral*. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

construção imaginária, urdida em um tempo de longa duração, em estruturas e imagens mentais.<sup>19</sup>

Ainda sobre o fragmento da narrativa citada acima, a presença dos penitentes no sopé da grande rocha reforça, na memória do narrador, o valor altaneiro da Pedra no imaginário dos vivos e a crença na sua ligação com os segredos do outro mundo, outrora entoados nas narratividades da gente velha daquelas serras. Na continuação da narrativa, ele esboça os passos dos penitentes nos arredores daquele rochedo para ratificar o apego ou a relevância da grande rocha para os religiosos das áreas adjacentes:

Eles vinham, os penitentes vinham pra rezar, né. Eles sempre vinham: época de Semana Santa, dia de finado, eles sempre visitavam. Subia aqui com aquela cruz e vinham rezar, né. Às vezes passava a noite, tinha vez que passava até... eles chegavam cedo da noite, doze horas da noite e passava até outro dia, quatro horas, rezando. Aí quando era quatro horas eles sumiam.<sup>20</sup>

Antes de qualquer coisa, entretanto, a pedra representa aquilo que não é humano, em virtude da permanência da matéria. Ela é projetada, consequentemente, nas temporalidades da natureza. É, portanto, um modo de ser absoluto. Porém, a rocha pode representar uma manifestação do sagrado. Por certo, a adoração que lhe é atribuída não significa o culto pelo fato de ser uma matéria bruta, alguma coisa diferente ela exprime ou incorpora. Nessa interpretação, ela representa algo que vem de algum lugar mítico. Assim, é aquilo que, diferente dela mesma enquanto pedra, é de algum modo cultuado, embora não deixe de ser uma rocha. Ela possui um valor utilitário como um elemento de atribuição de significados.<sup>21</sup>

Essa teia de sentidos é percebida nas narrativas sobre a Pedra Branca. Todavia, ela não é cultuada enquanto um monumento sagrado, logo, não se trata de uma litolatria, mas é utilizada como um ponto de encantos e trânsitos das almas e dos seres encantados do outro mundo nos ares terrenos. Por essa noção, o rochedo assume o signo de um testemunho do além cristão e de outros mundos encantados no ambiente terrestre.

19 Sobre o Paraíso cristão numa perspectiva histórica, ver DELUMEAU, Jean. *O que sobrou do Paraíso?* Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. No que toca o Purgatório, ver LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. 2 ed. Lisboa: Estampa, 1995. A respeito do Inferno, ver: SANTOS, 2017.

20 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, município de Porteirias, p. 8.

21 Sobre os significados da pedra nas crenças religiosas, ver ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. Tradução Fernando Tomaz e Natália Nunes. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

O historiador Régis Lopes, quando refletiu sobre a lição das pedras nos usos do passado e sua inserção nos escritos literários e históricos sobre o Ceará, lançou luz sobre o lugar de destaque que a elas foi atribuído quando entendidas como testemunhos. Alusivo a esse sentido, ele indica a durabilidade das rochas como um fator que lhes possibilitaram reconhecer o valor de antiguidade. Ou seja, naqueles escritos, as pedras puderam ser testemunhos mais antigos em virtude da sua durabilidade e continuidade no tempo.<sup>22</sup>

No caso aqui estudado, a Pedra Branca é apontada como uma testemunha das estórias narradas no presente sobre a temática do passado. Ela é uma referência do pretérito próximo e distante, vivido pelos narradores e moradores das áreas próximas, nos idos de sua meninice. A dureza e continuidade do rochedo soam, nas palavras ditas e escritas, como uma prova do tempo e no tempo. Além disso, é vista como um vínculo terreno ou um canal de comunicação com o outro mundo.

O agricultor Alfredo cresceu morando bem próximo da Pedra Branca, onde permanece até hoje. Ele relata suas memórias construídas a partir dos diálogos com sua mãe, entre seus quefazeres agrícolas e domésticos. A narrativa é permeada pelo medo, temeridade relacionada aos aspectos misteriosos que a imagem opulenta do rochedo projetava nas sensibilidades visíveis de outrora:

Eu criança já via a Pedra Branca ali. Aí a gente ia caçar lenha nessa época. Minha mãe, a gente queimava lenha. A gente via a Pedra Branca como, assim... eu, quando era criança eu via a Pedra Branca como um lugar, assim, encantado né? A gente tinha medo ir lá, chegava lá era um silêncio.<sup>23</sup>

O temor apresentado também obtém lugar de destaque nas narrativas de outros moradores dos espaços que circundam a grande pedra, como lembrou o Seu Chico, um agricultor de 70 anos, morador nas proximidades da rocha: "De uns tempos pra cá ela ficou mais, o povo anda mais pra lá. Mas de primeiro o caba corria com essas coisas [aparições] de lá".<sup>24</sup> Nesses termos, "correr com essas coisas" significava fugir ou se distanciar do lugar em virtude do medo despertado nos vivos a partir das estórias de encantamentos que circulavam de boca em boca.

---

22 RAMOS, Francisco Régis Lopes. A lição da pedra: o uso da natureza no uso do passado. In: *Natureza e cultura*: capítulos de história social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 52-62.

23 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, na zona rural do município de Porteiras, p. 1.

24 Narrativa de Francisco André de Sousa. 70 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, no sítio Jatobá, na zona rural do município de Porteiras, p. 2.

Contudo, no mesmo compasso do temor provocado perante o desconhecido e o silêncio que circundava o rochedo, este despertava, simultaneamente, admiração. Provocava, assim, o fascínio nos olhares de quem se atrevia a se aproximar da rocha, como relatou o agricultor. Na continuação da sua narrativa, Alfredo contou:

E minha mãe caçava lenha, quer dizer, a gente caçava lenha pra queimar, fazer a comida, né? E nós ia sempre lá. Aí um dia eu fui mais ela lá. Aí eu disse:

- olha mãe quando eu... Aí ela contava as histórias, assim, do que aparecia [...], que aparecia essas coisas lá. [...] Sempre quando eu andava por aí, eu olhando a Pedra, achava muito bonita, eu olhava e achava bonito.<sup>25</sup>

Na escrita do médico e memorialista Napoleão Tavares Neves, vista de longe, a Pedra Branca é marcada pelo fascínio, nos tempos de menino, quando a olhava do sítio Saco, área serrana de Porteiras. Na sua infância, as narrativas sobre os encantos da rocha alcançavam sua escuta, e seus olhos viam de longe a pedra misteriosa, no texto identificada como “velha companheira”. Eis suas memórias escritas no texto *A mística da Pedra Branca*:

Quando abri os olhos para a vida já fui vendo no horizonte o perfil acinzentado da Pedra Branca de Porteiras, balizando os meus limites no Sítio Saco daqueles bonitos pés-de-serra. Ao ver pela primeira vez a imponente pedra o escritor e poeta José Peixoto Júnior criou-lhe uma bela imagem: “Ali está a Pedra Branca, escorando a serra para não comprometer a ferradura que a grande Chapada do Araripe faz para nela ser colocado o Sítio Saco”. Efetivamente, o perfil da pedra delimitou os meus movimentos de menino para além da qual ficava o mundão desconhecido que não me interessava porque os encantos do verde sítio Saco me bastavam. Toda vez que olhava em direção do nascente lá estava a pedra branca a delimitar os meus horizontes de menino feliz. Por isso, habituei-me a ver a Pedra Branca como uma fisionomia amiga, velha companheira da minha infância.

Efetivamente, do Sítio Saco, a visão da Pedra Branca é muito bonita, mais parecendo a Torre de Pisa não inclinada, feita pela mão do homem, como um marco de pedra a balisar os limites do Sítio Saco que preenche toda a aquela bela ferradura formada pela Chapada do Araripe no mais fértil, mais verde e mais frios dos seus recantos, exatamente porque lá fica a sua mais

---

25 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, na zona rural do município de Porteiras, p. 1.

alta altitude. Ali as fontes brotam abundantes do sopé da serra, mandando água para Porteiras.

Ali a água é fina, cristalina, fria e saborosa. Ali o clima é frio e gostoso e a Pedra Branca delimita este saudável micro-clima do Cariri. Ali a temperatura baixa a 15° graus no mês de junho. Quantas vezes, quando menino, não fui dormir assustado [...]. Tudo isto, faz parte do imaginário popular das cercanias da grande pedra que é, realmente, um marco natural naqueles velhos horizontes que a natureza parece guardar avidamente.<sup>26</sup>

Em outra publicação memorialística, Napoleão Tavares Neves reforçou a singularidade da Pedra:

A Pedra Branca domina aquelas paragens, sendo vista de toda parte, desde muito baixo da cidade de Porteiras. É um grande e belo rochedo em forma de torre, com aproximadamente trinta metros, só de rochedo, sem falar no elevado monte que o sustenta.<sup>27</sup>

A forma peculiar da Pedra Branca, em virtude do seu desenho íngreme e elevado, corroborou para a construção dos aspectos enigmáticos que ainda hoje lhe são atribuídos. A altura do rochedo e seu formato vertical são fatores instigantes à imaginação e intrigantes à compreensão. Na descrição do rochedo presente no *Diário do Nordeste*, além da sua altura e verticalidade, outros elementos fortalecem as crenças sobre seus mistérios e encantos:

A pedra é um acidente geográfico, localizado no sítio Jatobá, a cinco quilômetros de Porteiras, no pé da Serra do Araripe. Do alto da pedra se avista parte do Vale do Cariri até o limite com o Estado de Pernambuco. É a mais bonita paisagem da região, diz o poeta e o advogado José Peixoto Júnior. [...] A paleontologia define as rochas que afloram no pé da serra como do período jurássico, isto é, a mais de 100 milhões de anos. Para os moradores do Sítio Jatobá, a Pedra é misteriosa, encantada.<sup>28</sup>

Os achados paleontológicos e arqueológicos nos lugares que contornam o rochedo ganham, nas narrativas dos moradores, status de prova da antiguidade da Pedra e dos muitos tempos idos dos antepassados. Sobre este ponto, sua idade antiga é a testemunha maior dos seus enigmas. De acordo com o períó-

26 *Jornal Diário do Nordeste*, Fortaleza, 08 de jul. de 1993, p. 9.

27 NEVES, Napoleão Tavares. *Lendas da Pedra Branca, de Porteiras*. In: VICELMO, Antônio. *Roteiro histórico de Porteiras*. Porteiras: Prefeitura Municipal de Porteiras, 1995?, p. 16.

28 *Jornal Diário do Nordeste*, Fortaleza, 08 de jul. de 1993, p. 9.

dico mencionado, tudo isso fortalece o misticismo que a domina e da qual ela é dominadora:

O misticismo dos habitantes do Jatobá foi reforçado com a notícia de que nas proximidades da pedra foi encontrado um fóssil de um animal gigantesco que teria habitado no Cariri há 180 milhões de anos, possivelmente um dinossauro. Os fósseis encontrados no pé da serra do Jatobá indicam também que o Cariri já foi mar. [...] Essa gama de informações sobre a paleontologia deixa os agricultores preocupados: “Nós estamos avexados com tudo isso”, afirma o agricultor Joaquim Tavares.<sup>29</sup>

Os possíveis ossos de dinossauro encontrados evidenciam a excepcionalidade da terra na qual a pedra se encontra. Nessa linha de raciocínio, a terra e o que ela esconde somam-se nas memórias que contam os elementos indecifráveis da pedra. Além disso, as marcas presentes na rocha também dizem muito. Elas são naturais, realizadas no tempo da natureza, e humanas, em virtude da ação modificadora das pessoas. A grande pedra se insere, portanto, nos domínios da matéria bruta e burilada, natural e cultural.<sup>30</sup>

No que diz respeito às marcas temporais talhadas pela força da natureza, a Pedra Branca é cheia de chanfraduras e ladeadas de muitas outras rochas menores que, aparentemente, lhes dão sustentação. Na formulação da natureza, ela ficou cercada pela vegetação da encosta da Chapada do Araripe. Atualmente, vem sofrendo com os desmatamentos que cercam as áreas circundantes.

Uma das pedras menores situadas aos pés do rochedo foi usada como nicho, um amparo para uma imagem do Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), o “padim pade Ciço”, um “santo” da multidão de fiéis, romeiros de várias partes do Brasil e moradores da cidade de Juazeiro do Norte e, por extensão, do Cariri.<sup>31</sup> Ao lado da imagem, as marcas das velas fazem lembrar que o lugar também se tornou um espaço de orações. E imagens de santos quebradas foram (e continuam sendo) depositadas nos seus contornos. Se uma imagem do patriarca de Juazeiro foi depositada aquém da grande rocha, outra imagem desse Santo consagrado no cotidiano dos fiéis foi levada para seu cima, uma experiência cuja expectativa foi descrita no *Diário do Nordeste*, nos idos da década de 1990.

29 *Idem*, p. 9.

30 Sobre a acepção da pedra como matéria natural e cultural, ver RAMOS, Francisco Régis Lopes. A lição da pedra: o uso da natureza no uso do passado. In: *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 52-62.

31 O Padre Cícero se consagrou no campo religioso dos fiéis a partir do chamado *fenômeno da hóstia*, ocorrido em 1889. Ver DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Agora, para reforçar ainda mais o misticismo dos moradores do sítio Jatobá, será colocada uma estátua do Pe. Cícero no alto da pedra. A imagem foi adquirida através de um movimento comunitário, liderado pelo agricultor Alfredo Tavares. O impasse está na condução da estátua até o topo da pedra [...]. Por isso eles vão ter que subir quase um quilômetro de ladeira íngreme e escalar uma pedra de 24 metros de altura, carregando uma estátua feita de cimento e ferro pesando 250 quilos. O monumento tem 1 metro e 70 centímetros de altura e encontra-se na capela do sítio, aguardando uma oportunidade para chegar ao topo da pedra. [...] “O problema agora é chegar lá em cima com a estátua” lamenta o rurícola Luiz André Tavares, consciente de que não será uma tarefa fácil. O líder Alfredo Tavares, diz não ter dúvida de que “com a ajuda do padim Ciço, nós vamos cumprir nosso desejo”, acrescentando que na próxima semana terão início os trabalhos de escavações para fixação de grampos onde será uma escala de ferro para com, a ajuda de um carretéis e cordas, puxar a estátua até o (?).<sup>32</sup>

Eles tentaram, e conseguiram. Naquele ano de 1993, a imagem do Padre Cícero foi escalada no rochedo, experiência acompanhada por muitos curiosos. Isso reforçou os sentimentos religiosos e, de igual modo, as inquietudes dos moradores. Durante a escalada da imagem, a cabeça do santo quebrou. A imagem do padre Cícero permanece até hoje no topo da grande pedra, mas sem cabeça. Esse dado é muito significativo e reforça ainda mais os mistérios do monumento natural, pois, se a cabeça é a parte do corpo humano que pensa, racionaliza e tenta dominar os mistérios dos mundos, até um santo, ao ser colocado no seu topo, perdeu a cabeça. Em outras palavras, a pedra não se deixa dominar.

Essas memórias e experiências aludem, portanto, à projeção do rochedo alteroso no terreno do indecifrável. Elas indicam que ele está repleto de indícios do além que, não obstante a isso, permanece ladeado e cercado por arcanos terrenos e místicos. Esse é o caso de uma árvore com poderes de cura. Assim, Alfredo contou:

Outro dia, o ano passado, eu tava aqui aí, foi o ano passado tá com um ano, em outubro. Eu fui, eu ia fazer a festa de outubro a festa de São Francisco. Aí apareceu aqui em mim um caroço em mim aqui ó. Aí esse caroço, e vamos e vamos, passou vinte dia e esse caroço sem sarar e tava cheio de... Aqui o pessoal tava com aquela doença a leishmaniose. O padre viu e disse:  
— Oxente, que caroço mais estranho é esse?

32 *Jornal Diário do Nordeste*, Fortaleza, 08 de jul. de 1993, p. 9.

— Padre não sara não. Já procurei um médico, tomei uns comprimidos aí, sara não. Ele disse:

— Cuide rapaz que é a leishmaniose.

Aí eu fui pra rua. Fui lá na médica de novo ela passou de novo.

— Vamos ver daqui a oito dia se não sarar você venha aqui.

Passei oito dia tomando o medicamento e não sarou. Eu fui lá de novo. Ela disse:

— É isso aí tem tudo pra ser a leishmaniose. Amanhã você vai pro Brejo fazer o exame, pra nós tirar um pouco, pra fazer um exame disso aí...

Aí eu subi pra casa. Eu ia levantar a bandeira de São Francisco, ia fazer a festa. Quando foi de noite eu acordei, nem foi sonho, nem foi nada, só foi uma ideia. Porque lá na proximidade da pedra, subindo pra lá tem um pé de podóia muito velho, e o povo tirava muito remédio lá, o pessoal antigo tem essas crenças, né. E no tronco tem um buraco, assim. E nesse buraco armazena muita água do inverno. Às vezes vem chuva aí né, fica aquela água lá na madeira mermo, na raiz da... Aí veio uma ideia pra eu ir lavar. Vá e lave com a água, você fica bom. Num foi sonho nem nada, foi só uma ideia. Já que aquele pé de planta é medicinal que o povo diz, eu vou já lavar. Aí subi pra lá meia-noite. Quando cheguei lá, aí sacudi a água, mexi na água a água fedida danada: - mas home eu lavar com isso aqui? Mas eu vou lavar. A leishmaniose se... eu vou lavar. Aí lavei. Quando eu lavei aí começou doendo, doendo, doendo, eu digo: - ai, ai, ai, vou lavar de novo. Lavei três vezes. Até o menino aqui, ele tá ali, ele é paralítico. No outro dia quando eu cheguei, ele disse:

— Cadê Alfredo, a leishmaniose? Chico de Vena já teve a leishmaniose, quando foi no outro dia que eu cheguei lá ele disse:

— Cadê Alfredo, a leishmaniose acabou? Eu disse:

— Fechou. Ele disse:

— E o que foi?

Eu disse:

— Eu fui na pedra e lavei com a água do pé de podóia.

**Joaquim:** Esse pé fica do lado da pedra?

**Alfredo:** Fica logo na subida aqui, mas fica bem na proximidade.

Aí ele disse:

— Mas rapaz e foi?

— Foi.

— Pois vá lá de novo que já enxugou, tá bem fechadinho.

Aí eu fui lá e levei de novo, bem essa hora. Só lavei de noite e essa hora, pronto sarou. Sarou e ficou a cicatriz, aí eu fui lá e o padre disse:

— Vá fazer o exame pra saber se foi rapaz.

Aí eu nunca liguei. Outro dia eu tava mais um médico do Brejo, eu não sei como é o nome dele. Nós tava assim aí ele disse:

— Ei, você teve a leishmaniose?

Aí eu disse:

— Não, o que o senhor acha?

— Aqui é uma cicatriz de uma leishmaniose  
Aí eu contei a ele. Ele disse:  
— Rapaz, pois isso aqui é um milagre, aqui era uma leishmaniose, a cicatriz dela. O médico que disse. Você fez o exame? Eu digo:  
— Nunca fiz.  
— Pois vá fazer o exame pra saber se era mesmo. Porque a leishmaniose não sara assim não. Aí eu contei a ele. Ele disse:  
— Pois se foi é um milagre, porque ela não sara sem a vacina.  
**Joaquim:** Um milagre da árvore da pedra?  
**Alfredo:** Sim, da árvore da pedra. Aí pronto, nunca fiz o exame, que eu não liguei de fazer e nunca apareceu mais não, sarou e pronto. Isso aí é uma coisa, já uma... outra coisa, né. Da árvore da pedra que aconteceu isso, lá na pedra.<sup>33</sup>

Na continuidade da entrevista com Alfredo, ele contou que mortos aparecem indicando curiosidades e enigmas nos e sobre os arredores do rochedo. Ele contou que um morto desconhecido lhe apareceu em um sonho, convidando-o e guiando-o até a rocha. Na visão onírica, o morto lhe apresentou algo extraordinário:

**Alfredo:** Eu num vi, eu num vou dizer que vi. Nunca vi nada de encanto lá. Só tive um sonho uma vez. Eu sonhei que eu chegava lá, quando eu tava trabalhando, eu acho que também eu trabalhando lá, né? Eu chegava lá e eu subia mais um velho, o velho já tinha morrido, esse velho já tinha morrido. E eu subia mais ele e dizia:  
— Procure aí uma faca virgem, um ferro virgem.  
— Aí eu quem tem? Quem tem?  
Aí o velho chegava e dizia:  
— Eu tenho uma, bora.  
Aí ele saiu mais eu, bora ali. Aí nós saía. Aí quando nós chegava lá, lá tinha um cantinho onde sonhei, o cantinho tá lá. Aí ele dizia:  
— Pegue a faca  
aí eu botava a faca no chão assim. Aí ele dizia:  
— Enfie a faca.  
Quando eu tirava, ele dizia:  
— Cheire e olhe.  
Aí eu dizia:  
— Oxente o que é isso, é sangue?  
Aí ele disse:  
— É. Aqui foi, é um anjo pagão que tem sepultado aqui.  
Pronto foi isso que eu sonhei. Aí na hora que eu sonhei, eu acordei e disse:

---

33 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, na zona rural do município de Porteiras, p. 7-8.

— Cadê um ferro virgem pr'eu ir. Mas eu vou.

Aí levei uma faca velha mesmo sem ser virgem, mas aí não encontrei nada lá não. Só que esse sonho eu tive.

**Joaquim:** E era na pedra, que dizia que tinha um anjo pagão?

**Alfredo:** Era na pedra, que tinha um anjo pagão lá.

**Joaquim:** Dentro da pedra?

**Alfredo:** Não, num cantinho lá, tem um tipo uma gruta, assim, feito na pedra mesmo. Pra cada pedra tem uma pedrinha, tipo uma gruta. Nós arroteava, que eu até no sonho, eu digo:

— Esse véi vai me matar com essa faca.

Aí ele chegava e botava assim, pegava na minha mão e na dele, assim:

— Enfie a faca.

Aí eu botava assim, quando tirava aí ele disse:

— Cheire. É sangue ou não é?

Eu disse:

— É. Essa coisa aqui é um anjo pagão que tem enterrado aqui.

Aí eu acordei. Aí eu digo;

— Oxente, que sonho é esse?

Aí eu peguei a faca, eu num tinha faca virgem, mas eu subi. Eu subi meia-noite, quando eu acordei, pra ver se eu via. Mas quando eu cheguei lá... no mesmo dia na hora que eu acordei, foi meia-noite. Eu não sei que hora era aquela não, mas meia-noite. Aí subi pra lá, quando cheguei lá, fui pro mesmo canto e não encontrei nada, só o vento. Não vi nada não, também eu não tinha levado a faca [virgem], que eu não tinha, né? A história que eu posso contar do encantamento.<sup>34</sup>

Nessa narrativa, a história que o narrador pôde contar do encantamento diz respeito àquilo de extraordinário por ele vivido. Essa narrativa soma-se às outras já escutadas sobre os mistérios do rochedo. No tempo presente, as memórias vão costurando uma amálgama de outras narrativas, num jogo de entonação e ressignificação das narrativas do passado e agregação de novos elementos. Nessa tessitura, memórias entoadas nas palavras orais se misturam e se transmutam em versos escritos dos poetas e cordelistas, bem como se apropriam de materiais em jornais impressos e virtuais, e ganham também ressonância neles. Além disso, escritos de estudantes, de viajantes e curiosos ganham corpo em blogs e canais de compartilhamento de vídeos. Os saberes, antes transmitidos na tradição oral, ganharam muitas formas e suportes.

---

34 Narrativa de Alfredo Luís Tavares. 40 anos. Agricultor. Entrevista realizada em 16/10/2012, em sua residência, sítio Jatobá, na zona rural do município de Porteirias, p. 5-6.

## O fim dos mistérios?

Por tudo que foi exposto, percebemos que a Pedra Branca de Porteiras é nomeada como um rochedo natural e sobrenatural, extraordinário e enigmático pelos segredos que preserva. Ela é um produto da natureza e simultaneamente da cultura, dos filtros dos desejos, das elaborações mentais e imaginárias dos sitiantes das suas redondezas. Ela é firme e sutil ao mesmo tempo. É material e imaterial. É certeza e dúvida. É tempo natural e social. Ela se fez na/da natureza e na/da memória. É uma referência da paisagem cultural do Cariri cearense.<sup>35</sup>

A Pedra Branca permanece no mesmo ponto, como um rochedo imponente, desafiador, majestoso e fantástico. Nesses termos, não é o recurso do seu desaparecimento que torna a pedra encantada, mas os mistérios que ela preserva e os seres fabulosos que protege ou esconde, enfrentando as fronteiras dos tempos e das gerações. Mas o que ela nos conta sobre os mortos? A priori, ela, por si só, talvez não diga nada. Mas, dependendo do prisma lançado, pode dizer muito. A rocha nada fala se pensarmos no sentido estreito do pronunciar sonoridades em palavras. Porém, na contramão desse sentido, ela estimula as falas dos sujeitos sobre sua durabilidade, imponência, firmeza, beleza e seus aspectos indecifráveis. Nessa contextura, os mortos aparecem como mais elementos que reforçam seus enigmas.

Alguns narradores identificam a Pedra Branca como uma coisa do outro mundo e de outras existências possíveis, pois o encantado e o além cristão se aproximam e, às vezes, se misturam. A Pedra assume o signo de um ponto de comunicação, como uma abertura que conecta as profundezas da terra e o infinito do céu. A grande rocha também é narrada como um esconderijo das almas, onde um anjo foi enterrado.

Com sua idade velha, seu curioso formato vertical e os achados de pedra (muitos peixes e outros seres) no seu contorno, a grande rocha permanece guardando mistérios do passado e segredos de outros mundos.

---

35 Sobre a Pedra Branca na paisagem cultural do Ceará, ver SANTOS, Joaquim dos; SILVA, Simone Pereira da. “Velhos horizontes”: a Pedra Branca na paisagem cultural do Cariri cearense. In: SANTOS, Joaquim dos; VIANA, José Italo Bezerra; ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira (Orgs.). *História e patrimônio cultural: ensino, políticas e demandas contemporâneas*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2022 (no prelo).





# Vamos falar sobre um sertão? Do sertão dos párias incultos ao culto à pátria<sup>1</sup>

*Reginaldo Alves de Araújo<sup>2</sup>*

*Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.*

*Pero Vaz de Caminha.*

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf).

## **Introdução: o conceito no tempo**

Como já nos falava Koselleck, os conceitos têm história, e os sentidos destes, ou seja, as ideias que estes presentificam, estão sempre envoltas em batalhas semânticas para “...definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições...”<sup>3</sup>

Evidentemente, com a expressão “sertão” não foi e não é diferente. O termo vem mudando de sentido em nossa história, sempre envolto em um projeto de poder e em interesses políticos segundo o contexto de cada época, mas em todos eles, relacionado com alguma forma de colonialismo. Assim, este artigo se propõe a analisar algumas variações de sentido da palavra sertão nos diferentes momentos históricos. Logo, esta é uma proposta de análise de um conceito em seu deslocamento no tempo. Todavia, deixamos de lado a ideia de

---

1 O presente artigo (ensaio) foi pensado como um complemento à apresentação do “Nas Trilhas do Sertão” volume 6, escrito em parceria com o Raimundo Alves de Araújo e o Joaquim dos Santos. Neste sentido, se nos cabe darmos uma sugestão ao leitor, seria ler aquela apresentação como uma espécie de introdução a este texto. Uma segunda informação é a de que este, para mim, é um ensaio fora de minha zona de conforto, mas, ainda assim, necessário.

2 Doutor em história social pela UFC, membro do SEBO-UFC e Professor da Seduc-CE. E-mail: reginaldocidade2016@gmail.com.

3 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 102.

sertão como sinônimo de seca e de fome, que foi mais presente na literatura moderna, para nos concentrarmos em outras duas imagens: a de um espaço não civilizado no contexto colonial, ao sertão enquanto reservatório das raízes culturais da nacionalidade brasileira.

Tanto na definição de “sertão” feita por Pero Vaz de Caminha, no final do século XV, citado acima, como na do padre Rafael Bleuteau, no século XVIII, o termo significava uma região apartada do mar em todas as partes,<sup>4</sup> sentido que permanecia no início do século XIX.<sup>5</sup> Todavia, pelo menos para o citado padre, naquele primeiro contexto, “sertanejo” eram as coisas do interior, tais como vegetação e animais sertanejos. Ou seja, o sacerdote não aplicava a mesma adjetivação aos povos ou habitantes do sertão. Poderíamos inferir, a partir daí, que o padre entendia o sertão como uma região desabitada? Difícil dizer. Na verdade, as populações do interior não são citadas pelo reverendo. Bem diferente da definição de Antônio de Moraes e Silva, que, em 1813, inclui diretamente entre os sentidos do termo sertanejo as populações das regiões distantes do litoral. Logo, para Moraes e Silva, menos de um século depois do padre Bleuteau e, é bom que se diga, escrevendo a partir do Brasil, o adjetivo sertanejo é também um qualitativo a grupos humanos. Ou, para sermos cuidadosos, Silva capta e reporta a inserção do elemento humano no sentido do termo sertanejo, o que nos leva à pergunta: o que eram o sertão e o sertanejo nos diferentes momentos da história em que o conceito foi aplicado?

A nosso ver, esta inclusão de sentidos em um conceito prévio é indício de uma mudança bem mais profunda do que a meramente linguística, pois aponta para transformações nas relações sociais entre os indivíduos e o tipo de sociedade que existia. Tais mudanças intensificaram-se no decorrer dos setecentos e oitocentos, em especial na relação da Coroa portuguesa para com as populações de suas colônias.

Evidentemente, nesta definição de “sertão” e de “sertanejo” não existia uma característica exclusiva desses espaços para a América portuguesa, uma vez que o termo não se relacionava às especificidades geográficas ou climáticas das Américas, ou muito menos a um bioma em particular. Logo, tudo que não era litoral era sertão, seja nas Américas, Ásia ou África. Neste sentido, sertão, então, era um substantivo, podendo ser transformado em um adjetivo qualitativo geográfico ou populacional (o sertanejo), aplicável a qualquer lugar ou

4 BLEUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Volume 7. Officina de Pascoal da Sylva: Lisboa, MDCCXX, p. 613.

5 SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Tomo segundo (F-Z). Lisboa: typographia Lacerdina, 1813.

populações do globo, como o é, por exemplo, deserto, montanha, litoral, interior etc., e os subsequentes adjetivos a estes relacionados.

Sendo assim, foi possivelmente no decorrer do século XVIII e no início do XIX que o termo “sertão”, como era empregado na América portuguesa, começou a mudar de sentido, passando a ser associado a espacialidades não só do interior, mas também com a baixa densidade demográfica e, o mais importante, de resistência ao Império português. Uma nova representação do termo muito mais associada ao que se definia como campo ou ausência demográfica do que propriamente com o interior.

Mas não só isso. A expressão foi sendo atribuída cada vez mais a uma região inculca, não civilizada ou de resistência ao projeto colonial. Coincidência ou não, a citada mudança de sentido ocorreu durante dois acontecimentos bem marcantes na colônia lusa: as guerras de conquista contra populações indígenas do interior, do que veio a ser o chamado Nordeste brasileiro, e a Reforma pombalina.

Os séculos XVII e XVIII foram marcados por uma intensificação das guerras de conquista por parte de colonos portugueses contra populações indígenas das capitanias do Ceará, Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio Grande (do Norte) logo após a expulsão dos holandeses de Pernambuco. As batalhas que se travaram majoritariamente no interior da colônia portuguesa na América, juntamente com a resistência de Palmares, fizeram com que o “sertão” passasse a ser cada vez mais associado a um espaço de resistência à colonização.

Como tal, ou seja, como espaço de resistência “gentílico” e do negro em quilombo, era também, na visão colonizadora, um espaço de barbárie, não civilizado, povoado por populações hostis ao Império luso. A partir de então, uma das estratégias do governo português foi aumentar a presença do Estado no Interior, com a ampliação das vilas e, conseqüentemente, dos órgãos de fiscalização administrativa. Se pegarmos o exemplo da então capitania/província do Ceará, esta política fica muito evidente.

Na capitania subordinada do Ceará, em 1713, foi criada a vila de Aquiraz, a primeira deste território; dez anos depois, ou seja, em 1723, foi fundada oficialmente a vila de Fortaleza, que só ganhou importância política e econômica no século XIX; em 1736, Icó; em 1748, foi a vez da vila do Aracati; em 1755, vila Real de Soure (atual Caucaia); em 1756, Messejana; em 1759, vila Real de Arroches (atual Parangaba); também em 1759, vila Viçosa Real; em 1764, vila Monte-Mor o Novo da América (atual Baturité); também em 1764, vila do

Crato; em 1773, vila de Sobral; em 1776, vila de Granja; 1789, vila do Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim; em 1791, Vila Nova d'El Rei (atual Ipu, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Ipueiras Varjota e Tamboril); 1801, vila de São Bernardo de Russas; 1802, vila São João do Príncipe (atual Tauá); 1814, Vila de Jardim; 1817, Vila de Larvas da Mangabeira.<sup>6</sup> Destas, Baturité, Crato, Vila de Viçosa Real, Messejana, Parangaba, Monte-Mor o Novo, dentre outras, tiveram origem em antigas missões de catequese, transformadas em vilas pelo Marquês de Pombal durante o reinado de D. José I (1713-1777). Logo, em termos políticos, podemos dizer que o Ceará enquanto espaço integrado ao Império português, surge de fato no século XVIII em decorrência tanto do reformismo luso, em especial a partir das ações do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, como também como uma estratégia de subjugação tanto das populações nativas ou quilombolas dos interiores das capitanias da região citada, bem como de fiscalização às casas senhoriais, que até ali contavam com uma grande autonomia em relação ao governo luso.

É importante ressaltar que o pombalismo foi uma vertente portuguesa para o iluminismo, e como tal, tinha como uma de suas premissas o ataque aos saberes tradicionais e às especificidades culturais em nome de uma cultura cosmopolita e livresca.

Sobre a criação das vilas, é evidente que havia colonos portugueses no sertão antes de 1713 no que veio a ser o Ceará. O que não havia era um esforço significativo para disciplinar as populações destas regiões, para além da catequese já em curso. As narrativas sobre a presença das expedições militares do século XVII e as fortificações estabelecidas para dar combate aos franceses pela via da Ibiapaba na então França Equatorial (Maranhão) são largamente conhecidas no estado, inclusive, entre os estudantes da educação básica. Mas estas povoações não eram vilas portuguesas. No máximo, tínhamos aldeamentos que não eram integradas ao projeto colonial português, mas antes à política da Santa Sé de expansão do catolicismo. Para além disso, a presença portuguesa que existia era, em sua maioria, acampamentos militares estabelecendo fronteiras para frear o citado avanço francês, ou fazendas demasiadamente isoladas nas margens de alguns rios.

Como dito, tamanha ampliação da presença do Estado português na região é sintoma de uma política centralizadora adotada a partir do século XVIII. Era o Império promovendo algo parecido com o que Maria Odila definiu, ao falar

---

6 Ver BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1861.

da Independência, como uma expansão para dentro,<sup>7</sup> ou antes, algo parecido com o que Luiz Felipe de Alencastro nomeara de “colonização dos colonos”.<sup>8</sup> Como consequência para a criação dessas vilas, veio o projeto de transformar as populações nativas em súditos da Coroa, o que passava por adequar estas à lógica de mercado.

Sendo-me presente muitas e repetidas queixas e os crimes atrozes que nos sertões dessa capitania tem cometido os vadios e facinorosos que neles vivem como feras, *separados da sociedade e comércio humano, sou servido que todos os homens que nos ditos sertões se acham vagabundos* ou em sítios valentes, sejam logo obrigados a escolher lugares acomodados para viver juntos em povoações civis que pelo menos tenham de cinquenta fogos para cima com juízos ordinários, vereadores e procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes, e isto debaixo da pena de que aqueles no termo competente que lhes assinarem os editais que se afixarem pra este efeito, não aparecerem para se congregarem e reduzir à sociedade civil nas povoações acima declaradas, serão tratados como salteadores e inimigos comuns e, como tais, punidos como a severidade das leis...<sup>9</sup>

A intolerância ao modo de vida dos nativos e a subsequente luta para adequar essas populações ao projeto colonial português incluía o fim da mobilidade física e a adequação destas sociedades originárias à cultura do trabalho. Estas povoações e vilas no Ceará, sob as quais os nativos deveriam sentar residência fixa, eram no século XVIII, no entanto, distantes umas das outras, com a quase inexistência de estradas, para além de caminhos e trilhas abertas por estes mesmos povos originários (“indígenas”), de tal forma que, a depender da época do ano, uma viagem entre as vilas do Ceará era, quando não fatal, sempre dificultosa em decorrência da ausência de água ou pontos de abastecimento de mantimentos, por inexistir um mercado local de gêneros alimentícios. Ou seja, só era possível viajar no Ceará durante os meses de chuva, quando os rios enchiam, ou, se não, além de transportar os viveres, quem se aventurasse em tais percursos nos meses de estiagem também precisaria levar sua água.

Justamente por isso, as populações nativas passavam parte do ano em determinados locais mais verdejantes, como as regiões serranas ou o litoral, e só

7 Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-38.

8 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 22.

9 Ordem Regia de 1766. *Apud* SANTOS, João Brígido dos. O Resumo Chronologico para a história do Ceará. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*, anno II, Tomo II, p. 25-79, 1888, p. 38.

voltavam para o “sertão” nas épocas de chuva, um hábito que foi incorporado pelos criadores de gado, que também levavam seus rebanhos para os pastos mais vistosos nas estiagens. Sendo assim, a medida adotada pelo decreto real se configura como uma completa ignorância da geografia e bioma da região, que desconsiderava completamente o caráter sazonal já por milênios adaptada ao fluxo das chuvas e águas nestes espaços.

Mesmo após a formação das primeiras vilas, predominantemente as moradias eram choupanas de palha ou taipa com um caráter muito temporário, resultante de uma economia de subsistência,<sup>10</sup> com um comércio e mercado local quase inexistente. Somente no início do século XIX os sertões do Ceará passaram a ser cortados por caravanas de comerciantes transportando mercadorias que chegavam pelos portos do Ceará e das províncias vizinhas. Em um primeiro momento, traficantes (mercadores que trafegavam entre as vilas) e tropeiros passaram a comercializar com mais assiduidade nas vilas do interior da província no primeiro quartel do oitocentos. Juntamente com essas mudanças, o termo sertão foi adquirindo novos significados, que só viriam a se consolidar na segunda metade dos oitocentos.

## O sertão inculto

...um gênio turbulento, e rixoso a vinganças por meios fracos, e sinistros, e os assassinos são entre eles excessos. A história de crimes semelhantes das gentes do novo mundo, depois de verdadeiras, que mais pode faltarem se não, que apenas aqueles que a escreverem fosse guiados pela experiência de ouvir nos feitos tão bárbaros, acompanhados de acidentes de tal natureza, que deixam em suspensão o espírito se o delato é mais feio, se o modo de o perpetrar. Tauá [Tauá?], Inhamuns, Serra dos Cocos, distantes desta vila mais de 100 léguas/ e junto as extremas das capitânicas do Piauí e Maranhão/ e outras terras do sertão repetidas vezes no círculo [ilegível] é tratado destes horrores, e quando os perseguem a justiça passam-se para aquelas capitânicas.<sup>11</sup>

---

10 Sobre as características sazonais de algumas moradias, ver VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Demócrito Rocha: Hucitec, 2004.

11 CEARÁ, Ofício do governo do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ofícios anteriores referentes à situação do comércio, da arrecadação e da arrematação dos dízimos da Fazenda Real da capitania: a instalação da Casa de Inspeção dos algodões, a descoberta de salitre em terras do Ceará pelo naturalista João da Silva Feijó, a inspeção das matas e dos portos marítimos, bem como sobre a Companhia da infantaria e Artilharia. Fortaleza, 1 de janeiro de 1800, nº 13, doc. 757, AHU.

A definição acima, feita pelo então Capitão-mor Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, demonstra a visão do império português sobre as populações do interior da América de uma forma geral, pois praticamente repete a imagem de sertão construída durante a administração pombalina, que já descrevia os habitantes da capitania do Ceará como turbulentos, homens-feras envolvidos em roubos e assassinatos. Uma subumanidade naturalmente violenta, visão que perdurou por quase todo o período imperial, só cedendo espaço para um terceiro discurso sobre o sertão: o sertão bucólico, no final do séc. XIX, com o advento da literatura romântica.

Seguindo essa interpretação, a ação colonizadora veio produzir um Estado, mesmo no pós-independência, que via os habitantes não inseridos na lógica mercantilista não como súditos em potencial, mas, muitas vezes, como inimigos, bárbaros que precisariam serem “civilizados” a força, ou exterminados:

Pode Vossa Senhoria tomar as precisas medidas para destruir as quadrilhas de ladrões que infestam e flagelam esses sertões da jurisdição de Vossa Senhoria [...]. Estou certo que a sociedade bem longe de perder, era vantajosamente com a aniquilação de tais quadrilhas.<sup>12</sup>

Evidentemente havia aí um choque de conceitos. Para as populações originárias, ciganos e mestiços que por hora surgiam, a ideia de propriedade privada que o governo português estava impondo não fazia muito sentido. Afinal de contas, como em tão pouco tempo as coisas que eram tidas como naturais, tais como construir sua casa, mudar de uma região para a outra conforme a mudança das estações e caçar os animais que fosse possível caçar, passaram a ser de repente proibidas? Ainda mais, proibidas por forasteiros que a tudo queriam para si. Para os portugueses, por outro lado, o não cumprimento das regras da economia de mercado e da propriedade privada pelos nativos os incluía em uma categoria também trazida da metrópole: a de ladrão.

Ainda na fala do então presidente de província, José Felix de Azevedo e Sá, persistia a mesma definição do sertão como um espaço insubmisso e do sertanejo como o turbulento, o homem-fera não afeito a respeitar a propriedade privada e tendendo para a violência como meio para resolver todos os seus problemas e desavenças. Essa visão foi se intensificando no início do setecentos, consolidando-se no oitocentos e sofrendo uma nova mudança no final

12 José Felix de Azevedo e Sá. Palácio do Governo do Ceará 10 de junho de 1825 = J.º Felix de Azevedo e Sá = Snr Tem.º Diniz. CEARÁ. Correspondências Expedidas a diferentes autoridades Militares. Fundo: Governo da Província, Data: 1824-1826, caixa: 01, livro: 02, fl. 63, APEC.

deste último século. Somando-se a esta visão do sertão e do sertanejo violento, crescia também, no discurso oficial, a ideia de que esses espaços interioranos eram também espaços da ignorância, de homens rudes que o Estado e a Igreja não conseguiram adequar aos seus preceitos:

No interior de muitas das nossas Províncias vivem os seus habitantes separados uns dos outros, e das povoações por grandes distancias, cobertas de matas e serras em *um certo estado de independência, e fora do alcance da ação do Governo, e das autoridades.*

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, *falta de qualquer instrução Moral e Religiosa*, porque não há ai quem lhe subministre, *imbuída em perigosas ideias de uma mal entendida liberdade*, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constituem ela assim *uma parte distinta da Sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e distritos*, e principalmente por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza.<sup>13</sup>

Historicamente, a colonização e a administração dos espaços distantes dos centros urbanos tinham sido entregues a particulares, inclusive, para combater as populações nativas resistentes ao colonialismo, prevalecendo nas vilas interioranas que se formavam, organizações políticas profundamente autônomas em relação ao governo provincial e da Corte, vilas administradas quase que completamente pelos chamados homens bons, ou mesmo pelos principais do lugar.<sup>14</sup>

Logo, nas vilas coloniais, desenvolveram-se relações de poder patriarcais e personificadas, onde, realmente, a intervenção do governo metropolitano era muito limitada. Como esses senhorios costumavam tomar as decisões administrativas muito a partir de seus interesses pessoais e agiam, por vezes, contra ou à revelia das determinações do governo oficial, à medida que a burocracia de Estado avançava esses senhores do sertão passavam a ser vistos como despóticos e truculentos por não seguirem as leis que regiam a “civildade”. Assim, mesmo os grandes senhores de terra do interior eram entendidos pelas elites portuárias como rudes, bárbaros e pouco dados às letras.

13 BRASIL, Ministério da Justiça (Paulino José Soares de Sousa) relatório da repartição dos Negócios da Justiça do ano de 1840, apresentado a Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 1841. (publicado em 1841), p. 19. Disponível em [www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil). Acesso: dez. 2010. Grifo nosso.

14 Os principais do lugar era um termo comumente associado aos chefes ou lideranças em aldeias ou, depois das Reformas Pombalinas, vilas indígenas; mas também poderia ser simplesmente os grupos uma vila de “homens brancos” (o melhor seria dizer “vila não índia”) do interior.

José de Holanda Cavalcante Capitão-mor do Cariri nunca respeitou lei nem autoridade, governava com poder absoluto aqueles lugares, atacou ao Ouvidor José Victoriano a ponto deste livrar-se da morte que lhe pressentia dito Capitão-mor [...], valendo-se da mulher do mesmo, que então se compadeceu. Tinha tal influência no ânimo dos povos inda hoje duvida aquela gente rustica da sua morte apesar de ter morrido naquela vila há quase quarenta anos.<sup>15</sup>

A descrição acima foi feita por José de Castro e Silva, morador de Aracati e um dos nomes mais destacados da administração pública do Império do Brasil no Ceará nas décadas de 1820 e 1830. Vê-se então que a visão dos comerciantes<sup>16</sup> e da burocracia administrativa sobre as casas sertanejas não era nada positiva. Como dito, esses senhores do litoral viam os senhoriatos do sertão, em especial os capitães-mores de ordenanças, como rudes, iletrados e autoritários. Sendo assim, os comerciantes do litoral tinham como uma de suas principais ações políticas o esvaziamento do poder dos potentados do sertão, em especial, dos capitães-mores de ordenanças:

[...] para se plantar a árvore da justa liberdade, isenta de toda a ruína, é preciso, que se derroguem todas as autoridades constituídas pelo despotismo, e se constituam as autoridades legítimas, que suplantado o mesmo despotismo, e arbitrariedades, façam florescer a santa liberdade da nossa regeneração política, portanto, conservando aqueles antigos capitães-mores na administração da polícia, será desde já começarmos a ouvir o trovão do despotismo, e o clamor dos povos.<sup>17</sup>

Associados ao Antigo Regime, os capitães-mores de ordenanças eram atacados em sua essência. Todavia, no auge da influência desses potentados na província do Ceará, simplesmente não havia forças oficiais para desafiá-los sem a intervenção de tropas enviadas pela Corte. Em 1812, por exemplo, D. João VI chegou a criar por decreto uma nova vila, apenas para contemplar os interesses de José Alexandre Correia Arnaud de ser nomeado capitão-mor de ordenança. Como Arnaud foi preterido para a vaga de capitão-mor do Crato pelo então governador Sampaio, que nomeou José Pereira Filgueiras para o

15 CEARÁ. Assembleia Legislativa. *Atas do Conselho Geral da Província do Ceará*. 1829-1835. Fortaleza: INESP, 1997, p. 162-163.

16 A expressão “comerciante” era como os mercadores e proprietários de casas comerciais do litoral do Ceará se definiam. Como eles se queriam distinguir dos proprietários de terras do interior, bem como não se entendiam como uma burguesia no sentido europeu do termo, optamos por manter a definição de “comerciantes” para nos referirmos a estes senhores do comércio.

17 Operação da Comissão encarregada dos melhoramentos na Província do Ceará. Suplemento ao nº 104 do Conciliador (Maranhão), 10/7/1822, HDBN.

mencionado posto, o mesmo Arnaud foi pessoalmente queixar-se com o imperador no Rio de Janeiro, que prontamente criou uma nova vila, a vila do Jardim, dividindo o território do Crato em dois. Ou seja, uma vila foi criada apenas para apaziguar a rivalidade entre os potentados do Cariri cearense, afaçando a vaidade de um deles.

Assim, de fato, os senhores de terras dos interiores brasileiros, de uma forma geral, eram potentados. Ou seja, eram autoridades patriarcais que impunham suas vontades nas vilas do interior justamente por representarem para o governo português a única força possível de se estabelecer nos sertões e conter as populações pobres dos espaços mais distantes do litoral. Logo, até o alvorecer do oitocentos, os potentados do sertão eram necessários e constantemente recompensados pelo governo metropolitano por meio do que ficou conhecido como “economia de mercê”, uma questão que retomaremos adiante.

Por hora, a principal questão a ser colocada é as razões para existir este discurso de combate a este sertão, que aos poucos vai abandonando uma condição meramente geográfica e adquirindo status de categoria social, ou seja, o porquê da associação do sertão à violência, à ignorância, à ausência de lei e de ordem, além da associação da imagem de sertanejo ao inculto, ao não civilizado, herdeiro direto do excesso de liberdade das populações originárias.

Ora, se até o início dos setecentos isso não parecia importar muito ao governo de Portugal, por que virou um discurso quase inquisitorial no final do referido século? Por que o sertão e o sertanejo foram literalmente reinventados e transformados em um obstáculo para a administração portuguesa? Aparentemente, por de fato a região impor obstáculos ao avanço ou interiorização do projeto colonial luso. Seja a mera presença da metrópole em um primeiro momento, seja ao projeto de colonização dos colonos, o sertão inculto era o sertão resistente ao colonialismo luso, era o sertão que não se adequava facilmente à economia de mercado.

## **O sertão como espaço de resistência ao colonialismo**

Com a ocupação do litoral pelos colonos (seja mercadores, burocratas ou cultivadores portugueses) desde o início da colonização lusa, o interior foi se tornando um espaço de fuga, tanto para as populações nativas como para africanos e afrodescendentes escravizados, ciganos e fugitivos da justiça. Todos que queriam se distanciar da escravidão e do modo de vida imposto pelo regime colonial buscavam os sertões. Em outras palavras, o chamado sertão foi

a última fronteira para o colonialismo luso na América, e esta característica compôs naquele momento o sentido de sua definição conceitual.

Com a edificação das fazendas nos interiores, muito dessas populações agregaram-se nas margens dessas propriedades formando pequenos vilarejos e povoados. Outros formaram bandos que saqueavam viajantes, abatiam reses desgarradas e aproveitavam-se das rixas e disputas de terra para prestarem serviços como assassinatos ou intimidação aos desafetos do fazendeiro contratante. Por várias vezes, essas populações aproveitaram momentos de revoltas ou rebeliões para pilhar vilas sob a justificativa de que estavam combatendo os “inimigos” da Coroa. Entre 1824 e 1826, por exemplo, durante e após a Confederação do Equador, alegando combaterem os “republicanos”, bandos armados mestiços, negros e índios saquearam, desapropriaram e mataram muitos proprietários no interior da província, como é possível inferir a partir dos argumentos abaixo:

...deverá ter muita consideração os assassinos [sic] *feitos pelos homens pardos* do seu termo, os quais sem atenção às leis, e a este governo têm morto a quantos querem [...] juncando os campos de cadáveres daqueles que apelidam Patriotas só por meras paixões [...] *essa gente tomam os homens brancos em consideração para os matarem*.<sup>18</sup>

E ainda:

O estado convulsivo em que ainda se achava o interior da Província, ameaçado por facinorosos que, levados por zelo farisaico, reputam agora seus inimigos por inimigos de Sua Majestade, atacam; e assim, saciando sua sede de vingança, atacam os cidadãos inocentes que, aterrorizados, tem alguns abandonado suas casas, as quais são logo saqueadas...<sup>19</sup>

O mesmo fenômeno se repetiu em outras rebeliões, tais como o Constitucionalismo da Revolução do Porto de 1820, a Sedição de Pinto Madeira em 1830 e 31 e a Balaiada. Nesta última, houve dois movimentos muito significativos: primeiro, a migração em massa de grandes contingentes populacionais indíge-

18 José Felix de Azevedo e Sá, 19/11/1824. In. CEARÁ. *A Confederação do Equador no Ceará*: manuscritos. V. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2005, p. 143. Grifo nosso.

19 Pedro José da Costa Barros, *Apud* NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará: Primeiro Reinado – 1º Presidente, Coronel Pedro José da Costa Barros. *Revista trimensal do Instituto do Ceará*, tomo IV, p. 43-71, 1890, p. 58.

nas da Serra da Ibiapaba<sup>20</sup> para se juntarem aos rebeldes do Maranhão; e, em seguida, a vinda dessas populações que, acossadas pelas forças oficiais, voltaram à Ibiapaba e saquearam todas as vilas da região, chegando até o Ipu Grande.

No outro extremo da questão, do lado dos potentados locais, era comum estes desafiam as autoridades jurídicas da província, soltando presos, prendendo desafetos, protegendo condenados da justiça com ordem de prisão decretada, etc. Por exemplo, uma desavença entre José Pereira Filgueiras e o então presidente da Junta administrativa do Ceará, o português José dos Passos Porbém Barbosa, levou Filgueiras a organizar uma marcha com tropas de ordenanças do Icó e do Crato, que destituiu a então Junta Administrativa, sob a alegação de que esta estava se opondo à Independência do Brasil, mesmo sem existir uma postura por parte da junta que justificasse esta interpretação.<sup>21</sup>

Essa autonomia provincial foi sendo aos poucos atacada, não de forma pacífica, com a adesão espontânea das populações das diferentes regiões ao Estado brasileiro que se afirmava por meio de um discurso de construção de uma identidade ou memória nacional, mas sim conquistada à força de armas. De tal forma que de 1817 a 1840, o Ceará foi ocupado duas vezes por forças enviadas pelo governo Central (a primeira em 1824 e a segunda em 1831), instituiu-se um recrutamento sem precedentes e houve uma série de rebeliões locais sem a participação de forças do governo central na província/capitania, como o foi em 1817 com a Revolta Pernambucana, 1821 com as revoltas e levantes a favor e contra o constitucionalismo, 1822 com as revoltas em prol da Independência e 1840 com a Balaiada na Ribeira do Acaraú e Ibiapaba.

Mediante a violência em curso, diante do avanço da institucionalização do Estado no Ceará, a província passou a ser definida por parte da população como uma província conquistada por uma força estrangeira:

[...] essa perseguição [contra casas locais], senhor, generalizou-se por toda a província com tal furor e desumanidade que os agentes de polícia do tirano [O então presidente José Martiniano de Alencar], e patrulhas em diligência, livremente assassinavam, espancavam, surravam, roubavam e varejavam casas a qualquer hora do dia, e da noite sem respeito a causa alguma por mais sagrada que fosse; e tudo quanto era de mais horroroso, se praticava em nome da lei; de sorte que parecia, que a província *tinha*

---

20 Sobre a participação dos índios da Ibiapaba na Balaiada, ver COSTA, João Paulo Peixoto. Antes as armas que o jugo: índios do Ceará na balaiada. *Anais do V encontro internacional de Literatura história e cultura afro-brasileira e africanas*. 2017. Disponível em <https://nepa.uespi.br/africabrasil/2017/upload/anais/OQ==.pdf?010928>. Consultado em 24/01/2022.

21 Sobre isso ver ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e Independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: ARAÚJO, Reginaldo Alves de e IREFI, Ana Sara Cortez. Org. *Independência e formação do Estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)*. Fortaleza: UFC, 2022 (No prelo).

*acabado [de sair] de uma revolução, e caído nas garras do inimigo vencedor, outro tanto, porém não acontecia com aqueles, que partilhavam os seus sentimentos [...].*<sup>22</sup>

Essa ideia ganhou consistência de tal forma que, de 1826 a 1846, o discurso que o Ceará tinha sido ocupado por uma força inimiga tornou-se recorrente no relato das casas senhoriais sertanejas, independentemente do grupo político que ascendia ao poder.

Mesmo não sendo possível associar essas casas sertanejas a uma ação anticolonial, mas justamente o contrário, é inegável que os senhores de terra do interior tinham uma autonomia que passou a incomodar o governo central a partir do século XVIII. Este, por sua vez, desde então começou a tentar ampliar o controle sobre esses potentados do sertão, ao aumentar a presença de uma justiça de carreira em detrimento dos juizados eletivos e das câmaras das vilas, avançando com a colonização dos colonos. De qualquer forma, como nosso objeto de análise no presente artigo não é a resistência ao colonialismo luso propriamente dito, mas antes, as razões para a mudança de sentido no conceito de sertão, a política do governo português para ampliar o controle sobre as casas senhoriais sertanejas podem sim serem incluídas como motivadores para a construção do sentido da palavra “sertão” no final do setecentos.

Sendo assim, cada vez mais, a partir do século XVIII, o estabelecimento de uma ordem pública foi sendo construída com a nomeação de ouvidores, juízes e militares de carreira para os postos jurídicos e militares das vilas do interior e, o mais importante, uma polícia ligada ao presidente de província, e não mais às ordenanças, que então deixaram de existir com a criação da Guarda Nacional na década de 1830. Tais mudanças fizeram crescer o discurso de desqualificação destes senhorios do sertão.

Mas não é esta a imagem de sertão que se “pinta” hoje. Apesar de ainda existirem resquícios do discurso de sertão inculto, este já não é visto como uma espacialidade que desafia o governo central, mas muito mais como uma região negligenciada ou abandonada pelas políticas públicas, um espaço injustiçado e deixado à sua sorte, mas, ainda assim, reserva moral da identidade brasileira.

---

22 Abaixo assinado de moradores da Vila de Sobral. *In*: Correio Oficial, n. 44, 22 de fevereiro de 1839, HDBN. Grifo nosso.

## O sertão como a raiz da nacionalidade

Esta imensa campina que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal.

Ai campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha de cavalo acossa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza.

Ai, ao morrer do dia, reboa entre os mugidos das reses, a voz saudosa e plangente do rapaz que aboia o gado para recolher aos currais no tempo da ferra.

Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?

Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfume agreste, nas quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante?

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infinda.

*A civilização que penetra pelo interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações. Não era assim no fim do século passado, quando apenas se encontravam de longe extensas fazendas, as quais ocupavam tudo o espaço entre as raras freguesias espalhadas pelo interior da província.*

Então o viajante tinha de atravessar grandes distâncias sem encontrar habitação, que lhe servisse de pousada...<sup>23</sup>

O autor abre o livro com a descrição citada. O que primeiro salta aos olhos na definição de “sertão”, feita pelo escritor José de Alencar, é o apontamento para um sentido positivo que este dá ao conceito. Não há aí os homens-feras, assassinos incultos, mas antes, o vaqueiro valente e destemido em sua lida com o gado. Mas conclui que este sertão estava no passado, mais precisamente em 1764, ou seja, mais de um século, se levarmos em conta que o escritor publicou o romance citado em 1875.

Na descrição de José de Alencar, o sertão é o espaço da nostalgia, um sertão que, segundo ele, estava deixando de existir, mudado pelo avanço da civilização que “semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações”, rompendo assim uma das principais características deste espaço que, nesta leitura, escudava sua originalidade: a distância e o isolamento. O sertão aí já não é a terra sem lei, mas a terra do passado, a terra das raízes da cultura brasileira, onde Arnaldo, “o sertanejo”, herdeiro dos saberes nativos e das virtudes dos

---

23 ALENCAR, José de. *O sertanejo*. Texto disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000140.pdf>. Consultado em 20/12/2021.

cavaleiros feudais, homem de confiança do grande fazendeiro Campelo, então representado como uma espécie de senhor feudal dos campos sertanejos, corporificam a representação do sertão do autor.

Logo, o sertanejo é simbolizado no vaqueiro destemido, que é representado como um indivíduo completamente integrado à natureza, capaz de conversar e fazer amizade com uma onça pintada e extrair os segredos mais íntimos das florestas. Para Arnaldo, as matas revelam as ações de seus inimigos e lhe fornecem tudo de que ele precisa.

Mas o sertão de Alencar também é um fóssil que precisa ser preservado. É um fóssil pois, ao passo que o escritor reconfigura os valores sobre a definição de sertão, compondo um sentido positivo ao que até há bem pouco era descrito como negativo, também dá a chave interpretativa para sua narrativa. Este sertão narrado já não mais existe, o sertão de Alencar é uma figura de um passado distante, é o nosso feudalismo, que precisa ser catalogado e estudado para então compor uma memória nacional.<sup>24</sup>

Em outro romance, no livro “Iracema”, Alencar constrói os fundamentos de sua obra ao definir as bases de uma memória nacional brasileira, buscando as referências da nacionalidade no período colonial ainda mais recuado do que à época na qual “o sertanejo” está ambientado. “Iracema” está em um passado mais longínquo: o momento primeiro do encontro entre o nativo e o colonizador. Logo, a Iracema é o indígena que deixa de existir para dar à luz ao mestiço, o Moacir, o ente que se torna o primeiro brasileiro, mesmo antes de existir um Brasil. Arnaldo, de “O sertanejo”, é uma espécie de Moacir, o “filho da dor” que nasce da morte de sua mãe e segue para a Europa com seu pai, o corsário luso Martin Soares Moreno, que por sua vez toma as feições do Capitão-mor Campelo.

No entanto, como Moacir era o filho do branco com a indígena mulher, Alencar silencia propositalmente a matriz negra das ditas três raças matrizes proposta pelo historiador alemão Von Martius em 1845. Para Alencar, portanto, as raízes da nacionalidade não estão na África, mas na América e Europa, sendo representado, de forma mais direta, pelo vaqueiro sertanejo.

Claro que, como já destacou Nicolau Sevchenko, não é papel da literatura um compromisso com os acontecimentos, pois “... seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou

---

24 A visão de sertão de Alencar é diferente, por exemplo, da visão do Euclides da Cunha. Enquanto em Alencar o sertão é nostálgico, em Euclides da Cunha, é uma região atrasada. Mas em ambos, é um espaço da originalidade brasileira.

deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real”. No entanto, como o próprio Sevcenko coloca, “... como se pode imaginar uma árvore sem raízes [...]?”<sup>25</sup> Ou seja, como se pode imaginar a arte sem estar referendada no real? Evidentemente, no caso de Alencar, sua referência era o seu contexto histórico, mais precisamente, o escritor buscava representar a nacionalidade que se almejava formar, o que também definia os novos sentidos do “sertão”.

Mas o que significa, afinal, essa mudança no conceito de sertão? Significa que o sertão descrito pelos colonizadores portugueses, narrado como a terra inculca dos homens-feras, bárbaros que se negavam se submeterem à cultura de mercado, ou dos senhoriatos reinóis, autônomos em relação ao governo central, era de um mundo que havia deixado ou estava deixando de existir. O sertão de Alencar é o “sertão” transformado em “cultura popular”, em “folclore”, que não mais existia como arte de viver, mas como uma memória nacionalizante que se afirmava por meio da literatura e da história enquanto campo do saber, mas também inserido em um projeto político, promovido pelo IHGB<sup>26</sup> a partir da década de 1830. Uma ação edificadora de uma memória nacional oficial, ou seja, construtora dos elementos que deveriam compor uma identidade nacional.

Como lembra Certeau, “A ‘cultura popular’ supõe uma ação não confessada. Foi preciso que ela fosse censurada [e destruída] para ser estudada. Tornou-se, então, um objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado”;<sup>27</sup> pois só o morto pode ser pacificado e celebrado. Logo, Alencar fala não só de um sertão morto, mas antes, como todo morto, ressignificado, pacificado e higienizado pela memória oficial. Um sertão como um dos elementos construtores de uma identidade nacional.<sup>28</sup>

Como morto, o sertão que nascia na segunda metade do oitocentos estava eternamente edificado em um passado imemorial e bucólico, que por sua vez poderia ser transformado em um espaço de reserva moral dos valores da nacionalidade, longe e protegido de toda e qualquer inconsistência e “desruptividade” que a vida real poderia trazer. O sertão, enquanto experiência do existir, ou seja, enquanto espacialidade de resistência ao colonialismo, não servia para a memória nacional, pois trazia consigo uma série de resistências a todas as forças centralizadoras. Foi preciso o “matar”, subjugar e pacificar para só então

---

25 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 29.

26 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

27 CERTEAU, Michel. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 2012, p. 55.

28 Claro, posteriormente se percebeu que o sertão inculco ainda respirava, como em eventos como a Guerra de Canudos, Caldeirão, Contestado e o Cangaço, mas já desenganado como sujeito em processo de morte.

celebrar sua memória. Somente quando a experiência de viver deu lugar ao mito foi que o sertão virou memória, virou poesia e nostalgia, o berço da originalidade luso-brasileira não corrompida pelas baixezas das cidades.

Evidentemente, o leitor mais atento deve ter erigido o indicador e exclamado “auto lá! E o cangaço, e Canudos, e o Caldeirão? Onde ficam os bandoleiros do século XX e as comunidades religiosas neste obituário? Como este sertão estaria morto no final do século XIX se o vemos pulsante no século XX?” É verdade, o “moribundo” esteve enfermo por um longo tempo, mas avançando sua enfermidade, ao passo que avançava a “nacionalização” sobre as periferias<sup>29</sup> do país. Diríamos então que ele não morreu, mas antes que está morrendo, porém, em um estado tal que há muito impossibilitado de “regeneração” para continuarmos na metáfora do corpo. Enfim, uma morte processual.

## Considerações finais

Tanto o “sertanejo”, que em uma noite de janeiro engessou essas linhas dedilhando ideias nas páginas virtuais de um velho notebook, como possivelmente o jovem estudante, que por hora o lê, são intimamente marcados por um discurso nacionalizador. Diria que somos colonizados por imagens e conceitos que foram, ao longo de nossas vidas, nos passado como parte de nossas identidades. Afinal de contas, nós, os “sertanejos”, somos os “cabras machos”, os quais até as mulheres são “machos”; discursos que nos vêm na forma de velhas músicas que cantarolaram o sertão, assim como por falas criadas e representadas em telenovelas; discurso que sempre nos disse ou pretendeu dizer o que éramos ou deveríamos ser.

Assim, tão logo nascemos, os meios de comunicação e de massa e os canais de informação oficiais (os chamados aparelhos ideológicos de Estado, para usarmos um linguajar da literatura marxista) nos dizem quem somos e, ao fazê-lo, delimita espaços restritos de tolerância para escolhas individuais, de tal forma que, mesmo tendo visto apenas uma ou duas vezes um gibão e, menos ainda, um chapéu de vaqueiro sertanejo, ou não convivendo há décadas com cactos, bois ou cavalos, essas imagens me parecem familiares. Como velhos fantasmas de uma vida que eu não vivenciei, a memória oficial do sertão referencia-se em mim como símbolos que não se reproduzem em meu dia a dia e,

---

29 É bom que se diga que o conceito de periferia e de centro político e econômico não está relacionado a uma identidade individual, mas à própria ideia de sociedade de mercado, ou antes, a um sistema mundo que necessariamente está vinculado a um centro de decisões e de concentrações de capital, sob o qual as periferias estão submetidas.

como tal, não podem ser questionados, pois pertencem à ordem da mitologia. E aqui entra o papel inglório dos historiadores: não nos cabe acordar o “colonizado” de seu transe, mas apenas dizê-lo: é um transe, não é experiência de vida, mas fantasmas sem materialidade.

Todavia, se essa não é a tarefa do historiador, não seria a do cidadão? É possível separar o pesquisador do cidadão que por hora pesquisa? Se não cabe ao historiador chacoalhar os adormecidos e berrar para que percebam que os fantasmas que lhe assombra o sono não são de sua vida ou de vida alguma, mas construtos ardilosos que o controlam, que os insere em uma identidade coletiva que simultaneamente o nacionaliza e o particulariza dentro deste discurso nacionalizante. Afinal de contas, seria demasiadamente pretensioso acreditar que também nós, os historiadores, não estaríamos dormindo. Todavia, sabemos que uma identidade coletiva nem sempre se constitui por experiências vivenciadas, mas por imagens e valores produzidos, com propósitos deliberados de poder. Mas, e o cidadão no historiador? Aliás, tem como não ser política a mera decisão de pesquisar e interpretar as relações de poder? Não seria ela, a pesquisa histórica, inevitavelmente, um chacoalhar dos indivíduos que os quer despertar sempre de ou para alguma coisa?

Cabe inevitavelmente ao historiador desnaturalizar o presente e o confrontar com os vestígios de seu passado. Logo, no que diz respeito ao sertão, este é um discurso de poder, sempre o foi, só que agora se constitui como um referencial simbólico e “coletivizador” criado para dar sentido às populações de determinadas espacialidades, e este discurso de poder, justamente, tem data de nascimento e historicidade. Neste sentido, se existe um pecado imperdoável entre os historiadores do sertão, é o de alimentarem esses fantasmas das narrativas oficiais. Não somos sertanejos, fomos “sertanejizados”, assim como fomos nacionalizados, e estas questões precisam ser explicadas.

Afinal de contas, não nos cabe construir ou comungar com as identidades oficiais, mas identificá-las pelo que são: fantasmas que querem qualificar e direcionar o mundo dos vivos, justamente ressignificar, catalogando e higienizando as experiências em comum.



Editora  
**SER  
TÃO  
CULT**



Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 16 x 23 cm em offset 75 g/m<sup>2</sup>, com 270 páginas e em e-book formato pdf. Setembro de 2022.





## **1ª PARTE - HISTÓRIA, MEMÓRIA, AUTORITARISMO E MILITÂNCIA POLÍTICA NO SÉCULO XX**

**Da construção à celebração do golpe de 1964 no Ceará: usos políticos de elementos neo-medievalizantes**

*Jucelio Regis da Costa*

**Os partidos políticos e a experiência democrática na Zona Norte cearense (1945-64)**

*Edvanir Maia da Silveira*

**“Quando a mulher sai do mundo da cozinha dela e começa a participar das coisas, então ela começa a ver o mundo diferente”: trabalho pastoral e atuação política das camponesas no Movimento do Dia do Senhor (1970-1990)**

*Viviane Prado Bezerra*

**Cem anos de comunismo no Brasil: onde Camocim entra nessa história?**

*Carlos Augusto Pereira dos Santos*

## **2ª PARTE- EXPERIÊNCIAS CIDADINAS E SERTANEJAS, ORALIDADE E TRADIÇÃO NOS SERTÕES DO CEÁRA NOS SÉCULOS XIX E XX**

**Sobral e os seus altares: imaginária urbana e heróis civilizadores**

*Francisco Dênis Melo*

**“Sobral como cidade progressista”: entre planos, projetos e representações**

*Thiago Braga Teles da Rocha*

**Imagens no espelho: mulher depravada e mulher ideal em Ipu-CE no início do século XX**

*Antonio Vitorino Farias Filho*

**“Isso é atestado de seu progresso. Si Sobral, Camocim e outras cidades sertanejas têm o seu jornal, porque não poderíamos ter?”: a elite escritora e o ideário de controle e modernidade em Ipu-CE (1900-1920)**

*Antonio Iramar Miranda Barros*

*Alexandre Almeida Barbalho*

**O campo de concentração do Ipu no contexto da Revolução de 1930**

*Raimundo Alves de Araújo*

*Emmanuel Teófilo Furtado Filho*

**“Os teus filhos, cidade encantada, escondidos no seu coração”: a vida e a morte do Centro Social Morrinhense (1952-1963)**

*Cid Moraes Silveira*

**“Nas porteiras” de outros mundos: a Pedra Branca na tradição oral**

*Joaquim dos Santos*

**Vamos falar sobre um sertão? Do sertão dos párias incultos ao culto à pátria**

*Reginaldo Alves de Araújo*

ISBN 978-655421016-4



9

786554

210164